ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1982

ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM

APRESENTADA À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

PELO

SENHOR NEY BRAGA
GOVERNADOR DO ESTADO

CASA CIVIL
BIBLIOTECA

CURITIBA — PARANÁ
1 9 8 2

SUMÁRIO

I — INTRODUÇÃO

II — RELATÓRIO

1. CAMPO INSTITUCIONAL

— Apoio aos Municípios 05
— Governadoria 19
— Planejamento 29
— Finanças 51
— Recursos Humanos 65
— Administração 83
— Meio Ambiente 97

2. CAMPO SOCIAL

— Cultura e Esporte 109
— Educação 135
— Saúde e Bem-Estar Social 169
— Segurança Pública 197
— Justiça 215
— Habitação Popular 231

3. CAMPO ECONÔMICO

— Agropecuária 243
— Saneamento, Radiodifusão e Telecomunicações 281
— Transportes 303
— Indústria, Comércio e Pesquisa Tecnológica 325
— Fomento à Produção e Apoio Creditício 351
— Energia 365

INTRODUÇÃO

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Quero, de início, além da praxe, expressar meu especial reconhecimento ao Vice-Governador José Hosken de Novaes pela colaboração que marcou sempre sua atuação de homem digno e respeitável que é. Também, muito além de simples protocolo, devo dizer de minha gratidão aos ilustres membros do Legislativo e do Judiciário pelo elevado nível de entendimento que mantivemos conscientes do equilíbrio entre os Três Poderes, garantido pela independência e soberania de suas atribuições específicas e sempre unidos em favor do bem-estar da gente de nosso Estado.

> «Não acredito na política de desenvolvimento que vê apenas a multiplicação dos meios de produção e fecha os olhos para as injustiças sociais. Também não acredito na política de desenvolvimento que pretenda combater as injustiças sem combater suas causas. Uma simples política de desenvolvimento econômico nos faria perder de vista a valorização do homem. Uma simples política de desenvolvimento social seria uma fuga à realidade».

Há pouco mais de 22 anos, defendíamos esta posição na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Cumpríamos, então pela primeira vez, o mandamento constitucional de relatar a situação do Estado e prestar contas ao Povo, pela intermediação desta Casa, dos atos — e das intenções que os orientavam — do governo que naquele momento, tínhamos a honra de chefiar.

Passou o tempo. A vida pública nos conduziu a outras missões, antes na Chefatura de Polícia do Estado, na Prefeitura de Curitiba e na Câmara Federal, e depois no Senado da República e em dois Ministérios. Ampliaram-se e aprofundaram-se os conhecimentos sobre a realidade brasileira, sobre os problemas do nosso Povo e as possibilidades e perspectivas da sociedade e do poder público enfrentarem e re-

solverem, com sabedoria e equilíbrio, esses problemas. Outras circunstâncias e condições passaram a influir no direcionamento da vida nacional. Modificou-se a conjuntura econômica, social e política do País. Integrado nessa realidade, o Paraná evoluiu em todos os setores de sua vida comunitária. Muitos conceitos se alteram, aperfeiçoando-se, à luz de novos conhecimentos e de novas aspirações da sociedade. Hoje, ao atender pela oitava vez, com muita honra, o preceito constitucional, mesmo apesar da evolução a que nos referimos, notamos ainda a validade daquela posição que continuamos a subscrever com igual convicção.

Acreditamos que o homem deve constituir a razão fundamental de toda a ação, e esta deve dirigir-se à plenitude de sua realização em um contexto humanístico, a um só tempo personalista, comunitário e finalista

Personalista, no sentido de não permitir a massificação do homem, a sua despersonalização, mas sim, valorizando as vocações individuais, os direitos e deveres da pessoa humana.

Humanismo comunitário, que propicie o reconhecimento do valor do intercâmbio social dos serviços prestados, mutuamente, no dever de promover, com ética, o Bem Comum.

Humanismo finalista, pelo reconhecimento da destinação última do homem, cuja consciência espiritual lhe dá uma missão que transcende aos motivos meramente temporais.

Somos dos que crêem, igualmente, na importância da livre iniciativa, para o fortalecimento da atividade econômica, entendido como implícito e inerente a tal postulado o dever, que todos temos, de somar em favor da realização do Bem Comum e de buscar a superação dos desafios que se nos apresentam.

As sociedades que eliminaram a iniciativa privada vivem, aos nossos olhos, os dramas da carência do pão e da falta de liberdade. Não desejamos e não teremos esse destino para o Brasil. Também não queremos a hipertrofia do

Poder Público, porque sabemos que a sociedade é capaz de criar muito na dimensão de seu próprio espaço. Ao Estado, na compreensão do princípio da solidariedade, cabe apoiá-la. A empresa que une capital e trabalho, com ampla visão de justiça social, promove o entendimento entre as forças de produção para o bem-estar da sociedade por inteiro.

Para materialização de propósitos de tal magnitude, fazemos questão de afirmar, uma vez mais, nesse nosso ideário, a crença inabalável na essencialidade, para o regime democrático, das atividades cumpridas no âmbito do Poder Legislativo — num contexto de Poderes autônomos e harmônicos.

Decorridos três anos de administração, nos quais empenhamos todas as nossas energias e a competência e espírito público de uma valorosa e dedicada equipe, na missão de tornar realidade o Plano do Governo que este Poder Legislativo — com a autoridade de Assembléia eleita pelo Povo — debateu e referendou, chegamos a um momento singular do mandato que estamos cumprindo: o limiar de um processo eleitoral, em cujo desfecho as propostas, intenções e atos de todos nós receberão o julgamento das urnas.

Entendemos bem que o momento brasileiro — como o do mundo — é singular para reflexões e decisões. Permite ele a antevisão de oportunidades e a procura de alternativas para soluções de problemas que estão a angustiar a sociedade humana. É importante não esquecer, entretanto, que o desenvolvimento econômico só se justifica no bojo mais amplo do desenvolvimento social e que no campo político, na própria defesa da dignidade humana, tal desenvolvimento só poderá ser realizado na democracia.

Reafirmamos, nesta ocasião, a nossa confiança na avaliação crítica do povo. Nela é que sempre baseamos as prioridades do Governo e o redirecionamento das ações quando necessário. Sabemos que nossa gente saberá apreciar, com justeza, a seriedade e o empenho do trabalho executado em seu benefício — mesmo sob conjunturas difíceis —

sem desânimos, nem pessimismos, porque sabemos que somos hoje contemporâneos da transição e sentimos, na alma, como é importante crescer e trabalhar na construção das coisas por fazer neste País, que tem a nos entusiasmar um grande povo e rica natureza. Não nos abatemos, mesmo ante os desafios, porque nossa fé é muito maior do que eles, e o infinito é o limite de nosso amor pelo Brasil.

Aqui estamos, Excelências, nesta Casa do Povo e em oportunidade tão significativa para, agradecendo o apoio recebido deste Poder, dizer ao Paraná o que por ele pudemos fazer.

Nesta hora também damos graças a Deus «porque aprendemos que a verdadeira felicidade do homem é poder ajudar o próximo, é completar-se no próximo». Pensamos sempre e muito — e sei que os Senhores Deputados também o fazem — nos que vivem no meio de muitas carências, mas que não têm ódios, e porque são bons merecem de nós todo o respeito, todo o devotamento, toda a ação. A eles somos altamente devedores, porque nos ensinaram muito e nos fazem acreditar que um dia o egoísmo e a ganância serão vencidos pelo amor.

Nenhuma oportunidade seria mais propícia que esta para — obedecendo à nossa consciência de homem público, em pacto de lealdade recíproca, mantido com o povo ao longo de muitos anos — estender, à totalidade do período já cumprido de nossa gestão, o relato da atividade governamental, nos seus aspectos mais significativos. Pareceu-nos que a análise da realidade paranaense, na conjuntura atual, poderia ser feita, com maior amplitude e profundidade, a partir do conhecimento da atuação global de nossa administração nos últimos três anos. Foi desta convicção que emergiram os balizamentos determinantes da forma e do conteúdo do relatório que acompanha e integra esta prestação de contas.

Assim, faço considerações sobre a conjuntura internacional, a situação do País e sobre providências adotadas pelo

Governo Federal, que — no período — se refletiram em relevantes aspectos da vida paranaense e na ação do Governo Estadual, certo de subsidiar melhor a análise do relato que apresento a Vossas Excelências.

Toda a comunidade sentiu, de forma direta ou indireta, os efeitos das dificuldades que o País atravessa, atingido duramente pelo chamado «segundo choque do petróleo», presente no decorrer deste último triênio, aqui e em todo o mundo.

Os preços desse produto básico, duplicados entre meados de 1979 e primeiro trimestre de 1980, embora logo após relativamente estabilizados, voltaram a subir durante a fase aguda do conflito entre o Irã e o Iraque. O reflexo negativo e imediato sobre as taxas de crescimento desencadeou, mesmo em países de economia forte, um processo inflacionário até agora não debelado, apesar de todos os esforços, instrumentos e recursos disponíveis.

Uma reação em cadeia atingiu, progressivamente, toda a comunidade de nações, em especial aquelas economias em acelerado ritmo de expansão, como a do Brasil, dependente do afluxo de capitais externos para sustentação de seu processo de desenvolvimento. Nenhuma nação — industrializada, em desenvolvimento, socialista ou capitalista, grande ou pequena — conseguiu escapar aos referidos efeitos.

Ante este quadro internacional desfavorável, o Governo Federal passou a mobilizar todos os seus instrumentos para intensificar a luta contra a inflação. A política fiscal e a creditícia, principalmente, foram acionadas com o máximo empenho no sentido de controlar a expansão da oferta de moeda, dentro de parâmetros compatíveis com a realidade que passamos a viver.

A escassez de recursos necessários aos investimentos teria, forçosamente, de atingir programas regionais. O Pa-

raná, como as demais Unidades da Federação, também contribuiu, com razoável quota de sacrifícios, para o êxito dessas medidas orientadas à contenção e refluxo do processo inflacionário.

Com todas essas restrições, ditadas pela estratégia antiinflacionária, o Governo do Presidente João Figueiredo não faltou ao Paraná. Projetos e programas de alta importância para o nosso Estado, dependentes de verbas federais, como o PRODOPAR, PROJETO NOROESTE, PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA e o PROGRAMA HABITACIONAL, foram contemplados com recursos para seu prosseguimento, no volume do possível.

Recordamos, igualmente, medidas da maior significação social e econômica de que foi beneficiária direta ou indireta a gente do Paraná, principalmente os pequenos empresários e os assalariados de menor renda: a ampliação da abrangência do seguro agrícola; a flexibilidade do crédito agrícola em relação aos rígidos limites do orçamento monetário; a elevação de 10% para 25% das aplicações da rede bancária em créditos subsidiados aos pequenos agricultores; a reformulação do imposto territorial rural de modo a tributar proporcionalmente menos as propriedades mais produtivas; a ampliação das facilidades para o funcionamento das pequenas empresas, isentando-as de contribuições ao imposto de renda e simplificando sua escrituração.

A conjuntura existente inspirou ao Governo a lei salarial de novembro de 1979, de alto significado social, recompondo, de forma automática a cada semestre, o poder aquisitivo dos assalariados, com índices de reajuste superiores aos da inflação verificada em cada período, para os salários mais baixos.

Outro benefício, tão real quanto abrangente, que, sem dúvida, vem se estendendo a toda a nossa sociedade — do mais abastado cidadão ao mais humilde, dos habitantes das cidades aos dos campos, do político ao empresário, do patrão

ao trabalhador, do intelectual ao estudante — está sendo propiciado pelo clima de liberdade democrática que estamos vivendo.

Senhores Deputados:

O Paraná é hoje, como sempre, terra dos que crêem. Uma comunidade que viveu, recentemente, as epopéias da colonização do Norte Cafeeiro, do Oeste e do Sudoeste conquistados passo a passo, contra imensos obstáculos. Um povo que, tantas vezes atingido pelo flagelo das geadas e mais recentemente das estiagens, teve fibra e energia — mesmo quando a cafeicultura era a única grande força da economia do Estado — para, a cada revés, tudo reconstruir com tenacidade e esperança. Desse modo, apesar das dificuldades que a conjuntura mundial vem impondo ao País, antevemos, com justificado otimismo, um futuro melhor que, com trabalho e confiança, estamos ajudando a construir.

A crise conjuntural de um mundo por muito tempo habituado ao suprimento barato de petróleo, e com sua estrutura energética montada sobre este insumo — das indústrias aos sistemas de transportes — é um grande desafio a ser vencido. No entanto, se formos ágeis e criativos, o processo para a superação desses desequilíbrios — que a todos preocupam — poderá ser mobilizado em favor do desenvolvimento do nosso Estado.

Se hoje somos uma potência na produção nacional de grãos e na exportação de produtos «in natura» ou com pequena parcela de beneficiamento — como é o caso do farelo de soja —, através do emprego da hidroeletricidade, de que hoje passamos a dispor em abundância, e do fortalecimento e diversificação da agroindústria, poderemos iniciar um processo de mais ampla agregação de valor aos nossos produtos. Vemos possibilidades imensas de, em futuro próximo, através de complexos agroindustriais integrados, estar produzindo alimentos já prontos e colocando-os na mesa do consumidor externo de qualquer mercado onde haja demanda.

Temos afirmado, nas análises sobre as mudanças ocorridas em nosso Estado nos últimos 20 anos, que a tarefa dos paranaenses na década de 60 foi edificar uma infra-estrutura econômica básica, indispensável para que todos pudessem lançar-se ao empreendimento gigantesco de construir o Paraná moderno dos nossos dias. Deus nos concedeu ventura e força de participar desse processo histórico. O Governo então realizado, também integrado por uma equipe jovem, dinâmica e idealista, procurou atender aos anseios daquela sociedade em transição, com poderosa influência sobre os anos seguintes.

Vivemos hoje o limiar de uma era de transformações estruturais da humanidade, com sintomas que transparecem tanto nos problemas contingenciais da área econômica, quanto num anseio generalizado por uma ordem geral mais impregnada de humanismo.

Para nós, são claros os objetivos sociais, políticos e econômicos da comunidade paranaense atual. A auscultação dos mais variados segmentos de nosso Povo evidenciou que, nesta década, relativamente consolidada a infra-estrutura, diversificada a agricultura e conjugada com uma indústria adequada às potencialidades e às vocações regionais, outra tarefa, tão nobre quão grandiosa, há de ser assumida por todos nós.

Defrontamo-nos com a necessidade de adequar as conquistas materiais a um conjunto mais amplo de objetivos, que conduza à satisfação de exigências básicas do cidadão para realizar-se plenamente como pessoa humana: educação, saúde, nutrição, habitação, segurança, integração cultural e adequado meio ambiente.

Entre os componentes essenciais a esse novo quadro, a participação e o diálogo — como exercício de respeito mútuo — constituem elementos marcantes.

Não é de agora que defendemos tais princípios de respeito à opinião alheia; estiveram eles sempre presentes, em

nossa pregação e ação política. Temos consciência de que governar democraticamente é, necessariamente, passo a passo, participar e, ao mesmo tempo, admitir a participação dos interessados em construir uma nova sociedade, com algo de útil a oferecer em nome próprio, ou no daqueles a quem representam.

Por isso mesmo, uma das mais importantes ações do período administrativo que ora relatamos, foi colocar em prática o propósito de ampliar os canais de comunicação entre o Governo e a comunidade.

Assim, foram implantadas inúmeras medidas, dentre as quais destacamos: a criação do Conselho Consultivo de Política Industrial e Comercial, para adequar as decisões governamentais, sempre que possível, às linhas mestras do pensamento do empresariado, em questões que envolvam os interesses de tais setores; a criação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, onde a representação da comunidade científica é maior do que a governamental; a criação do Conselho Estadual de Mão-de-Obra, para apoio às atividades de formação profissional; o direcionamento da assistência aos carentes, na área de saúde e do bem-estar social, de maneira a obter-se um entrosamento cada vez maior dos órgãos do Governo com as entidades sociais mantidas pela comunidade; e ampla descentralização e interiorização das estruturas de atendimento e da períodica execução de pesquisas junto às comunidades, sobre a qualidade e a eficácia dos serviços ofertados.

Acreditamos que o presente é a oficina onde se constróem as bases do futuro que almejamos. Assim, grande parte da ação do nosso Governo esteve voltada ao objetivo de legar, às gerações futuras, um Paraná onde as condições de meio ambiente e de qualidade de vida sejam melhores de que as que nos têm sido dado desfrutar.

Em um mundo onde a degradação do meio ambiente se associa em geral ao desenvolvimento econômico, os paranaenses querem expansão industrial e aumento da pro-

dução agrícola, sem prejuízo para a qualidade da vida e sem agressões à natureza. A promoção do equilíbrio ecológico tem figurado, destarte, entre as principais preocupações do nosso Governo e das comunidades organizadas.

Entre as ações realizadas nesse sentido, pode ser destacada a redução sensível dos níveis de poluição dos rios. Graças às normas permanentes e definitivas de prevenção e fiscalização na área industrial, o Paraná coloca-se, hoje, na vanguarda do processo de compatibilização entre desenvolvimento e preservação do meio ambiente. Os resíduos poluentes, nos cursos de água do Estado, diminuíram em 52 por cento, entre janeiro de 1979 e dezembro de 1981. Esse indicador, mesmo isolado, já representa uma importante vitória dos programas de preservação ambiental. Maior é sua significação, se considerada a acentuada ampliação, nesse período, da atividade industrial no Estado.

Foram igualmente estabelecidas medidas para a proteção da natureza no Litoral do Estado e dos mananciais na Região Metropolitana de Curitiba — objeto de amplo programa de investimentos, conforme convênios que firmamos recentemente com órgãos federais, visando à construção de novas barragens para a reservação de água —, bem como muitas outras ações, especificamente detalhadas, no relatório dos órgãos setoriais.

Sempre defendemos a validade da ação conjugada da União, do Governo do Estado e das Prefeituras Municipais, para enfrentar problemas de dimensões tais em que a ação isolada mais dificulta do que ajuda a solução e cujas conseqüências econômicas e sociais se estendam além dos efeitos geograficamente localizados. Seria insensato, nesses casos, postular a prioridade de ação ou estabelecer critérios de mérito na participação de cada um. Exemplo objetivo é a erosão do solo na Região Noroeste do Paraná, em particular na área do arenito caiuá, onde, da ação integrada dos três níveis de governo, resultou a efetivação, no triênio 1979/1981, de 279 convênios, totalizando aplicações no montante de um bilhão e 400 milhões de cruzeiros.

Procuramos também prever e equacionar outras demandas do desenvolvimento ulterior, conforme prometemos aos paranaenses ao propor o nosso Plano de Governo. Um dos melhores exemplos, além daquilo que estamos realizando no setor de energia, é a realização, em convênio com a PORTOBRÁS, do Plano Diretor de Navegação Fluvial, cujos estudos, iniciados em 1980 e concluídos em 1981, ensejaram a execução do projeto de navegação do rio Ivaí. Esse empreendimento, quando integrado à Ferrovia da Soja e a outras Hidrovias, permitirá a constituição de um grande sistema de navegação interior que dotará o Paraná de transporte eficiente e de baixo custo.

Com relação à Ferrovia da Soja, é importante salientar a rápida evolução, ao longo do triênio, das providências para sua construção. Incluída em 1979 no Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis, já em 1980 era iniciada a elaboração, pelo Ministério dos Transportes, do projeto para a primeira etapa da obra. E, em fevereiro de 1982, em Guarapuava, dava-se início à construção desse tronco ferroviário de vital importância para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

A preparação para o futuro abrange, também e de modo especial, o principal agente de todo o processo: o homem como ser social, mais do que isso, como pessoa humana. Assim, temos considerado que no campo social não é bastante suprir carências e atender aspirações presentes; é necessário investir na formação das gerações futuras, que desejamos integradas por pessoas saudáveis, culturalmente ajustadas, participativas e bem preparadas em termos profissionais.

Nesse sentido, a educação assume papel de singular relevância, pois, além dos elementos tradicionalmente inerentes às suas atividades, acreditamos na educação como fundamento de liberdade. Em verdade, não há nação que possa sequer pensar em ser livre sem uma sólida base educacional. Com relação a este setor, a comunidade paranaense é a maior testemunha da atenção que lhe temos con-

ferido. Aplicamos mais de 25% dos recursos concedidos pelo Orçamento Estadual ao Poder Executivo, na área educacional, embora impondo compressões em programas de realizações típicos de outras áreas.

Assim, não apenas temos edificado mais salas de aula, criado novos estabelecimentos de 2º grau — em grande número, por sinal — equipado e recuperado escolas, mas, sobretudo, temos investido na qualidade do ensino, através da adoção de novas técnicas — como os centros de excelência — via capacitação de recursos humanos do magistério e de diversas medidas de valorização funcional e salarial das respectivas carreiras. Em termos de importância, consideramos os resultados já obtidos tão auspiciosos quanto as 2.244 salas escolares e 2 milhões e quatrocentos e setenta mil livros didáticos já distribuídos no decorrer da nossa gestão.

Outro importante avanço obtido em 1981, no campo da Educação, verificou-se na área do Ensino Superior. Como forma de reconhecimento ao nível de maturidade do Sistema Estadual, o Conselho Federal de Educação atribuiu ao Governo Estadual a autonomia para regular o ensino ofertado por entidades vinculadas ao Estado ou a seus municípios. Releva notar que o Paraná é o terceiro Estado a obter tal delegação, a qual, desde 1961 não foi atribuída a qualquer outra Unidade da Federação.

As demais áreas do setor social igualmente mereceram atenção individualizada. Temos bem presente que é por seu intermédio que os atendimentos básicos de saúde, assistência, cultura, segurança e justiça chegam às comunidades em geral e, de modo particular, àquelas pessoas que deles mais necessitam.

Na área de saúde pública, a ação governamental foi marcada pela reestruturação global do sistema estadual de saúde, com múltiplas exigências e reflexos — inclusive absorção de 1.871 funcionários das Prefeituras, de longa data à disposição dos Postos de Saúde e Unidades Sanitárias. Essa reestruturação é que vem propiciando a ampliação dos programas de saneamento do meio, distribuição de medi-

camentos básicos e de alimentos a gestantes e nutrizes, apoio laboratorial, atendimento ambulatorial e equipamento de unidades, especialmente as sediadas no interior. A imunização maciça da população atingiu a aplicação, em média, de 6 milhões e 368 mil doses de vacinas por ano e o atendimento médico a gestantes e nutrizes a cerca de 550 mil consultas anuais.

O programa de saúde escolar foi ampliado em todo o Estado, propiciando 250.000 atendimentos médicos e odontológicos, além de 850.000 aplicações tópicas de flúor, no decorrer de 1981. Foram construídas 81 novas Unidades Sanitárias e Postos Distritais de Saúde, bem como efetuadas melhorias, reequipamentos e ampliações em praticamente todos os hospitais vinculados ao sistema estadual de saúde, no decorrer do triênio.

No campo da assistência social, buscou-se a estruturação do sistema de atendimento ao adulto carente, através da criação e implantação da PROMOPAR e da mobilização das comunidades por intermédio do Programa do Voluntariado Paranaense — PROVOPAR. A PROMOPAR, através do auxílio financeiro a 768 entidades sociais comunitárias, apoiou o atendimento a 335.000 pessoas em 1981, além de outras 60.800 por intermédio dos seus 7 Centros de Triagem e Atendimento Social — CETAS.

As atividades do bem-estar do menor, coordenadas e executadas pelo Instituto de Assistência ao Menor, de cuja criação em meu primeiro governo muito me orgulho, atingiu significativa expansão. Em 1981, considerados os 328 convênios firmados com entidades sociais e a ação das 19 unidades sociais oficiais, foram atendidos 48.469 menores carentes. Nesta área cabe destacar ainda a implantação de novas unidades especiais em Curitiba, Londrina e Maringá e a regionalização da estrutura, através da implantação de 8 escritórios regionais.

A segurança pública, entendida como de importância fundamental para a manutenção de um clima de tranqüili-

dade social, vem sendo também objeto de ações especiais. Os padrões tradicionais de policiamento foram reformulados, em particular por meio da criação dos Postos Modulares de Policiamento — já em funcionamento em Curitiba e em instalação em outras cidades — e pela adoção de novas técnicas de organização de áreas e turnos de policiamento.

No reequipamento policial, além da construção de 104 novos prédios, foram adquiridos, no triênio, 677 novos veículos operacionais e 495 equipamentos adicionais para a radiocomunicação.

A área de prestação de serviços foi descentralizada, interiorizada e desburocratizada. Foram criados 281 Postos de Identificação, e o tempo médio para emissão da Carteira de Identidade reduziu-se de 90 dias, em 1979, para 7 dias úteis, em média, a partir de 1980.

No setor justiça, a interiorização da Procuradoria Geral do Estado, através das 9 Subprocuradorias que criamos e instalamos, veio possibilitar maiores facilidades para o acesso de pessoas carentes aos serviços de justiça gratuita, além de apoiar as ações de regularização fundiária empreendidas pelo Estado. Vinculada também a esta área, merece ser assinalada, pela amplitude dos seus efeitos, a instalação de 7 escritórios regionais da Junta Comercial, facilitando a execução dos atos de registro da atividade empresarial.

Como resultado da importância atribuída à área cultural e desportiva na formação integral do homem paranaense, criamos a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, para mais adequadamente promover o desenvolvimento de tais atividades em todo o Paraná. Em conseqüência, mesmo considerado o pouco tempo de existência, foram promovidas amplas programações culturais e desportivas, e propiciado apoio financeiro aos municípios para a implantação de 146 canchas e módulos esportivos e 41 bibliotecas e centros comunitários de lazer.

O reconhecimento da importância da Cultura na formação daquilo que poderíamos chamar «a alma de uma nação» — modelada em especial pelas ações típicas dos setores educação e cultura — induziu e justificou o apoio a um amplo elenco de atividades. Desse modo, as ações relacionadas com a formação e expressão de uma cultura peculiar, como as artes plásticas, música, balé, folclore e artesanato, foram particularmente apoiadas e estimuladas.

Com este mesmo propósito, buscou-se o fortalecimento e difusão das atividades teatrais — em especial as relacionadas com o teatro amador — criando-se, inclusive, a Comissão Estadual de Artes Cênicas e, no Teatro Guaíra, o Núcleo de Teatro Amador. Iniciamos, também, um programa de editoração de obras de valor histórico ou artístico, como forma de valorizar a obra de autores paranaenses e de estimular a produção intelectual no Estado.

O saneamento básico, condição essencial para que seja possível desenvolver programas de prevenção de doenças e combate às endemias, recebeu grande impulso com a expansão dos sistemas de abastecimento de água em praticamente todas as áreas urbanas do Estado. Mais 49 cidades e 2 distritos foram incorporados, no triênio, ao sistema da SANEPAR, a qual, através de 212.740 novas ligações, no final de 1981 já atendia a cerca de 3,5 milhões de paranaenses. Com essa expansão do atendimento e considerados os 60 sistemas operados pelas autarquias das Prefeituras, em dezembro de 1981 um total de 289 sedes municipais, além de 33 distritos, contavam com sistemas de água tratada. A essa estrutura acrescem-se, ainda, os 48 microssistemas de abastecimento de água, implantados em distritos no decorrer de 1981, dentro de um programa de cerca de 200 destes equipamentos.

Na área de esgotos sanitários, através da ampliação de redes, e da implantação de novos sistemas, foram propiciadas 71.320 novas ligações domiciliares, elevando em 64% o número de pessoas atendidas.

No campo da habitação popular, mediante a construção e entrega de 24.442 casas, no decorrer desta nossa gestão, e mesmo não computadas as 24.057 outras em fase de execução ou de projeto, realizamos quase três vezes mais do que tudo que foi executado desde a criação da Companhia de Habitação em 1965. Mais do que isso: coerentemente à tese que defendemos no Seminário Nacional de Política Habitacional, de 1979, orientamos a atuação da COHAPAR no sentido de dotar os conjuntos habitacionais, para populações de baixa renda, com melhor infra-estrutura. Assim, para assegurar adequada qualidade de vida aos moradores, os conjuntos vêm sendo equipados com sistemas de abastecimento de água, de esgoto sanitário e rede completa de energia elétrica.

No terreno da organização espacial e da ocupação do território, também de singular relevância, uma das grandes aspirações da nossa sociedade é de que o Paraná mantenha o modelo equilibrado de distribuição espacial de sua população, de sua riqueza e de suas cidades. Assim, cabe às lideranças de todos os setores da vida social, econômica e política do Estado somarem esforços em favor desse objetivo. Fortalecer e prestigiar os Municípios — células a partir das quais se desenvolvem e se espalham ao conjunto da comunidade estadual, todas as iniciativas — é um imperativo inquestionável.

Desde os primeiros dias desta gestão temos levado aos Municípios, mediante programas de assistência técnica, administrativa e financeira, de estímulo aos investimentos do setor privado, de interiorização dos serviços públicos e da realização direta de obras, os benefícios de uma política descentralizadora. Esse processo ensejaria, inclusive, a criação e implantação da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios, destinada a funcionar como uma verdadeira Agência de Desenvolvimento.

Uma outra comprovação dessa política governamental é materializada pelo volume de recursos destinados pelo

Estado, nesses três últimos anos, às Prefeituras, como transferências voluntárias. As aplicações, nesse programa, totalizaram um montante equivalente a 11 bilhões de cruzeiros, em valores constantes de 1981. Tais recursos propiciaram a execução de 2.217 obras, diretamente pelos municípios, segundo prioridades elegidas em conjunto com as lideranças das comunidades respectivas.

A proposta de desenvolvimento que trouxemos para o atual período governamental fundamenta-se no conceito, tantas vezes reafirmado pela doutrina social cristã, de que as preocupações de natureza econômica devem ser orientadas pelos benefícios sociais que representam.

Se essa definição distingue nosso projeto de governo como orientado para a justiça social — conceito que pressupõe a canalização do esforço do poder público para viabilizar a participação de todos, e em especial daqueles que mais necessitam, nos frutos do desenvolvimento — a procura de novos parâmetros para o desenvolvimento social não pode esquecer a contrapartida econômica, essencial à mobilização dos instrumentos indispensáveis à obtenção dos resultados finais propostos.

Nesse âmbito, a agropecuária tem sido, e continuará sendo, a grande prioridade setorial, principalmente, pelo fato incontestável de que ainda somos uma economia com grande dependência em relação ao setor agrícola, apesar dos avanços já registrados na senda da industrialização. Além do mais, é também o agropecuário o setor que, no Paraná, dá resposta mais imediata aos investimentos, tanto no que se refere aos resultados econômicos quanto às suas repercussões sociais.

Na primeira Mensagem que tivemos a honra de apresentar ao Legislativo Estadual já afirmávamos que «industrializar não significa relegar as atividades primárias a um segundo plano. Através da diversificação e expansão desse setor poderá o Paraná criar bases sólidas para o seu desenvolvimento. Uma economia baseada na pluralidade in-

dustrial e agrária, dará ao Paraná e a seu povo as possibilidades de progresso e bem-estar que desejamos».

O Paraná, todos nós sabemos, atingiu padrões tecnológicos elevados, com níveis de produção e produtividade excelentes, na agropecuária comercial. A competência, a vocação e a capacidade gerencial dos nossos empresários do campo estão demonstradas pelo peso da agricultura paranaense na produção e na exportação nacional.

Por outro lado, os pequenos produtores rurais, principais geradores de alimentos básicos, têm sofrido em razão de limitada assistência, os dramas da baixa produtividade nas suas culturas, por conseguinte, do baixo nível de renda, os quais lhes dificultam o acesso a padrões mais adequados de qualidade de vida.

Foi para esse último segmento da agricultura paranaense que enfatizamos, como ações governamentais das mais importantes, as relacionadas com a regularização fundiária. Sempre nos sensibilizou o problema da regularização da posse definitiva da terra para o pequeno agricultor, que, sem a mesma, não tem acesso ao instrumental de fomento agrícola do Governo, especialmente ao crédito. Desse modo, através da ação articulada do Instituto de Terras e Cartografia e do convênio de cooperação firmado com o INCRA, promovemos a regularização, no triênio, de 36.415 lotes, além de 8.766 outros em fase de processamento, incorporando ao processo produtivo, com todas as garantias legais, 540 mil hectares de terra, isto é, o equivalente a quase 3% do território estadual.

Outra destacada iniciativa nesse setor é o Programa Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — PRORURAL, cuja implantação iniciou-se em 1981. Os estudos preliminares para a realização desse projeto foram iniciados junto com a montagem do Plano de Governo. Durante os primeiros dois anos da gestão, mobilizamos a estrutura governamental para viabilizá-lo. Aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, com elogiosas referências

como modelo de projeto voltado para a valorização do homem do campo e à revitalização de áreas rurais carentes, o PRORURAL teve deferido o financiamento de 80 milhões de dólares que, somados com recursos federais, do Estado e dos Municípios beneficiados, custearão o programa cujas aplicações totais equivalem a 216 milhões de dólares.

A opção pelos pequenos e médios agricultores, que caracteriza os programas do Governo, não significa relegar a plano inferior a agricultura comercial e os produtores de maior porte. A ação do Governo em favor desse segmento melhor equipado em nosso sistema produtivo é, basicamente, mais institucional do que assistencial, pois a agricultura comercial, pela sua força econômica e capacidade de mobilização de lideranças, tem amplas possibilidades de desenvolvimento.

O Governo atuou nessa área no sentido de influir na definição de normas visando ao aprimoramento das relações de mercado, à melhoria das condições de crédito para a comercialização, ao aperfeiçoamento da política de preços mínimos e de garantia, à consolidação e expansão das cooperativas, ao incremento dos serviços de classificação de produtos agrícolas, à ampliação das estruturas de abastecimento e à divulgação de informações agrícolas.

No campo da pesquisa e da experimentação agropecuária, a cargo do IAPAR, foram criadas, em 1981, mais 3 novas variedades de feijão, trigo e algodão, que, somadas às duas outras lançadas em 1980, perfazem as 5 espécies desenvolvidas pelo Instituto desde a sua criação. As mencionadas variedades, de elevada resistência, produtividade e adaptabilidade à tipologia de solo e clima de várias regiões, já passaram a contribuir para a elevação dos níveis de rendimento das culturas respectivas, nas regiões em que foram utilizadas.

Merecem também citação, na área agrícola, os programas PRONOROESTE — que canaliza recursos e assistência técnica para conservação do solo no meio rural — e

PROVARZEAS, destinado a tornar agricultáveis mais de um milhão e meio de hectares de várzeas, antes inaproveitadas.

Outra forma de apoio à agricultura comercial foi a definição de uma política de industrialização que privilegia a implantação de agroindústrias nas regiões de produção e que apóia os projetos industriais das próprias cooperativas.

A ênfase no financiamento aos emprendimentos agroindustriais integrados ou localizados junto às fontes produtoras de matérias-primas é evidenciada pelas destinações de recursos efetuadas pelo BADEP e BRDE ao setor privado. Entre 1979 e 1981, de um total de 40 bilhões de cruzeiros, 38 por cento — mais de 15 bilhões de cruzeiros — foram alocados aos ramos industriais de papel e papelão, madeira e produtos alimentares, caracterizados exatamente pelo uso das matérias-primas florestal e agropecuária e, consequentemente, de localização preferencial no interior do Estado.

Especial tratamento foi dado à pequena e à microempresa, cujo fortalecimento, além de constituir um caminho para a maior estabilidade do setor via consolidação de um empresariado em todo o território do Estado, propicia a interiorização do desenvolvimento, uma maior geração de empregos e o aumento da produção de bens para consumo local. Nesse sentido, o PROMICRO, programa estadual iniciado em 1979, apoiou com financiamentos sob condições especiais em relação ao custo usual do dinheiro, 627 empresas. Ademais, contribuiu para o aperfeiçoamento gerencial das pequenas e microempresas, mediante a promoção de diversos cursos de administração e gerência.

As atenções dispensadas pelos órgãos de fomento às pequenas empresas paranaenses e à prioridade dos empreendimentos industriais voltados para o aproveitamento de matérias-primas locais, caminharam lado a lado com a preocupação de atrair para o Paraná outros ramos industriais relacionados com a diversificação industrial. Esse esforço fica bem evidenciado pelos números resultantes da atuação do CENDI — Centro de Desenvolvimento Industrial, que re-

gistra, no triênio, a decisão de 45 novos investimentos industriais de porte no Estado.

Estas ações de fomento à atividade econômica se completam com os serviços de apoio propiciados pelo Conglomerado BANESTADO. As prioridades desse complexo financeiro oficial estiveram voltadas para uma maior assistência ao empresariado paranaense, para a cobertura às exportações, para a ampliação da estrutura de prestação de serviços no território estadual — com a instalação de 15 novas agências — além da expansão nos financiamentos — com taxas favorecidas — às pequenas, médias e microempresas, os quais totalizaram 3 bilhões de cruzeiros.

Para melhor cumprir os objetivos de apoiar e fortalecer as empresas paranaenses, em todos os setores, duas novas unidades foram incorporadas ao Conglomerado: a BANESTADO Leasing e o Banco Del Paraná — criado no Paraguai em 1980, onde já possui 4 agências em funcionamento.

No setor energético a ação governamental caracterizou-se, no triênio, pela preocupação em disciplinar e racionalizar os esforços dos diversos órgãos estaduais envolvidos, com vistas a compatibilizar o uso da energia consumida no Estado às novas exigências da economia brasileira.

As medidas de ordem estratégica adotadas foram, já em 1979, a transformação da COPEL em Companhia Paranaense de Energia, com atribuições mais abrangentes na pesquisa e identificação de fontes não-convencionais e no desenvolvimento de novas tecnologias, bem como a criação e instalação do Conselho Estadual de Energia. Destaque-se que, com base na avaliação dos recursos energéticos do Estado, iniciada no mesmo ano, foi definido e aprovado, em fins de 1980, o Plano Energético do Paraná. Essas medidas de longo alcance possibilitaram ampliar o entrosamento entre o Estado, a União, os Municípios e a Comunidade, em inúmeros projetos específicos voltados para a consecução das metas estabelecidas pelo mencionado Plano.

Nesse sentido, desde 1981, estão sendo executados projetos básicos, cujos resultados não são apenas quantitativos, no que se refere à economia de combustível, mas, principalmente, comportamentais, pelo envolvimento direto da comunidade. Destacamos, dentre eles: o Projeto de Utilização Racional de Óleo Combustível, envolvendo 175 empresas paranaenses; o Projeto de Correção de Baixo Fator de Potência, abrangendo 100 empresas; o Projeto de Substituição de Óleo Diesel e Óleo Combustível por Eletricidade, já aplicado em 54 indústrias; e o Projeto de Substituição de Óleo Combustível por Carvão Mineral nas Indústrias de Cimento, o qual já possibilitou a economia de 200 mil toneladas daquele derivado de petróleo.

Quanto à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, entraram em operação, em 1981, a segunda e terceira unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, quadruplicando a disponibilidade de energia própria da COPEL, em relação à instalada em 1979, liberando o Estado da compra de energia em outras concessionárias para atender à demanda.

No decorrer do triênio, foram construídos 454 quilômetros de linhas de transmissão, 12.700 novos circuitos de distribuição e as redes urbanas foram ampliadas em 5.687 km, beneficiando 260 municípios. Foram também efetuadas 256.000 novas ligações, tendo a COPEL, em 1981, ultrapassado o número de um milhão de consumidores.

A eletrificação rural, elemento essencial para melhoria dos padrões de bem-estar do homem do campo, teve significativo avanço. Em janeiro de 1979, existiam 38 mil propriedades ligadas à rede da COPEL. Até dezembro de 1981, 31 mil novas ligações haviam sido efetuadas, quase duplicando o número de propriedades atendidas e, inclusive, superando as metas do Plano Energético do Paraná.

Com o propósito de oferecer, também na Região Norte Pioneiro, serviços de padrão compatível com as necessidades e expectativas da população de seus 30 municípios,

a COPEL adquiriu o controle acionário da Companhia Hidroelétrica do Paranapanema, em meados de 1981, investindo na transação 631 milhões de cruzeiros. Já nesse mesmo exercício, foram iniciadas as obras de melhoria nos serviços, cujos custos ultrapassam o montante de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros.

Também em 1981 foram iniciadas as obras preliminares à construção da Usina Hidrelétrica Segredo, que terá, quando em operação, 1.260 megawatts de potência, sendo concluído também o seu projeto básico.

A ação no setor Transportes, nos últimos três anos, orientou-se para uma adequada integração com as diretrizes da política energética nacional; para a supressão de lacunas na malha rodoviária estadual; a manutenção, restauração e reaparelhamento da infra-estrutura rodo-porto-aeroviária; a obtenção do máximo de rendimento do sistema para atender às necessidades de escoamento das safras; e para o estabelecimento de novas propostas e projetos com vistas a racionalizar e tornar mais econômico o uso das malhas e equipamentos de transportes.

Foram concluídos, no decorrer de nossa gestão, 960 quilômetros de rodovias pavimentadas e 198 quilômetros de estradas com revestimento primário. A expansão verificada nesses últimos anos na rede rodoviária estadual vem exigindo modificações anuais na distribuição dos recursos, com orçamentos proporcionalmente maiores, a cada ano, para a conservação das vias implantadas. Entre 1979 e 1981, em valores constantes, os gastos em manutenção elevaram-se de 2 bilhões e 800 milhões para 3 bilhões e 900 milhões de cruzeiros. Além disso, a aplicação de recursos na conservação especial das estradas municipais, para escoamento das safras, tem sido expandida ano a ano.

No Porto de Paranaguá foi recuperada parte do cais comercial, substituídos equipamentos depreciados, iniciadas as obras de dragagem do Canal da Galheta e de construção do terminal «roll-on/roll-off», merecendo destaque o fa-

to de que Paranaguá foi o primeiro porto brasileiro a operar nesse sistema. O Porto de Antonina, reativado para receber o carvão destinado a substituir óleo diesel e óleo combustível nas indústrias paranaenses, foi também objeto de um conjunto de obras e melhoramentos. A movimentação de cargas pelos dois portos atingiu, em 1981, a casa dos 10 milhões de toneladas. É importante assinalar também que a reativação do Porto de Antonina representou novo alento para a economia da região, há muitos anos estagnada e em vias de retrocesso. As exportações via Porto de Paranaguá proporcionaram uma receita cambial no montante de 3 bilhões de dólares, participando com 13% da receita cambial brasileira, em 1981. Com esse resultado, a geração líquida de divisas pelo Paraná, no último triênio, passa a totalizar quase 6 bilhões de dólares.

Para melhorar o nível de qualidade no atendimento aos usuários de transportes coletivos, foi implementado um programa de construção de terminais rodoviários de pequeno porte para cidades do interior. Por seu intermédio, 7 obras já foram concluídas e 45 outras iniciadas e em diversas fases de execução. Com idêntico objetivo, o Governo Estadual deu apoio a 4 prefeituras para a construção de terminais de médio porte. Na execução destes programas foram investidos 580 milhões de cruzeiros em 1981.

Queremos destacar, também, a instalação pioneira, pelo Paraná, das Centrais de Informações de Fretes, destinadas a racionalizar o transporte de carga, reduzindo o desperdício de combustível e criando facilidades aos caminhoneiros que transportam riquezas por todo o País. No seu primeiro ano de funcionamento, as oito Centrais instaladas propiciaram o comissionamento de 386.550 toneladas de cargas, atendendo a 20.000 motoristas.

Para promover maior integração social e política entre os paranaenses, mediante o acesso às programações televisadas, principalmente para as comunidades que dispõem de limitados recursos de informação e lazer, a RADIPAR desenvolveu intenso programa de atividades, ampliando signifi-

cativamente a área coberta no território do Estado, com sinais de TV de boa qualidade.

O Plano Básico de Distribuição de Canais de TV, montado pela empresa e aprovado pelo Ministério das Comunicações em 1980, fez do Paraná o primeiro Estado brasileiro a dispor de um plano global de enlaces de repetição e retransmissão de sinais de TV. Com base nesse plano, a RADIPAR pôde aumentar de 15 para 81, em três anos, o número de estações em operação no Estado, e de 20 para 90 as cidades servidas.

O índice de produtividade e racionalização do sistema TELEPAR praticamente dobrou. O número de telefones em serviço cresceu de 305 mil para 569 mil, com aumento de 87% em três anos. No mesmo período, as localidades atendidas aumentaram de 408 para 715. Ao final de 1981, 225 comunidades estavam ligadas ao sistema DDI, 91 operavam em DDD, e todas as demais localidades que ainda dependiam de operador foram integradas ao sistema automático.

Cabe ressaltar, também, o pioneirismo do atendimento propiciado aos deficientes, no campo da telefonia. Em 1981, foram instalados, em locais estratégicos, aparelhos telefônicos com controle de volume para uso por deficientes auditivos e a baixa altura para utilização por paraplégicos.

Para estender os benefícios da telefonia às populações mais humildes e mais carentes, foram instalados 350 postos de serviço em vilas, povoados e pequenas comunidades rurais de todo o Estado, inclusive facilitando a ligação de pequenos produtores com as CEASAs, para obtenção de informações sobre preços, mercados e outros assuntos do seu interesse. Nas áreas urbanas, o número de telefones públicos mais do que dobrou, passando de 1.877, no início de 1979, para 4.114 ao final de 1981.

Na área administrativa, foram privilegiadas, sempre, políticas de austeridade. Ciente da escassez de recursos e da crescente demanda por novos atendimentos da parte das comunidades, o Governo Estadual implementou medidas es-

peciais de racionalização e controle sobre as aplicações de todos os setores, de modo a orientá-las para a produção de efetivos benefícios à população estadual. De igual modo, buscou-se, a todo o tempo, facilitar o acesso dos usuários aos serviços públicos de responsabilidade do Estado, eliminando entraves burocráticos e interiorizando as estruturas de atendimento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Sabemos que muito há ainda por fazer, mas, é importante reconhecermos que muito já foi feito. Enfrentamos dificuldades, mas essas nos estimulam e não nos abatem. Temos desafios, mas esses instigam o poder de criatividade do nosso povo em superá-los.

A prodigalidade da nossa terra, a qualidade da nossa gente, nos entusiasmam na convicção plena de que Povo e Governo — este último na sua acepção mais abrangente, englobando o Legislativo, o Judiciário e o Executivo — juntos continuaremos na construção de um futuro de grandeza, tendo a nos orientar os sentimentos maiores de liberdade com solidariedade.

O Paraná traça hoje — pelos objetivos sociais, políticos e econômicos que define, encarna e viabiliza — o seu destino de sociedade produtiva, justa e solidária. Está, como sempre, consciente das suas responsabilidade e da missão que lhe cabe no convívio da Federação Brasileira.

Implantamos, em 20 anos, uma infra-estrutura econômica invejável, em termos de realidade brasileira. Temos uma malha viária que atende às necesisdades de integração inter-regional, do escoamento da produção e do acesso das populações aos bens e serviços. A energia elétrica, dada a existência de um sistema de geração própria, já supre, inteiramente, as nossas necessidades. Dispomos de um sistema avançado de telecomunicações, que permite aos paranaenses, em todos os municípios, e hoje até em comunidades rurais, comunicação fácil e eficiente com qualquer localidade servida pela rede nacional ou internacional.

Afirmei, ao tomar posse perante esta Assembléia: «Não prometo mais do que posso, também não farei menos do que devo». É o que tenho feito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, sob a inspiração daquele amor à nossa terra e à nossa gente, tão bem expresso pelo grande paranaense Caetano Munhoz da Rocha, que governou este Estado e a quem, neste período de governo, rendemos a homenagem merecida na efeméride do seu centenário de nascimento, rememorando estas suas palavras:

«O imperativo irresistível de nos bater pelo Paraná e para o Paraná, ao qual temos servido em toda a alma, padecendo com seus sofrimentos exultando com as suas glórias e cujos sonhos de grandeza irrefreável acalentamos com carinho, consagrando ao fulgor de sua vida todas as formas, todas as energias e todos os entusiasmos de nossa vida».

Ao assumir este cargo, trazia como resoluta convicção a de que, criando sobre a herança recebida, deveríamos, com o mesmo entusiasmo, a mesma dedicação e o mesmo impulso renovador com que governamos o Estado pela primeira vez, consagrar o melhor das nossas energias à consecução de uma obra de governo predominantemente orientada para o encaminhamento de soluções na área social.

Assim o fizemos e, através do Relatório que fazemos presente, pretendemos deixar claro, para análise de todos, que, diligentemente, colocamos em prática a filosofia de governo anunciada ao apresentar aos paranaenses as diretrizes que pretendíamos seguir. O relato detalhado das ações setoriais mostrará, em seus pormenores, que nossa administração foi conduzida em consonância com as prioridades e exigências de uma nova época, e a partir das aspirações da comunidade à qual, com muita honra e com muito amor, procuramos bem servir.

Fizemos algumas referências ao passado, porque nele encontramos os fundamentos do presente que vivemos, assim como governamos, hoje, com a mente e o coração voltados para o Paraná do futuro. Futuro, cuja construção re-

quer de todos nós equilíbrio e ponderação, para não incidirmos no erro dos que pretendem mudar, de um dia para o outro, a face da história e estabelecer novas premissas sem amadurecer experiências e consolidar as conquistas alcançadas.

Se pretendemos um novo modelo de sociedade, mais humana, mais feliz e mais justa; se desejamos um mundo onde a justiça social com liberdade seja a regra básica de convivência; se queremos uma mudança de estruturas que amenize e, gradativamente, elimine o sacrifício dos muitos que quase nada têm e dão praticamente tudo para que o progresso material da humanidade continue; devemos ter a coragem do diálogo como exercício de respeito mútuo.

Senhores Deputados:

Iniciei esta minha explanação repetindo frase que disse, há mais de duas décadas, ao prestar contas, então, do primeiro ano de governo daquele mandato. Tinha minoria nesta Casa. Os anos se passaram. Retornei à Chefia do Executivo, agora contando com a maioria de representantes. Todos sabemos que em oito anos de Governador recebi críticas e sugestões, mas, o que importa é que mesmo quando tinha minoria, nunca recebi o desestímulo de ver rejeitado um projeto em favor do Paraná. Todos foram aprovados. Numa demonstração concreta de que são absolutamente válidos os ditames das instituições democráticas quando definem a independência e a harmonia entre os Poderes.

Há, e deve sempre haver, a união dos que querem trabalhar em favor do Povo quando está em questão o bem comum. É com espírito de justiça que agradeço ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário pelo muito que fazem, com acendrado amor, em favor do Paraná. Aos meus companheiros do Executivo também agradeço, conhecendo a sua grande dedicação para com esta terra e suas causas. Estendo

meu reconhecimento àqueles que, integrando órgãos do Governo Federal em nosso Estado, apoiaram com interesse e desvelo as realizações em favor das nossas comunidades. Sou igualmente reconhecido, pela ajuda ao Paraná, a todos organismos intermediários que representam os vários segmentos de nossa sociedade. Aos poderes do nível municipal, além da gratidão, reafirmo o compromisso: continuaremos juntos também em favor de uma reformulação tributária que dê aos municípios e estados-membros condições efetivas para a solução de seus problemas.

Aos responsáveis pelos veículos de comunicação social, de grande importância para a formação do que se pode chamar «vontade de um povo», nós agradecemos pelo empenho que têm em divulgar o Paraná, colaborando, intensamente, na atração para esta região de novas forças de desenvolvimento. Agradeço também pelo compromisso que cumprem com a verdade, requisito de fundamental importância para a manutenção de um clima de tranquilidade social.

Excelentíssimos Senhores Deputados: os senhores representam o povo deste querido pedaço do Brasil que tanto amamos. Sendo esta a última vez que, como Governador, venho prestar contas a este Poder, o faço, é evidente, com muita emoção.

Movido pelo respeito que tenho a esta Casa, onde há poucos anos, sagrado juramento prestei, permito-me acrescentar algo a esta introdução: pelos caminhos da vida nunca me afastei da rota balizada pela mais absoluta dignidade; nada me abate, nem sinto se há nesses caminhos pedras, obstáculos, espinhos porque me junto a muitos ao abraçarmos unidos uma causa que nos empolga e ofusca tudo o mais, pois entendemos que nossa missão é mais duradoura que o tempo de nossas vidas e temos no fundo da alma a imensidão de sua grandeza que sintetizamos repetindo — «na realidade, só é digna de viver a causa pela qual vale a pena morrer. E o Brasil é uma dessas causas. Para nós, a maior delas.»

Vossas Excelências, Senhores Deputados, julgarão minhas contas, o Povo julgará minha vida pública, Deus julgará minha vida toda.

Curitiba, 1º de março de 1982.

NEY BRAGA
Governador do Paraná

RELATÓRIO

CAMPO INSTITUCIONAL

APOIO AOS MUNICÍPIOS

1. INTRODUÇAO

A partir do entendimento de que é nos municípios que as pessoas não apenas habitam, mas trabalham, vivem e convivem — merecendo, por isso, ter melhores condições e o direito de usufruir de melhor qualidade de vida — adequou-se a administração estadual, procedendo-se à uma reorganização de sua estrutura.

Essa reorganização teve como propósito principal o de dotar a administração de instrumentos adicionais para enfrentar os desafios crescentes da urbanização e para ampliar o atendimento às necessidades sempre prioritárias do meio rural.

Iniciando-se em 1979, com a criação de programas orçamentários de atendimento às cidades de pequeno e médio porte e com a formulação de decidida orientação para que as entidades estaduais simplificassem e ampliassem sua atuação junto às localidades do interior, este processo teve decisiva consolidação com a criação e instalação, a 23 de fevereiro de 1981, da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios — SEDM, destinada a se constituir numa verdadeira agência de desenvolvimento municipal.

No decorrer de 1981, inclusive como conseqüência da orientação governamental estabelecida desde os primeiros dias da presente gestão, caracterizaram-se como políticas de ação no campo de apoio aos municípios:

- Ampliação das ações de assistência técnica aos municípios;
- Descentralização das estruturas de atendimento, colocando-as de modo desburocratizado mais próximas das Prefeituras Municipais;
- Resistência à simples substituição de atividades antes exercidas por outros órgãos — caracterizando a SEDM como órgão capaz de aumentar o rendimento das ações de fortalecimento dos municípios;
- Apoio técnico e financeiro para que os próprios municípios identifiquem e selecionem prioridades, envolvendo as comunidades respectivas na formulação dos critérios de relevância para as suas escolhas;
- Atenção às representações políticas e às demais lideranças comunitárias como forma democrática de adequar realizações às expectativas;
- Fortalecimento da atividade empresarial a nível local e regional, induzindo a retenção da renda, seu giro no contexto regional e, por conseqüência, à ampliação firme do mercado de trabalho, o crescimento estável das pequenas e médias cidades e a limitação das migrações para os grandes centros;

— Incentivo permanente ao emprego de tecnologias compatíveis com as características locais de cada município — privilegiando a absorção de mão-de-obra — e à preservação dos grandes valores que integram e caracterizam como singular o modo de viver do interior;
— Simplificação do atendimento às Prefeituras, eliminando toda espécie de entraves burocráticos e trâmites prolongados, em particular no que tange ao repasse de recursos por parte das organizações estaduais;

Definiu-se também como linha prioritária, a de atuar, permanentemente, no sentido de atingir mais equânime distribuição dos recursos públicos — através de concretas modificações no campo tributário — com vistas ao fortalecimento das finanças municipais e ao aumento de sua capacidade própria de realização.

A partir desta reorientação da estrutura operacional do Estado, passaram a vincular-se à SEDM, além da Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR — estreitamente relacionada ao campo social, cuja atuação é relatada em capítulo específico — a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR e a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, cujas ações são apropriadamente descritas nas páginas seguintes deste relatório.

2. AÇÕES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS — SEDM

A partir de sua instalação em fevereiro, a SEDM disciplinou a alocação de recursos e efetuou o controle físico-financeiro de obras e serviços que beneficiaram 284 municípios.

Os recursos alocados por seu intermédio e com o apoio orçamentário da SEPL, atingiram, no decorrer de 1981, a Cr$ 1,9 bilhão, possibilitando a geração de aproximadamente 20.000 empregos.

APOIO À EXECUÇÃO DE OBRAS PELOS MUNICÍPIOS

Desse modo, foram propiciadas, no decorrer do exercício, 1.287 obras, elevando-se para mais de 2.200 as obras executadas — no último triênio — pelos municípios com o apoio de transferências financeiras voluntárias do Governo do Estado. O desdobramento dos atendimentos, em 1981, pode ser assim sintetizado:

* PAVIMENTAÇÃO — Execução de 1.028.000 m2 de obras de pavimentação (asfáltica, poliédrica, "brokret") em ruas de 147 municípios, totalizando aplicações equivalentes a Cr$ 597,2 milhões;
* ILUMINAÇÃO — Extensão da rede de distribuição de energia elétrica, para novas ligações domiciliares, iluminação de canchas esportivas e

de praças, troca de lâmpadas e luminárias, em 159 municípios, com aplicações de Cr$ 280,1 milhões;

* CALÇADAS — Execução de 85.043 m2 (aproximadamente 28 km) de calçamentos em passeios e logradouros públicos, atendendo a 34 cidades do interior, totalizando aplicações de Cr$ 40,9 milhões;
* CANCHAS POLIVALENTES — Construção de 58 canchas esportivas (incluindo canchas de areia em distritos), com aplicações de Cr$ 86,6 milhões;
* GINÁSIOS DE ESPORTES — Construção de 27 ginásios, com capacidade variando de 2.000 a 5.000 pessoas, possibilitando atender, com os já existentes, praticamente todo o interior, envolvendo aplicações de Cr$ 211,4 milhões;
* OBRAS PÚBLICAS — Liberados recursos no valor de Cr$ 132,6 milhões para 63 municípios, com vistas à construção de sedes de prefeituras, bibliotecas municipais, instalações de britagens, fábricas de artefatos de cimento e aquisição de terrenos para execução de obras;
* PRAÇAS — Foram construídas ou estão em fase de acabamento 136 praças, incluindo os "playgrounds", arborização, bancos, etc., em 127 cidades, com aplicações de Cr$ 228,2 milhões;
* REVESTIMENTO PRIMÁRIO — Execução de revestimento e drenagem em 149 km de diversas estradas municipais, em especial aquelas ligando as sedes aos distritos, com linhas de ônibus, beneficiando 16 municípios, totalizando aplicações de Cr$ 21,7 milhões;
* SANEAMENTO — Execução de canais, drenagens e tubulações em 45 municípios, numa extensão de 35.890 m, com aplicações de Cr$ 76,2 milhões;
* TRANSPORTE ESCOLAR — Aquisição de 22 ônibus ou veículos tipo Kombi, para o transporte escolar, com aplicação de Cr$ 18,9 milhões;
* MEIOS-FIOS E SARJETAS — Execução de 52.911 m de meios-fios e sarjetas em ruas pavimentadas de 25 cidades, como complementação a obras de combate à erosão, envolvendo aplicações de Cr$ 22,7 milhões;
* PONTES — Construção de 29 pontes em estradas municipais com aplicações equivalentes a Cr$ 33,6 milhões;
* CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTOS EM ESTÁDIOS MUNICIPAIS — Construção de estádios, gramados, alambrados, vestiários, etc., em 25 cidades, com aplicações de Cr$ 34,2 milhões;
* HOSPITAIS E MINIPOSTOS DE SAÚDE — Apoio financeiro à construção de 13 hospitais e minipostos de saúde, principalmente nos distritos mais carentes, com aplicações de Cr$ 26,7 milhões;
* CENTROS COMUNITÁRIOS — Construção de 15 centros comunitários em pequenas comunidades, com aplicações de Cr$ 14,3 milhões;
* TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS — Construção de 5 rodoviárias com projetos simples, funcionais, e com possibilidade de ampliação quando necessário, totalizando aplicações de Cr$ 12,0 milhões;
* CRECHES E OBRAS SOCIAIS — Construção de sede para a ANTR e de escolas para o SENAI, SENAC, em 6 cidades do interior, com aplicações de Cr$ 22,3 milhões;

* FACULDADE e "CAMPI" UNIVERSITÁRIOS — Aplicação de Cr$ 29,5 milhões, além de mais 4 faculdades e "campi" universitários, que estão sendo construídos em cidades de porte maior;
* MAQUINÁRIO — Destinação de recursos no montante de Cr$ 61,9 milhões para aquisição de motoniveladoras, tratores, caminhões basculantes e outros equipamentos para 36 municípios.

SINOPSE DOS RESULTADOS DO APOIO FINANCEIRO DA SEDM AOS MUNICÍPIOS — 1981 —

Em Cr$ milhões

Espécie de ação	Unidade	Quantidade	Municípios Beneficiados	Valor
Pavimentação urbana	m2	1.028.000	147	597,2
Calçadas	m2	85.043	34	41,9
Meios-fios e sarjetas	m	52.911	25	22,7
Iluminação	—	—	159	280,1
Canchas polivalentes	unid.	58	48	86,6
Ginásio de esportes	unid.	27	27	211,4
Melhorias em estádios	—	—	25	34,2
Obras públicas	prédios	86	63	132,6
Praças	unid.	136	127	228,2
Pontes	unid.	29	22	33,6
Revest. primário	km	149	16	21,6
Maquinário	—	—	36	61,9
Rodoviárias	unid.	5	5	12,0
Saneamento	m	35.890	45	76,2
Transp. escolar	veíc.	22	22	18,9
Hosp. miniposto de saúde	unid.	13	13	26,6
Centros comunitários	unid.	15	15	14,3
Creches e obras sociais	unid.	6	6	22,3
Fac. e "Campi" Universit.	unid.	4	4	29,5
TOTAIS				1.951,8

FONTE: SEDM.

AÇÕES ESPECIAIS

A SEDM e a Secretaria do Interior iniciaram, em 1981, o desenvolvimento de um projeto para a instalação em Piraí do Sul, de uma usina sanitária biogaseificada, destinada à produção de gás destinado a substituir o Gás Liquefeito de Petróleo — GLP no consumo doméstico, mediante o tratamento de lixo e de esgotos.

O projeto, que envolve recursos de Cr$ 80,0 milhões, foi dimensionado para atender ao consumo de GLP de toda a população da cidade, (9.540 habitantes), com a produção de biogás metânico.

A realização do projeto em Piraí do Sul propiciará determinar a viabilidade de um programa de implantação de unidades similares em todo o Estado, em nível capaz de substituir inteiramente o GLP consumido pela população urbana.

PROGRAMAÇÃO DE 1982

A elaboração do programa de obras da SEDM para 1982 foi executada a partir da detecção das necessidades prioritárias de cada comunidade, através de questionamento efetuado a todos os municípios estaduais.

Além dos questionários, equipes técnicas da Secretaria deslocaram-se para o interior e assessoraram a Gerência Superior dos Municípios na definição de obras enquadradas nos balizamentos fundamentais da ação da SEDM, quais sejam: gerar empregos, contribuir para a permanência da população nos locais onde vivem e melhorar a qualidade de vida.

O programa resultante acha-se sintetizado no demonstrativo a seguir:

PROGRAMA DE OBRAS DE 1982 SEGUNDO PRINCIPAIS ESPÉCIES

Em Cr$ mil

Espécie de ação	Quantidades Municípios	Obras	Particip. SEDM	Financeira PM
Pavimentação (m2)	171	1.882.937	1.251.198	608.106
Calçadas, meios-fios e sarjetas	46	199.505	70.697	54.141
Ext. rede elétr. / iluminação	110	—	391.933	82.942
Praças — ampl. e iluminação	—	96	178.780	78.758
Canchas esport. e melhorias	92	207	235.271	88.595
Gin. Esp. Constr. e melhorias	40	40	490.787	218.606
Creches — Ampl. e conclusão	27	30	65.539	37.870
Pontes, bueiros e galerias	25	42	57.586	6.106
Posto de saúde distrital	24	40	39.600	11.495
Abrigos p/passag. ônibus/táxi	9	170	12.616	150
Centro Social e Clube Rúral		29	85.428	30.035
Posto de correio/Polícia	7	7	7.673	1.115
Posto de telefone	6	7	5.170	1.780
Torre de TV	9	9	11.200	3.874
Transporte escolar/diversos	45	211	107.160	13.586
microssistema de água		29	83.487	13.525
Parque infantil	22	77	17.585	949
Saneamento (esg. e fossas)	17	771	40.701	37.438
Eletrificação rural	5	—	12.500	19.682
Outras construções	37	Diversas	248.700	75.297
TOTAIS	—	—	3.413.612	1.384.050

FONTE: GAB/SEDM

PAVIMENTAÇÃO DE BAIXO CUSTO EM ÁREAS URBANAS DE BAIXA RENDA — PROPAV

Foi montado também em 1981 um programa para pavimentação de baixo custo em áreas urbanas de baixa renda, a ser executado em oito municípios de médio porte do Estado, quais sejam: Londrina, Apucarana, Maringá, Paranavaí, Umuarama, Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa.

Após o levantamento das necessidades nos municípios a serem beneficiados, foi assinado em outubro o protocolo de intenção com o Governo Federal, sendo interveniente no âmbito estadual a SEDM, já tendo sido encaminhados à Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU todos os documentos necessários para a efetivação do convênio no início de 1982.

O programa envolve investimentos no montante de Cr$ 750,0 milhões, a serem distribuídos em partes iguais entre os municípios que participarão do mesmo.

3. FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ — FAMEPAR

Para poder ampliar a assistência prestada às municipalidades e apoiar os projetos de desenvolvimento dos municípios, a FAMEPAR descentralizou sua base operacional, com a instalação de 13 escritórios regionais, aproveitando, onde já existiam, as instalações da EMOPAR, e alocando, nesses escritórios, pessoal técnico adequadamente qualificado.

Tais escritórios regionais foram instalados em Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Santo Antonio da Platina, Umuarama e União da Vitória.

A assistência contábil-financeira compreendeu a orientação aos contadores municipais para a correta elaboração de prestações de contas, de escrituração contábil, de balanços e balancetes, de análise de capacidade de pagamento e/ou de endividamento, bem como o estudo da viabilidade econômica dos projetos e o atendimento a consultas de natureza contábil-financeira em geral.

O atendimento jurídico foi prestado por meio da elaboração de pareceres e informações, de atendimento a consultas verbais, da elaboração de anteprojetos de leis e outros atos de interesse das Prefeituras e Câmaras Municipais, bem como através da elaboração de minutas de contratos, de orientação quanto à interpretação de legislação e outras atividades correlatas.

Quanto à assistência administrativa, dirigiu-se à modernização das estruturas e dos processos administrativos, tanto das Prefeituras quanto das Câmaras Municipais. Com essa finalidade entre outras ações, foram elabora-

dos projetos de estrutura organizacional básica de prefeituras, de reorganização do quadro de pessoal estatutário e tabelas dos empregados regidos pela CLT, e regulamentados serviços das municipalidades.

Na área de apoio ao desenvolvimento urbano, os atendimentos foram constituídos, principalmente, pela elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, pelo acompanhamento e fiscalização de obras, elaboração de planos de ação, análise dos programas de aplicação de recursos transferidos aos municípios, elaboração do perfil de cidades e levantamentos topográficos.

ASSISTÊNCIA PRESTADA PELA FAMEPAR AOS MUNICÍPIOS

Tipo de Assistência	Verbal	Escrita	"in loco"	Total	Municípios Atendidos
Contábil-financeira	694	96	10	800	222
Jurídico	1.933	135	28	2.096	263
Administrativa	126	32	40	198	99
Desenvolv. urbano	1.292	315	232	1.839	165
TOTAIS	4.045	578	310	4.933	—

FONTE: SEDM/FAMEPAR

Em termos comparativos com os exercícios anteriores, o perfil de atendimento, assume a configuração a seguir:

ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA PELA FAMEPAR

Especificação	1979	1980	1981
Contábil-financeira	712	649	800
Jurídica	1.864	1.504	2.096
Administrativa / modernização	536	393	198
Planejamento / desenv. urbano	1.183	1.733	1.839
TOTAIS	4.295	4.279	4.933

FONTE: SEDM/FAMEPAR

TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

A FAMEPAR deu prosseguimento ao programa de treinamento de servidores municipais, com vistas a eliminar um dos problemas cruciais com que se defrontam as municipalidades: a insuficiência de pessoal devidamente capacitado.

Os treinamentos realizados em 1981, envolvendo servidores de 223 municípios, abrangeram especialmente as áreas de orçamento e contabilidade, administração de pessoal, pavimentação de vias urbanas e de aperfeiçoamento de secretárias executivas.

EVOLUÇÃO DOS TREINAMENTOS REALIZADOS PELA FAMEPAR

Especificação	1979	1980	1981
Cursos realizados	7	12	13
Número de participantes	183	407	576
Municípios beneficiados	130	287	223

FONTE: SEDM/FAMEPAR

Dentre os cursos promovidos pela Fundação em 1981, merecem destaque:

* Pavimentação de Vias Urbanas, realizado em Curitiba, Ponta Grossa, Pato Branco, Paranavai e Cornélio Procópio, para 204 participantes de 110 municípios;
* Formação de Secretárias Executivas, realizado em Curitiba para 39 participantes de 21 municípios;
* Administração de Pessoal, realizado em Curitiba para 38 participantes tes de 25 municípios; e
* Atualização em Contabilidade, realizado em Curitiba para 30 participantes de 25 municípios e
* Encontro Sobre Simplificação do Orçamento, realizado em Bandeirantes, Maringá, Francisco Beltrão, Medianeira e Curitiba, para 265 participantes de 173 municípios.

APOIO A NOVOS MUNICÍPIOS

Além dos 290 municípios instalados no Paraná até março de 1979, outros 13 municípios foram legalmente criados no Estado até o final de 1981, conforme detalhamentos constantes do relatório de atividades da Secretaria da Justiça.

Considerando que por ocasião da instalação de tais municípios; a primeira administração terá de partir do marco inicial, a Fundação passou, desde logo, a preocupar-se com a preparação do material capaz de complementar a assistência técnica que dará em tal ocasião. Nesse sentido, foram já reservadas coletâneas em 4 volumes, de toda a documentação necessária à implantação de uma administração racional e eficiente.

Cada coletânea compreende as normas de organização administrativa, a legislação básica pela qual deve se pautar a administração municipal, os modelos e orientações sobre as finanças municipais e, ainda, toda a legislação federal e estadual de interesse dos municípios.

METRONOR

No desenvolvimento do projeto de instalação da Metrópole Linear do Norte — METRONOR, registraram-se, no decorrer de 1981, os seguintes eventos:

* No Campo Institucional

— Transferência à SEDM da responsabilidade pelas atividades relativas ao projeto;
— Celebração, em 26 de junho, de convênio entre o Governo do Estado e Prefeituras Municipais de Ibiporã, Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Maringá e Paiçandu;
— Constituição do Conselho Deliberativo — órgão máximo de decisão — integrado pelos Prefeitos dos municípios indicados e pelos Secretários do Planejamento, Interior, da Indústria e do Comércio, dos Transportes e de Desenvolvimento dos Municípios, sob a Presidência deste último;
— Criação do Conselho Consultivo — de apoio ao primeiro — composto pelos Presidentes das Câmaras de Vereadores dos municípios envolvidos, pelos dirigentes da FAMEPAR, COHAPAR, SANEPAR, SUREHMA, TELEPAR, CENDI, BADEP, COPEL e DER e pelos Reitores das Universidades Estaduais de Londrina e Maringá.
— Instalação, em 26 de agosto, na cidade de Apucarana, do METRONOR, com a realização da primeira reunião do Conselho Deliberativo e designação do Coordenador do Escritório.

* No Campo Financeiro

— A implementação do escritório do METRONOR de Apucarana — executada com recursos do convênio estabelecido pelo Governo do Estado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano — FNDU, e edição do "Plano Diretor do Eixo Londrina-Maringá", em sua versão definitiva;
— Determinação através do mencionado convênio, de aplicações no montante de Cr$ 13 milhões para a formulação do "Plano Diretor de Abastecimento D'água e Controle da Poluição no METRONOR", a ser elaborado através da SUREHMA e com interveniência da SEPL;
— Foram assegurados pelo "Programa de Mobilização Energética — PME", do Paraná, através do convênio celebrado a 23/02/81 com o Ministério dos Transportes, os recursos — no montante de Cr$ 64,7 milhões — para a elaboração dos projetos de ampliação da capacidade das rodovias BR-369 e 376, entre Londrina e Maringá.

* No Campo Operacional

— Em abril de 1981, foi concluído o documento do "Plano Diretor do Eixo Londrina-Maringá";

— Em agosto, foram assinados contratos entre o DER-PR e empresas consultoras para a elaboração dos projetos de ampliação da capacidade das rodovias BR-369, e BR-376;
— No mês de outubro, iniciaram-se os estudos destinados à formulação da proposta básica para o desenvolvimento do METRONOR, tomando-se por marco a análise dos setores produtivos da região e as propostas de atuação contidas no Plano Diretor;
— Foi dado início à caracterização do perfil industrial e cadastro das empresas industriais do eixo Londrina- Maringá;

PROJETO FAME

A FAMEPAR passou, a partir de 1981, a desenvolver o Projeto FAME, com vistas à implantação, em municípios que ainda não o possuam, de cadastros técnicos (econômico e imobiliário), em especial na parte relativa à tributação, como instrumento para elevação da capacidade de arrecadação tributária dos municípios.

O Projeto FAME, com objetivos assemelhados aos do projeto CIATA, que deixou de ser desenvolvido pela FAMEPAR nesse ano, beneficiou os municípios de Itaúna do Sul, Marilena e Nova Fátima, bem como o município de Agudos do Sul, onde foi implantado o cadastro econômico.

DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES E INTERCAMBIO TÉCNICO

A FAMEPAR passou a editar o Boletim dos Municípios e o Boletim Informativo, destinados a informar prefeitos, vereadores e servidores municipais sobre toda a legislação federal e estadual editada, a jurisprudência emanada dos tribunais, a doutrina pertinente a assuntos jurídicos e ainda sobre outras matérias de interesse municipal.

Em 1981, reeditou sua agenda, na qual constam as obrigações que devem ser cumpridas periodicamente pelas prefeituras, caracterizando-se assim como um útil instrumento de trabalho.

Outra atividade desenvolvida no ano foi a participação em conclaves municipalistas promovidos por entidades públicas ou privadas. Dessa forma, fez-se presente em 4 eventos no Rio de Janeiro, 3 em Brasília, 3 em São Paulo, bem como naqueles levados a efeito em Porto Alegre, Recife, Foz do Iguaçu, Cascavel e Curitiba.

4. EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO PARANÁ — EMOPAR

Além de manter sua finalidade originária, de centralização, construção e manutenção de prédios públicos, a EMOPAR passou também a efetuar o acompanhamento das obras empreendidas pelas prefeituras, no sentido de prestar-lhes orientação e assistência técnica, repassando-lhes a sua experiência no campo da execução de obras públicas.

No decorrer de 1981, a EMOPAR participou da realização de nada menos que 2.268 obras, em todos os municípios do Estado, envolvendo recursos no montante de Cr$ 5,5 bilhões. Desses totais, 1686 obras foram contratadas diretamente pela EMOPAR, com investimentos equivalentes a Cr$ 2,4 bilhões. Um dos aspectos altamente relevantes em tal performance refere-se à geração de empregos, que totalizou 55.155, ou seja, 4.600 empregos ocupados durante todo o ano.

AÇÃO DA EMOPAR NA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Em Cr$ mil

Especificação	Quantidade	Valor	Atividade
Construções	222	2.045.485	Administração
Reparos	282	250.015	Administração
Projetos	68	40.985	Administração
FAS/Reparos	1.114	55.364	Administração
Fundepar/Construções e SEQE	298	1.219.582	Fiscalização
SEDM/Transferências	1.287	1.835.434	Acompanhamento
EMOPAR/Construções	—	17.457	Administração
TOTAIS	2.268	5.464.325	—

FONTE: SEDM/EMOPAR

O número de obras executadas em 1981 foi superior 270,6% em relação a 1979 e 133,8% a 1980 enquanto que em termos de valores financeiros foi superior, respectivamente, em 2.614,7% e 474,5%.

CRIAÇÃO DE NOVOS ESCRITÓRIOS

Para ampliar e agilitar a assistência técnica e orientação aos prefeitos, contribuindo para a solução dos problemas enfrentados pelas municipalidades em seu programa de obras, a EMOPAR expandiu sua rede de escritórios regionais, instalando unidades em Apucarana, Cornélio Procópio e União da Vitória.

EMPRESAS CONTRATADAS

Em 1981, a EMOPAR contratou, para a realização de obras, 95 empresas, das quais 70 localizadas no interior, número esse 36% superior às contratadas no ano anterior.

No final do ano, o número de empresas cadastradas e classificadas no Serviço de Inscrição e Cadastro elevava-se a 475, isto é, 156 a mais que as 319 de 1980. O número de contratos celebrados em 1981 foi de 1.225, enquanto no ano anterior havia sido de 1.067.

GERAÇÃO DE EMPREGOS NA CONSTRUÇÃO E REPAROS EM PRÉDIOS PÚBLICOS

Em Cr$ mil

Especificação	1979	1980	1981
Contratos com empreiteiras	189	205	262
Obras executadas	612	970	2.268
Investimento global	201.287	951.000	5.464.325
Taxa EMOPAR	10.064	47.550	273.216
15% Faturamento empreiteiras	26.684	135.518	778.666
Saldo	164.539	767.932	4.414.443
Matérias-primas e custos diversos (60%)	99.523	460.759	2.649.466
Mão-de-obra mais encargos sociais (40%)	65.016	307.173	1.764.977
Salário médio mais encargos (mensal)	8.000	16.000	32.000
Mão-de-obra ocupada	8.127	19.198	55.555

FONTE: SEDM/EMOPAR.

PROJETO SOLO — CIMENTO

Com base em processos empregados na Bahia, deu-se início ao desenvolvimento de um projeto-piloto para a construção de casas modelo em 39 municípios indicados pela Secretaria da Administração. Em 1981 foram contratados materiais para a construção de 20 unidades, pelo sistema Mutirão, enquanto se dava prosseguimento aos projetos — modelos iniciados nos municípios de Guaratuba, Mangueirinha, Ipiranga e Adrianópolis.

PRAIA MANSA DE CAIOBA

Os problemas críticos de erosão marítima apresentados na Praia Mansa de Caiobá, desde 1977, tem suscitado atenção especial. A solução inicial de construção de um muro de enrocamento acabou se mostrando inviável após vários acidentes com a draga. Entre as soluções alternativas, a de construção de gabiões foi a que se mostrou mais viável.

Os serviços adicionais concluídos em abril de 1980 requereram obras complementares, em face do movimento das marés que retiravam a areia da praia artificial. Novas obras foram concluídas em janeiro de 1981 e complementadas no final deste exercício com a execução de reparos no muro junto ao esporão de enrocamento e construção de mais 6 esporões. Após estas obras, em cuja execução foram dispendidos Cr$ 2,2 milhões em 1981, a Praia Mansa está novamente em condições de aproveitamento em toda a sua extensão.

NORMAS TÉCNICAS E PROJETOS

Na área de projetos, merecem destaque os executados com vistas ao aproveitamento do potencial turístico da região litorânea, quais sejam:

* Antonina: Projeto para recuperação de aproximadamente 100.000 m2 de mangues;
* Guaraqueçaba: Projeto para ampliação do Cais, obra a ser executada em convênio com o Município;
* Guaratuba: Projeto para recuperação do calçadão, com obras de proteção do muro de arrimo e dissipador de energia na extremidade do canal;
* Matinhos: Projeto de canalização de águas pluviais nas ruas Castro, Apucarana e Palmeira, com extensão global de 600 m.

Ao final do ano, encontrava-se em fase de aprovação final o CADERNO GERAL DE ENCARGOS, elaborado com vistas à consolidação de procedimentos concernentes a licitações, contratos, condições gerais de contratos, especificações técnicas, normas técnicas oficiais, bem como para divulgação dos procedimentos da EMOPAR perante os órgãos públicos e empresas prestadoras de serviços.

5. SINOPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

No cumprimento da sua programação e computados os recursos financeiros propiciados pela SEPL, a SEDM, FAMEPAR e EMOPAR mobilizaram os seguintes recursos:

5.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979		1980		1981	
	Estat.	CLT	Estat.	CLT	Estat.	CLT
Administração direta	2	—	2	—	1	—
Administração indireta	—	222	—	238	—	317
TOTAIS	2	222	2	238	1	317

5.2. VEÍCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	19	18	21
Operacionais	11	12	28
TOTAIS	30	30	49

5.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) FONTES

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Recursos do Tesouro	29.200	898.900	2.423.300
Arrecadação Própria	35.500	89.200	215.000
Convênios	3.800	17.600	182.800
Outras	5.600	1.100	2.100
TOTAIS	74.100	1.006.800	2.823.200

b) USOS

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e Encargos	62.500	124.300	289.800
Custeios Diversos	18.200	155.600	340.900
Investimentos e Inversões	1.300	740.400	2.046.300
TOTAIS	82.000	990.300	2.677.000

GOVERNADORIA

1. INTRODUÇÃO

À semelhança dos dois anos anteriores, a Governadoria buscou dar cumprimeiro, no exercício, às suas finalidades básicas, principalmente aquelas ligadas ao assessoramento direto à Chefia do Poder Executivo, à sua representação perante as autoridades civis e parlamentares, imprensa, lideranças comunitárias e de classe e à própria comunidade; as relacionadas com a elaboração e acompanhamento da tramitação de atos normativos — como leis e decretos — à segurança do Palácio do Governo e seus anexos, bem como à divulgação das ações governamentais.

Com o intuito de aprimorar os meios de cumprir essas finalidades, foram fixadas algumas políticas de ação, dentre as quais merecem destaque:

— Caracterização das instituições estaduais como centros de captação das aspirações da comunidade e executoras da ação governamental, em consonância com as mesmas;
— Ação pronta e eficaz no cumprimento de decisões superiores;
— Agilitação da máquina administrativa;
— Atuação tempestiva e supletiva em relacionamentos de urgência das Chefias Setoriais com o Governador do Estado;
— Idoneidade no conteudo e nos processos de transmissão de informações à comunidade;
— Manutenção de uma conduta de austeridade na recepção de dignitários visitantes e na promoção de eventos;
— Valorização permanente do município como unidade social, econômica e cultural, geradora do poder, onde o homem — móvel das realizações do Governo — vive e realiza ações políticas baseadas na liberdade.

Com similar propósito e em razão da filosofia de governo praticada nesta gestão, buscou-se, permanentemente, o estreitamento das relações com autoridades municipais — Prefeitos, Vereadores, líderes comunitários — assumindo tal conduta, até mesmo a característica de uma das principais políticas de ação do setor.

2. CHEFIA DA CASA CIVIL

A principal atribuição institucional do setor — assessoramento direto e abrangente ao Chefe do Poder Executivo Estadual — foi prestada, com caráter de regularidade, tendo como indicadores mais expressivos os resultados apresentados a seguir. Cabe ressaltar, entretanto, que, em face da natureza de tais atividades, seus aspectos qualitativos acabam sendo mais relevantes que as simples quantificações e tais aspectos não são exprimíveis, normalmente, a não ser por intermédio de apreciações valorativas.

ATIVIDADES FORMAIS DA CHEFIA DA CASA CIVIL

Especificação	Unidade	1979	1980	1981
Coordenação de audiências	pessoas	1.902	1.245	2.901
Organização da agenda	dias	207	211	238
Informações em subvenções	processos	2.057	2.317	2.540
Operacionalização de Subvenções	repasses	1.923	2.068	2.424
Triagem de processos	processos	11.845	9.557	19.653
Processos licitatórios	documentos	193	95	336

FONTE: DG/CC

Por intermédio da Assessoria Técnica — AT, desenvolveram-se as atividades relacionadas à formulação, documentação e expedição das diversas modalidades de correspondência, necessárias ao Gabinete do Governador do Estado e à Chefia da Casa Civil, conforme indicado a seguir:

FORMULAÇAO E EXPEDIÇAO DE CORRESPONDÊNCIAS

Especificação	1979	1980	1981
Ofícios e cartas do Gabinete	1.263	1.757	704
Telex e telegramas do Gabinete	952	1.876	1.754
Ofícios e cartas da Chefia da C. Civil	1.972	3.061	3.627
Outras correspondências da C. Civil	526	645	1.005
Outros expedientes	411	374	1.098
TOTAIS	5.124	7.713	8.188

FONTE: AT/CC

Ainda no que tange à formalização de atos, incumbiu-se a Casa Civil, através do GAS, da preparação e encaminhamento à publicação de 2.806 atos legais no decorrer de 1981, conforme demonstrado:

FORMALIZAÇAO DE ATOS OFICIAIS

Especificação	1979	1980	1981
Despachos do Chefe do Poder Executivo	1.290	1.116	1.158
Decretos	2.203	1.596	1.339
Leis	212	156	111
Outros atos oficiais	129	119	198
TOTAIS	3.834	2.987	2.806

FONTE: ACR/CC

Na área de apoio parlamentar, o GAP — criado em 1980, com o propósito de prestar apoio às atividades de parlamentares paranaenses, pela coleta e preparação de subsídios para pronunciamentos sobre aspectos econômicos, sociais e institucionais de interesse estadual — realizou tal atividade em relação a 93 temas, no decorrer de 1981.

Foi também efetuado por esse Grupo o acompanhamento diário de matérias apresentadas na Câmara dos Deputados, por meio do Diário do Congresso Nacional, selecionando os assuntos diretamente relacionados com o Estado do Paraná e de interesse para os órgãos que compõem a Administração Estadual.

o

3. AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Nesta área, tramitaram 2.540 processos, dos quais resultou a concessão de auxílios e subvenções para 4.416 beneficiários, num total de Cr$ 484,6 milhões, conforme detalhamento a seguir:

AUXÍLIOS, BOLSAS E SUBVENÇÕES A ENTIDADES

Especificação	1979	1980	1981
Municípios beneficiários	197	268	158
Bolsas de estudo concedidas	1.308	2.104	3.412
Entidades sociais atendidas	596	981	846
Valor dos auxílios e subvenções (Cr$ 1.000,00)	67.615	142.012	484.550

FONTE: ACR/CC

Cabe assinalar que, além desse montante, Cr$ 174,0 milhões constituíram transferências a municípios, conseqüentes de proposta de reparos em prédios públicos — apreciadas pela Secretaria da Administração, as quais viabilizaram a execução de reparos e melhorias em 1.413 prédios.

4. ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO DO PARANÁ EM BRASÍLIA E NO RIO DE JANEIRO

Com vistas a facilitar o relacionamento do Paraná junto aos órgãos da Administração Federal, atrair investimentos para o Estado e permitir maior aceleração das ações de interesse de autoridades e empresários, os Escritórios de Representação do Paraná em Brasília e no Rio de Janeiro desenvolveram as seguintes atividades:

ATIVIDADES DOS ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO

Atividades	1979		1980		1981	
	ERB	ERRJ	ERB	ERRJ	ERB	ERRJ
— Representação em solenidades	23	11	51	17	43	12
— Acompanhamento de autoridades e/ou empresários	48	26	96	42	106	33
— Atração de investimentos-empresas contactadas	—	13	—	386	—	123
— Audiências marcadas para autoridades e/ou empresários	54	—	163	—	179	—
— Recebimento de autoridades e/ou empresários	162	—	295	—	452	—

FONTE: ERB-ERRJ/CC

5. SUBCHEFIA DE ASSUNTOS TÉCNICOS — SAT

Cumprindo suas finalidades de assessoramento direto no trato de matérias de natureza técnico-jurídica, legislativa e administrativa, a SAT realizou, no decorrer do ano, as atividades indicadas a seguir, segundo suas Divisões:

DIVISÃO TÉCNICO-JURÍDICA — DTJ

Esta Divisão, cujas atribuições referem-se à feição jurídica das ações oficiais, examinou 789 processos em 1981, com a distribuição, por tipos, evidenciada pelo demonstrativo a seguir:

ANÁLISE DE PROCESSOS PELA DTJ

Especificação	1979	1980	1981
Pareceres elaborados	705	836	543
Informações emitidas	26	42	73
Minutas de decreto	65	11	50
Relatório e outros assuntos	6	8	4
Estudos e trabalhos diversos	142	126	119
TOTAIS	944	1.023	789

FONTE: SAT/CC

DIVISÃO TÉCNICO-LEGISLATIVA — DTL

Como principais atividades, a Divisão Técnico-Legislativa concedeu apoio à execução das seguintes atividades:

ATIVIDADES EXECUTADAS PELA DTL

Especificação	1979	1980	1981
— Sanção de leis	177	151	123
— Vetos integrais a projetos de lei	9	3	1
— Vetos parciais a projetos de lei	3	3	2
— Restituição de projetos de lei	—	6	4
— Pareceres sobre constitucionalidade de projetos de lei	189	160	130
— Resposta a consultas formuladas	22	18	9
— Encaminhamento de Mensagens à Assembléia Legislativa	152	94	135
TOTAIS	552	435	404

FONTE: SAT/CC

DIVISÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA — DTA

Esta Divisão executou, em 1981, a apreciação de 307 processos, dos quais resultaram as atividades detalhadas a seguir:

ANÁLISE DE PROCESSOS PELA DTA

Especificação	1979	1980	1981
Pareceres	438	277	269
Informações	—	53	39
Minutas de decreto	—	16	35
Relatórios e/ou análises diversas	—	5	7
TOTAIS	438	351	350

FONTE: SAT/CC

6. SUBCHEFIA DO CERIMONIAL — SC

Na área de relacionamento protocolar, e em apoio às ações do Governo Federal na condução da política externa, foi instituída na Subchefia do Cerimonial a sistemática de controle e acompanhamento das relações de cooperação e amizade do Estado do Paraná com unidades políticas e instituições estrangeiras.

Na execução de suas atividades relacionadas com o Cerimonial Público e Ordem Geral de Precedência, a Subchefia executou, em 1981, 791 atividades, conforme detalhado a seguir:

ATIVIDADES DE CERIMONIAL OFICIAL

Especificação	1979	1980	1981
Coordenação de visitas de autoridades	96	142	119
Apoio à hospedagem de personalidades	21	110	27
Organização de recepções oficiais	204	195	64
Contatos com unidades do corpo consular	19	21	28
Homenagens do Governo do Estado	329	378	524
Viagens de acompanhamento a autoridades	18	38	29
TOTAIS	687	884	791

FONTE: SC/CC

O Paraná recebeu, no exercício, 119 visitas oficiais, dentre as quais cumpre destacar as seguintes: ex-Presidente Ernesto Geisel, Ministros de Estado do Exército, Fazenda, Transportes, Agricultura, Trabalho, Previdência e Assistência Social, Saúde, Indústria e Comércio, Minas e Energia, Interior e das Comunicações; Governadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Território de Roraima; Governador Geral e também o Vice-Primeiro Ministro da Austrália; Governador da Cidade Santa de Querbala; Governador da Cidade de Hilla; Embaixadores de Bengladesh, Reino da Bélgica, República Federal da Alemanha, Israel, Iraque, Estados Unidos da América, República Federal da Nigéria e Venezuela; Cônsules da Suécia, Egito, Estados Unidos da América, Espanha, Iugoslávia e da Coréia; membros da Missão Comercial de Rotterdan — Holanda; Diretor Geral da UNESCO; Ministro da Agricultura do Paraguai; Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Hyogo — Japão; delegação parlamentar da República Federal da Nigéria; Ministro de Assuntos Religiosos do Iraque; Estagiários da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, da Escola Superior de Guerra, da Escola do Estado-Maior das Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra Naval; Adidos Militares e diversos representantes oficiais de outros Estados.

Realizou ainda esta Subchefia da Casa Civil vários serviços de tradução nos idiomas inglês, francês, espanhol, durante visitas oficiais e contactos de grupos estrangeiros com autoridades estaduais, bem como foram traduzidos documentos diversos nos mesmos idiomas.

7. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS ESPECIAIS — SAE

Desenvolveu a SAE, em 1981, as seguintes atividades:

* Atendimento aos Parlamentares junto ao Gabinete da Chefia do Poder Executivo, por ocasião dos 80 dias em que foram concedidas audiências a Deputados Federais, Estaduais, Prefeitos e Vereadores;
* Contactos preliminares com autoridades dos 57 municípios visitados pelo Governador, visando elaborar as respectivas programações de viagem;

* Apoio à execução das 7 Reuniões Microrregionais, realizadas em Apucarana, Cascavel, Cianorte, Curitiba, Jacarezinho, Ponta Grossa e em São Jorge do Oeste, das quais participaram cerca de 1.500 pessoas, entre autoridades e líderes comunitários, e nas quais foram tomadas importantes decisões para a solução de problemas das comunidades respectivas;
* Contatos com o escalão precursor da Presidência da República, com vistas à preparação para a visita presidencial ao Paraná;
* Elaboração de 43 programas de viagens da Chefia do Poder Executivo ao interior do Estado;
* Organização e atualização periódica de dados de natureza histórica e institucional dos municípios.

8. SUBCHEFIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL — SCS

Com vistas à materialização dos propósitos governamentais de ampliar os canais de comunicação com a comunidade, a Subchefia de Comunicação Social deu ênfase à divulgação das ações do Estado nos seus vários setores de atividade, informando, orientando e incentivando a participação comunitária.

Ao mesmo tempo investiu esforços no aperfeiçoamento de meios para a coleta de opiniões, críticas e sugestões da população, com vistas à percepção das aspirações e reivindicações da coletividade, tidas pelo Governo Estadual como os mais autênticos balizadores das ações governamentais .

Dentro de suas finalidades de divulgação das realizações públicas, realizou a Subchefia, em 1981, um amplo conjunto de atividades, dentre os quais destacam-se as relatadas a seguir:

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Especificação	1979	1980	1981
— Veículos de comunicação atendidos com boletins noticiosos	254	238	271
— Transmissões de notícias via telex	—	—	6.736
— Apoio a programas na TV	9	8	25
— Seleção, recorte e indexação de notícias	—	18.295	31.990
— Atendimentos de consultas	864	740	1.066

FONTE: SCS/CC

Na área de relações públicas, cabe destacar a atuação que teve a Subchefia na coordenação da participação do Paraná na exposição PORTOPIA'81 — Kobe Port Island Exposition, realizada em Kobe, Província de Hyogo, Japão, de 20 de março a 15 de setembro. O evento propiciou o aprofundamento dos laços de amizade e cooperação técnica mantidos com a Província —

irmã há mais de uma década. Procedeu-se à instalação de um pavilhão de produtos e aspectos paranaenses, o qual foi visitado por cerca de 1,7 milhão de pessoas.

A Subchefia apoiou também as ações de divulgação relacionadas ao Ano Internacional das Pessoas Deficientes; propiciou cobertura adequada às demandas de estudantes universitários quanto às atividades do Governo do Estado, à Campanha de Combate ao Fumo e a diversas campanhas alusivas a eventos cívicos.

Por outro lado, constituiu objeto de ações intencionais da área a difusão de idéias — com vistas à consolidação de um estado de consciência apropriado no âmbito da comunidade — relacionadas ao uso de fontes alternativas de energia, à preservação do meio ambiente, à valorização do homem radicado no meio rural e ao fortalecimento do município como unidade política e de atendimento às necessidades e aspirações populares.

RÁDIO ESTADUAL

Prosseguiu a Subchefia com seu programa de apoio às comunicações radiofônicas, através da Rádio Estadual do Paraná, que transmite diariamente um boletim noticioso sobre interesses da população, através de 33 emissoras do Interior do Estado.

A emissora, consolidado o seu reaparelhamento iniciado em 1979, buscou enriquecer sua discoteca, mediante a aquisição de novo acervo de discos de música clássica e erudita, visando aprimorar a qualidade de suas transmissões culturais.

9. CASA MILITAR — CM

A Casa Militar, unidade de assessoramento e apoio direto à Chefia do Poder Executivo, em cumprimento às disposições legais que definem o campo de sua atuação, no decorrer do ano de 1981 executou as ações de segurança física e pessoal a seu cargo, estabeleceu entrosamento com órgãos especializados no que diz respeito a assuntos militares e de segurança, com órgãos em geral, entidades e pessoas.

Realizou também a assistência direta e imediata ao Chefe do Poder Executivo, no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar, e a coordenação das relações com as autoridades militares.

ATIVIDADES GERAIS DA CASA MILITAR

Especificação	1979	1980	1981
Acompanhamento de autoridades	97	103	52
Radiocomunicações	7.327	8.760	10.476
Quilometragem percorrida em automóveis	91.488	75.199	58.861
Autoridades transportadas	842	1.113	1.174

FONTE: CASA MILITAR

TRANSPORTE AÉREO

O transporte aéreo de autoridades teve um desempenho estável, tendo sido exercido, inclusive, como mecanismo de racionalização do uso de combustíveis e da fretagem de aeronaves de carreira. Assim foram mantidas as 5 aeronaves do Governo do Estado, cujo número de horas voadas acha-se detalhado a seguir:

MOVIMENTO GERAL DAS AERONAVES DO GOVERNO ESTADUAL

Aeronave	Órgão	Matrícula	1979	1980	1981
King-Air	Governadoria	PP-EUE	183:00	195:35	248:00
Baron	SEAG	PP-EDZ	303:00	29:25	46:00
Aztec	DER	PP-ENR	100:00	146:40	108:25
Navajo	DER	PP-EFV	47:00	100:00	100:40
Navajo	BANESTADO	PT-EVU	—	6:50	417:25

FONTE: CASA MILITAR

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Durante o ano, a Casa Militar foi especialmente empenhada em tarefas de atendimento ao público, tendo prestado orientação e encaminhado a diversos setores da administração estadual cerca de 1.266 pessoas que se dirigiram ao Palácio do Governo.

10. VICE-GOVERNADORIA

A Vice-Governadoria, além do desenvolvimento das suas atribuições institucionais peculiares, auxiliou a Chefia do Poder Executivo na consecução dos objetivos governamentais, especialmente na área do relacionamento político-protocolar e de representação oficial.

AÇÕES FORMAIS DA VICE-GOVERNADORIA

Especificação	1979	1980	1981
Audiências concedidas	1.360	738	1.389
Pronunciamentos	15	27	18
Correspondências expedidas e recebidas	1.413	1.452	1.575
Representações em solenidades	27	35	37

FONTE: GAB. VICE-GOVERNADORIA

Cabe assinalar que em 1981, a Chefia do Poder Executivo foi exercida pelo Vice-Governador do Estado, durante 15 dias, em razão da viagem do Governador ao Japão, com vistas a atender interesses da coletividade paranaense junto à Província de Hyogo, onde o Estado do Paraná participou da exposição internacional PORTOPIA'81.

11. SINOPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

Para exercer as atividades indicadas, a Governadoria contou com os seguintes recursos:

11.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979		1980		1981	
	Estat.	CLT	Estat.	CLT	Estat.	CLT
Funcionários	186	117	182	138	177	158

11.2. VEíCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	35	35	33
Operacionais	5	5	6
TOTAIS	40	40	39

11.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) FONTES

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro	224.300	387.800	1.137.066

b) USOS

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e encargos	43.700	69.100	139.900
Custeio diversos	97.900	171.700	480.066
Auxílios e subvenções	67.600	142.000	484.600
Investimentos e inversões	15.100	5.000	32.500
TOTAIS	224.300	387.800	1.137.066

PLANEJAMENTO

1. INTRODUÇÃO

O planejamento tem se constituido em instrumento de viabilização das transformações a serem operadas sobre a realidade, em particular quando ocorrem reorientações em termos de ênfase de atuação e quando há escassez crônica de recursos.

São conhecidas as diretrizes fundamentais que embasam e alicerçam o Plano do Governo em execução, consubstanciadas na preocupação com a dimensão social das pessoas — em seu direito de co-participar dos frutos do progresso — na necessidade de propiciar tratamento adequado às comunidades do Interior e na adoção de medidas que constituam uma preparação material, cultural e psicológica para o futuro.

Assim, as políticas de ação ligadas à área de Planejamento relacionaram-se, quanto aos seus objetivos, à materialização de tais propósitos; orientando-se também, quanto à abrangência do esforço, para o balizamento da ação em quatro áreas básicas: conhecimento da realidade e sua contínua atualização; integração das programações dos diversos órgãos governamentais; simplificação de procedimentos e contínuo ajustamento das estruturas executivas; e a programação e o apoio técnico-financeiro para a solução de problemas abrangentes.

Com vistas a exercer, concomitantemente, tais papéis, foram fixadas as seguintes políticas de atuação:

— Clara fixação de responsabilidades no âmbito do Sistema Estadual de Planejamento, com vistas à atuação produtiva, consciente e constante em cada área básica de atuação;
— Prevalência do funcional ao formal, com opção clara e decidida para a desburocratização;
— Reavaliação constante do instrumental de controle, de modo a evitar processos meramente formais e destituídos de alcance prático;
— Decidida ação junto à esfera federal, para apoio aos assuntos de interesse do Estado e seus municípios;
— Garantia de contínua participação da comunidade na seleção das prioridades;
— Ampliação da confiabilidade dos resultados dos instrumentos de sensoreamento da realidade;
— Apoio decidido aos empreendimentos que representem expressivos reflexos sociais;
— Atendimento imediato às populações que sejam atingidas por calamidades.

Além disso, foram estabelecidas orientações concretas na área de planejamento regional, com vistas a corrigir desequilíbrios entre as regiões economicamente deprimidas e aquelas mais dinâmicas, quer através da identificação e indução ao aproveitamento das potencialidades locais, quer mediante a efetivação de investimentos complementares pelo Governo Estadual.

2. GERÊNCIA SUPERIOR

Visando atender cada vez mais e melhor as aspirações da comunidade paranaense e propiciar a elevação da qualidade de vida da população, a SEPL realizou, através de programação especial, as seguintes atividades:

* "Programa Especial de Financiamentos de Equipamentos Urbanos" — destinado à complementação dos equipamentos e serviços essenciais às cidades do Interior. Tendo sua execução a cargo das administrações municipais e de entidades comunitárias, o programa beneficiou 60 municípios, com a aplicação de recursos no valor de Cr$ 55,4 milhões;
* "Financiamento de Emergência a Programas Prioritários" — programa destinado a propiciar atendimento a municípios atingidos por fenômenos incontroláveis pelo homem ou ainda decorrentes de transformações econômicas e sociais. No decorrer de 1981, 120 municípios foram beneficiados, através de repasses financeiros no valor de Cr$ 174,1 milhões, dos quais Cr$ 100,0 milhões obtidos pelo Estado junto à SUDESUL;
* "Apoio a Programas de Melhorias Urbanas a Cidade de Porte Médio e de Pequeno Porte" — programação desenvolvida pela SEDM, com apoio técnico da SEPL e recursos da AGE/SEPL, para execução de obras de paisagismo urbano, construção de parques e praças, ordenação urbana e complementação de infra-estrutura. Foram destinados recursos no montante de Cr$ 2,3 bilhões, beneficiando 285 municípios paranaenses;
* "Plano Sudoeste" — visando atender a Região Sudoeste do Estado do Paraná com um conjunto de ações complementares aos programas normais de ação dos órgãos estaduais, foram aplicados Cr$ 282,4 milhões, ensejando melhorias urbanas nos Municípios de Ampère, Barracão, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Vivida, Dois Visinhos, Enéas Marques, Francisco Beltrão, Itapejara do Oeste, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Prata, Pato Branco, Pérola do Oeste, Planalto, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antonio do Sudoeste, São João, São Jorge do Oeste e Vitorino.

Cabe destacar ainda os repasses efetuados em apoio aos Municípios de Matinhos e Guaratuba, no valor de Cr$ 23,3 milhões, com vistas à operacionalização das ações integradas da Operação Praias, para o verão de 1981/1982. Dentre tais ações, podem ser assinaladas, como de maior realce:

* Ampliação dos serviços de limpeza pública e coleta de lixo;
* Construção de instalações sanitárias;
* Complementação dos serviços de iluminação em logradouros públicos.

3. UNIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA DO PRORURAL — UTAD

Logo no início de 1981, foi instalada a Unidade Técnico-Administrativa do PRORURAL, responsável pela coordenação integrada, orientação e agilitação do Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — PRORURAL. Foram ainda desenvolvidas, no exercício, as seguintes atividades:

* Supervisão das atividades objeto do PRORURAL, nas várias unidades executoras;
* Orientação e supervisão de duas licitações internacionais realizadas pelo DER e CAFE DO PARANÁ;
* Orientação na elaboração de editais de licitações nacionais e internacionais, a serem realizadas em 1982, pela CLASPAR, EMATER, IAPAR, COPASA, FITC, SANEPAR e FUNDEPAR;
* Manutenção de entendimentos com o Banco Interamericano de Desenvolvolvimento — BID, para assinatura dos contratos de empréstimos, no montante de US$ 80,0 milhões;

4. COORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA — CMA

A ação da Unidade orientou-se para o aperfeiçoamento das estruturas organizacionais da Administração Pública Estadual, com vistas à racionalização administrativa, à institucionalização de novas normas e procedimentos voltados à agilitação da administração e ao seu melhor desempenho.

DESBUROCRATIZAÇÃO

No campo da simplificação de normas e procedimentos, com vistas a facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, merecem destaque as seguintes atividades:

* Operacionalização dos resultados da pesquisa, realizada em 1980, sobre o funcionamento dos serviços públicos, visando um melhor atendimento à coletividade;
* Publicação e distribuição de 1000 exemplares do documento "Desburocratização do Serviço Público — A Experiência do Estado do Paraná";
* Confecção e distribuição de cartazes com elevado potencial indutivo de mudança comportamental, com vistas a um melhor atendimento aos usuários do serviço público;
* Realização de estudos para unificação das contas de água, luz e telefone;
* Participação na efetivação de várias medidas simplificadoras no âmbito do DETRAN e Instituto de Identificação;
* Realização de estudo e contatos junto à URBS, para a instalação de centrais de serviços públicos em terminais de transporte coletivo.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Neste campo, os principais resultados obtidos pela CMA em 1981 foram os seguintes:

* Editoração e distribuição, em nível estadual, federal e a organizações acadêmicas, de 500 exemplares da "Metodologia de Diagnóstico e Mudança Organizacional";
* Desenvolvimento do projeto de análise ambiental e estratégia organizacional, com elaboração de texto básico descrevendo o modelo e sua operacionalização;
* Formulação dos indicadores de modernização administrativa, compreendendo a definição de indicadores setoriais de eficácia e a identificação de ações — tipo peculiares a cada área;
* Participação no programa de aperfeiçoamento institucional da Polícia Militar, via desenvolvimento de recursos humanos, em colaboração com a FIDEPAR;
* Elaboração do regimento da Biblioteca Pública do Paraná e acompanhamento do projeto de reestruturação da SECE;
* Elaboração e atualização do cadastro de organizações públicas e privadas e atualização do cadastro organizacional do Estado;
* Acompanhamento da instalação da nova estrutura do DETRAN.

ATUALIZAÇÃO DA LEI 6.636/74

Além da execução de estudos com vistas a subsidiar transformações mais abrangentes, foi executada a reedição da Lei 6.636/74 e decretos de regulamentação, contendo ainda um apêndice indicativo das normas legais que compõem a legislação básica de cada órgão estadual.

COOPERAÇÃO TÉCNICA COM OUTROS ESTADOS

Neste campo, dando prosseguimento às atividades iniciadas nos anos anteriores, foram executadas as seguintes ações:
* Acompanhamento da implantação dos projetos de modernização administiva, desenvolvidos no Estado do Maranhão;
* Celebração de Termo de Cooperação Técnica na área de Modernização, entre o Paraná e o Pará;
* Intercâmbio com os quadros técnicos da área de Modernização Administrativa do Território do Amapá e do Distrito Federal.

5. COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS — CIT

Na área de Informações Técnicas, foi desenvolvido um elenco de ações objetivas e pragmáticas, com vistas à criação e adequação de um instrumental de informática compatível com as necessidades técnicas e gerenciais da Administração Estadual.

Ênfase especial foi atribuída à constituição de uma área de suporte às demandas peculiares do Gabinete do Governador do Estado e, complementarmente, àquelas da Gerência Superior da Secretaria do Planejamento e da Casa Civil.

SISTEMA SALA DE SITUAÇÃO

Sistema de suporte de informações econômicas, administrativas e institucionais de interesse para apoio aos processos de tomada de decisões pela Chefia do Poder Executivo Estadual, desenvolvido e implantado no início de 1981.

Compreendeu sua instalação, a criação de dois novos subsistemas — ambos operados com o concurso de processamento eletrônico de dados — e modificações no Sistema de Acompanhamento de Obras — SAO.

O primeiro subsistema, denominado Sistema de Acompanhamento de Realizações — SAR, destinado a propiciar o registro multiindexado e o acompanhamento tanto de pleitos formalizados ao Governo Estadual quanto dos empreendimentos executados pelas diversas instituições do Estado em cada município, requereu o cadastramento de 10.016 registros referentes a realizações deste mesmo exercício; a recuperação de 7.515 inerentes a 1980 e de 4.065 relativos a realizações de 1979.

O outro subsistema desenvolvido e implantado foi o Sistema de Ações Setoriais — SAS, concebido de modo a propiciar a reunião dos principais indicadores anuais de desempenho dos Órgãos Setoriais — através de unidades de produto final — arrolando de modo integrado os índices de realização obtidos pelo Governo Estadual em cada ano da década de 70. Ao final do exercício de 1981, achavam-se implantados em tal Sistema 116 títulos, abrangendo 238 indicadores de realização, 90% dos quais com as séries de informações relativas ao período de 1970 a 1980 totalmente implantadas. Além disso, 86 desses títulos passaram a ser objeto de acompanhamento mensal sistemático.

Quanto ao Sistema de Acompanhamento de Obras — SAO, também arrolado como integrante da Sala de Situação, foi objeto de uma série de ajustamentos com vistas à compatibilização da sua estrutura programática à empregada no SAR, visando a integração dos registros e supressão de duplicidades. Promoveu-se também a fixação de critérios mais rígidos para o cadastramento de obras no Sistema e a produção de relatórios gerenciais por órgãos, programas e municípios.

A manutenção do Sistema, envolvendo atualizações de caráter mensal, compreendeu a administração do cadastro e o acompanhamento de 9.076 obras em 1981 e de 4.717 e 6.500 obras, respectivamente, em 1979 e 1980.

ACOMPANHAMENTO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS

Destinado a proporcionar avaliação integrada das aplicações do BADEP, BRDE e as atividades do CENDI na atração de investimentos industriais. Foram geradas 22 sinopses mensais (12 das quais relativas a 1981) por intermédio desta atividade, indicando a distribuição dos investimentos por setores de atuação, localidades e regiões.

CASA CIVIL
BIBLIOTECA

RETROSPECTO DE NOTICIAS E DE EVENTOS

Condensação de notícias de interesse para o Estado do Paraná, em boletins semanais, com circulação dirigida a técnicos do Sistema de Planejamento e a executivos das Secretarias de Estado.

DISTRIBUIÇÃO DOS RETROSPECTOS EDITADOS PELA CIT/SEPL

Especificação	1979	1980	1981
Edições do Retrospecto de Notícias	60	98	91
Edições do Retrospecto de Eventos	—	—	28
Usuários	32	42	163
Exemplares	1.920	4.900	8.880

FONTE: CIT/SEPL

SISTEMA DE REFERÊNCIA DE ESTUDOS — SRE

No exercício de 1981, foi efetuada a implantação, por processamento eletrônico de dados, da atividade de referenciação de estudos sobre o Paraná, com vistas a facilitar a atualização e possibilitar consultas seletivas através de interface com o Sistema de Referência de Dados — SRD e mediante o concurso de "software stairs". Esta atividade envolveu a catalogação de 1.301 novos estudos sobre o Paraná, que se somaram aos 1.904 já catalogados pelo sistema tradicional em 1980.

PERFIL GEOECONÔMICO DO ESTADO

Publicação que condensa as informações conjunturais, econômicas e sociais, mais demandadas por administradores, planejadores e executivos, o Perfil foi editado em 1979 com 60 exemplares. Em face da ampla demanda que provocou, foi revisto, ampliado e reeditado em 1980 e 1981, com tiragens, respectivamente, de 250 e 1.000 exemplares.

OUTRAS ATIVIDADES DE INFORMATICA

A Coordenadoria de Informações Técnicas promoveu também a conclusão do estudo "PADEL — Padronização de Linguagem", iniciado em 1980; a reestruturação do Sistema de Mala Direta; a montagem de 10 painéis representativos da ação da atual gestão governamental para a Sala de Situação. Foram ainda atendidas 600 consultas de unidades do Sistema de Planejamento; gerados 87 dossiês de informações institucionais, produzidas informações e subsídios para a montagem de vários painéis e publicações da área de Comunicação Social, além de manter um Banco de Dados, em arquivo manual, abrangendo 122 títulos com dados quantitativos das áreas econômica, social e institucional do Estado.

6. COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO — COP

A ênfase que norteou a atuação da Coordenadoria de Orçamento e Programação — COP foi a de garantir a disponibilidade de recursos, com vistas a atender, de forma eficiente e oportuna, as prioridades governamentais. Com a finalidade de assegurar tais orientações, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA 1982

Abrangendo as várias etapas de processo de formulação da proposta orçamentária para 1982, cujo montante atingiu Cr$ 204,2 bilhões, dos quais Cr$ 170,0 bilhões constituidos pelas receitas do Tesouro Estadual e Cr$ 34,2 bilhões pelas receitas de recolhimento descentralizado para unidades da Administração Indireta.

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Com vistas a facilitar a execução da programação governamental, bem como o seu ajustamento às necessidades decorrentes de variações na conjuntura — foram executadas as atividades indicadas no quadro a seguir:

ATIVIDADES VINCULADAS À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL

Discriminação	Unidade de Medida	1979	1980	1981
— Quadro de detalhamento de despesas iniciais — QDD	QDD	794	736	739
— Processos de alterações orçamentárias analisados	Processo	788	1.047	1.297
— Elaboração de decretos de abertura de créditos adicionais	Decreto	359	314	529
— Elaboração de resoluções de ajustamentos orçamentários	Resolução	47	108	126
— Alteração de quadro de detalhamento de despesa	QDD	1.574	2.017	2.022
— Análise de plano de aplicação de Investimentos em Regime de Execução Especial	Plano	—	34	157
— Análise de operações de crédito, acordos e convênios (Dec. 5.882/74)	Processo	109	278	259
— Informações e pareceres emitidos sobre matérias orçamentárias	Processo	48	69	110
— Técnicos treinados e/ou reciclados	Técnicos	1	13	14

FONTE: COP/SEPL

ORÇAMENTOS PRÓPRIOS

A adoção de normas complementares em relação à padronização dos orçamentos próprios das autarquias, fundações, empresas públicas e órgãos de regime especial, propociaram a que a montagem dos orçamentos relativos ao exercício de 1982 fosse totalmente executada por processamento eletrônico de dados.

PUBLICAÇOES, NORMAS E ASSESSORIA TÉCNICA

Dentre as demais atividades desenvolvidas na área de responsabilidade da COP/SEPL, merecem destaque:

* Reedição do "Manual de Fontes de Financiamento para o Setor Público";
* Revisão e consolidação dos programas de trabalho setoriais para o biênio 1981/1982, em articulação com a CEP e CMA;
* Elaboração do relatório de execução física, destinado a integrar o Balanço Geral do Estado;
* Manutenção e revisão do Sistema de Acompanhamento Físico de Projetos e Atividades — SAF;
* Assessoramento técnico a entidades estaduais e municipais sobre matérias orçamentárias.

7. COORDENADORIA DE ESTUDOS E PROJETOS — CEP

No decorrer de 1981, a CEP conferiu ênfase à sua atuação sobre as bases regionais afetadas por grandes projetos. Dentre estas, afigurou-se como merecedora de particular atenção a Região Oeste, que, simultaneamente, vem sendo afetada pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e pela ativação dos projetos da Hidrelétrica Ilha Grande e da Ferrovia da Soja.

IMPACTO DA HIDRELÉTRICA ILHA GRANDE

O acompanhamento dos impactos da construção da Usina Hidrelétrica Ilha Grande em Guaíra vem sendo executado, basicamente por dois organismos: Grupo de Orientação Técnica da Prefeitura Municipal e Escritório Técnico da Prefeitura Municipal de Guaíra, este último instalado no 1.º semestre de 1981.

Sob orientação da SEPL e por solicitação do Grupo de Orientação Técnica, o Escritório Técnico elaborou os seguintes documentos:

* "Diretrizes para Implantação do Plano de Ação Imediata de Guaíra", com subsídio para programa de investimentos;
* "Organização do Cadastro Técnico Municipal";
* "Projeto de Assentamento da População Urbana Removida pela ELETROSUL — Vila Beira Rio";
* "Projetos de Vias para Pedestres";
* "Levantamento e Avaliação de Prédios Municipais a Serem Desapropriados pela ELETROSUL";

* "Adequação do Sistema Viário Projetado ao Existente";
* "Projeto de Urbanização da Praça João XXIII";
* "Manual de Instruções para Aprovação de Projetos de Edificações, Loteamentos e Partilha de Terrenos";

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO OESTE PARANAENSE — PRODOPAR

Na área de influência da Usina de Itaipu, deu-se seqüência às atividades do PRODOPAR. Neste exercício, foram concentradas ações nas áreas de Saneamento, Assistência aos Produtores e Transportes, conforme evidenciado a seguir:

APLICAÇOES DO PRODOPAR POR PROGRAMAS

Programas	1979	1980	1981
Desenvolvimento Regional e Urbano	5.200	64.700	12.000
Saúde e Vigilância Sanitária	36.000	19.000	28.700
Saneamento Básico	10.000	12.500	55.000
Abastecimento e Comercialização	8.500	—	—
Aeroportos e Transportes	8.000	—	20.000
Regularização Fundiária	1.200	5.000	—
Ecologia e Reflorestamento	22.000	16.500	12.000
Educação de Mão-de-Obra	15.500	15.000	—
Turismo e Comércio Exterior	—	5.000	—
Assistência Técnica e Desenv. Rural	5.600	—	40.000
Reassentamento de Peq. Produtores	—	—	25.000
Piscicultura (Centro de Toledo)	—	—	35.000
Diversos	—	15.300	6.000
TOTAIS	112.000	153.000	233.700

FONTE: CEP/SEPL

Em função dos estudos elaborados, das prioridades estabelecidas nas seis reuniões do Grupo de Orientação Técnica e, principalmente, da estreita articulação entre as Coordenações Regional e Estadual do PRODOPAR, foram negociadas com órgãos federais, recursos no montante de Cr$ 439,0 milhões para aplicação em Guaíra no biênio 1981/82.

ELABORAÇAO E COORDENAÇAO DE ESTUDOS, PROJETOS, PLANOS E PROGRAMAS

Dentro da área de atuação da CEP, foram realizados ainda os seguintes trabalhos de interesse para as atividades de planejamento do setor público estadual:

* "Termo de Referência do Subsetor Metal-Mecânico do Paraná";
* "Relatório Técnico sobre Diagnóstico Externo do Plano Estadual de Formação de Mão-de-Obra — PLANFOR/PR";
* Integração das Programações Setoriais relacionadas à Operação Praias, para o verão 81/82;

* "Programa de Absorção de Mão-de-Obra Liberada pela Cafeicultura", formulado tempestivamente e por ocasião das geadas que danificaram o parque cafeeiro do Estado;
* "Estudo sobre a Disponibilidade, Formação e Ocupação de Mão-de-Obra no Paraná";
* "Análise Integrada dos Coeficientes Demográficos do Paraná e Cálculo das Taxas de Escolaridade", com base em dados preliminares do Censo de 1980;
* Compatibilização da programação governamental para 1981/82 com as aspirações sociais detectadas através de pesquisa junto ao público e representantes diversos de segmentos da sociedade paranaense, em ação conjunta com a COP e CMA;
* Estudo sobre a ligação rodoviária entre Dourados e Guaíra, visando quantificar os fatores que determinam a importância sócio-econômica da ligação do sistema de transporte do Paraná com o de Mato Grosso do Sul;
* Estudo sobre o sistema de transporte rodoviário do Sudoeste do Estado.

PLANO DIRETOR DO EIXO LONDRINA-MARINGÁ — METRONOR

Em apoio à Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, foram executadas as seguintes atividades:
* Suporte à implantação do escritório técnico do METRONOR em Apucarana;
* Análise e proposição para o sistema de atividades humanas no eixo Londrina-Maringá;
* Estudos em conjunto com o DNER/DER, para a ampliação da capacidade das rodovias BR-369/376.

8. COORDENADORIA DOS GRUPOS DE PLANEJAMENTO SETORIAL — CGPS

No decorrer do exercício de 1981, a CGPS orientou a sua ação no sentido de dar suporte técnico à integração dos Grupos de Planejamento Setoriais com as Unidades do Sistema Estadual de Planejamento e entre estas últimas e os órgãos a que se acham vinculados. Atuou também no apoio às unidades programáticas da SEPL, desenvolvendo as seguintes atividades:
* Elaboração da proposta orçamentária setorial da SEPL para 1982 e da Administração Geral do Estado — Recursos sob supervisão da Secretaria do Planejamento para o mesmo exercício;
* Coordenação da elaboração do Plano de Aplicação dos recursos destacados para o Estado do Paraná em 1981 pelo Programa de Cooperação Técnica — Convênio com a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios — SAREM, da SEPLAN/PR;
* Coordenação e acompanhamento da tramitação de planos de aplicação dos recursos alocados no elemento de despesa 4.1.3.0. Investimentos em Regime de Execução Especial;

* Acompanhamento dos processos referentes a acordos, convênios, ajustes e operações de crédito de interesse da SEPL, no decorrer da tramitação definida pelo Decreto 5.882/74;
* Controle sobre a execução de 93 convênios, termos aditivos e renovações, firmados pela Secretaria de Planejamento com órgãos federais, estaduais e municípais envolvendo recursos no montante de Cr$ 493,3 milhões.

A evolução das atividades da CGPS, em termos numéricos, acha-se expressa no demonstrativo a seguir:

ATIVIDADES TÉCNICAS DA CGPS

Especificação	1979	1980	1981
— Formalização de alterações orçamentárias	33	62	81
— Acompanhamento de projetos executados em convênio com a SAREM	4	9	7
— Apoio à tramitação de processos pela sistemática do Decreto 5.882/74	8	18	9
— Apoio institucional aos planos de aplicação do elemento 4.1.3.0.	—	20	26

FONTE: CGPS/SEPL

9. CONSELHO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ — CECIT

No decorrer do exercício de 1981, o Governo do Paraná assinou protocolo de intenções com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República — SEPLAN/PR, através da Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios — SAREM e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Ciências e Tecnologia.

Em decorrência, foi criado o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, através do Decreto n.º 3.807, de 28/05/81, complementado pelo Decreto n.º 4.114, de 03/08/81, com o objetivo de estabelecer as diretrizes e formular a política estadual de Ciência e Tecnologia.

Procedeu-se à estruturação da Secretaria Executiva do Conselho, à formulação do Plano de Ação — inclusive para a busca de apoio técnico e financeiro junto a órgãos federais da área — e deu-se início ao desenvolvimento do Sistema de Informações para a área de Ciência e Tecnologia.

O Conselho foi composto, instalado e, na mesma data de sua posse, celebrou-se convênio com a SAREM e o CNPq para a implementação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.

10. CONSELHO SUPERIOR DE INFORMATICA E PROCESSAMENTO DE DADOS

No sentido de racionalizar, disciplinar e adequar a utilização dos serviços e equipamentos de processamento eletrônico de dados, o Conselho Superior de Informática e Processamento de Dados deu prosseguimento à sua atuação, através das seguintes atividades:

* Apreciação e aprovação do "Plano de Informática do Banestado S/A", englobando a expansão normal dos serviços, a execução de novos serviços, a reformulação e adaptação de sistemas e atualização tecnológica;
* Apreciação e aprovação do "Plano Estratégico da CELEPAR", englobando a forma de atuação da empresa e a contratação de equipamentos;
* Apreciação e aprovação do "Plano de Informática da COPEL" e a contratação de equipamentos voltados à sua operacionalização;
* Formalização do co-patrocínio oficial do 4.º Congresso Regional de Informática e 1.ª Feira Nacional de Informática, eventos a serem realizados em maio de 1982, em Curitiba.

11. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — DEE

Partindo-se de uma base de dados, consolidada através da sistematização da coleta, da otimização dos registros e dos controles de qualidade e mediante aperfeiçoamentos complementares em seus 5 sistemas básicos, o DEE, no decorrer de 1981, intensificou as ações de atendimento aos usuários, de desenvolvimento de estudos metodológicos, estatísticos, operacionais e de disseminação das informações.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS — SIE

Constituindo-se em atividade permanente dentro do DEE, a operação deste sistema tem demonstrado ser possível ampliar a eficácia dos procedimentos através da padronização no fornecimento das informações, como fica evidenciado pelo seu amplo número de usuários. Os principais resultados e/ou atividades, realizados em 1981, no âmbito deste sistema foram as seguintes:

* Atualização de 300.000 informações, totalizando 2.580.000 no Banco de Dados;
* Alimentação direta de informações referentes aos sistemas Estatística Bancária 1981 e CIATA, para 100 municípios;
* Execução do processamento e emissão direta das tabelas integrantes da publicação periódica "Indicadores Gerenciais";
* Geração de arquivo especial para atender o convênio SUDESUL/DEE.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS — SIM

Caracterizado como uma autêntica base de dados orientada para formar o acervo estatístico municipal, o SIM destina-se a propiciar o co-

nhecimento sobre a realidade sócio-econômica dos municípios e, por agregação, a do próprio Estado, facilitando o planejamento e o acompanhamento da ação do Setor Público. Os principais resultados do SIM, em 1981, foram:

* Reformulação total dos cadernos estatísticos para 290 municípios paranaenses, com 100 tabelas e aproximadamente 6.000 informações, que refletem a situação física, político-administrativa, social, econômica e financeira do município nos últimos 8 anos.
* Conclusão do "Modelo de Avaliação de Desenvolvimento de Pequenas Regiões";
* Apoio à elaboração do "Anuário Estatístico do Paraná — 1980/81".

SISTEMA DE REFERÊNCIA DE DADOS — SRD

Destinado a referenciar os dados gerados ou processados pelas entidades que compõem a Administração Pública Paranaense, com aqueles gerados por outros sistemas de informações da área federal, municipal e privada, de forma a ampliar a confiabilidade dos dados e informações empregadas nas atividades de planejamento.

No exercício de 1981, foram referenciadas, segundo as categorias e áreas de interesse, um total de 5.887 tabelas, conforme indicado a seguir:

REFERENCIAÇÃO DE DADOS NO SRD SEGUNDO AS CATEGORIAS — 1981

Categorias Referenciadas	N.º de Tabelas
Publicação estatística	5.378
Publicação técnica	130
Periódico	173
Relatório	14
Sistema	192
TOTAIS	5.887

FONTE: DEE.

SISTEMA DE ESTATÍSTICAS BANCARIAS

Propiciador de subsídios sobre mercado financeiro, informações básicas e indicadores, o sistema permite aos Bancos Comerciais um melhor conhecimento da posição relativa de cada município, microrregião e do Estado, possibilitando uma auto-avaliação de desempenho nas suas principais contas.

Atualmente, o Estado do Paraná conta com 42 bancos comerciais, totalizando 893 agências, das quais 99% integram o Sistema. Em 1981, foram também processados dados referentes a 109 agências da Caixa Econômica Federal que operam em nosso Estado, e ainda as informações concernentes às agências do Banco do Brasil, sediadas no Paraná.

SISTEMA DE COMERCIALIZAÇAO

Gerando informações de múltiplas utilidades, os dados gerados pelo sistema possuem como aplicação imediata a avaliação da balança comercial do Estado do Paraná em seus itens básicos, a análise da participação dos municípios do Paraná no fluxo de comercialização de produtos e ainda a identificação dos tipos de transportes utilizados no escoamento da produção. Em 1981, além de assegurar tais resultados, foram mantidos, atualizados e aperfeiçoados os subsistemas:

* Comércio por vias Internas — Exportação e Importação;
* Comércio por vias Marítimas e Fluviais — Exportação e Importação;
* Comércio por vias Férreas — Exportação e Importação.

DIFUSAO DE INFORMAÇÕES

No exercício de 1981, foi concluída a publicação do "Anuário Estatístico do Paraná — 1979" e preparada a edição do "Anuário Estatístico do Paraná — 1980/81", em nova versão, estando com 80% dos dados processados e em fase de datilografia no final do exercício.

A publicação "Indicadores Gerenciais" ao ingressar no quarto ano da série, foi reformulada com a introdução de novos indicadores sobre a conjuntura econômica paranaense e tabelas adicionais, além de gráficos e eventualmente encartes com outras informações relevantes. Tal edição passou a ter periodicidade mensal, evoluindo de 64 para 113 indicadores significativos da realidade econômica do Paraná.

DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS

O DEE promoveu o desenvolvimento de um conjunto de aplicações em APL, sendo desenvolvidos programas de interpolação, correlação, regressões, paramétricos, não-paramétricos, amostragem, análise fatorial, médias estatísticas integradas e dezenas de outras.

Executou também o desenvolvimento de técnicas estatísticas para controle de qualidade de dados, a coleta sistemática de informações — de apoio à elaboração do "Boletim de Análise Conjuntural", editado pelo IPARDES —, o processamento das campanhas estatísticas, relativas a 1979 e 1980 para o IBGE, o fornecimento e elaboração de relatórios especiais para usuários do setor privado através de APL, e o atendimento ao público em geral através de pesquisa "in loco", por correspondência, telefone, telex e terminais de processamento.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E INTERCAMBIO

No ano de 1981, o DEE recebeu equipes técnicas de outros Estados, de órgãos federais e internacionais interessadas em conhecer sua estrutura organizacional, seus sistemas operacionais e de intercâmbio informático.

Dentre estas, merecem destaque o atendimento às equipes da ONU/FAO, Banco Mundial, Caixa Econômica Federal, BINAGRI, Bamerindus e dos Estados da Bahia, Pará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Mato Grosso do Sul.

O demonstrativo a seguir permite visualizar, de modo integrado, o volume de ações e resultados materializados pela Unidade no decorrer do exercício.

GERAÇÃO, TRATAMENTO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES PELO DEE — 1981 —

Discriminação	N.º Relatórios	N.º Publicações	N.º Informações
Sistema de Informações Estatísticas	—	—	300.000
Sistema de Referências de Dados	—	—	5.971
Anuário Estat. do Paraná — 1980/81	—	500	200.000
Estatística Bancária — 1981	16	—	150.000
CVI — Exp. e Importação — 1980	147	—	4.500.000
CVF — Exp. e Importação — 1980	42	—	38.800
CVC — Exp. e Importação — 1980	36	—	1.800
Comércio Internacional Exp. — 1980/81	2	—	18.200
Comércio Internacional Imp. — 1980/81	15	—	7.200
Indicadores Gerenciais — 1981	—	3.500	7.000
Vias Internas — 1978/79	—	500	250.000
TOTAIS	258	4.500	5.478.971

FONTE: DEE.

12. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPARDES — FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA

O IPARDES, durante o exercício de 1981, orientou a sua atuação de forma a apoiar a Administração Estadual nas áreas econômica e social, através da assistência técnica aos diversos órgãos e da elaboração ou formulação de planos e programas regionais e setoriais, ainda na execução de estudos e pesquisas básicas ou específicas.

No decorrer do exercício, como homenagem à memória do ilustre paranaense, empresário Thomas Édison de Andrade Vieira, foi seu nome acrescido à designação da Fundação, que passou a ser a indicada pelo título acima.

PLANOS, PROGRAMAS REGIONAIS E SETORIAIS, ESTUDOS E PESQUISAS BÁSICAS

No decorrer de 1981, foram os seguintes os principais trabalhos concluídos pela Fundação Édison Vieira:

* "GUAÍRA: PASSADO, PRESENTE e FUTURO" — Estudos de alternativas sócio-econômicas — análise de alternativas para a implantação de um terminal intermodal de cargas em Guaíra, como instrumento capaz de contribuir para o estabelecimento de medidas que propiciem a reorganização e complementação da infra-estrutura regional, o fortalecimento do centro de comercialização de produtos agropecuários e a atração de indústrias para a região;
* "VIABILIDADE DE CONTROLE DE EROSÃO NAS PRAIAS DE CAIOBÁ E GUARATUBA" — Visando à estruturação de medidas destinadas à recuperação do potencial turístico e paisagístico do Litoral, através de obras de contenção dos processos erosivos, a fim de preservar a infra-estrutura existente;
* "FORMAÇÃO PROFISSIONAL ADEQUADA À ECONOMIA DA REGIÃO LITORÂNEA" — Orientado para a elaboração de um programa de formação de mão-de-obra, que atenda às necessidades das empresas e da população urbana carente, adequando essas necessidades às tendências gerais da economia regional;
* "VIABILIDADE DE REATIVAÇÃO DE GUARAQUEÇABA COMO PÓLO ALTERNATIVO DE RECEPÇÃO DO PESCADO E DOTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA" — Estudando a viabilidade de reativação de Guaraqueçaba, tendo em vista agilitar e tornar mais eficiente a comercialização do pescado e dotando o Município de uma melhor base econômica;
* "VIABILIDADE DE AUMENTO NO VOLUME DE EXPORTAÇÃO DA CARGA GERAL PELO PORTO DE PARANAGUÁ" — Avaliação da viabilidade de aumento no volume de exportação de carga geral, pelo Porto de Paranaguá, reduzindo as faixas de ociosidade e aumentando a ocupação de mão-de-obra e a renda dos trabalhadores da estiva;
* "COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO DO LITORAL PARANAENSE" — Estudo que visa à determinação de alternativas para o aumento da renda real dos pescadores artesanais do Litoral paranaense, inclusive através da criação de cooperativas para agilitar e tornar mais eficiente a comercialização do pescado;
* "PROGRAMA DE APOIO ÀS POPULAÇÕES CARENTES DO ALTO E MÉDIO IGUAÇU E ALTO E MÉDIO TIBAGI" — Análise das condições de vida das populações do Alto e Médio Iguaçu e Alto e Médio Tibagi, propondo medidas e ações que resultem na proteção e promoção econômica e social das respectivas populações carentes;
* "PROJETO INTEGRADO DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL — PRORURAL" — Analisa e avalia o desempenho dos setores produtivos, social e de infra-estrutura na área do PRORURAL, de modo a diagnosticar com clareza, a posição da região em relação ao Estado, possibilitando construir uma base de comparação posterior à execução do projeto;
* "IMPACTO AMBIENTAL DO LAGO DE ITAIPU" — Destinado a avaliar o impacto ambiental do lago na região agrícola adjacente e vice-versa, analisando-o em três níveis de ocorrência: atmosférica, superficial e subterrânea, elaborando diretrizes para a preservação do equilíbrio ecológico do lago e da bacia de contribuição da margem brasileira;

* "PADRÕES E RECOMENDAÇÕES DO USO DO SOLO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA" — Orientado para a avaliação das potencialidades e restrições de relevo de cada unidade espacial da RMC, indicando, para cada tipo de paisagem rural, um padrão de uso de solo, permitindo, dessa forma, a preservação ecológica da bacia, como um todo, e de seus mananciais;
* "PROGRAMA BÁSICO DE TURISMO PARA FOZ DO IGUAÇU E GUAÍRA" — Detalha e aprofunda as vantagens de medidas que incrementam e consolidam a atividade turística nesses municípios;
* "ESTUDOS PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR FLORESTAL" — Objetiva a formulação de políticas de desenvolvimento do setor florestal, tentando minimizar os impactos negativos sobre as outras atividades de setor primário;
* "ESTUDOS PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO PARANÁ" — Analisa e avalia as condições de interiorização do desenvolvimento industrial, determinando os municípios e os setores produtivos de importância para a consolidação do parque industrial paranaense.

ANÁLISE CONJUNTURAL E INFORMAÇÕES BÁSICAS

Neste amplo e importante setor de avaliação da realidade, foram as seguintes as principais atividades desenvolvidas em 1981:

* "PROJETO ANÁLISE CONJUNTURAL" — Avaliação contínua sobre o comportamento das condições sócio-econômicas, gerando subsídios para os estudos e pesquisas básicas da administração pública, além da produção de indicadores para avaliação da ação do Governo;
* "ACOMPANHAMENTO DE CULTURAS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ" — Destinado a informar, mensalmente, e de modo avaliativo, o comportamento dos principais produtos agrícolas do Paraná, compreendidas todas as etapas desde o plantio até a comercialização;
* "RENDA INTERNA DO PARANÁ" — Visando gerar indicadores que permitam acompanhar o comportamento da economia estadual e a evolução de seus agregados macroeconômicos, possibilitando comparações da economia paranaense no contexto nacional;
* "DIAGNÓSTICO SÓCIOECONÔMICO DO PARANÁ" — Orientado para fornecer um modelo integrado e interpretativo da realidade social e econômica do Estado do Paraná.

O demonstrativo a seguir, evidencia, quantitativamente, o volume de planos, diagnósticos, estudos e pesquisas concluidos pela Fundação nos últimos 3 anos.

DEMONSTRATIVO DOS TRABALHOS REALIZADOS NO PERÍODO 1979/81

Especificação	1979	1980	1981
Planos e Programas Regionais / Setoriais	9	6	11
Estudos e Pesquisas Específicas	—	—	4
Estudos e Pesquisas Básicas	4	5	3
TOTAIS	13	11	18

FONTE: IPARDES.

ESTUDOS INICIADOS EM 1981

Foram iniciados pelo IPARDES, encontrando-se em diversas fases de execução ao final de 1981, os seguintes estudos e projetos:

* "Perspectiva e Potencial de Participação do Setor Cooperativo nos Planos e Programas de Adequação do Desenvolvimento Rural Paranaense";
* "Sondagem da Indústria de Transformação";
* "As Migrações e as Transformações da Estrutura Produtiva e Fundiária";
* "Índice de Preço ao Consumidor";
* "Estudos e Projeções Demográficas";
* "Consolidação e Expansão da Agricultura de Alimentos no Paraná";
* "Modelo de Urbanização e Transformações Espaciais";
* "Limites e Possibilidades da Expansão e Integração do Parque Industrial Paranaense";
* "Impacto da Expansão das Culturas Voltadas às Alternativas Energéticas e à Exportação sobre Agricultura de Alimentos".

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Atividade permanente da Fundação e que se caracteriza pela prestação de assistência técnica especializada nas áreas de planejamento aos órgãos setoriais, através de uma flexível alocação de pessoal capacitado no próprio órgão usuário. O crescimento da atividade na área institucional, decorreu sobretudo da ativação de equipes técnicas ligadas ao PRORURAL, METRONOR e PRODAMIT.

DEMONSTRATIVO DA ALOCAÇÃO DE PESSOAL EM ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Setor de Atuação em que a assistência foi prestada	Funcionários em exercício		
	1979	1980	1981
Setor Institucional	111	151	208
Setor Social	116	93	117
Setor Econômico	62	79	97
TOTAIS	289	323	422

FONTE: IPARDES.

13. COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO PARANÁ — CELEPAR

No decorrer de 1981, a CELEPAR preocupou-se em implantar uma nova filosofia de uso de processamento eletrônica de dados mediante o emprego de terminais de computação, levando a informação diretamente ao usuário que dela necessite. Além desse novo enfoque, manteve o aperfeiçoamento e a execução de 76 sistemas de informação, utilizados por inúmeros órgãos da administração estadual e por várias prefeituras municipais.

A CELEPAR elevou seu campo de atuação de 60 sistemas em 1979 para 65 em 1980 e 76 em 1981, além de alguns dos primeiros terem sido englobados em outros mais abrangentes.

Dentre os novos serviços desenvolvidos, destacam-se:

* Na área do PRORURAL:
  — Implantação na Unidade Técnico Administrativa — UTAd do PRORURAL, do Sistema de Acompanhamento Físico e Financeiro dos Subprojetos, destinado também à comprovação das contrapartidas locais junto ao agente financeiro;
  — Desenvolvimento do Sistema de Apoio à Avaliação Periódica dos objetivos do PRORURAL;

* Na Área da Secretaria dos Transportes:
  — Projeto e desenvolvimento da rotina de pesquisa do Sistema de Transporte Coletivo, através de teleprocessamento;
  — Atendimento às necessidades do DER, através dos sistemas de controle de multas (cerca de 120.000 multas por ano), de emissão automática de guias de recolhimento, de estatística de acidentes e de controle de processos de apreensão;

* Na Área de Assistência aos Municípios:
  — Implantação e execução do Sistema de Orçamento e Contabilidade Pública na Prefeitura Municipal de Londrina;
  — Implantação e execução do Sistema de Folha de Pagamento em 8 Prefeituras, abrangendo 5.007 funcionários municipais;
  — Continuidade à execução do Projeto CIATA, sob a direção da SEFI, culminando com a implantação do projeto em mais 19 municípios;
  — Execução do Sistema de Tributação Imobiliária em 4 municípios, compreendendo 105.530 contribuintes;
  — Execução do Sistema de Parcelamento de Tributos Diversos em 4 municípios, envolvendo 3.705 contribuintes;
  — Controle da Arrecadação e/ou Dívida Ativa em 35 municípios, abrangendo 266.795 contribuintes.

* Na Área da Secretaria de Segurança Pública:
  — Atendimento à expansão dos serviços do Instituto de Identificação, através do sistema que possibilitou a redução do tempo médio de expedição de documentos de 90 dias, em 1979, para 7 dias úteis, a partir de 1980;

— Microfilmagem de 1.515.000 prontuários civis e criminais e de 450.000 processos relativos ao requerimento de documentos;
— Implantação de pesquisa, via teleprocessamento, ao cadastro de identificação de civis, através do número do Registro Geral ou do nome, propiciando a localização dos dados em apenas 3 segundos.

* Na Área do DETRAN:
— Operação do Sistema de Controle de Multas, atendendo a fiscalização de 290 municípios, em um total de 880.284 veículos, para os quais são expedidas e controladas cerca de 600.000 notificações por ano;
— Implantação do Sistema de Cadastramento de Condutores de Veículos, atingindo cerca de 792.000 condutores existentes em 1981. Esse trabalho permitirá a expedição de Carteiras de Habilitação por computador em meados de 1982;
— Implantação e manutenção da rotina de consultas de multas e do cadastro de condutores, via terminais de computador instalados no DETRAN (1.200 consultas/dia), permitido o recebimento das informações respectivas em cerca de 2 segundos.

* Na Área da Secretaria das Finanças:
— Desenvolvimento e implantação de Subsistema de Aprovação e Distribuição do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis — ITBI aos municípios, permitindo que a parcela que lhes cabe (50% do valor arrecadado) seja creditada automaticamente;
— Desenvolvimento e processamento de rotina para identificação e execução de remissão de créditos tributários de pequeno valor;
— Automatização do controle sobre os recursos do Fundo de Participação dos Estados;
— Ajustamentos em vários sistemas e apoio no emprego de novos recursos de "software";

* Sistemas Desenvolvidos ou Implantados nas áreas de outras Secretarias:
— Projeto e desenvolvimento de novo Sistema do Cadastro do Setor Secundário em apoio às atividades da SEIC;
— Implantação do Sistema de Patrimônio (bens, móveis, imóveis e setores usuários) na Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha;
— Implantação do Sistema de Administração de Materiais da SANEPAR, com controle de 240.000 movimentações em todo o Estado;
— Desenvolvimento de Subsistema de Cadastramento do Setor de Obras da SANEPAR, para identificação de usuários e respectivas redes de abastecimento de água;
— Implantação na SUREHMA, do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos Ligados à Preservação do Meio-Ambiente;
— Desenvolvimento de sistema para a CLASPAR, visando à emissão de certificados de classificação e relatório estatísticos;
— Desenvolvimento do Sistema de Marcação de Consultas médicas para contribuintes do IPE e seus dependentes;

— Desenvolvimento e início da implantação do Sistema de Cadastramento e Controle de Execuções de Sentenças, para uso do Poder Judiciário Estadual;

— Estudo para a interligação do Sistema de Informações de Processamento de Dados do Senado — PRODASEN a diversos órgãos da Administração Pública Estadual;

Dentre os sistemas que continuaram a ser mantidos pela CELEPAR, destacam-se, em face dos volumes de serviços executados, os seguintes:

* Manutenção dos sistemas de dados para apoio ao controle da arrecadação de tributos, a programação financeira e a execução orçamentária do Estado, compreendendo o processamento anual de mais de 13 milhões de documentos e a manutenção de quase 500 mil registros cadastrais;
* Operação do Sistema Financeiro de Habitação, para a COHAPAR, ampliando os benefícios prestados principalmente nas áreas imobiliária e financeira. Em 1980, foram cadastrados 20.000 imóveis e 20.000 mutuários. Em 1981, esses números subiram para 35.000 imóveis e 28.000 mutuários;
* Sistemas de apoio às atividades de seleção de recursos humanos, através dos quais foram processados cinco concursos públicos.

14. SINOPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

Na execução da programação a seu cargo a Secretaria do Planejamento, abrangidas as respectivas entidades vinculadas, mobilizou os seguintes recursos:

14.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979 CLT	1979 EST.	1980 CLT	1980 EST.	1981 CLT	1981 EST.
Administração Direta	82	52	81	31	122	36
Administração Indireta	815	18	789	16	823	13
TOTAIS	897	70	870	47	945	49

14.2. VEÍCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	18	18	22

14.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) FONTES

Em Cr$ mil

Fonte	1979	1980	1981
Tesouro Estadual	362.000	299.000	711.000
Convênios	125.000	230.000	495.000
Arrecadação Própria	282.000	483.000	974.000
TOTAIS	769.000	1.012.000	2.180.000

b) USOS

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e Encargos	300.000	535.000	1.166.000
Custeios Diversos	169.000	353.000	785.000
Investimentos e Inversões	284.000	108.000	253.000
TOTAIS	753.000	996.000	2.204.000

FINANÇAS

1. INTRODUÇAO

Assegurar a disponibilidade de recursos no montante necessário e no momento oportuno — imperativo essencial à execução regular da programação governamental — constitui a responsabilidade e a preocupação fundamental da Secretaria de Estado das Finanças — SEFI.

Constituem igualmente responsabilidades básicas da área, orientar a ação fiscal segundo princípios de eqüidade e de racionalidade econômica, garantindo, de um lado, a devida contribuição de todos ao financiamento da ação do setor público e, de outro, que tal exercício não onere demasiadamente aqueles setores da atividade empresarial já afetados por fenômenos circunstanciais.

Além disso, o exercício das atividades de controle interno — visando ao emprego racional dos recursos públicos e ao cumprimento da legislação pertinente à execução orçamentária e à contabilidade pública — bem como a avaliação crítica da participação de cada nível de governo no produto da receita fiscal do País, têm merecido um adequado destaque no elenco de responsabilidades assumidas.

A partir de tais orientações, e com vistas a apoiar a materialização dos propósitos do Plano de Governo em execução, a SEFI orientou suas atividades segundo as seguintes políticas de atuação:

— Exploração adequada da capacidade de endividamento do Estado, enfatizada a oportuna identificação de fontes alternativas de recursos;
— Estímulo à iniciativa privada, através de ampliações dos prazos de recolhimento do ICM, simplificação da documentação fiscal e de incentivos às exportações;
— Aperfeiçoamento constante do sistema fisco-arrecadador, compreendidas a identificação de pontos críticos e a adoção de técnicas modernas;
— Atuação decidida na elevação da capacidade de arrecadação dos municípios e na redistribuição das competências tributárias entre os níveis de governo;
— Simplificação de procedimentos nas áreas de arrecadação, fiscalização e cobrança da dívida ativa, como uma das formas de respeito ao contribuinte;
— Conscientização da comunidade acerca dos fundamentos da tributação e da importância de sua ação fiscalizadora;
— Utilização disciplinada dos instrumentos de política fiscal na atração e no incentivo a novos empreendimentos.

A ampliação dos serviços de assistência aos contribuintes e a fixação de diretrizes para a utilização mais pragmática e gerencial do computador, como instrumento auxiliar na ação fiscal e na racionalização de atividades, constituíram também grandes balizamentos para a atuação do órgão em 1981.

2. GERÊNCIA SUPERIOR

Nesta área, foram realizadas as ações voltadas à utilização eficaz do instrumental de política econômica e fiscal, abrangidas a orientação normativa e a coordenação dos sistemas tributário e financeiro.

BENEFÍCIOS AOS SETORES PRODUTIVOS

No decorrer de 1981, a SEFI buscou orientar sua ação com vistas a beneficiar os setores mais produtivos da economia estadual, com especial atenção para aqueles que tivessem maiores reflexos no campo social. Dentre as várias atividades desenvolvidas neste campo, destacam-se as seguintes:

* Dilação de prazo para o recolhimento de 50% do ICM com vencimento em dezembro, concedida à indústria e ao comércio, e dilação integral para o setor comércio, do imposto gerado em dezembro.
* Alteração do fluxo dos processos destinados à restituição de tributos (ICM e ITBI), resultando na redução de 60 dias em média (de 70 dias para 10 dias), isto é, 80% do tempo anteriormente necessário para obtê-la;
* Ampliação do prazo para recolhimento do ICM incidente sobre o café e farelo de soja, na exportação de tais produtos;
* Adoção de regime especial na área tributária para quarenta e quatro estabelecimentos industriais, com projeto de expansão em execução;
* Implementação de estudos com vistas à formalização de alternativas simplificadoras da cobrança e controle do ICM de pequenos contribuintes, instituindo medidas essencialmente desburocratizantes.

AVALIAÇÕES DE CONJUNTURA

Merecem também destaque, como ações na área econômica, as seguintes realizações:

* Elaboração do relatório final do estudo "Paraná-Autonomia e Dependência Financeira: uma Análise das Relações Intergovernamentais", trabalho abrangendo a análise da estrutura, do crescimento e das despesas do setor público estadual; a avaliação dos níveis de dependência em relação ao Governo Federal e a importância dos setores educação, agricultura e energia na composição dos gastos governamentais;
* Elaboração do prospecto de divulgação "Paraná — Informações Econômicas e Financeiras", distribuído por ocasião do VI Congresso Nacional de Administração Fazendária.

ÁREA FISCAL

No ano de 1981, a área de política tributária do Estado revestiu-se de inúmeros acontecimentos relevantes, acerca de decisões não apenas ao nível regional, mas também nacional. Dentre estes, merece destaque a presença do Estado nas cinco reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária — CONFAZ, apresentando proposições e defendendo posições de interesse social e econômico para expressivos contingentes populacionais, cujos principais resultados foram:

* A revogação parcial dos benefícios fiscais na área do ICM, relativamente às operações com máquinas e equipamentos destinados a projetos considerados prioritários pelo Governo Federal na forma do DL 1.335/74. Tal modificação veio permitir ao Tesouro Estadual, uma substancial redução na perda de ingressos financeiros. Esta medida, considerados já os seus efeitos em 1981, propiciou um ganho de arrecadação superior a 2,0 bilhões;
* O trabalho desenvolvido no sentido de conceder manutenção de créditos fiscais na exportação de carnes bovinas e suínas durante o exercício, evitando, com isso, prejuízos às atividades industriais, com graves repercussões na pecuária bovina e suína do Estado;
* O trabalho realizado buscando manter, para o exercício de 1982, o crédito presumido para a suinocultura e a isenção do pagamento de ICM nas vendas a consumidor de carnes resfriadas ou congeladas;
* A postergação da cobrança do ICM sobre a circulação de aves para abril de 1982, permitindo ao setor um prazo razoável para preparar o mercado para a absorção do do aumento da carga tributária decorrente da revogação da isenção ocorrida no início do mês;
* A isenção concedida na venda de 50 mil toneladas de algodão em pluma paranaense para o exterior — única fórmula de viabilizar a exportação desse produto — evitando que a nova safra viesse a ter seus preços aviltados em razão da existência de grandes estoques;
* Concessão de isenção de ICM para a comercialização de 100 mil toneladas de milho paranaense — destinadas a atender o consumo da Região Nordeste do Brasil — evitando a importação do produto e suas conseqüências em termos de desestímulo ao produtor nacional e de agravamento na balança comercial do País.

No plano estadual, foram expedidas 48 Instruções Normativas da SEFI, cabendo destacar, dentre elas, aquelas relativas ao aumento das alíquotas do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis — ITBI. Este aumento, decorrente de normas federais, deve permitir que se restabeleçam os níveis de arrecadação do imposto aos vigentes antes de 1981, quando o Estado passou a transferir 50% do produto da arrecadação aos municípios.

Foi também elaborado um amplo estudo visando à reformulação dos critérios para a avaliação de imóveis, com vistas à tributação e recolhimento do ITBI.

ORIENTAÇÃO E APOIO AO CONTRIBUINTE

Durante o decorrer do exercício de 1981, prosseguiu-se com a ênfase nas ações voltadas à orientação e apoio ao contribuinte.

A Comissão Consultiva do ICM ofereceu orientação a 203 consultas formuladas por entidades de Classes à Coordenação da Receita do Estado — CRE.

O Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado do Paraná, através de 144 sessões, apreciou 1.467 recursos singulares e 101 ao nível de representação, além de outras atividades, conforme descrito a seguir:

ATIVIDADES REALIZADAS PELO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Especificação	1979	1980	1981
Recursos protocolizados	1.332	1.170	1.467
Recursos hierárquicos de representação	58	127	101
Sessões realizadas	148	136	144
Acórdãos lidos e aprovados	1.230	946	1.255
Decisões lidas e aprovadas	73	15	44
Pareceres da representação da SEFI	1.061	1.097	1.836
Requerimentos dos representantes da SEFI	467	559	517
Relatórios dos vogais	1.254	914	1.309
Diligências determinadas pelos vogais	92	70	147
Conclusão de PAF	1.256	873	978

FONTE: SEFI

Além disso, no decorrer do exercício, com o objetivo de facilitar o entendimento da legislação pelos contribuintes, foi dada continuidade à edição da coletânea de Legislação Tributária Estadual, tendo sido editado o volume XVI, preparado o volume XVII — que se encontrava no prelo, ao final do exercício — e iniciada a preparação do volume XVIII.

Por outro lado, foram desenvolvidos diversos estudos no sentido de simplificar e desburocratizar normas e procedimentos no campo tributário, possibilitando ao contribuinte maior rapidez operacional em assuntos tributários.

CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDARIA

Coube ao Paraná, em 1981, a promoção do 6.º Congresso Nacional de Administração Fazendária, realizado na semana de 19 a 23 de outubro, em Foz do Iguaçu, do qual participaram técnicos e autoridades representantes de todas as Unidades da Federação, além de comitiva do Ministério da Fazenda. O evento teve como grande importância a de propiciar um fórum aberto para a análise de temas e trabalhos sobre administração pública fazendária — tais como problemas de legislação, recursos humanos e ma-

teriais, rotinas de serviço inerentes à tributação e às finanças públicas em geral — e de favorecer o intercâmbio de experiências e informações acerca das mais modernas soluções para problemas fazendários.

O Congresso reuniu 224 participantes, que apresentaram 36 trabalhos — 19 teses na área de tributação, 5 teses na área financeira e 12 comunicações de experiência — dos quais 21 foram aprovados nas sessões plenárias deliberativas.

CAMPANHA "ICM DAS CRIANÇAS"

No campo da conscientização da população sobre as razões e finalidades da tributação e acerca da importância da sua participação como agente fiscalizador dos seus próprios direitos, realizou-se a terceira fase da Campanha "ICM das Crianças", iniciada em 1980. A campanha foi encerrada em solenidade realizada a 17 de março, com a entrega dos grandes prêmios, que consistiram de seis cadernetas de poupança no valor de Cr$ 1 milhão cada, de motonetas, televisores, conjuntos de som e refrigeradores.

Além desses prêmios, foram distribuídos, durante o transcorrer da terceira fase da campanha, mais 114.193 brindes, mediante premiação direta. O êxito da promoção pode ser constatado através do quadro abaixo, que apresenta a evolução do volume de álbuns e envelopes de figurinhas trocadas no decorrer das três fases — em seus números definitivos — bem como os efeitos calculados em termos de geração adicional de ICM.

MOVIMENTO GERAL DA CAMPANHA "ICM DAS CRIANÇAS"

Especificação	1979 (1.ª fase)	1980 (2.ª fase)	1981 (3.ª fase)
Álbuns	480.000	307.000	401.000
Envelopes de figurinhas	8.300.000	14.800.000	12.722.000
Notas fiscais trocadas (Cr$ milhões)	8.780	15.107	26.246
Prêmios distribuídos	25.053	57.000	114.250
Adicional de ICM gerado (Cr$ milhões)	226	363	664

FONTE: ACR/SEFI

Foram doados, no final de 1981, ao Programa do Voluntariado Paranaense — PROVOPAR, 10.841 prêmios remanescentes das três fases da Campanha, destinados ao Natal das crianças carentes.

O sucesso da iniciativa pode ser avaliado ainda pela motivação que gerou junto às demais Unidades da Federação, dentre as quais 8 implantaram campanhas assemelhadas — com assessoria da SEFI — baseando-se na experiência do Paraná.

PROJETO CIATA

Com o objetivo de dotar os municípios de auto-suficiência em termos de gerência e modernização de suas estruturas fisco-arrecadadoras, a SEFI continuou realizando gestões junto ao MINIFAZ, no sentido de captar recursos para investimentos na implantação do Projeto CIATA — Convênio de Incentivo ao Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo das Municipalidades — em diversos municípios do Estado.

O quadro a seguir demonstra a evolução das implantações do Projeto CIATA em municípios do Paraná, bem como do apoio à sua manutenção naqueles em que o benefício já fora implantado.

IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO CIATA

Em Cr$ mil

Ano	Municípios com Implantação	Municípios com Manutenção	Aplicações
1979	47	64	29.308
1980	09	96	26.141
1981	19	104	43.936

FONTE: ACR/SEFI

No decorrer de 1981, o projeto foi implantado nos Municípios de Altônia, Antonina, Barracão, Campo Largo, Carlópolis, Clevelândia, Diamante do Norte, Francisco Alves, Ibaiti, Ivatuba, Morretes, Nova América da Colina, Ourizona, Palmital, Palotina, Pérola, Santo Inácio, Siqueira Campos e Verê.

Foi ainda negociada, com o MINIFAZ, a implantação do projeto em pelo menos em 14 outros municípios no decorrer de 1982.

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO ICM

Relativamente à participação dos municípios paranaenses na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM, os repasses apresentaram, em 1981, um crescimento da ordem de 107,3% em relação a 1980, no valor de Cr$ 15,7 bilhões.

Por outro lado, tendo em vista as disposições estabelecidas pelo Decreto 3.573/81, a SEFI expediu, em 1981, a Instrução 695, regulamentando a entrega automática, aos municípios, de 50% da arrecadação do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, tendo sido repassados em conseqüência Cr$ 591,5 milhões do menciondao tributo.

UTILIZAÇÃO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Objetivando a intensificação e aperfeiçoamento dos instrumentos auxiliares da ação fiscal, em 1979 foi contratada, junto à CELEPAR, a instalação

de um terminal interativo com suporte para uso das linguagens "APL", "ROSCOE" e "EASY. TRIEVE". Em 1980, esta capacidade foi ampliada através da compra e instalação — no prédio da Coordenação da Receita do Estado — do computador SID-5200, através de recursos concedidos pelo Ministério da Fazenda. Em 1981, foram adquiridos mais dois terminais de vídeo, duas impressoras, uma unidade de leitura e gravação de discos flexíveis, além de quatro "modens para ligações remotas. Tais equipamentos possibilitaram, entre outras aplicações a execução das seguintes atividades:

* Avaliação das 504 maiores empresas do Paraná em termos de ICM a recolher, com base nas Guias de Informação e Apuração, distribuídas em 1.830 estabelecimentos inscritos nas diversas regiões;
* Implantação, através de computador, do mapa totalizador das entradas e saídas de suínos, para apuração do valor a ser repassado pela União ao Estado;
* Conferência de documentação fiscal relativa à exportação de produtos primários e industrializados pelo Porto de Paranaguá;
* Controle dos estoques de mercadorias das empresas exportadoras, fiscalização do abate do gado bovino e controle da entrada de produtos primários em mercados e similares;
* Elaboração mensal da pauta de suínos, com pesquisas de mercado nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e confirmação do preço através do fisco desses Estados;
* Elaboração da pauta de preços mínimos para produtos primários e outros, para efeito de captação do ICM, com pesquisa de preço em todo o Estado.

Além disso, a SEFI manteve em operação seus grandes sistemas — operados com recursos e equipamentos da CELEPAR — na área de arrecadação, programação financeira, contabilidade e execução orçamentária, procedendo ao respectivo aperfeiçoamento.

3. COORDENAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA — CDA

No período de 1979 a 1981, a Coordenação da Dívida Ativa orientou a sua atuação no sentido de racionalizar e simplificar os procedimentos de inscrição ou remissão da dívida ativa, com vistas a reduzir os custos operacionais e a beneficiar tanto os contribuintes quanto o próprio Estado. Entre outras, cabe destacar as seguintes medidas e atividades desenvolvidas pela unidade em 1981:

* Aprimoramento do sistema de cobrança amigável e extrajudicial, através de contato mais direto junto aos contribuintes. Essa atuação, em 1980, respondeu por 70% da arrecadação da dívida ativa, elevando-se para 80% em 1981;
* Exclusão de inscrições na dívida ativa dos débitos inferiores a Cr$ 12.000,00 — que representavam 86% das inscrições e 15% do valor da dívida — os quais passaram a ser acumulados em uma única inscrição no final do

ano. A ação possibilitou a eliminação de 100.000 pequenos processos judiciais de cobrança, que obstruíam as várias esferas judiciárias e Procuradorias do Estado;

* Ao final do exercício de 1981, foi concedida a remissão para débitos iguais ou inferiores a Cr$ 5.000,00. Esta providência atingiu diretamente 57.000 contribuintes e cerca de 182.000 processos. Assim, foram eliminados 70% dos processos que tramitavam em dívida ativa — representando apenas 2% do valor dos débitos inscritos, isto é, muito menos do que os respectivos custos de cobrança;
* Foi adotado o sistema de parcelamento de débitos fiscais inscritos, o que possibilitou, já em 1980, que 1.989 contribuintes regularizassem a sua situação perante a Fazenda Pública. Além disso, foram abertas linhas de crédito especiais junto ao BANESTADO e à rede bancária particular, visando facilitar ao contribuinte inscrito a quitação de pendência com o fisco estadual.

Os resultados de tais medidas encontram-se demonstrados no quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO DE INSCRIÇÕES E RECOLHIMENTO DA DÍVIDA ATIVA

Em Cr$ mil

Especificação	1979	1980	1981
Valores inscritos	831.808	1.114.115	1.921.000
Valores recolhidos (pagos)	245.000	532.000	988.000
N.º de contribuintes inscritos	73.443	29.510	65.249

FONTE: CDA/SEFI

4. COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO — CAFE

Durante o exercício financeiro de 1981, a Coordenação da Administração Financeira do Estado — CAFE, executou os serviços inerentes à coordenação de procedimentos e à execução da política de administração financeira do Estado, através do controle diário dos ingressos no Tesouro Estadual, da previsão do fluxo de caixa e da execução da programação financeira definida para os vários órgãos estaduais. No campo da execução de despesas, além da liberação de recursos aos diversos órgãos estaduais, a CAFE deu orientação e assistência técnica aos Grupos Financeiros Setoriais no que se refere ao processamento, contabilização e controle dos dispêndios, e ainda à alimentação do Sistema de Contabilidade e Orçamento — COR.

Participou também, em conjunto com a Diretoria Geral, na formalização de processos inerentes à captação de recursos internos e externos, dentre cujas operações merecem destaque: a contratação de US$ 50,0 milhões captados junto ao Banco do Brasil S/A — Agência Grand Cayman, em condições satisfatórias para o Estado; contrato de US$ 80,0 milhões junto ao Banco

Interamericano de Desenvolvimento — BID, destinado a financiar parte do PRORURAL, e os contratos no montante de Cr$ 1,4 bilhão, formalizados com o Banco Nacional da Habitação — BNH, para complementação e integralização do Fundo de Água e Esgoto do Paraná — FAE/PR.

5. ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO — RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEFI

As atividades desenvolvidas sob este título correspondem ao chamado programa geral de encargos, relacionando-se mais às conseqüências da ação passada do setor público estadual do que propriamente às realizações que estão sendo implementadas.

DÍVIDA PÚBLICA

A posição da dívida consolidada do Estado, no final de 1981, equivalia a um montante de Cr$ 47,3 bilhões, sendo US$ 311,9 milhões relativos à dívida externa e Cr$ 7,5 bilhões à dívida interna. O demonstrativo a seguir evidencia o comportamento do perfil da dívida consolidada ao longo dos três últimos anos.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA

Especificações	1979	1980	1981
Dívida interna			
— Em Cr$ milhões correntes	3.264,3	3.906,5	7.478,0
— Em Cr$ milhões constantes de 1981	13.696,9	8.222,3	7.478,0
Dívida externa			
— Em US$ milhões	256,8	262,7	311,9
— Em Cr$ milhões constantes de 1981	32.819,0	33.573,1	39.860,8

FONTE: CAFE/SEFI

No decorrer do exercício de 1981, o Tesouro Geral do Estado dispendeu Cr$ 7,1 bilhões com o serviço da dívida consolidada, conforme demonstra o quadro a seguir:

AMORTIZAÇÕES E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA EM 1981

Especificação	Dívida Interna (em Cr$ milhões)	Dívida Externa Em Cr$ milhões	Dívida Externa Em US$ milhões
Amortização	655,2	1.834,0	17,8
Juros e encargos	376,4	4.280,5	41,3
TOTAIS	1.031,6	6.114,5	59,1

FONTE: CAFE/SEFI

Cabe destacar, ainda, que o estabelecimento de providências administrativas possibilitou a geração de Cr$ 3.331,3 milhões de Receita Patrimonial, sendo Cr$ 1.148,3 milhões pelo fechamento de câmbio antecipado e Cr$ 2.183,0 milhões gerados pela retenção do empréstimo de US$ 50,0 milhões, por força das Resoluções 479/497 do Banco Central do Brasil.

CONTRIBUIÇÕES AO PASEP

Em 1981, o Estado aplicou, através da AGE/SEFI, um total de Cr$ 1.019,5 milhões em contribuições ao "Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP", na forma prevista em lei, apresentando um crescimento de 155,3% em relação a 1980.

INATIVOS E PENSIONISTAS

No decorrer do exercício, foram pagos 13.357 inativos, 2.148 reformados e 3.264 pensionistas, num total de dispêndios equivalente a Cr$ 5,2 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

EVOLUÇÃO DOS DISPÊNDIOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS

Em Cr$ milhões

Especificação	1979 Beneficiários	1979 Valor	1980 Beneficiários	1980 Valor	1981 Beneficiários	1981 Valor
Inativos	12.692	836	13.488	2.030	13.357	4.881
Reformados	2.131	209	2.217	—	2.148	—
Pensionistas	3.134	62	3.044	88	3.264	197
Salário-família	1.321	23	37	37	1.365	82
TOTAIS	19.278	1.130	20.135	2.155	20.134	5.160

FONTE: CAFE/SEFI

6. SERVIÇO DE LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ — SERLOPAR

O Serviço de Loteria do Estado do Paraná, no decorrer de 1981, deu continuidade aos serviços lotéricos através da realização de 52 extrações. Desse modo, gerou uma receita bruta de Cr$ 404,1 milhões, dos quais Cr$ 37,1 milhões constituiram renda líquida transferida como receita para a cobertura das ações de assistência social a cargo do IAM e da PROMOPAR. A atividade propiciou emprego a 200 pessoas que atuam diretamente na distribuição, e a milhares de pessoas — especialmente deficientes físicos — que dependem dos rendimentos da venda dos bilhetes da Loteria para prover ou complementar os meios necessários à sua subsistência.

Em maio de 1981, o prêmio maior da Loteria Estadual foi elevado de Cr$ 1,2 para Cr$ 1,5 milhão, visando equilibrar a atratividade das premiações com a possibilidade de compra dos bilhetes.

7. COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO — CRE

No setor de arrecadação, ênfase foi atribuída ao propósito de dotar o Estado de um moderno sistema fisco-arrecadador, através da complementação da rede física e da utilização de instrumentos capazes de ampliar a racionalidade nas atividades de cunho fiscal. Manteve-se, no exercício, a política de maior aproximação entre o Governo e os contribuintes, com base na filosofia administrativa vigente. Prosseguiu-se também com as iniciativas de revitalização do quadro de recursos humanos, através do treinamento, de auditorias e da admissão de pessoas selecionadas através de concursos públicos.

Merecem destaque, dentre as várias atividades exercidas pela CRE em seu amplo setor de atuação as seguintes realizações:

* Criação e implantação da nova Guia de Recolhimento de Agência (GRA), adaptando-a ao novo sistema de pagamento parcelado da dívida ativa, inclusive por meio de financiamentos, através da rede bancária;
* Ação fiscalizadora e repressora na fronteira com o Paraguai e nas divisas de São Paulo e Mato Grosso do Sul, com o propósito de coibir o contrabando e descaminho de café;
* Fiscalização do Imposto Único sobre Minerais — por delegação de competência da Receita Federal — em estabelecimentos que promovem a extração, circulação, exportação, tratamento, distribuição ou consumo de produtos minerais e fósseis originários do País;
* Prosseguimento do "Plano de Fiscalização Dirigida", objetivando aprimorar o sistema de fiscalização, fixar novos critérios técnicos e padronizar os serviços fiscais;
* Enquadramento de 99 novos agentes fiscais remanescentes do concurso realizado em 1980, bem como administração do curso de formação para integrá-los no quadro da fiscalização. Como conseqüência, o quadro de fiscais do Estado, nestes três últimos anos, foi ampliado em 246 novos agentes fiscais;
* Participação de reuniões com diversos órgãos — CEASA/PR, Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Paraná, EMATER/PR e outras — para orientar e acompanhar a evolução da implantação da Nota Fiscal do Produtor.

AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA

Objetivando dotar o sistema fisco-arrecadador do Estado com instalações que apresentem melhores condições de atendimento aos contribuintes, e com vistas a aperfeiçoar e ampliar a estrutura física do sistema, foram construídas, no triênio 79/81, 52 novas Agências de Rendas. No decorrer do exercício de 1981, foram concluídas 18 edificações, perfazendo um total de 3.013m2, com um custo de Cr$ 86,0 milhões, nos seguintes Municípios: Castro, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Cidade Gaúcha, Clevelândia, Floraí, Jardim Alegre, Laranjeiras do Sul, Mariluz, Marumbi, Ribeirão Claro, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Izabel do Oeste, Telêmaco Borba, Terra Boa, Terra Roxa, Ubiratã e Xambrê.

Além dessas, ao final do exercício, achavam-se em execução 33 obras, distribuídas em 29 municípios, totalizando 4.229m2 e investimentos equivalentes a Cr$ 115,0 milhões.

No que se refere a reformas e ampliações, foram realizadas obras em 96 Agências de Rendas e Postos Fiscais.

TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Com vistas a proporcionar oportunidade de desenvolvimento profissional para o pessoal da CRE e dos demais setores da SEFI, além da participação em cursos promovidos pela FIDEPAR, foram promovidos 52 cursos em 1981, conforme indicado a seguir:

TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PELA CRE

Especificação	1979	1980	1981
Cursos	47	35	52
Participantes	1.000	1.150	874

FONTE: GRHS/SEFI

8. SINOPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

Para consecução dos seus objetivos, dentro da estrutura organizacional do Estado a SEFI mobilizou os seguintes recursos:

8.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979		1980		1981	
	CLT	Estat.	CLT	Estat.	CLT	Estat.
Administração direta	132	192	153	173	162	102
Administração indireta	386	1.568	408	1.540	412	1.539
TOTAIS	518	1.760	561	1.713	574	1.643

8.2. VEíCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	22	23	26
Operacionais	210	206	202
TOTAIS	232	229	228

8.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) FONTES

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro do Estado	5.891.100	11.666.300	22.064.600
Arrecadação própria	133.700	218.100	404.100
TOTAIS	6.024.800	11.884.400	22.468.700

b) USOS

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e encargos	444.200	1.357.000	2.971.800
Inativos e pensionistas	1.130.000	2.155.000	5.160.000
Custeios diversos	874.300	1.010.000	2.764.200
Encargos e amortizações	2.023.100	4.889.300	7.146.100
Investimentos e inversões	1.551.900	2.471.000	4.426.100
TOTAIS	6.023.500	11.882.300	22.468.200

RECURSOS HUMANOS

1. INTRODUÇAO

A importância crescente da Administração Pública no processo de desenvolvimento vem exigindo, cada vez mais, a busca de maior eficácia das organizações do setor. A medida que os desafios enfrentados tornam-se mais complexos, a aplicação parcimoniosa dos recursos — particularmente os humanos — afigura-se como uma das atividades mais importantes.

A constatação elementar de que é o servidor público, com suas aspirações potenciais, o principal elo de ligação com o universo social percebido, leva a crer que, sem o seu envolvimento, não será possível uma percepção correta dos problemas vividos pelas comunidades, e a eficácia dos órgãos públicos tornar-se-á singularmente limitada.

Para enfrentar este desafio, as ações de mudança levadas a efeito pelo Governo Estadual têm atacado frentes comuns, ligadas direta ou indiretamente à área de recursos humanos, de cujos resultados depende sempre o sucesso da ação governamental. Essas frentes — basicamente voltadas a mudanças estruturais, de procedimentos, de comportamentos e de níveis de motivação — é que têm balizado o esforço da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos — SERH, nos últimos três anos.

Superadas as necessidades típicas dos primeiros anos de existência da SERH — que determinaram a atribuição de ênfase às medidas de estruturação, racionalização operacional, de controle e de auditoria — as prioridades setoriais passaram a orientar-se para as iniciativas de desenvolvimento de recursos humanos, automatização de procedimentos e valorização funcional dos servidores públicos.

Em conseqüência, a ação do setor vem sendo desenvolvida com base nas seguintes políticas de atuação:

— Adequação dos programas de treinamento às vulnerabilidades detectadas pelos setores nos respectivos quadros funcionais;
— Automatização da concessão de benefícios assegurados por lei aos servidores estaduais;
— Obtenção de maior igualdade no tratamento de categorias funcionais equivalentes;
— Descentralização do atendimento médico, odontológico e assistencial para as localidades do Interior;
— Consolidação do modelo de recursos humanos do Estado, através do uso combinado dos regimes CLT e estatutário;
— Caracterização dos sistemas de informações como instrumental ágil e moderno de gestão de recursos humanos.

Prosseguiu-se com a política de valorização do servidor público, desenvolvida pelo Governo Estadual desde o início da corrente gestão, inclusive através da concessão de novos benefícios salariais a várias categorias. Além disso, com vistas a possibilitar ações prontas e eficazes, foram ampliadas as orientações relativas à integração e consolidação dos sistemas operados com o concurso de processamento eletrônico de dados.

2. GERÊNCIA SUPERIOR

A ação nesta área abrangeu um elenco de medidas de fundamental importância para a gestão dos recursos humanos do Estado, compreendendo os projetos de cargos e salários, os de organização e métodos e as principais medidas relacionadas com a concessão de benefícios funcionais.

O PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS ESTATUTARIOS

O novo Plano de Classificação de Cargos Estatutários orientou-se para a adequação da estrutura de cargos existente à realidade das funções efetivamente desempenhadas na administração direta e autárquica, bem como para a concepção de um plano de carreira. Com vistas à sua implantação, foi realizado um conjunto de estudos preliminares, os quais compreenderam:

* Levantamento de funções;
* Agrupamento de cargos, transformando 183 cargos em 80;
* Definição dos cargos e especificação dos respectivos requisitos;
* Avaliação e classificação dos cargos, levando-se em consideração a posição salarial de cargos similares no mercado;
* Formulação de tabelas salariais para o ajustamento das curvas salariais do Estado com o mercado;
* Incorporação de gratificações aos salários básicos, suprimindo onerosos e desgastantes procedimentos administrativos.

A implantação do Plano foi dividida em três etapas: enquadramento provisório, enquadramento definitivo e ascensão.

* **Enquadramento Provisório** — efetuado através de uma correlação de cargos, considerando a posição salarial dos funcionários. O enquadramento provisório ocorrido em janeiro de 1981, através do Sistema de Enquadramento de Pessoal — SEP, estendeu-se a 15.155 funcionários;
* **Enquadramento Definitivo** — beneficiou o mesmo número de funcionários do enquadramento provisório e teve como finalidade a distribuição dos funcionários em referências salariais, considerando o tempo de serviço de cada um. Assim, os servidores mais antigos tiveram recompensado o seu tempo de serviço, através de um acréscimo em seu vencimento básico;
* **Ascensão Funcional** — definida na Lei 7.424/81, corrige os desvios de função, permitindo ao funcionário o exercício de funções compatíveis com

a sua habilitação. Para o primeiro processo de ascensão, foram indicados 5.129 funcionários, que se encontravam em desvio de função relativamente à qualificação acadêmica ou profissional já obtida.

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS CLT

Para a consecução global dos objetivos estabelecidos em relação à política de administração de pessoal, a Secretaria dos Recursos Humanos iniciou o desenvolvimento do Plano de Classificação de Cargos CLT. Em seu âmbito, foram desenvolvidas, em 1981, como principais atividades: levantamento de funções, estabelecimento de novo rol de cargos, descrição de conteúdos ocupacionais, definição de requisitos, avaliação de cargos e estabelecimento da nova estrutura salarial.

PROJETOS DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

Sob este título, podem ser agrupadas 6 modalidades de providências, equacionadas pela gerência superior da SERH no decorrer de 1981, quais sejam:

* "Manual de Normas e Procedimentos do PIS/PASEP" — contendo normas e rotinas necessárias, desde o cadastramento de servidores no PASEP, sua manutenção no Programa, recebimento dos benefícios, até a normatização dos procedimentos necessários à elaboração da Relação Anual de Informações Sociais — RAIS;
* Racionalização das publicações no Diário Oficial do Estado — objetivando facilitar tanto a emissão de atos peculiares à SERH, relativos à concessão de benefícios funcionais/financeiros, quanto a racionalização das atividades do DIOE no que diz respeito à publicação;
* Pesquisa de opinião pública — realizada com o apoio da CMA/SEPL — visando a identificação de estrangulamentos no atendimento. A medida propiciou a adoção de providências, a solução de problemas e a maximização da qualidade dos serviços a cargo das entidades integrantes da SERH;
* Avaliação dos resultados individualizados do Sistema Integrado de Pessoal — SIP e utilização mais eficaz dos seus relatórios;
* Análise dos fluxos da folha de pagamento e cadastro — com o objetivo de criar mecanismos que assegurem a perfeita manutenção da folha de pagamento e a identificação dos pontos frágeis do sistema;
* Identificação dos problemas existentes no setor CLT de GRHS — diagnóstico que envolveu os aspectos de encargos sociais, pagamento de pessoal, controle de cargos, quantidade de trabalho em atraso e outras irregularidades, propiciando a tomada de providências corretivas.

OUTROS BENEFÍCIOS FUNCIONAIS

No decorrer de 1981, além da implementação do plano de cargos para o pessoal do Quadro Geral Estatutário, o Governo do Estado concedeu os seguintes benefícios funcionais e salariais ao funcionalismo:

* Promoção dos integrantes do grupo ocupacional Engenharia e Arquitetura TC-1500 — 41 engenheiros foram promovidos por merecimento e 54 por antigüidade;
* Promoção de servidores do quadro da Polícia Civil, com base em critérios de merecimento e antigüidade;
* Oportunidade aos professores regionalistas e não-habilitados do Quadro Único, não abrangidos pela Lei 7.208/79, a prestarem o teste seletivo interno;
* Avanço vertical para 4.820 integrantes do Magistério e nomeação de 3.306 professores e especialistas PC-3;
* Extensão da Gratificação de Regência de Classe ao ensino pré-escolar, aos auxiliares de regência de 1.ª série e seu pagamento no período de férias;
* Fixação dos vencimentos dos professores sem-habilitação e dos regionalistas do Quadro Geral em 75% e 85% do vencimento do professor PA-1;
* Regulamentação dos artigos 118, 119, 121 e 123 do Estatuto do Magistério;
* Concessão de abono de 30%, a partir de outubro/81, para servidores estatutários civis e militares, e de reajuste de igual percentual para o pessoal CLT, a partir de novembro, a título de antecipação parcial da majoração de vencimentos;
* Redução, através de Emenda Constitucional, do tempo de serviço necessário à aposentadoria no Magistério, passando de 35 e 30 anos, respectivamente, para 30 anos aos homens e 25 anos para as mulheres;
* Transformação de 144 cargos do Quadro Geral em cargos da CRE.

3. COORDENADORIA DO CADASTRO CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS — CCCRH

O Sistema SIP, cujo objetivo principal reside na elaboração e execução da Folha de Pagamento do Estado, é coordenado por esta Unidade, que tem nele um dos seus principais instrumentos de ação gerencial. Tendo sido implantado em setembro de 1980, o SIP deixou de ser considerado projeto e passou a constituir uma atividade normal que visa efetuar, mensalmente, o pagamento dos servidores da administração direta, autárquica e de órgãos de regime especial do Estado do Paraná.

Assim, no exercício de 1981, deu-se início a uma nova fase do Sistema SIP, orientada para seu permanente aperfeiçoamento, ampliação da sua operacionalidade — na manutenção da folha de pagamento — e eficaz absorção das mudanças de legislação. Segundo esta orientação, foram os seguintes os principais resultados obtidos:

* Relatório mensal de apoio ao preenchimento da RAIS e geração automática de documentos de contribuição ao FGTS;
* Desenvolvimento de rotina de cadastramento automático no PASEP;
* Desenvolvimento de rotina para enquadramento automático de professores transferidos de quadro ou beneficiados com avanços;

* Primeira fase de integração dos sistemas de Cadastro de Dados Históricos e Recursos Humanos da Educação com o cadastro SIP;
* Implantação automática, na Folha de Pagamento, da Reclassificação de Cargos do pessoal estatutário e dos benefícios conseqüentes ao avanço diagonal concedido a professores;
* Contagem automática de tempo para implantação da reclassificação;
* Execução automática, pelo Sistema SIP, das alterações salariais ocorridas na folha de pagamento, abrangidas as motivadas por abonos, as antecipações e as simulações.

4. COORDENADORIA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS — CALR

Em razão das suas atribuições relacionadas com a manutenção da força de trabalho no serviço público estadual, a CALR vem adotando o processo de seleção de candidatos com base no planejamento específico das necessidades de recursos humanos dos órgãos.

CONCURSOS PÚBLICOS

Os concursos públicos, organizados a partir das características dos cargos a serem preenchidos nos órgãos que os solicitaram, destinaram-se, em 1981, apenas ao preenchimento de cargos na Polícia Civil, conforme detalhamento constante do relatório da área de Segurança Pública.

CONCURSOS PÚBLICOS E RESULTADOS POR ÁREA

Áreas	1979			1980			1981		
	Vagas	Insc.	Aprov.	Vagas	Insc.	Aprov.	Vagas	Insc.	Aprov.
Magistério	3.316	20.825	16.932	—	—	—	—	—	—
Polícia Civil	1.285	3.199	970	—	—	—	343	5.634	(*)
CRE/SEFI	—	—	—	159	17.755	330	—	—	—
TOTAIS	4.601	23.925	17.632	159	17.755	330	343	5.634	...

FONTE: CALR/SERH

* Concurso em andamento

INGRESSO NO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO

A política de recrutamento e seleção do Estado vem sendo a do aproveitamento preferencialmente do pessoal interno. Segundo tal orientação, foi promovida a transposição de 5.054 professores suplementaristas — não enquadrados pela Lei 7.208, de 15 de outubro de 1979 — e de professores pertencentes ao Quadro Único, para o Quadro Próprio do Magistério, em julho de 1981, através do teste seletivo interno, com apreciáveis benefícios salariais e funcionais para os aprovados.

TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DISPONÍVEL

Visando valorizar e recuperar os recursos humanos já integrantes dos quadros de pessoal, foi promovido o diagnóstico dos casos de disponibilidade existente, propondo-se solução de cada caso dentro das condições administrativas oferecidas pelo serviço público estadual. A atividade já abrangeu a apreciação sobre 1.849 funcionários de 6 Secretarias de Estado.

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA CARGOS CLT

Até abril de 1979, as atividades de recrutamento e seleção efetuadas pela Coordenadoria de Alocação de Recursos Humanos estiveram interrompidas, e a partir daquela data reiniciadas e mantidas até o final de 1980, quando foram descentralizadas para os Grupos de Recursos Humanos Setoriais, cabendo à Cordenadoria, hoje, a análise dos pré-requisitos aos cargos e o controle de vagas. Em 1979, foram inscritos 2.096 candidatos, dos quais 659 aprovados, e em 1980, de 829 inscritos, 305 obtiveram aprovação.

5. COORDENADORIA DE AUDITAGEM DE RECURSOS HUMANOS — CARH

A Coordenadoria de Auditagem de Recursos Humanos desencadeou uma série de ações de controle, entre as quais se destacam o acompanhamento e controle do pessoal à disposição de outros órgãos, a formalização dos processos administrativos de abandono de cargo e a responsabilidade pelo andamento dos processos administrativos de vantagens e benefícios, sobressaindo-se os concernentes às aposentadorias.

PESSOAL À DISPOSIÇÃO

O controle de pessoal colocado à disposição de órgãos federais, estaduais e municipais vem sendo efetuado pela CARH, que registrou, no ano de 1981, 3.201 autorizações, sendo 2.892 servidores com percepção de seus vencimentos e 309 sem percepção de vencimentos.

Estes servidores, na sua maioria (1.399), são da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, grande parte dos quais à disposição da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, em razão da reestruturação do Sistema Estadual de Saúde Pública, como se poderá ver no quadro a seguir. Outro contingente importante é aquele à disposição de prefeituras — constituindo até mesmo uma forma de transferência de recursos para os municípios — sendo a maior parcela desse pessoal vinculado à Secretaria da Educação, que possui 1.222 funcionários prestando serviços em outros órgãos.

Em resumo, 70% do pessoal à disposição acha-se empregado no âmbito de organizações pertencentes à própria Administração Estadual, assim movimentado por conveniência do serviço público.

NÚMERO DE SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO À DISPOSIÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS — 1981

Órgãos	N.º de Servidores
Secretarias de Estado	489
Administração indireta do Estado	339
Prefeituras	483
Governos estaduais	187
Órgãos federais	115
Fundações	1.414
Outros Poderes (Legislativo e Judiciário)	153
Diversos	43
TOTAL	3.201

FONTE: CARH/SERH

ABANDONO DE CARGO

Com a aprovação do Regimento Interno da Coordenadoria de Auditagem de Recursos Humanos, através da Resolução 10.847, de 25 de novembro de 1981, passaram a integrar a estrutura organizacional dessa Coordenadoria as Comissões Especiais de Abandono de Cargo, cujo objetivo é formalizar processos contra os funcionários que incorrem nas sanções previstas no artigo 293, inciso V, letra b, do Estatuto dos Funcionários Públicos.

Dessa forma, e com o propósito de manter a desejável probidade que deve caracterizar o serviço público, as Comissões instauraram, em 1981, 136 processos administrativos, com os resultados indicados a seguir:

DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE ABANDONO DE CARGOS

Ano	Absolvido ou Arquivado	Demitido ou Exonerado	Total
1979	43	75	118
1980	31	73	104
1981	49	87	136
TOTAIS	123	235	358

FONTE: CARH/SERH

APOSENTADORIAS

As 3.429 aposentadorias ocorridas no exercício de 1981 representaram expressivo acréscimo em relação às 1.902 de 1980 e às 2.373 aposentadorias de 1979. Infere-se que essa expansão foi conseqüência da aplicação do Plano de Classificação de Cargos e do Decreto 3.106, de 17 de outubro de 1980 (que promoveu os integrantes do Quadro Próprio do Magistério), pois muitos servidores já possuíam tempo suficiente para se habilitar à tal condição e aguardavam apenas os benefícios da nova situação. Assim, a análise das informações e demonstrativos a seguir evidenciarão o alcance das vantagens funcionais propiciadas recentemente pelo Governo Estadual, em termos de justa contraprestação aos dedicados esforços de toda uma vida funcional.

MOVIMENTO GERAL DE APOSENTADORIAS NA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Órgãos	1979	1980	1981
Governadoria	12	3	14
Secretaria do Planejamento	11	2	2
Secretaria das Finanças	55	131	57
Secretaria da Administração	16	5	18
Secretaria dos Recursos Humanos	19	34	58
Secretaria da Agricultura	90	45	66
Secretaria da Educação	1.238	522	1.703
Secretaria do Interior	39	22	23
Secretaria da Indústria e do Comércio	28	2	4
Secretaria da Justiça	68	32	97
Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social	170	130	303
Secretaria da Segurança Pública	138	74	129
Polícia Militar do Paraná	264	139	586
Secretaria dos Transportes	224	756	356
Secretaria da Cultura e do Esporte	1	5	13
TOTAIS	2.373	1.902	3.429

FONTE: CARH/SERH

Das 3.429 aposentadorias ocorridas em 1981, 159 o foram de natureza compulsória, 808 por invalidez, 269 em razão da reforma de militares e as demais a pedido.

6. COORDENADORIA DOS GRUPOS DE RECURSOS HUMANOS SETORIAIS — CGRHS

As atividades da unidade compreenderam o assessoramento técnico, o controle de lotações de pessoal, a orientação para a execução do Sistema de Avaliação de Desempenho do Estado, a orientação normativa às extensões

setoriais da SERH — representadas por 14 grupos setoriais, e 9 setores de pessoal de autarquias — e o estímulo às atividades culturais e associativas.

LOTAÇÕES DE PESSOAL

O controle quantitativo do pessoal da administração direta e autárquica, feito pela CGRHS através de informações dos Grupos Setoriais de Recursos Humanos — GRHSs, demonstra o efetivo de recursos humanos existentes, o qual, ao final de 1981, totalizou 88.384 funcionários nos quadros ativos das várias organizações do Poder Executivo Estadual, conforme demonstrado a seguir:

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA - 1981

Campos de Atuação	Pessoal Estatutário	Estat. Comissionados	Cargos em Comissão	À Disp. dos Órgãos	Pessoal CLT	Pessoal CLT Convênio	Estagiários	Outros Regimes	Total
Institucional	2.418	170	231	154	1.479	268	290	130	5.110
Social *	63.511	490	280	418	7.943	1.225	386	138	74.391
Econômico	1.970	111	48	101	4.478	1.293	117	825	8.853
TOTAIS	67.899	771	559	673	13.900	2.696	793	1.093	88.384

FONTE: CGRHS/SERH

* No número relativo ao pessoal estatutário do campo social, acha-se incluído o total do pessoal militar da Polícia Militar do Estado.

Dos totais de recursos humanos vinculados à atividade da administração direta e autárquica, 3.201 achavam-se à disposição de outros órgãos (171 da área institucional, 2.670 da área social e 360 da econômica) e 1.008 em licença sem vencimentos, resultando em 84.175 em efetiva atividade nos órgãos da administração direta do Poder Executivo e nas autarquias estaduais.

O demonstrativo a seguir indica a expansão do Quadro de Pessoal do Poder Executivo nos três últimos anos — não incluídos os estagiários e os contratados através de convênios em face da precariedade do vínculo — merecendo destaque as seguintes observações:

— A expansão, na área social, de 1979 para 1980, é conseqüênte da efetivação do pessoal suplementar no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo;
— A expansão, nos quadros CLT, objetivou compensar o grande número de aposentadorias ocorridas no período, conforme já demonstrado.

EVOLUÇAO DOS QUADROS DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇAO DIRETA E AUTARQUICA

Campos	Quadro Estatutário			Quadro CLT			Total		
	79	80	81	79	80	81	79	80	81
Institucional	2.618	2.915	2.973	1.274	1.426	1.479	3.892	4.341	4.452
Social	53.403	65.488	64.699	5.315	5.475	7.943	58.780	70.963	72.642
Econômico	3.593	3.001	2.230	5.513	4.266	4.478	9.106	7.267	6.703
TOTAIS	59.714	71.404	69.902	12.102	11.117	13.900	71.778	82.571	83.802

FONTE: CGRHS/SERH

LICENÇA SEM VENCIMENTOS

A adoção de medidas que resultem numa mais justa contraprestação ao trabalho do servidor público, como vem ocorrendo nos dois últimos anos, tem aumentado o atrativo do serviço público estadual, como perspectiva de carreira honrosa e de realização profissional. O quadro a seguir mostra as reduções que vêm ocorrendo no afastamento de servidores, por intermédio de licença sem vencimentos.

FUNCIONARIOS EM LICENÇA SEM VENCIMENTOS

Áreas	1979	1980	1981
Área institucional	11	13	13
Área social	1.714	1.219	980
Área econômica	62	54	15
TOTAIS	1.787	1.286	1.008

FONTE: CGRHS/SERH

AVALIAÇAO DE DESEMPENHO

A aplicação do Sistema de Avaliação de Desempenho tem abrangido duas situações: a avaliação em estágio probatório, aplicável ao pessoal CLT, e a avaliação de desempenho geral, abrangendo funcionários estatutários e servidores CLT.

Na primeira modalidade, foram avaliados 496 funcionários em 1981, totalizando 1.575 no triênio. Quanto à avaliação de desempenho geral, os resultados de 1981, devidamente associados aos dos anos precedentes, acham-se expressos a seguir:

FUNCIONARIOS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Anos	Superior	Distribuição dos Conceitos Médio Superior	Médio	Médio Inferior	Inferior	Total
1979	177	1.056	1.319	655	107	3.314
1980	4.959	8.507	1.235	112	29	14.842
1981	1.544	12.186	4.471	66	8	18.175
TOTAIS	6.680	21.749	7.025	833	144	36.431

FONTE: CGRHS/SERH

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO ESPECÍFICOS

Em complementação aos cursos de treinamento de caráter geral — de responsabilidade da FIDEPAR — as Secretarias de Estado, através dos Grupos de Recursos Humanos, promoveram treinamentos específicos, compreendendo a aquisição de vagas, a execução de cursos fechados e a especialização fora do Estado, conforme indicado a seguir:

TREINAMENTO ESPECÍFICO EXECUTADO PELOS GRHSs

Especificação	1979	1980	1981
Número de cursos realizados	71	51	96
Participantes dos cursos	447	750	235
Servidores em cursos fora do Estado	91	55	57

FONTE: CGRHS/SERH

ATIVIDADES CULTURAIS E ASSOCIATIVAS

Entre as atividades culturais e associativas da SERH, destacam-se o Coral Paraná e o estímulo às atividades associativas, no âmbito dos órgãos sediados no Centro Cívico. O Coral Paraná, composto exclusivamente de servidores públicos, efetuou 29 apresentações no decorrer de 1981, 13 das quais em eventos cívico-culturais que tiveram lugar em localidades do Interior do Estado.

7. DIVISÃO DE INSPEÇÃO E PERÍCIA MÉDICA

Dentre as medidas — iniciadas em 1979 com a transferência da competência de conceder licenças para tratamento de saúde da SESB para a SERH — tomadas com vistas a disciplinar as licenças médicas aos servidores, destacam-se: a mudança de filosofia de trabalho, a reestruturação administrativa e dos quadros de recursos humanos e a adoção de controles por processamento de dados.

As licenças para tratamento de saúde passaram a ser encaradas não apenas no aspecto médico, mas sob aspectos de abstenção ao trabalho, custos, redução da capacidade laborativa e na identificação de potencialidades e capacidades para o trabalho, iniciando a ênfase na reabilitação profissional.

Os resultados desse trabalho podem ser percebidos pela involução das licenças médicas concedidas aos funcionários da administração direta do Estado, as quais passaram de 15.754 em 1979, para 10.784 em 1980 e reduzem-se em 1981, para 9.874 licenças.

PUBLICAÇÕES

Com vistas a disseminar normas e políticas em vigor na área de administração de recursos humanos do Estado, a SERH, em 1981, editou e distribuiu várias publicações, a maioria delas contendo a legislação de cunho normativo da área, merecendo destaque as seguintes:

* "Legislação de Recursos Humanos de 1978, 1979 e 1980", em 3 volumes;
* "Legislação de Recursos Humanos de 1981", em fase de impressão;
* "Estatuto dos Servidores Civis do Estado do Paraná (Lei 6.174/70) e Suas Alterações";
* "Modelo de Gestão de Recursos Humanos";
* "Manual de Normas e Procedimentos do PIS/PASEP".

As coletâneas de legislação normativa tiveram também o propósito de facilitar o acesso aos técnicos e juristas envolvidos no assunto e facilitar a consolidação dessas normas em futuro próximo.

9. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ — IPE

No cumprimento de suas finalidades, o IPE, em 1981, agilitou, principalmente, o atendimento ao funcionário público estadual residente no Interior, com nova dinâmica e programa completamente diferente do até então existente. Foram implantadas Coordenadorias Regionais em cidades-pólos do Interior do Estado, com autonomia de atuação dentro da respectiva área de competência — constituídas no mínimo de 1 coordenador técnico, 1 coordenador administrativo, 3 consultórios médicos nas especialidades de clínica geral, ginecologia e pediatria, além do pessoal burocrático. Encontravam-se instaladas, no final de 1981, as Coordenadorias de Cascavel, Francisco Beltrão, Guarapuava, Jacarezinho, Maringá, Pato Branco, Ponta Grossa e União da Vitória. Com similar propósito, foram implantadas também 24 Subagências em outros municípios do Interior.

A Assessoria do Interior recebeu e expediu 547 processos de reembolso hospitalar e 81 de credenciamento, enquanto que a Assessoria Jurídica exarou 446 pareceres em processos de pensão, seguro de vida e de instituição de benefícios aos servidores estaduais.

O Serviço Atuarial propiciou a arrecadação, em 1981, de Cr$ 2,4 bilhões, numa média mensal de Cr$ 199,0 milhões.

ESCOLA MATERNAL NICE BRAGA

A Escola Maternal Nice Braga funcionou com 19 turmas: 1 turma pré-1, 5 turmas pré-2, 6 turmas de jardim de infância e 7 turmas de maternal com crianças entre 2 e 3 anos de idade. Essas turmas somaram 429 crianças na faixa etária dos 2 anos aos 6 anos, às quais, além da orientação educacional, foi propiciado atendimento médico-odontológico e nutricional.

DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA

As pensões foram pagas rigorosamente em dia para os 7.265 pensionistas do IPE, bem como para os 206 serventuários da justiça, com um gasto de Cr$ 852,0 milhões. No que se refere aos seguros, no decorrer de 1981 o IPE pagou 873 seguros de vida, num total de Cr$ 91,0 milhões, e concedeu 736 auxílios-funeral.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Na área médica, através do Ambulatório Central, foram concedidas 122.214 consultas, das quais resultaram 10.305 internamentos. O serviço de atendimento domiciliar, por meio dos plantões médicos permanentes e ambulâncias, atendeu a 10.620 chamados, efetuou 2.810 remoções e 814 internamentos.

O Serviço Odontológico da Capital prestou 99.610 atendimentos acrescidos de 7.107 casos atendidos em regime de plantão.

O Serviço Farmacêutico, através das suas três farmácias, atendeu 272.712 vezes a seus previdenciários, ressaltando-se que a farmácia sediada no Edifício Caetano Munhoz da Rocha atende ininterruptamente durante as 24 horas do dia e em todos os dias do ano.

Quanto ao Setor de Serviços Auxiliares da Capital, propiciou a efetivação, como terapêutica ou como diagnóstico, de 3.507 eletrocardiogramas, 1.752 eletroencefalogramas, 48 provas cicloergométricas, 230 audiometrias, 1.830 exames ortopédicos, 135 testes alérgicos, 410 aparelhos gessados, 5.630 sessões de forno de Bier, 6.300 trações cervicais, 5.690 exames de RX, 1.960 aplicações de radium, além de 20.620 procedimentos outros. Além desses, o Serviço de Enfermagem do Ambulatório Central — que funciona 24 horas por dia — efetuou 14.670 atendimentos.

O Laboratório de Análises Clínicas do Ambulatório Central efetuou 67.185 exames durante o ano de 1981, propiciando também a execução de 6.100 exames outros, através de laboratórios credenciados.

PRINCIPAIS RESULTADOS DA ASSISTÊNCIA MÉDICA NA CAPITAL

Especificação	1979	1980	1981
Consultas médicas	166.151	138.500	122.214
Internamentos	9.732	10.420	11.119
Atendimentos pelo plantão	16.576	14.245	10.620
Exames de raios-X	17.007	11.088	5.690
Atendimentos de enfermagem	14.171	14.568	14.670
Atendimentos ortopédicos	11.008	11.810	8.540
Atendimentos de eletroencefalografia, eletrocardiografia e cicloergometria	11.392	14.291	8.807
Aplicações de fisioterapia/radioterapia	4.682	3.554	7.509
Exames laboratoriais	71.542	68.314	73.285
Atendimentos odontológicos	147.521	124.952	106.717

FONTE: IPE/SERH

ASSISTÊNCIA MÉDICO-ODONTOLÓGICA NO INTERIOR

Em termos de atendimento no Interior, as Agências do IPE registraram um total de 384.065 atendimentos em 1981, conforme detalhado a seguir:

MOVIMENTO DAS AGÊNCIAS DO IPE NO INTERIOR DO ESTADO

Especificação	1979	1980	1981
Consultas médicas	203.110	206.042	196.130
Internamentos	11.349	17.149	15.969
Exames laboratoriais	123.712	125.538	124.722
Exames de raios-X	12.684	13.004	13.885
Fisioterapia	17.327	26.430	28.537
Eletrocardiograma	1.046	2.232	2.160
Eletroencefalograma	2.203	3.248	2.662
TOTAIS	371.431	393.643	384.065

FONTE: IPE/SERH

DEPARTAMENTO DE APLICAÇÃO DE CAPITAL

O IPE concedeu, no decorrer de 1981, ao funcionalismo público estadual, 12.675 empréstimos simples e 920 empréstimos hospitalares, no valor de Cr$ 399,5 milhões.

EMPRÉSTIMOS DO IPE AOS SERVIDORES

Em Cr$ milhões

Especificação	1979 Quant.	1979 Valor	1980 Quant.	1980 Valor	1981 Quant.	1981 Valor
Empréstimos simples	2.540	20,0	5.636	95,5	12.675	385,9
Empréstimos hospitalares	483	1,9	603	4,6	920	13,6
TOTAIS	3.023	21,9	6.239	100,1	13.595	399,5

FONTE: IPE/SERH

10. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO PARANÁ — FIDEPAR

Assumindo as responsabilidades e os encargos do Programa Paranaense de Treinamento de Executivos — PPTE, a FIDEPAR, além de dar continuidade à programação de capacitação e reciclagem de pessoal para o setor público, passou a investir sistematicamente no apoio à capacitação de recursos humanos para o setor privado. Assim, ampliou a programação integrada que vinha sendo desenvolvida, reavaliando-a e ajustando aqueles cursos e seminários relacionados com o setor primário às necessidades do proprietário rural.

O redirecionamento da programação justificou-se pela dependência econômica ao setor agrícola ainda existente no Estado e pela conveniência de, por meio de informações adequadas, auxiliar no processo de transformação da propriedade rural em empresa lucrativa e em expansão.

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SETOR PRIVADO

No decorrer de 1981, foram executados pela FIDEPAR — com o apoio do CEBRAE, EMATER, FAEP, Cooperativas e Sindicatos Rurais — 4 cursos de capacitação, especialização e aperfeiçoamento de proprietários e empresários rurais e um curso para técnicos de órgãos estaduais de assistência técnica. Tais cursos propiciaram treinamento para 12.815 pessoas, num total de 6.488 horas-aulas e 439 turmas, conforme indicado a seguir:

* CURSO DE INFORMAÇÕES BÁSICAS PARA MICRORRURALISTAS — executado em localidades do Interior através de 72 turmas, com 14 horas-aulas por turma e totalizando 2.971 treinandos;
* CURSO INTENSIVO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL — executado em diversas localidades do Interior, por meio de 63 turmas, com 48 horas-aulas por turma e totalizando 1.214 treinandos;
* CURSO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS EM PROPRIEDADES RURAIS — realizado em todas as regiões do Es-

tado, através de 230 turmas, totalizando 1.840 horas-aulas e 6.707 treinandos;

* CURSO SOBRE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA (substituição do "fuel-oil", ampliação do reflorestamento e do aproveitamento hídrico) — executado em todas as regiões do Estado, através de 73 turmas, totalizando 584 horas-aulas e 1.906 treinandos;
* CURSO DE PREPARAÇÃO DE MONITORES NA ÁREA DE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA — destinado especificamente a técnicos da EMATER/PR e EMATER/SC, totalizando 17 treinandos e 32 horas-aulas.

A evolução das atividades de treinamento, neste setor, acham-se condensadas a seguir:

TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO SETOR PRIVADO PELA FIDEPAR

Especificação	1979	1980	1981
Cursos executados	10	16	5
Turmas efetivadas	61	201	439
Horas-aulas	2.334	3.878	6.502
Treinandos	2.125	4.496	12.838
Municípios beneficiados	80	88	269

FONTE: FIDEPAR/SERH

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SETOR PÚBLICO

A filosofia de trabalho da FIDEPAR — de buscar o aumento da eficiência e produtividade geral do pessoal vinculado ao setor público — orientou os programas de treinamento para os objetivos específicos dos vários órgãos, identificados em conjunto com os administradores de cada unidade.

Com semelhante propósito, foram entrevistados, por equipes técnicas da Fundação, cerca de 1.500 administradores/supervisores, cujas informações embasaram a programação de treinamento para o pessoal do setor público.

No decorrer de 1981, foram realizados 35 cursos e seminários que, através de 47 turmas, propiciaram treinamento ou reciclagem a 1.038 funcionários. Dentre tais iniciativas, merecem destaque as seguintes:

* Curso de Especialização em Administração Pública — CEAP;
* Seminário sobre "A Nova Ciência das Organizações";
* Seminário de Comunicação Interpessoal e Organizacional;
* Cursos sobre Análise de Problemas e Tomadas de Decisões;
* "Marketing" aplicado à Administração Pública;
* Curso de Especialização em Planejamento Agrícola — CEPAG;
* Programa de Desenvolvimento da Gerência dos Distritos Rodoviários do DER;

* Elaboração e Análise de Projetos;
* Sistema de Administração de Materiais;
* Organização e Métodos;
* Contabilidade Pública e Programação Orçamentária;
* Psicologia de Atendimento ao Público e Relações Interpessoais;
* Desenvolvimento e Gerência de Sistemas de Informações
* Formação de Agente Externo — SINE/SEIC.

Além disso, a FIDEPAR deu continuidade ao "Programa de Atendimento Escolar ao Servidor Público", através do qual foram concedidos 351 bolsas de estudo a funcionários da administração direta e indireta.

A evolução das atividades de treinamento para o setor público, nos 3 últimos anos, acha-se expressa no demonstrativo a seguir:

TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO SETOR PÚBLICO PELA FIDEPAR

Especificação	1979	1980	1981
Cursos realizados	18	29	21
Total de turmas	36	125	47
Participantes	893	3.072	1.038
Horas-aulas	2.730	5.037	3.294
Bolsas para 1.º e 2.º graus	—	193	351

FONTE: FIDEPAR/SERH

11. SINOPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

Para a consecução dos seus objetivos, a SERH e suas vinculadas contaram com os seguintes recursos:

11.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979		1980		1981	
	Estat.	CLT	Estat.	CLT	Estat.	CLT
Administração direta	188	229	157	235	133	253
Administração indireta	219	254	453	322	412	566
TOTAIS	407	483	610	557	545	819

11.2. VEÍCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	10	11	16
Operacionais	17	17	19
TOTAIS	27	28	35

11.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) **FONTES**

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro estadual	103.000	216.000	386.000
Arrecadação própria	543.000	896.000	2.407.000
TOTAIS	646.000	1.112.000	2.793.000

b) USOS

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e encargos	97.000	202.000	417.000
Custeios diversos	465.000	744.000	1.661.000
Invest. e inversões	39.000	105.000	449.000
TOTAIS	601.000	1.051.000	2.527.000

ADMINISTRAÇÃO

1. INTRODUÇAO

As responsabilidades institucionais deferidas à Secretaria de Estado da Administração — SEAD orientam-se no sentido de garantir o pleno funcionamento da máquina administrativa e operacional do Governo Estadual. Desse modo, quer acompanhando de modo sistemático a prestação de serviços-meio no setor público, quer coordenando as atividades dos Grupos Administrativos Setoriais ou, ainda, orientando a efetivação de ações de caráter regional, a razão fundamental sempre presente deve ser a de induzir a uma perfeita integração funcional.

Além disso, em razão da própria natureza das suas atribuições, o órgão executa certas atividades tradicionais, cuja característica mais singular é a de receberem alterações apenas esporadicamente, como a guarda e a conservação do patrimônio documental do Estado — documentos produzidos ou recebidos que possuam valor legal, administrativo ou histórico — e o cadastramento e administração dos bens imóveis do setor público.

A partir dessa apreciação mais geral, podem ser adequadamente entendidos os fundamentos das políticas de atuação definidas para balizar a ação das unidades integrantes do órgão, dentre as quais merecem destaque:

— Ampliação e diversificação das medidas voltadas à conservação dos imóveis pertencentes e utilizados pela Administração Pública;
— Fortalecimento dos Municípios como unidades prestadoras de serviço às comunidades respectivas;
— Controle permanente sobre a qualidade dos bens fornecidos e serviços-meio prestados aos órgãos da Administração Estadual;
— Redução no consumo de combustíveis, em particular daqueles derivados do petróleo;
— Apoio e incentivo às iniciativas de urbanização e de zoneamento urbano e industrial, inclusive como meio de preservação ambiental;
— Simplificação de procedimentos, com supressão daqueles que possuam caráter meramente formal.

Revestiu-se também da característica peculiar aos grandes balizamentos para a atuação do setor, a posição assumida de atuar na redução dos desequilíbrios regionais e de ampliar o elenco e a magnitude das ações de apoio às populações carentes. Neste caso, as providências decorrentes tiveram sua implementação a cargo da COMEC — no que se refere à Região Metropolitana — e dos Programas Especiais, em relação às outras regiões abrangidas pela programação setorial.

2. COORDENADORIA DE CONSTRUÇÕES E REPAROS — CCR

No decorrer de 1981, a CCR administrou a execução de 1.808 reparos em prédios públicos sediados em 269 municípios, no montante de Cr$ 350,5 milhões. Essas obras constituíram-se em decorrência direta do "Plano Geral de Reparos", formulado com base em solicitações das prefeituras municipais e nos levantamentos efetuados em cada localidade.

Merece destaque o fato de que 1.413 desses reparos foram efetuados por intermédio da desburocratização dos repasses financeiros às prefeituras, que assim puderam mobilizar os recursos da própria região, criando ou mantendo empregos e multiplicando os resultados pela otimização do uso de tais recursos.

O demonstrativo a seguir evidencia a distribuição dos reparos executados, segundo os principais setores de prestação de serviços às comunidades:

REPAROS EM PRÉDIOS PÚBLICOS

	N.º de Municípios			N.º de Reparos			Valores em Cr$ mil		
Secretarias	1979	1980	1981	1979	1980	1981	1979	1980	1981
Educação	182	81	263	265	148	1.642	50.339	41.603	276.032
Saúde	20	36	25	32	49	30	4.986	46.012	13.149
Segurança	18	34	31	29	67	54	2.286	15.395	25.939
Finanças	18	48	8	24	63	20	3.339	14.230	2.243
Outras	—	5	3	—	62	62	—	21.329	33.157
TOTAIS	202	142	269	350	389	1.808	60.950	138.569	350.520

FONTE: CCR/SEAD

Cabe assinalar que, dentre os montantes indicados, na tabela acima acham-se incluídos os reparos levados a efeito por intermédio de transferências financeiras da Casa Civil aos municípios, no valor de Cr$ 174,0 milhões.

A SEAD, em coordenação com a EMOPAR, promoveu também, por intermédio da CCR, a execução do "Programa de Solo-Cimento", envolvendo o emprego de técnicas de construção que permitirão baixar o custo de construção de habitações a fim de viabilizar a melhoria dos padrões habitacionais na zona rural.

O programa, em sua primeira fase, será estendido a 39 municípios das regiões objeto dos programas especiais da SEAD, quais sejam: Litoral, Alto Ribeira, Alto e Médio Iguaçu e Alto e Médio Tibagi.

3. COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO — CPE

A SEAD, por intermédio da CPE, deu prosseguimento em 1981 às atividades de normatização, disciplinamento e controle do uso dos bens patrimoniais do Estado. Foi consolidado o cadastro de imóveis, implantado em 1979, utilizando recursos de processamento eletrônico de dados e sendo reformulados e atualizados os arquivos do cadastro geral de imóveis.

Neste exercício, foi também complementada a legalização de 585 imóveis vinculados ao patrimônio estadual, todos localizados no Interior, e que se encontravam em situação irregular. Além disso, foi firmado convênio com a Universidade Federal do Paraná para cadastramento da área do Centro Cívico. Tal cadastramento, complementado pela documentação existente nos arquivos da CPE, propiciará uma visão mais completa e particularizada da ocupação da mencionada área.

NÚMERO DE IMÓVEIS CADASTRADOS PELA CPE

Vinculação	1979	1980	1981
Próprios	3.026	2.802	2.454
De terceiros	517	491	449
TOTAIS	3.543	3.293	2.903

FONTE: CPE/SEAD

São caracterizados como imóveis de terceiros, aqueles cedidos por órgãos federais, municipais ou estaduais e aqueles locados pelo setor público para funcionamento dos seus serviços.

No que tange ao registro de patrimônio móvel, o movimento registrado pela CPE acha-se sumariado no demonstrativo a seguir:

VALORES DAS INSCRIÇÕES DE PATRIMÔNIO MÓVEL PELA CPE

Em Cr$ mil

Vinculação	1979	1980	1981
Móveis, máquinas, etc.	79.793	93.708	309.189
Veículos	31.812	33.190	237.131
TOTAIS	111.605	126.898	546.320

FONTE: CPE/SEAD

4. COORDENADORIA CENTRAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS — CCCS

Dando prosseguimento ao programa de desburocratização e de supressão de procedimentos formalísticos, a CCCS promoveu, em 1981, mais alguns avanços em termos de simplicação do ingresso de empresas no cadastro de fornecedores, empreiteiros e prestadores de serviços que atuam junto às repartições públicas.

O demonstrativo a seguir indica como, a partir de 1979, vêm sendo reduzidas as exigências documentais para o registro das empresas no cadastro em epígrafe, sem qualquer forma de risco adicional para o Governo nas relações contratuais decorrentes.

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA REGISTRO CADASTRAL DE LICITANTES

Categorias de empresas	Quantidade de documentos exigidos		
	Em 1979	Em 1980	Em 1981
Obras e serviços de engenharia	17	15	11
Prestadores de serviços	11	9	9
Fornecedores	11	9	9
Autônomo e represent. comercial	6	6	5

FONTE: CCCS/SEAD

As empresas possuidoras de cadastro (CRJF) junto à Administração Federal têm tais exigências reduzidas ainda mais, limitando-se, nas 3 primeiras categorias, a 7 documentos. Tais facilidades ensejaram que 604 novas empresas se inscrevessem no cadastro, isto é, quase 50% a mais do que os índices dos dois anos precedentes.

MOVIMENTO DE INSCRIÇÕES NO CADASTRO DE LICITANTES

Categoria de empresa	1979		1980		1981	
	Nova	Renov.	Nova	Renov.	Nova	Renov.
Obras e serviços de eng	67	149	49	155	104	221
Prestadores de serviços	125	100	104	132	162	166
Fornecedores	236	409	275	491	338	607
TOTAIS	428	658	428	778	604	994

FONTE: CCCS/SEAD

A CCCS, com base na atribuição de formalizar os processos de locação de imóveis da administração direta e órgãos de regime especial, procedeu, em 1981, à formalização de 449 contratos.

FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PELA CCCS

Especificação	1979	1980	1981
Contratos na área institucional	249	218	206
Contratos na área social	242	240	227
Contratos na área econômica	26	33	16
TOTAIS	517	491	449

FONTE: CCCS/SEAD

5. COORDENADORIA ADMINISTRATIVA SETORIAL E REGIONAL — CASR

Unidade de coordenação técnica e de difusão de procedimentos estandardizados pelo sistema de administração junto aos Grupos Administrativos Setoriais — GASs e respectivos Grupos Auxiliares, executou, além das atividades tradicionais, as seguintes ações:

* Estruturação da biblioteca da SEAD;
* Participação nos convênios de cooperação técnica celebrados com os Estados do Pará e Maranhão.
* Reavaliação do Sistema de Provisão e Distribuição de Materiais.

6. COORDENADORIA DE AÇÃO REGIONAL — CAR

Dando prosseguimento à programação estruturada em 1979, ano em que a unidade foi criada, a CAR deu seqüência, em 1981, às suas ações orientadas para a superação de desequilíbrios regionais.

Assim, deu continuidade aos Programas PRO-LITORAL e PRO-RIBEIRA e iniciou dois outros — o PRO-IGUAÇU e o PRO-TIBAGI. No conjunto, estes programas deram cobertura a 48 municípios, através da aplicação de Cr$ 261,0 milhões, que, somados aos Cr$ 147,0 milhões investidos em 1980, perfazem mais de meio bilhão de cruzeiros em inversões a preços constantes de 1981.

PRO-LITORAL

Entre as ações e benefícios carreados à população do Litoral Paranaense — região que abrange 6 municípios — destacam-se:

* Criação da COOPESPAR — Cooperativa de Pescadores do Paraná e sua implantação;
* A execução de ações diversificadas de apoio à ostricultura;
* Implantação do Sistema de Rádio Faixa-Cidadão, beneficiando os Municípios de Paranaguá e Guaraqueçaba;
* Abastecimento de água e saneamento básico e prestação de serviços médicos, odontológicos e sociais em Guaraqueçaba e distritos rurais de Paranaguá;

* Regularização fundiária e construção de áreas de lazer em Guaraqueçaba;
* Apoio a Associação de Proteção à Maternidade e Infância e a entidades de assistência à saúde em Antonina, Guaratuba e Paranaguá;
* Implantação de hortas municipais em Morretes, Matinhos, Guaratuba e Antonina;
* Construção, reparos e equipamento de cantinas escolares:

PRO-RIBEIRA

Na região do Ribeira, abrangendo os Municípios de Adrianópolis e Cerro Azul, foi executado um conjunto de ações diversificadas nas áreas de saúde, educação e infra-estrutura básica, dentre as quais destacam-se:

* Implantação de microssistemas de água, minipostos de saúde e de laboratórios para análises clínicas;
* Construção e equipamento de cozinhas escolares;
* Venda de animais de tração e de implementos agrícolas tradicionais, a preços subsidiados;
* Concessão de incentivos à pecuária leiteira;
* Implantação de unidades demonstrativas de biodigestores.

PRO-IGUAÇU

Executado na região do Alto e Médio Iguaçu, que abrange 23 dos municípios sediados na bacia do Rio Iguaçu, teve como principais realizações as seguintes:

* Implantação de postos de saúde em 8 municípios;
* Construção de cantinas escolares e seu equipamento em todos os municípios abrangidos pelo programa;
* Venda de equipamentos para apicultura, a preços subsidiados, em 21 municípios;
* Concessão de auxílios para reforma, ampliação e implantação de hospitais, creches, albergues e entidades assistenciais.

PRO-TIBAGI

Dando início à execução do Programa de Desenvolvimento da Região do Alto e Médio Tibagi, foram executadas em 1981, as seguintes ações:

* Atendimento odontológico, por intermédio da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
* Implantação de creche para 120 crianças no bairro do Sabará, em Ponta Grossa;
* Distribuição de material didático e pedagógico para escolas municipais da região.

7. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MATERIAL — DEAM

O DEAM deu seqüência à política de racionalização das compras, induzindo ao aperfeiçoamento nas programações das necessidades dos órgãos através do fornecimento de demonstrativos da evolução histórica do consumo. Passou a unidade a fornecer materiais a entidades não-pertencentes à administração direta do Estado — através de convênios — e efetuou delegações para a compra de itens no interior do Estado.

Com similar propósito, deu continuidade ao "Programa Estadual de Alimentação", apoiando a substituição de parte dos alimentos típicos dos cardápios tradicionais do sistema penitenciário e da área de segurança, por alimentos à base de feijão-soja.

No início de 1981, o DEAM, gerindo recursos da ordem de Cr$ 100,0 milhões, antecipados pela SEFI, efetuou a compra dos itens não-perecíveis do estoque, alcançando grande economia. No decorrer do ano, conforme demonstrado a seguir, a unidade efetuou aquisições no montante de Cr$ 660,7 milhões.

COMPRAS REALIZADAS PELO DEAM

Em Cr$ mil

Especificação	1979	1980	1981
Material de consumo	134.782	209.180	533.500
Equipamento e material permanente	18.888	42.035	124.420
Terminais telefônicos	1.134	1.291	2.775
TOTAIS	154.804	252.506	660.695

FONTE: DEAM/SEAD

8. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTE OFICIAL — DETO

O Departamento Estadual de Transporte Oficial expandiu-se em 1981, de forma a atender veículos de órgãos não-situados no Centro Cívico, proporcionando redução nos custos operacionais, através da prestação de manutenção corretiva e preventiva de suas frotas.

Foram desativados, da frota oficial, 20 veículos de representação da marca Galaxie e, através do acompanhamento e análise dos relatórios mensais do consumo de todos os órgãos do Poder Executivo, foi evitado o mau uso dos veículos oficiais em todas as áreas.

Com a finalidade de ampliar a capacidade de atendimento a seu público, o DETO assumiu as antigas instalações da Companhia Estearina Paranaense, com uma área total aproximada de 19.000 m2 e 7.000 m2 de área construída, das quais 2.000 m2 serão reequipados para funcionar como escritórios e

oficinas. Através das suas instalações próprias o Departamento executou um total de 9.634 serviços de lavagem, lubrificação e manutenção no exercício.

No decorrer de 1981, computadas as ampliações de frota e substituições — inclusive as ocorridas na área de segurança pública — foram adquiridos pelo Estado do Paraná 879 veículos, 540 dos quais para entidades da administração indireta.

VEÍCULOS ADQUIRIDOS E SUBSTITUÍDOS — 1981

Destinação	Veículos Adquiridos	Veículos Substituídos	Acréscimo de Frota
Administração direta	339	75	264
Administração indireta	540	406	134
TOTAIS	879	481	398

FONTE: DETO/SEAD

Com essas ampliações, eleva-se para 6.576 veículos a frota existente, sendo 4.352 deles pertencentes à administração indireta do Estado.

Desse total, 1.612 já são veículos movidos a álcool, em evidente expansão sobre os 797 existentes em 1980 ou em relação aos 202 em operação ao final de 1979.

O consumo de combustíveis, conforme demonstrado a seguir, apresenta queda em termos reais, consideradas as expansões ocorridas nas frotas operacionais.

CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS PELA FROTA ESTADUAL

Em Litros

Especificação	1979	1980	1981
Gasolina	13.978.000	12.254.000	10.143.000
Óleo diesel	11.116.000	10.535.000	9.724.000
Álcool combustível	393.000	1.444.000	4.964.000
TOTAIS	25.487.000	24.233.000	24.831.000
Média Anual por Veículo	4.591	4.073	3.776

FONTE: DETO/SEAD

No decorrer do exercício, o DETO procedeu à alienação de 296 veículos de órgãos da administração indireta e à distribuição, a título de doação, de 107 veículos — julgados inservíveis para a Administração Estadual — a

entidades assistenciais e prefeituras de cidades de pequeno porte. Realizou também serviços de consultoria para o Governo do Estado do Maranhão, na área de transporte oficial, e iniciou a prestação de cooperação similar ao Estado do Pará.

9. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO E MICROFILMAGEM — DAMI

No desempenho das suas tarefas de administrar, controlar, custodiar e preservar os papéis do Governo que já cumpriram sua função ativa, mas que devem ser preservados como prova documentária de trabalho realizado no passado, de ações presentes e de planejamento para o futuro, o DAMI executou as seguintes atividades:

* Catalogação de 44.000 documentos, ampliando o total do seu Catálogo Geral de Documentos do Século XIX para 244.000 unidades, contidas em 892 dos volumes que constituem a Coleção de Correspondências do Governo da Província;
* Seleção e arranjo de outras 50.000 peças que integram a Coleção de Documentos dos Órgãos de Arrecadação do Estado;
* Reorganização do Arquivo de Terras, revisando-o e refazendo seus índices e fichários, num total de 840 processos de diversas épocas;
* Inclusão de 103.600 registros ao Ementário e ao Fichário Geral.

Além disso, o Departamento editou e promoveu a circulação do Boletim do Arquivo Público do Paraná e de 18.000 folhetos diversos, divulgando os serviços prestados, sua finalidade e o acervo histórico-documental à disposição da comunidade.

PROCESSAMENTO DE DOCUMENTOS PELO DAMI

Documentos	1979	1980	1981
Recolhidos	12.262.357	4.510.000	3.250.000
Organizados	367.007	191.000	171.500
Arquivados	2.889.000	1.870.000	1.836.000
Revisados	6.951.897	3.800.000	3.654.000
TOTAIS	22.470.261	10.371.000	8.911.500

FONTE: DAMI/SEAD

10. COORDENAÇÃO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA — COMEC

À COMEC, no desempenho das suas atribuições e na área de organização e promoção, executou, em 1981, as seguintes ações:

* "Estudos dos Recursos Naturais e Recomendações do Uso do Solo em Áreas de Várzeas da Região Metropolitana de Curitiba", em convênio com o IPARDES;
* Apoio ao Município de Bocaiúva do Sul no estabelecimento de uma organização espacial, conferindo-lhe áreas de uso industrial, através do Plano Diretor Municipal;
* Elaboração do plano final de ocupação do eixo industrial Campo Largo Araucária;
* Apoio financeiro de Cr$ 1,1 milhão para a complementação da construção de postos de saúde em Campina Grande do Sul e Quatro Barras;
* Execução de pesquisas de morfologia, estrutura fundiária e equipamentos dos setores primário, secundário e terciário, com vistas à formulação dos planos diretores de Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Contenda, Mandirituba e Bocaiúva do Sul;
* Organização da ocupação do solo nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, através de estudos de zoneamento e sistema viário básico, parte integrante dos planos diretores de Bocaiúva do Sul, Contenda, Balsa Nova e Almirante Tamandaré, os dois últimos aprovados em 1981, pelas respectivas Câmaras Municipais;

URBANIZAÇÃO

No apoio à urbanização dos municípios, foram concedidos auxílios financeiros — através de convênios — aos Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras e Rio Branco do Sul, totalizando aplicações no montante de Cr$ 65,6 milhões.

SANEAMENTO BASICO

Nesta área, a COMEC realizou convênios no valor de Cr$ 20,4 milhões, apoiando a execução de projetos e obras em Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Colombo, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

TRANSPORTES URBANOS

Em 1981, foram aplicados Cr$ 411,5 milhões neste setor de atividades, conforme o seguinte detalhamento:

* Melhorias no sistema viário dos 13 municípios, num montante de Cr$ 113,9 milhões;
* Implantação de terminais urbanos em Araucária, Campo Largo, Piraquara e São José dos Pinhais, no montante de Cr$ 49,0 milhões;
* Instalação de abrigos para passageiros e equipamentos nos 13 municípios, no valor de Cr$ 15,6 milhões;
* Execução de melhorias nos sistemas de sinalização dos 13 municípios, no valor de Cr$ 4,5 milhões;

* Estudos de viabilidade e anteprojetos de engenharia do Anel de Contorno Norte da Região Metropolitana, junto ao DNER, com custo de Cr$ 46,0 milhões;

* Participação, junto à Prefeitura Municipal de Curitiba, na execução dos projetos Corredor Estrutural "Conectora 5", Corredor Estrutural "Av. Churchill", Corredor Estrutural "Linha Leste" e Duplicação da Av. Victor Ferreira do Amaral — através da Coordenação do Convênio MT/SG-004/80-EBTU-008/80 — com repasse de Cr$ 182,5 milhões de recursos do "Programa de Mobilização Energética do Paraná — PME/PR", para tais obras.

MANANCIAIS

Foi desapropriado o restante dos lotes do Jardim Paraíso, em Piraquara, localizado em áreas de manancial hídrico, com o dispêndio de Cr$ 17 milhões, e, dando continuidade ao "Programa Metropolitano de Reservatórios de Emergência", foram executadas 9 barragens, com capacidade para 518.000 m3 de água.

ATIVIDADES GERAIS

Além de um amplo elenco de atividades de menor amplitude, a COMEC efetuou ainda, em 1981, as seguintes realizações:

* Obras de infra-estrutura interna e instalação do Museu do Mate;

* Elaboração do projeto de engenharia e de estudos de viabilidade econômica para implantação do "Programa de Pavimentação de Baixo Custo para População de Baixa Renda — PROPAV";

* Treinamento de pessoal das prefeituras da Região Metropolitana;

* Concessão de apoio financeiro aos Municípios de Campina Grande do Sul, Campo Largo e São José dos Pinhais, na complementação das respectivas infra-estruturas de esporte, no montante de Cr$ 4,1 milhões;

* Planejamento do mapa da Região Metropolitana, em escala 1:50.000, com informações gerais de altimetria, hidrografia, limites, zoneamento, parques e sistema viário;

* Participação, junto ao BADEP, no projeto de expansão e renovação da frota de ônibus em Curitiba e municípios da Região Metropolitana, que resultou na aplicação de Cr$ 115,0 milhões, repassados pelo "Programa de Mobilização Energética — PME".

O demonstrativo a seguir evidencia a evolução das aplicações realizadas na Região Metropolitana de Curitiba, segundo as áreas de interesse da COMEC, em termos de planejamento e coordenação.

APLICAÇÕES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Em Cr$ Mil

Áreas de atividade	1979	1980	1981
Transporte urbano	42.636	378.700	461.800
Saúde e saneamento	8.321	38.454	21.500
Educação	—	10.000	15.600
Preservação do meio ambiente	3.804	13.420	19.200
Equipamentos urbanos	8.601	11.530	94.430
Organização urbana	13.743	21.000	55.700
TOTAIS	77.105	473.104	668.230

FONTE: COMEC/SEAD

11. DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO — DIOE

O DIOE continuou a executar os serviços gráficos necessários à Administração Estadual, procurando atender à conveniência da padronização de impressos — e até mesmo induzindo-a — racionalizando custos administrativos e gerando economias para o setor público estadual.

No decorrer de 1981, atendeu a 1.720 solicitações de serviços e produziu 37 milhões de impressos, conforme demonstrado a seguir:

SERVIÇOS DE IMPRESSÃO EFETUADOS PELO DIOE

Área solicitante dos serviços	Solicitações de serviços			Milhares de impressos		
	1979	1980	1981	1979	1980	1981
Institucional	374	423	734	14.895	175.678	9.406
Social	464	375	570	18.021	7.376	23.842
Econômica	815	302	416	1.953	2.012	3.761
TOTAIS	1.653	1.100	1.720	34.869	185.067	37.009

FONTE: DIOE/SEAD

Cabe assinalar que o comportamento atípico de 1980 foi decorrente da implantação da Campanha "ICM da Criança", em que o suporte gráfico foi propiciado pelo DIOE.

O Departamento prosseguiu com a edição regular dos Diários Oficiais, conforme indicado a seguir:

EDIÇÕES DE JORNAIS OFICIAIS

Especificação	1979	1980	1981
Diário Oficial do Estado	247	250	247
Diário Oficial da Justiça	247	250	247
Diário do Município de Curitiba	52	53	52

FONTE: DIOE/SEAD

Além dessas produções, no decorrer do ano foram confeccionados 90.670 catálogos, 72.740 cartazes e 23.000 folhetos, em apoio à realização de 101 promoções artístico-culturais.

A Imprensa Oficial do Estado, em apoio à SECE e dando prosseguimento à sua participação na divulgação de obras de autores paranaenses, editou, em 1981, com uma tiragem média de 2..000 exemplares, as seguintes obras: "33 Anos Depois da Guerra", de Agostinho Rodrigues; "A Montanha Azul", de Nelson Padrella; "A Raposa", jornal literário; "Alma das Ruas", de Maria Nicolas; "Mês da Gripe", de Valêncio Xavier; "Concurso Literário COPEL", Antologia, além dos boletins culturais "Casa Romário Martins", 'Fundação Cultural" e "Museu Guido Viaro".

A título de cooperação com a PARANATUR, o DIOE confeccionou, a preço de custo, todo o material turístico de apoio à ação daquela empresa, abrangendo fatos históricos, culturais e paisagísticos do Estado do Paraná. Assim, foram impressos 70.200 cartazes, 489.000 folhetos, 6.000 calendários turísticos e 12 edições do Boletim da PARANATUR.

12. SINOPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

Na execução da programação detalhada, a SEAD e suas vinculadas mobilizaram os seguintes recursos:

12.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979		1980		1981	
	Estat.	CLT	Estat.	CLT	Estat.	CLT
Administração Direta	131	115	134	127	110	139
Administração Indireta	65	93	61	99	54	106
TOTAIS	196	208	195	226	164	245

12.2. VEÍCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	23	24	8
Operacionais	12	14	13
Máquinas e tratores	1	1	1
TOTAIS	36	39	22

12.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) FONTES — Em Cr$ Mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro Estadual	672.000	967.000	2.105.000
Convênios	—	—	99.000
Arrecadação Própria	84.000	144.000	236.000
Outras	—	—	233.000
TOTAIS	756.000	1.111.000	2.673.000

b) DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS CONVÊNIOS — Em Cr$ Mil

CONVENENTE	1981
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal	8.000
Coordenação da Receita do Estado	57.000
Empresa Brasileira de Transportes Urbanos	34.000

c) USOS — Em Cr$ Mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e Encargos	57.000	93.000	168.000
Custeios Diversos	589.000	752.000	1.016.000
Enc. e Amortizações	—	—	22.000
Invest. e Inversões	106.000	227.000	1.189.000
TOTAIS	752.000	1.072.000	2.395.000

MEIO AMBIENTE

1. INTRODUÇÃO

Ampliar a participação governamental nos programas que objetivam assegurar o equilíbrio ecológico — administrado com tanta sabedoria pela natureza e freqüentemente ameaçado pela ação humana — tem sido uma das mais importantes políticas de ação da Secretaria de Estado do Interior — SEIN, na área de meio ambiente.

Essa diretriz genérica subdividiu-se em normas setoriais de conduta que alinham — na busca do grande objetivo de se alcançar um acelerado ritmo de desenvolvimento industrial com o mínimo de agressão ao meio ambiente — as seguintes políticas de atuação:

— Intensificação das providências indispensáveis à recuperação dos solos atingidos pelo flagelo da erosão — especialmente na região do arenito Caiuá — somando esforços com a União e as prefeituras municipais;

— Ampliação das medidas voltadas à preservação dos mananciais, dos rios e das massas de água e à proteção do ar atmosférico, em particular quanto aos efeitos danosos da poluição industrial e do uso inadequado de insumos agrícolas;

— Aprofundamento do conhecimento sobre o subsolo paranaense, em particular no que tange ao seu potencial aqüífero;

— Apoio e incentivo às atividades de pesquisa — em conjunto com as universidades — no sentido de aperfeiçoar os equipamentos e métodos de combate à erosão e a todas as formas de degradação ambiental.

O aumento das atividades de proteção e reposição da fauna, flora e ictiofauna nativas, abrangida também a piscicultura em reservatórios e respectivos tributários, constituiu-se em outra das principais políticas de ação do setor, no decorrer do período.

2. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DA EROSÃO DO PARANÁ — SUCEPAR

Sob a coordenação da Superintendência de Controle da Erosão do Paraná — SUCEPAR, teve prosseguimento o "Programa Especial de Combate à Erosão do Solo no Noroeste do Paraná", exemplo da ação conjunta dos governos federal, estadual e municipal, para a solução de um grave problema regional.

No triênio 1979/81, o Governo do Estado atuou de modo intensivo, celebrando convênios, contratando projetos técnicos e executando obras de preservação e controle da erosão do solo urbano em 152 cidades da área do

arenito Caiuá, as mais atingidas pelo fenômeno. Com o mesmo objetivo, a SUCEPAR prestou assessoramento técnico especializado às demais municipalidades atingidas, sugerindo alternativas e prioridades na execução de obras indispensáveis à consecução dos objetivos do programa.

CONVÊNIOS

Foram assinados, em 1981, 144 convênios com prefeituras municipais, envolvendo recursos financeiros da ordem de Cr$ 574,1 milhões, perfazendo aplicações no montante de Cr$ 1.381 milhões no triênio, conforme detalhado a seguir:

CONVÊNIOS CELEBRADOS PARA COMBATE À EROSÃO

Em Cr$ mil

Especificação	1979	1980	1981
Municípios convenentes	57	78	144
Montante dos convênios	459.000	348.230	574.096
Participação do MINTER	203.300	115.000	201.100
Participação dos municípios	156.200	73.230	66.237

FONTE: SEIN/ACR.

PROJETOS TÉCNICOS

Foram contratados 27 projetos técnicos de engenharia, no valor de Cr$ 10,9 milhões — financiados com parcelas do montante já indicado —, totalizando 112 projetos no triênio, conforme discriminação a seguir:

PROJETOS FINAIS DE ENGENHARIA CONTRATADOS

Em Cr$ mil

Anos	N.º de Projetos	Valor
1979	31	12.123
1980	54	15.744
1981	27	10.949

FONTE: SEIN/SUCEPAR.

Complementarmente aos projetos citados, foram realizados 54 levantamentos aerofotogramétricos, no valor de Cr$ 15,4 milhões.

OBRAS REALIZADAS

Em decorrência dos convênios firmados, foram realizadas, nas 152 cidades mais atingidas pela erosão, 389 obras de prevenção e recuperação, des-

tacando-se 203.186 metros lineares de galerias de drenagem de águas pluviais, 59.211 metros quadrados de pavimentação asfáltica, 113.592 metros de meios-fios e sarjetas. Outras obras — como as de extremidade, de canalização em tubulação de grande porte, dissipadores de energia, barragens e obras complementares de infra-estrutura — completam a programação executada.

Os investimentos efetuados no triênio, a preços vigentes na época da execução, totalizaram Cr$ 996,0 milhões, assim distribuídos: Cr$ 118,0 milhões no exercício de 1979, Cr$ 428,0 milhões no de 1980 e Cr$ 450,0 milhões no de 1981. O quadro a seguir indica as quantidades de municípios contemplados com cada um dos principais tipos de obras realizadas.

NÚMERO DE MUNICÍPIOS BENEFICIADOS POR TIPO DE OBRA

Ano	Drenagem	Pavimentação	Obras de Extremidade	Meio-fio e Sarjeta
1979	42	9	14	—
1980	86	1	85	—
1981	61	—	54	37
TOTAIS	189	10	153	37

FONTE: SEIN/SUCEPAR.

Em termos de evolução anual dos principais serviços executados pela SUCEPAR, o panorama geral acha-se ilustrado no demonstrativo a seguir:

QUANTIFICAÇÃO FÍSICA DAS PRINCIPAIS OBRAS DA SUCEPAR

Especificação	Unidade de Medida	1979	1980	1981
Galerias pluviais	metros lineares	47.667	103.746	203.186
Pavimentação	metros quadrados	59.211	1.120	59.211
Meios-fios/Sarjetas	metros lineares	21.300	62.100	113.592
Canal. em tubulações de grande porte	metros lineares	12.600	20.000	32.640

FONTE: SEIN/ACR.

PRODUÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO

Com vistas ao barateamento das obras de drenagem, sem prejuízo da eficácia, os Núcleos Industriais da SUCEPAR, situados em Arapongas, Cruzeiro do Oeste e Paranavaí, produziram 304.831 tubos de concreto vibroprensados, de diâmetros variáveis entre 400 e 1.200 milímetros.

TUBOS DE CONCRETO PRODUZIDOS PELA SUCEPAR

Núcleo Industrial	1979	1980	1981
Arapongas	15.716	16.408	36.524
Cruzeiro do Oeste	11.215	32.237	47.234
Paranavaí	24.280	56.224	64.993
TOTAIS	51.211	104.869	148.751

FONTE: SEIN/SUCEPAR.

3. SUPERINTENDÊNCIA DOS RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE — SUREHMA

No exercício de sua função específica de prevenir e controlar a poluição industrial e preservar, de maneira racional e eficaz, o meio ambiente, a SUREHMA deu ênfase, neste exercício, como vem fazendo desde 1979, à ampliação da infra-estrutura técnica e laboratorial; ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e à intensificação das medidas preventivas e corretivas. Com esse propósito a autarquia instrumentalizou, inclusive, um conjunto de procedimentos com vistas à criteriosa análise dos projetos de implantação de novas indústrias e à rigorosa fiscalização das existentes, quanto ao fiel cumprimento das normas legais sobre poluição industrial.

Um dos mais expressivos resultados dessa política foi a redução da carga poluidora provocada pelos despejos de resíduos industriais nos cursos de água paranaenses. Em 1978, a poluição de nossos rios, em conseqüência de efluentes industriais não-controlados, equivalia aos despejos de uma população de 4,6 milhões de habitantes. Ao encerrar-se o ano de 1981, as análises realizadas nos cursos d'água das principais regiões de grande densidade industrial demonstraram que a carga poluidora havia diminuído para um parâmetro equivalente aos despejos de uma população de 2,2 milhões de habitantes.

Essa redução de 52,5% é ainda mais significativa se considerado que, no período em análise, houve acentuada expansão da atividade industrial no Estado.

FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA POLUIÇÃO INDUSTRIAL

A SUREHMA aprovou, no último triênio, 171 projetos de sistemas de tratamento de águas residuais, visitou 2.673 indústrias para fiscalização rotineira das normas legais, expediu 555 licenças de funcionamento e 455 licenças de instalação de indústrias, efetuou 6.337 análises para determinação dos parâmetros de qualidade do ar e instalou 28 novas estações de amostragem do ar em pontos estratégicos do Estado.

O quadro a seguir demonstra a ação desenvolvida pelo órgão na fiscalização e controle da poluição industrial, ano a ano, no período considerado:

CONTROLE DA POLUIÇAO INDUSTRIAL

Discriminação	1979	1980	1981
Projetos de despejos industriais aprovados	31	102	38
Indústrias visitadas	559	1.085	1.029
Indústrias cadastradas	74	155	209
Licenças de funcionamento de indústrias	14	269	272
Licença de instalação de indústrias	8	196	251
Estações de amostragem do ar			
— existentes	67	82	95
— instaladas	15	13	—
— análises efetuadas	1.485	2.102	2.750

FONTE: SEIN/SUREHMA

QUALIDADE DAS AGUAS DE SUPERFÍCIE

Foram realizados, em 1981, estudos e análises das águas de 240 sistemas de abastecimento do Estado, ampliando-se o serviço de controle e potabilidade dessas águas, com substancial melhoria da eficiência sanitária dos serviços operados pela SANEPAR e pelas autarquias municipais, com benefícios diretos para mais de 3.500.000 pessoas.

Em 133.254 amostras submetidas à análise no último triênio, foram determinadas 417.320 parâmetros, conforme detalhado no quadro a seguir:

ANALISES DA QUALIDADE DAS AGUAS

Em número de parâmetros

Tipos de Análise	1979	1980	1981
Análises físico-químicas	139.373	76.534	42.412
Análises cromatográficas	5.745	4.350	6.030
Análises bacteriológicas	57.248	56.332	29.296
TOTAIS	202.366	137.216	77.738

FONTE: SEIN/SUREHMA

Paralelamente à análise das águas dos serviços de abastecimento público, os laboratórios da SUREHMA realizaram, em 1981, 484 coletas e exames bacteriológicos da água dos balneários do Litoral paranaense, ampliando a atividade em relação às 458 análises efetuadas em 1980.

CONSTRUÇAO E REEQUIPAMENTO DE LABORATÓRIOS

Para atender à expansão de suas atividades e ao aumento dos serviços em sua rotina operacional, a SUREHMA construiu, no triênio 1979/1981, o

novo Laboratório Regional de Toledo; reequipou o Laboratório Central de Curitiba e construiu, anexo a este, um Laboratório Ecológico; reequipou o Laboratório Regional de Londrina e deu continuidade à construção do Centro de Piscicultura do Estado, em Toledo.

PLUVIOMETRIA E FLUVIOMETRIA

A rede hidrométrica básica do Estado foi ampliada, no decorrer de 1981, com a instalação de 154 novas estações coletoras de dados sobre chuvas, escoamento superficial e descargas fluviais — subsídios essenciais a estudos e projetos de grande significação para a economia do Estado, principalmente na agricultura, na construção de barragens e em obras de saneamento básico.

ESTAÇÕES PLUVIO-FLUVIOMÉTRICAS
(existentes e instaladas de 1979 a 1981)

Discriminação	1979	1980	1981
POSTOS PLUVIOMÉTRICOS			
— Existentes no início do ano	724	734	755
— Instalados no exercício	10	21	27
POSTOS PLUVIOGRÁFICOS			
— Existentes no início do ano	53	53	54
— Instalados no exercício	—	1	2
POSTOS FLUVIOMÉTRICOS			
— Existentes no início do ano	100	100	110
— Instalados no exercício	—	10	18
POSTOS FLUVIOGRÁFICOS			
— Existentes no início do ano	26	28	62
— Instalados no exercício	2	34	107

FONTE: SEIN/SUREHMA

O demonstrativo a seguir evidencia a ampliação propiciada na atividade de acompanhamento dos regimes pluvio-fluviométricos nas regiões do Estado, de grande interesse para a agricultura estadual em função dos acréscimos ao número de estações.

OBSERVAÇÕES PLUVIO-FLUVIOMÉTRICAS

N.º de Observações	1979	1980	1981
Pluviométricas	499.414	544.866	698.750
Fluviométricas	15.150	53.648	227.982

FONTE: SEIN/SUREHMA

SEDIMENTOMETRIA

O assoreamento dos rios, reservatórios e baías, como resultado do transporte de sólidos em suspensão nos cursos d'água, principalmente nas regiões sujeitas à erosão, é um fato de graves conseqüências para a economia estadual e nacional.

Para melhor avaliar as dimensões do fenômeno, foram instalados, entre 1979 e 1981, 34 postos sedimentométricos nas bacias hidrográficas do Estado, o que possibilitou realizar, no período, 715 medições de descarga líquida e 14.786 análises de concentração granulométrica, conforme a discriminação, ano a ano, demonstrada a seguir:

POSTOS SEDIMENTOMÉTRICOS INSTALADOS E OBSERVAÇÕES REALIZADAS

Discriminação	1979	1980	1981
Postos instalados	7	8	19
Análises de sólidos em suspensão	5.922	4.377	4.487
Medições de vazão	281	206	228

FONTE: SEIN/SUREHMA

Ainda nessa área de atuação, a SUREHMA instalou uma estação climatológica no Município de Maria Helena.

ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Com o objetivo de propiciar o abastecimento de água potável às pequenas cidades, a SUREHMA desenvolveu, no triênio, um programa de perfuração de poços tubulares profundos. Foram perfurados 145 poços, efetuada a locação de 176 e prestada assistência técnica na perfuração de 118.

Merece destaque o resultado obtido com a perfuração de um poço pioneiro no aqüífero Botucatu, no Município de Londrina, com vazão prevista de 400m3/hora. O investimento realizado nessa obra atingiu Cr$ 25,4 milhões.

PRESERVAÇÃO DE MANANCIAIS EM ÁREAS URBANAS

Com a finalidade de impedir a poluição dos mananciais e cursos d'água existentes nas proximidades de loteamentos e conjuntos habitacionais, cabe à SUREHMA analisar os projetos respectivos. Na consecução desse propósito, foram aprovados, em 1981, 60 projetos de conjuntos habitacionais, totalizando 240 projetos no triênio.

PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO NOS ALAGAMENTOS ARTIFICIAIS

Outra importante atividade desenvolvida pela SUREHMA, entre 1979 e 1981, dentro dos programas de preservação do meio ambiente, foi a realização de estudos ictiofaunísticos climáticos, na Região Oeste do Estado, com o objetivo de antecipar providências que permitam melhor adaptação aos efeitos do reservatório de Itaipu.

Complementarmente, e com o propósito de oferecer subsídios para um melhor aproveitamento das áreas limítrofes ao reservatório de Itaipu, e para auxiliar a solução de problemas de saúde pública nos Municípios de Santa Helena, Guaíra e na localidade de Porto Mendes — cujos territórios serão afetados pelo reservatório em referência — a SUREHMA desenvolveu estudos de apoio à elaboração de planos regionais de urbanização.

PISCICULTURA EM RESERVATÓRIOS

Teve continuidade a construção do Centro de Piscicultura do Estado, em Toledo, com recursos oriundos de convênios firmado entre o Governo do Estado e a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE. As obras realizadas no exercício, no montante de Cr$ 10 milhões, permitiram a conclusão de 120 tanques, num total de 9.700m2; do sistema de alimentação dos tanques com água do Rio São Francisco, de 2.000m2 de obras de paisagismo e o início das obras de vedação da área, totalizando Cr$ 27,0 milhões em investimentos.

Neste exercício, com o enchimento de parte dos tanques, iniciaram-se os testes de adaptação ecológica dos peixes Corumbatá, Carpas Alemãs, Cascudo Preto e Tilápias Nilóticas, com vistas a apoiar o repovoamento de reservatórios e rios de várias regiões.

AÇÃO COMUNITÁRIA PARA PRESERVAÇÃO ECOLÓGICA

Com o mesmo propósito da Campanha do "Dia da Queixa" — realizada em 1979 —, qual seja, o de sensibilizar largos segmentos da comunidade para os problemas de ecologia e meio ambiente, foram realizadas, em 1981, programações especiais dirigidas a empresas, escolas e a outros nucleos de atividade comunitária, com palestras e exibição de filmes.

Entre os textos divulgados nos diversos eventos dessa programação, merecem destaque os seguintes: "A Situação do Meio Ambiente no Paraná", "Legislação sobre Proteção Ambiental no Brasil", "Parâmetros para a Determinação do Grau de Poluição", "Efeitos dos Alagamentos Artificiais sobre o Meio Ambiente", "Plantio Direto: A Experiência dos Campos Gerais", "Técnicas de Coleta e Tratamento de Poluentes Industriais", "Coleta e Tratamento de Esgotos Urbanos", "Os Inseticidas e a Agricultura" e "A Situação do Meio Ambiente no Brasil".

NORMAS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

As unidades da administração direta e indireta da SEIN, no decorrer de 1981, deram prosseguimento às medidas de suporte às normas baixadas pelo Governo do Estado, consubstanciadas de modo particular nos seguintes atos:

* Decreto 331, de 24 de abril de 1979, dispondo que toda e qualquer indústria instalada ou a se instalar no Estado, que efetue captação em cursos d'água, deverá fazer lançamento de seus efluentes à montante do ponto de captação;
* Elaboração de anteprojeto de lei relativo à proteção do Litoral, o qual foi transformado na Lei 7.389, de 12 de novembro de 1980;
* Decreto 2.983, de 23 de setembro de 1980, para proteção de áreas especiais no Litoral paranaense;
* Decreto 2.984, de 23 de setembro de 1980, declarando como de interesse especial a proteção dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba;
* Decreto 3.343, de 9 de dezembro de 1980, criando a Comissão de Estudos Integrados para o Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas.

Foram ainda iniciados estudos para determinação da viabilidade da proposta de fixação de normas especiais para o parcelamento do solo urbano na Região Noroeste do Estado.

4. SINOPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

Para realizar a programação descrita, o Governo do Estado, por intermédio da SUREHMA e SUCEPAR, mobilizou os seguintes recursos:

4.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979	1980	1981
Pessoal estatutário	43	49	40
Pessoal CLT	461	486	539
TOTAIS	504	535	579

4.2. VEÍCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	50	68	67
Operacionais	27	10	18
Máquinas e tratores	19	19	29
TOTAIS	96	97	114

4.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) FONTES

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro Estadual	184.711	372.753	478.154
Convênios	84.763	31.134	50.727
Arrecadação própria	29.188	140.545	321.532
Outros	4.908	150.258	83.745
TOTAIS	303.570	694.690	934.158

b) DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS CONVÊNIOS

Em Cr$ mil

Entidade Convenente	1979	1980	1981
MINTER/SEPLAN — Estiagem	31.457	—	—
BNH	28.770	8.555	—
SUDEPE	6.221	5.779	—
COPEL	4.320	—	—
Binacional ITAIPU	5.430	—	—
PETROBRÁS	1.235	—	—
SEMA	6.000	—	—
MINTER/SEPLAN	—	5.300	17.500
PRODOPAR	—	6.000	29.568
FINEP	—	—	3.659

c) USOS

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e encargos	69.670	120.508	249.885
Custeios diversos	57.344	176.265	180.555
Encargos e amortizações	67	67	67
Investimento e inversões	169.882	308.508	535.355
TOTAIS	296.963	605.348	965.862

CAMPO SOCIAL

CULTURA E ESPORTE

1. INTRODUÇAO

No desempenho de suas atribuições específicas, a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte — SECE, como órgão responsável pelas ações nesta área, atuou de forma a materializar os superiores propósitos de incentivo ao desenvolvimento da cultura, do esporte e do lazer, bem como da sua eqüânime distribuição à sociedade paranaense como um todo.

Tal orientação, fundada na consciência de que a qualidade de vida de um povo é produto complexo — formado não apenas por suas conquistas materiais, mas também pelo grau de consumo de bens culturais alcançado, pela riqueza e diversidade de sua produção artística e pela elevação dos padrões de saúde física de suas gerações — constituiu, indubitavelmente, o balizamento mais geral e marcante a disciplinar as atividades da SECE.

Em termos mais específicos, caracterizaram-se como políticas de atuação a balizar a ação das várias instituições componentes do setor, as seguintes:

— Intensificação das realizações nas localidades do Interior;
— Fomento à ampliação do número de eventos de caráter local e regional;
— Consolidação no campo dos certames esportivos e culturais, de estruturas que revistam de maior importância os desempenhos locais e regionais;
— Apoio técnico e financeiro aos municípios na complementação da sua infra-estrutura para o esporte, cultura e lazer;
— Fortalecimento das entidades associativas ligadas ao desporto, como veículo de organização e multiplicação dos eventos e de oportunidades de participação;
— Ampliação das oportunidades de acesso aos eventos culturais típicos dos grandes centros também para as comunidades menores;
— Apoio ao desenvolvimento das artes cênicas, em especial no âmbito de grupos capazes de representar o Paraná;
— Agilitação das atividades de preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico.

Merece relevância, também, o elenco de orientações gerais e específicas estabelecidas pela SECE, em coordenação com a SEIC, SEPL e SEAD, com vistas à valorização do artesanato, sobretudo em razão da sua importância como manifestação artístico-cultural das mais genuínas para várias regiões do Estado.

2. GERÊNCIA SUPERIOR

Além das atividades de coordenação que lhe são típicas, a Gerência Superior da SECE, por intermédio de Grupos, Assessorias e Projetos Especiais, desenvolveu um conjunto de ações no campo da recreação e lazer, não propriamente típicas das unidades de nível de atuação programática.

PARQUES INFANTIS

Criar os meios para que a criança possa dar vazão à sua energia e desenvolver suas potencialidades, é garantir a formação de um cidadão emocionalmente equilibrado e sadio. A partir dessa consciência e visando apoiar a materialização desse propósito, a SECE conferiu particular atenção à recreação das crianças, propiciando a instalação de 42 parques infantis, de acordo com a seguinte distribuição: União da Vitória (4 parques), Cruz Machado, Curitiba, Ibaiti, Janiópolis, Lapa, Paranavaí e Paulo Frontin (2), Alto Piquiri, Antonina, Assis Chateaubriand, Bandeirantes, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Centenário do Sul, Curiúva, Douradina, Guairaçá, Guaratuba, Inácio Martins, Jataizinho, Leópolis, Lobato, Marialva, Primeiro de Maio, Querência do Norte, Santa Maria, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Mariana, Ubiratã, Uraí e Wenceslau Braz, cada qual beneficiado com um parque.

EVENTOS PARTICIPATIVOS

Com o objetivo de oferecer oportunidades adicionais de lazer às comunidades, a SECE promoveu as seguintes oportunidades de recreação coletiva e comunitária, em 1981:

* "DOMINGO ALEGRE" — realizado em Curitiba, Toledo, Rio Negro, Maria Helena e Lapa, contou com a participação de 3.350 pessoas;
* "DOMINGO COMUNITÁRIO" — realizado em Antonina e Curitiba, com a participação de 2.500 pessoas;
* II PASSEIO CICLÍSTICO "CIDADE DE CURITIBA" — com a participação de 10.000 pessoas;
* I PASSEIO CICLÍSTICO DA PRIMAVERA — realizado em Curitiba, contou com 10.000 participantes;
* II CORRIDA RÚSTICA NA CICLOVIA DR. NEY PACHECO — em Curitiba, com a participação de 93 concorrentes;
* II CORRIDA RÚSTICA DE SÃO JOÃO — realizada em Curitiba, com a participação de 500 pessoas;
* "VIVA MAIS CORRENDO" — em Curitiba, com a participação de 517 pessoas;
* SEMANA DA CRIANÇA — FESTIVAL DE PIPAS E FESTA DE JOGOS — em Curitiba, com a participação de 930 crianças;
* II FESTIVAL GLOBAL DE PRAIAS "VIVA MAIS O VERÃO" — realizado em Guaratuba, Caiobá e Matinhos, com a participação de 14.317 pessoas;
* COLÔNIA DE FÉRIAS DE VERÃO — em Curitiba, com 5.000 participantes;

* II CAMPEONATO DE TRUCO DO ESTADO — promovido em Curitiba, com a participação de 340 pessoas;
* "UM GINÁSIO EM CADA PRÉDIO" — Em Curitiba, com 347 participantes.

TREINAMENTO EM ATIVIDADES RECREATIVAS E DE LAZER

Em colaboração com o PRONAV/LBA, Projeto Casulo/LBA e PROVOPAR/SESB, a SECE promoveu cursos de treinamento em atividades recreativas e de lazer nos Municípios de Londrina, Curitiba, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Umuarama, Pato Branco e Jacarezinho, treinando 2.265 pessoas.

BIBLIOTECAS, BANDAS E FANFARRAS

Com a finalidade de apoiar o desenvolvimento artístico-cultural das comunidades através de atividades de caráter também recreativo, a SECE concedeu recursos num montante de Cr$ 16,6 milhões a 62 municípios e a 13 entidades, para a instalação de bibliotecas, ampliação e renovação do acervo bibliográfico, execução de atividades culturais diversas, e para aquisição de instrumentos musicais destinados a bandas e fanfarras, conforme especificado no demonstrativo a seguir:

APOIO FINANCEIRO A ATIVIDADES RECREATIVO-CULTURAIS

Em Cr$ mil

Especificação	1979		1980		1981	
	Munic.	Valor	Munic.	Valor	Munic.	Valor
Aquisição de instrumentos para bandas e fanfarras	—	—	5	400	50	10.964
Instalação de bibliotecas e lazer comunitário	4	670	20	3.600	17	5.670
TOTAIS	4	670	25	4.000	67	16.634

FONTE: SECE

COMISSÃO ESTADUAL DE ARTES CÊNICAS

Com o objetivo de incentivar e apoiar o teatro paranaense, foi criada, em março de 1981, a Comissão Estadual de Artes Cênicas — CEAC, composta de representantes de oito entidades culturais do Paraná.

Já no seu primeiro ano de existência, a CEAC procedeu à elaboração do Projeto de Desenvolvimento das Artes Cênicas no Estado, à montagem e execução do Projeto Manbembá — destinado a propiciar o intercâmbio de espetáculos teatrais entre Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

— e participou da elaboração do Projeto de Instalação de Subsedes da Federação Independente de Teatro Amador do Paraná, no Interior do Estado.

3. COORDENADORIA DO ESPORTE

Como forma de apoio e estímulo à prática desportiva, a SECE concedeu apoio financeiro no valor de Cr$ 87,0 milhões para a realização de diversos empreendimentos, através de 193 entidades municipais, com o seguinte detalhamento:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPREENDIMENTOS DESPORTIVOS

Em Cr$ mil

Especificação	1979 Munic.	1979 Valor	1980 Munic.	1980 Valor	1981 Munic.	1981 Valor
Construção de Módulos Esportivos (PEME)	08	1.034	02	360	—	—
Construção de Centros Esportivos	48	20.413	34	11.790	54(2)	55.460
Subvenções a Federações e Ligas	04	2.413	32	14.702	29(1)	12.771
Fornecimento de material esportivo	—	—	—	—	89	3.636
Outros empreendimentos (3)	—	—	—	—	21	15.112
TOTAIS	60	23.860	68	26.852	193	86.979

FONTE: SECE

NOTAS: (1) 24 federações do esporte amador e 5 ligas esportivas municipais;

(2) Além destas construções, a SEDM propiciou apoio a 85 outros centros esportivos, e a FUNDEPAR executou a construção de 17 canchas polivalentes;

(3) Compreendendo: melhorias em canchas e estádios, construção de vestiários e piscinas e desenvolvimento de atividades esportivas.

PROMOÇÕES DESPORTIVAS

Além das participações financeiras, a SECE incentivou o desenvolvimento de atividades esportivas, através das seguintes promoções realizadas em 1981:

* CAMPEONATO ESTUDANTIL DO PARANÁ — abril a novembro — realizado nas modalidades de basquetebol, handebol, voleibol e futebol, em 4 fases:

— 1.ª fase, com a participação de 58 municípios e 3.096 atletas, sediada nos próprios municípios;
— 2.ª fase, com a participação de 47 municípios e 1.900 atletas, sediada nos próprios municípios;
— 3.ª fase, participação de 44 municípios e 1.260 atletas, com caráter regional, sediada em Curitiba, Maringá, Rolândia e em Toledo;
— 4.ª fase, envolvendo a participação de 30 municípios classificados na fase anterior e 784 atletas, com sede em Curitiba;

* JOGOS ESTUDANTIS DO PARANÁ — maio — divididos em 3 modalidades e regiões:
— handebol, em Curitiba, com a participação de 17 delegações municipais, num total de 276 atletas;
— basquetebol, em Cornélio Procópio, com a participação de 194 atletas, representando 13 municípios;
— voleibol, em Toledo, com a participação de 9 municípios e 90 atletas;
* CAMPEONATO ESTUDANTIL DE ATLETISMO — julho — realizado em Curitiba, com a participação de 220 atletas e 14 delegações municipais;
* CAMPEONATO ESTUDANTIL DE GINÁSTICA OLÍMPICA — maio — sediado em Francisco Beltrão, com a participação de 7 municípios e 74 atletas;
* CAMPEONATO ESTUDANTIL DE GINÁSTICA RÍTMICA DESPORTIVA — maio — com sede em Maringá e participação de 44 atletas representando 4 municípios;
* CAMPEONATO ESTUDANTIL DE NATAÇÃO — maio — realizado em Curitiba, com a participação de 166 atletas representando 5 clubes e 3 municípios;
* CAMPEONATO ESTUDANTIL DE JUDÔ — junho — sediado em Curitiba, com a participação de 10 municípios e 74 atletas;
* CAMPEONATO ESTUDANTIL DE CICLISMO — junho — em Curitiba, reunindo 24 ciclistas de 8 municípios;
* CAMPEONATO ESTUDANTIL DE XADREZ — junho — sediado em Curitiba, com a participação de 40 estudantes de 8 municípios;
* CAMPEONATO ESTUDANTIL DE ATLETISMO — junho — realizado em Curitiba, com a participação de 124 atletas de 10 municípios;
* COMPETIÇÃO INTRAPÓLOS DE ATLETISMO E GINÁSTICA OLÍMPICA — março e novembro — realizada, respectivamente, em Francisco Beltrão, com a participação de 70 atletas, e em Curitiba, com 320 atletas;
* JOGOS ABERTOS DO VALE DO IVAÍ — julho — com sede em São João do Ivaí, envolvendo 1.200 atletas de 19 municípios;
* OLIMPÍADA GLOBAL DO TRABALHADOR — agosto/setembro — realizada em Curitiba, juntamente com o Ministério do Trabalho, SESI e SESC, contando com 2.300 participantes, que representaram 77 empresas;
* VII JOGOS NACIONAIS EM CADEIRAS DE RODAS e I JOGOS NACIONAIS DE DEFICIENTES VISUAIS — novembro — realizados em

Curitiba, com a participação de 630 pessoas representando vários Estados;

* JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS (participação) — julho — realizados em Brasília; coordenação do treinamento de 390 atletas da Capital e Interior, dos quais 242 participaram em 23 modalidades esportivas, conquistando o 4.º lugar.

Durante o exercício de 1981, a SECE efetuou também doações de 413 troféus, 5.509 medalhas e 3.088 materiais esportivos diversos.

CAPACITAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO

Com vistas à capacitação de pessoal técnico para a área desportiva, foram promovidos 7 cursos para professores de educação física e técnicos desportivos de vários municípios do Estado, conforme especificado no demonstrativo abaixo:

CAPACITAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO — 1981

Cursos de Atualização	Municípios-Sedes	Mês	Participantes
Administração em Educação Física, Esporte e Lazer	Curitiba	fevereiro	19
Arbitragem de Ginástica Olímpica e Ginástica Rítmica Desportiva	Curitiba	abril	41
Técnicas Desportivas: Handebol, Basquetebol e Voleibol	Curitiba, C. Procópio, Toledo	maio	59
Técnicas Desportivas: Atletismo, Ginástica Rítmica e Desportiva	Francisco Beltrão, Maringá	maio	90
Técnica Desportiva: Natação	Curitiba	maio	10
Técnica Desportiva: Judô	Curitiba	junho	14
Arbitragem e Formação de Árbitros de Basquetebol, Voleibol, Futebol de Campo e Atletismo	Curitiba	setembro	47

FONTE: SECE.

4. COORDENADORIA DA AÇÃO CULTURAL — CAC

Dando continuidade às ações orientadas para o apoio e estímulo às manifestações culturais e artísticas da comunidade paranaense, a SECE, através da CAC, desenvolveu a seguinte programação em 1981:

* PROJETO DE MUSICALIZAÇÃO E EXPRESSÃO CORPORAL — desenvolvido com menores da Escola de Contenção Queiróz Filho;
* PROJETO "ESQUADRÃO DA VIDA" — executado nas creches municipais, em convênio com o PROVOPAR, visando à integração social da criança através da arte, o projeto atendeu a 400 crianças;
* PROJETO "COLÔNIA DE FÉRIAS LBA" — desenvolvido nos meses de janeiro e fevereiro, propiciou lazer através de atividades culturais e artísticas a cerca de 1.500 crianças;
* PROJETO "PARANÁ CANTA" — CONCERTOS — visando disseminar a música erudita paranaense e estimular o aparecimento de novos talentos, foram realizadas 63 apresentações na Capital e no Interior;
* PROJETO "PARANÁ CANTA" — PESQUISA — com o objetivo de compilar informações para a elaboração da historiografia musical do Estado, a ser publicada sob o título de História da Música do Paraná. Durante o ano de 1981, foram pesquisadas as cidades de Curitiba, Lapa, Paranaguá, Ponta Grossa, Morretes, Antonina, União da Vitória e Castro;
* PROJETO "PARANÁ CANTA" — ACERVO — paralelamente à pesquisa, desenvolveu-se um trabalho de coleta de material pertinente à vida de pessoas ligadas à música paranaense, como do eminente Maestro Bento Mossurunga. Os instrumentos, partituras, livros, recortes de jornais de arte, programas, etc., doados pela comunidade, enriquecerão o patrimônio cultural reunido na Biblioteca Pública do Paraná;
* PROJETO "GRAVAÇÕES RADIOFÔNICAS" — compreendendo gravações e difusão, pelas emissoras de rádio, da vida e obra de musicos e compositores paranaenses;
* PROJETO "ESQUADRÃO DO SAMBA" — programação didática, desenvolvida em 150 escolas, sobre o valor histórico e instrumental do samba;
* PROJETO "ARCO DA VELHA" — com cerca de 100 apresentações em 1981, o Regional do Arco da Velha difundiu as mais autênticas tradições da música popular brasileira, contribuindo, inclusive, para o surgimento de pequenos grupos musicais de chorinho;
* PROJETO "TERRAS RICAS" — projeto-piloto executado em Paranavaí, com vistas a ser desenvolvido também em outros municípios, destina-se a dinamizar os grupos musicais e teatrais, de artes plásticas e de literatura, e também as manifestações culturais de grupos étnicos da comunidade;
* PROJETO "CEAC/FITAP" — organização e apoio à implantação de subsedes da Federação Independente do Teatro Amador do Paraná, em Londrina, Maringá, Paranavaí, Ponta Grossa, Cascavel, Francisco Beltrão, Jacarezinho e Curitiba, com vistas ao fortalecimento de grupos teatrais amadores;

* PROJETO "BENTO MOSSURUNGA" — realizou cursos de aprimoramento estético-musical e estilístico para coralistas, beneficiando os corais de 40 municípios;
* PROJETO "SEXTA NA PRAÇA" — prestigiando exclusivamente o artista paranaense, realizou 33 apresentações na Praça Santos Andrade, às sextas-feiras, para um público total de aproximadamente 9.900 pessoas;
* PROJETO "SOL MAIOR" — concebido para promover o artista paranaense e proporcionar lazer e entretenimento à população, estendeu-se, nos meses de janeiro e fevereiro, por toda a faixa litorânea (Matinhos, Caiobá, Guaratuba, Praia de Leste, Pontal do Sul, Paranaguá, Morretes, Ipanema e Antonina) e em várias localidades do Interior do Estado;
* PROJETO "O ABRE-ALAS" — concurso inédito, destinado a revelar valores musicais na área de composições carnavalescas. Culminou com a gravação, em disco, das seis primeiras músicas colocadas;
* PROJETO "DADÁ" — realizou 13 apresentações do Teatro Dadá nas creches de Curitiba, propiciando lazer e entretenimento a aproximadamente 2.600 crianças;
* CORAL SOM PERALTA — grupo vocal infanto-juvenil, formado e mantido pela SECE, contando com 60 elementos de idade entre 6 e 16 anos, realizou várias apresentações na Capital.

CURSOS NA AREA CULTURAL

A CAC, segura de que não basta a simples promoção de eventos, sendo também necessário formar novos valores e reciclar conhecimentos daqueles ligados ao ensino artístico-cultural, patrocinou e executou diversos cursos, dentre os quais merecem destaque:

* CURSO DE REGÊNCIA DE CORAL PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA — com duração de um ano, propiciou formação técnica, estilística e estética para 60 professores da rede oficial de ensino;
* CURSO DE FLAUTA DOCE PARA CRIANÇAS — com duração de um ano, propiciou a 60 crianças o contacto com a música, contribuindo, também, para sua socialização;
* CURSO DE TEATRO DE BONECOS — realizado em 21 municípios, o curso teve o objetivo de capacitar professores na arte da confecção e manejo de bonecos e no uso de técnicas de construção de estórias para diversas faixas etárias;
* I CURSO DE EXPRESSÃO CORPORAL E RÍTMICA — com duração de duas semanas, contou com a participação de 60 professores ligados à educação da criança excepcional;
* CURSO DE EXPRESSÃO CORPORAL E CRIATIVIDADE DE TEXTOS — promovido em convênio com o SENAT, reuniu cerca de 20 professores e formuladores de textos para a área infantil.

CONCURSOS, FESTIVAIS E EXPOSIÇÕES

No campo de certames e mostras culturais ligadas à área de ação da CAC, foram promovidos ou contaram com a participação da SECE os seguintes eventos:

* FESTIVAL NACIONAL DE TEATRO DE BONECOS — realizado em convênio com o SENAT, reuniu bonequeiros de norte a sul do País, durante 14 dias, numa troca de experiências, benéfica especialmente aos grupos já existentes no Paraná;
* XX FESTIVAL INTERNACIONAL DO FOLCLORE — realizado durante 5 dias, com apresentações de todos os grupos folclóricos do Paraná, atingiu um público de cerca de 12.000 pessoas;
* II FESTIVAL DE INVERNO DE ANTONINA — evento já consagrado no calendário cultural do Estado, reuniu, na histórica cidade, artistas da música popular brasileira e da música erudita, além de um público de 6.000 pessoas;
* III FESTIVAL DE MÚSICA DE LONDRINA — acontecimento igualmente consagrado no Estado, reuniu mais de 5.000 pessoas em torno de cursos e espetáculos realizados por renomados especialistas em música e instrumentistas;
* CONCURSO DE BANDAS E FANFARRAS — realizado em Curitiba, em convênio com a União Cívica Feminina, contou com a participação de 63 cidades do Interior;
* "QUARTA CRESCENTE" — reuniu compositores e músicos populares e eruditos de cinco cidades-pólos (Londrina, Paranavaí, Antonina, Toledo e Francisco Beltrão), em apresentações musicais para um público de aproximadamente 4.800 pessoas;
* II EXPOSIÇÃO DE IKEBANA — em convênio com o Consulado do Japão e a Sociedade Brasileira de Ikebana, teve duração de 4 dias e contou com a visitação de cerca de 4.500 pessoas;
* I EXPOSIÇÃO DE PINTURA INFANTO-JUVENIL — realizada no Parque de Exposições Castello Branco, em colaboração com o Consulado do Japão e com a Província de Hyogo, a exposição foi visitada por cerca de 18.000 pessoas.

A CAC patrocinou ainda diversas outras atividades, cabendo mencionar: PROJETO ARTEFATO e CONCERTOS DIDÁTICOS, este último envolvendo 24 apresentações de música erudita.

5. COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL — CPC

A SECE deu prosseguimento, em 1981, às iniciativas do exercício anterior voltadas à inventariação e preservação do patrimônio histórico-cultural paranaense, bem como à sua divulgação junto à comunidade.

MOSTRAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS

Através da Divisão de Programação Cultural, foram realizadas, em 1981, diversas mostras individuais e coletivas, salões estaduais e nacionais, atraindo um público de mais de 20.000 visitantes; dentre tais eventos, destacaram-se:

* FRANS KRAJECBERG — exposição de Esculturas e Gravuras realizada na Sala Miguel Bakun, da Biblioteca Pública do Paraná;
* PREMIADOS NO 3.º SALÃO NACIONAL DE ARTES PLÁSTICAS — realizado na Sala de Exposições do Teatro Guaíra, contou com 12 participantes e 64 obras expostas;
* DESENHISTAS DE SANTA CATARINA — exposição realizada na Sala de Exposições do Teatro Guaíra;
* V COLETIVA DE FOTOJORNALISMO DO PARANÁ — promoção da Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Paraná;
* "I JOVEM ARTE SUL-AMÉRICA/BRASIL SUL" — realizada na Sala de Exposições do Teatro Guaíra, contou com a participação de 160 artistas e 342 trabalhos;
* III MOSTRA DO DESENHO BRASILEIRO — evento de âmbito nacional, realizado na Sala de Exposições do Teatro Guaíra, com 185 obras expostas;
* 38.º SALÃO PARANAENSE — certame artístico de âmbito nacional, já consagrado junto ao público;
* OBRAS DO ACERVO DA PINACOTECA DE SÃO PAULO — evento realizado na Sala Miguel Bakun, expôs obras de artistas consagrados, como Almeida Júnior, Castagneto, Segall, Portinari, Volpi, Rebolo e outros;
* PINTORES DE CURITIBA — mostra coletiva onde foram expostas 37 obras de 13 artistas curitibanos;
* JEFFERSON CÉSAR — retrospectiva do pintor, desenhista e escultor, com a exposição de 96 obras;
* 25.º SALÃO DE ARTES PLÁSTICAS PARA NOVOS — realizado em Guarapuava e com alentadores resultados;
* V SALÃO DE ARTES DO IGUAÇU e 9.º SALÃO DE ARTES PLÁSTICAS — realizados, respectivamente, em Foz do Iguaçu e Jacarezinho;
* DESENHISTAS PARANAENSES NO MASC — exposição realizada em Florianópolis, contou com a participação de 15 desenhistas e a apresentação de 45 obras no Museu de Arte de Santa Catarina — MASC;
* 4 ARTISTAS DO PARANÁ NA FUNARTE — exposição de obras de artistas paranaenses na FUNARTE, no Rio de Janeiro;
* ALFREDO ANDERSEN NA PINACOTECA DE SÃO PAULO — exposição do acervo de Alfredo Andersen na Pinacoteca de São Paulo;
* DESENHISTAS DO PARANÁ NO MARGS — exposição de trabalhos de artistas paranaenses no Museu de Arte do Rio Grande do Sul — MARGS, em Porto Alegre;
* BEATRIZ CORREA NA GALERIA MACUNAÍMA — exposição da obra da artista na Galeria de Arte Macunaíma, FUNARTE, no Rio de Janeiro;
* ARTISTAS GAÚCHOS NO PARANÁ — exposição realizada na Sala Miguel Bakun, apresentou 54 obras de 18 participantes.

EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

Além desses eventos artístico-culturais, a SECE, através da Sala Bandeirantes de Cultura, promoveu e apoiou diversas exposições temporárias, dentre as quais destacam-se:

* MINNIE SARDINHA — mostra de tecelagem manual, constou de 31 trabalhos, entre tapeçarias e peças diversas;
* EXPOSIÇÃO DE ARTE KOGUEI — em colaboração com a Associação de Arte Koguei e o Consulado Geral do Japão, expôs trabalhos de cerâmica, charão, artefatos em metal, bonecas, tintura batik em couro e outros;
* PARANÁ MEMÓRIA — fragmento da exposição "Paraná-Memória e Momento", destacando os aspectos econômicos e sociais mais significativos da História do Paraná;
* I MOSTRA ESPECIAL DE ARTE — realização conjunta com a Secretaria da Educação, onde foram expostos trabalhos de pessoas deficientes, em homenagem ao Ano Internacional da Pessoa Deficiente;
* EXPO-BÍBLIA — em colaboração com a Sociedade Bíblica do Brasil e a Associação de Pastores de Curitiba;
* REGISTROS DA NATUREZA — exposição de História Natural, em copromoção com a Associação de Biólogos do Paraná e com a colaboração do Departamento de Parques e Praças da Prefeitura Municipal de Curitiba.

CENTRO JUVENIL DE ARTES PLASTICAS

No exercício de 1981, o Centro Juvenil de Artes Plásticas promoveu cursos de pintura pelo processo de têmpera, desenho, xilogravura, cerâmica, tapeçaria, pirogravura e técnicas diversas (colagem, dobradura, impressão, etc.) a 2.678 jovens. Procedeu, também, à seleção dos 3 melhores trabalhos, dentre os 79 inscritos sob o tema "A Recordação", para o VII Concurso Sul-Americano de Pintura Escolar, e lançou o Concurso de Arte Infantil "Pinte um Bicho" para a XII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados.

MUSEU ALFREDO ANDERSEN

Dando continuidade aos trabalhos de divulgação da obra de seu patrono e seguidores, o Museu Alfredo Andersen promoveu o Concurso "Vida e Obra de Alfredo Andersen", a Semana de Homenagem a Andersen e a série "Discípulos de Andersen", destacando-se as exposições dos pintores Albano Agner de Carvalho, Rodolpho Doubek, Waldemar Kurt Freyesleben e Theodoro De Bona.

Realizou, também, o II Salão Paranaense de Cerâmica e o II Simpósio Paranaense de Cerâmica — eventos de caráter nacional que contaram com 92 participantes, representando diversos Estados brasileiros. Foram ainda promovidos ciclos de debates sobre arte e criatividade, cursos de fotografia e tecelagem.

MUSEU DE ARTE CONTEMPORANEA

O Museu de Arte Contemporânea promoveu o desenvolvimento de pesquisas sobre as expressões artísticas da cultura paranaense, dando continui-

dade ao Projeto de Levantamento Sistemático das Artes Plásticas no Paraná — 1920/1930, com inclusão de outros aspectos da cultura, tais como: literatura, música, teatro e urbanismo, que permitam adequada caracterização da época em estudo.

Mantendo um acervo de 315 obras permanentemente expostas ao público e realizando 11 exposições especiais, conforme especificado a seguir, o Museu recebeu, ao todo, 39.575 visitantes durante o ano de 1981.

* III MOSTRA DE FORMAS CONTEMPORÂNEAS — UNIART — promoção conjunta com o Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, visitada por 3.324 pessoas;
* ARTE ARGENTINA — 1981 — mostra de desenhos, gravuras e pinturas de 44 artistas argentinos, realizada em colaboração com o Grupo de Arte de Buenos Aires, recebeu 1.010 visitantes;
* BIA WOUK — mostra individual de 30 trabalhos realizados em técnica de desenho a lápis de cor sobre papel, contou com 3.492 visitantes;
* WALDEMAR DA COSTA E ALGUNS ASPECTOS DA SUA PINTURA — exposição individual de 45 obras do pintor, vista por 2.306 pessoas;
* ANNA CAROLINA — mostra individual de 30 trabalhos da artista, compreendendo xilogravura e montagens de arte postal, visitada por 2.107 pessoas;
* NORMA GRINBERG — expôs 260 peças de cerâmica em montagem, recebendo 2.627 visitantes;
* 50 ANOS DE NEWTON CAVALCANTI — exposição de 234 obras, entre desenhos, gravuras, técnica mista e óleos, visitada por 3.240 pessoas.

O Museu apoiou também a apresentação, como Mostras Individuais, dos trabalhos de HELENA MARIA BELTRÃO DE BARROS, VERA CHAVES BARCELLOS, ENIO LIPPMANN e SÉRGIO EDUARDO VIEIRA.

MUSEU PARANAENSE

Além de prestar apoio a trabalhos de pesquisa e prospecção arqueológica, o Museu Paranaense promoveu o I Curso de Indigenismo, que contou com 94 participantes; manteve em exposição permanente um acervo de 126.660 objetos e promoveu 16 exposições, entre permanentes e temporárias, recebendo, durante o ano de 1981, cerca de 77.840 visitantes.

Das 16 exposições realizadas pelo Museu Contemporâneo, 5 caracterizaram-se como do tipo permanente, quais sejam:

* Armas de Fogo do Acervo do Museu;
* Cultura Material dos Índios do Brasil;
* Vista Panorâmica do Paraná — Da Pré-História à República;
* Polvorinhos de Chifres;
* Galeria de Quadros de Personalidades Paranaenses.

As demais — nominadas a seguir — foram classificadas como temporárias, quais sejam:

* Arte Móvel e Parietal dos Índios Pré-Históricos do Brasil;
* Curitiba: Aspectos das Modificações Urbanísticas na Década dos Anos 60;
* Curitiba e os Provimentos de Ouvidor Pardinho em 1721;
* 80 Anos de Medalhística Paranaense;
* Louças Paranaenses Históricas;
* O Índio no Paraná: Vida e Luta;
* 21 de Abril — Tiradentes;
* 13 de Maio — Abolição da Escravatura Negra;
* Evolução do Homem;
* Aspectos do Folclore Nordestino (homenagem ao Dia Nacional do Folclore);
* Homenagem aos 105 Anos do Museu Paranaense.

6. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO CULTURAL — CCC

A Unidade atuou, em 1981, basicamente nas áreas de apoio e difusão de atividades cinematográficas e teatrais, além da manutenção do Museu da Imagem e do Som.

APOIO ÀS ATIVIDADES CINEMATOGRÁFICAS

Dentre as realizações no âmbito da Coordenadoria de Comunicação Cultural, destaca-se como evento inédito — concebido com a finalidade de prestigiar e promover o trabalho cultural desenvolvido pelo cineasta brasileiro — o I FESTIVAL NACIONAL DE FILMES PARA TV, realizado em maio de 1981, e atraindo um público de 80.000 pessoas. Dos 51 filmes produzidos por renomados cineastas nacionais inscritos, o filme "Joana Angélica" foi distinguido com os prêmios de melhor filme, melhor roteiro e melhor fotografia; enquanto que 4 outros foram contemplados com os prêmios de melhor montagem — "Mater Dolorosa in Memória II"; melhor som — "Índios do Sul do Brasil"; melhor produção — "Andiano in América" e prêmio especial do júri — para o filme "JARI".

Outra iniciativa da SECE, promovida no exercício de 1981, foi o Projeto "Cinema 4 Visões", com a seguinte programação:

* MOSTRA DO CINEMA ALEMÃO — em colaboração com o Goethe Institut, foram rodados 6 filmes, para 550 pessoas;
* MOSTRA DE FILMES DE BALLET — rodados 3 filmes, para um público de 530 pessoas;
* MOSTRA DO CINEMA JAPONÊS — em colaboração com o Consulado Geral do Japão, foram passados 15 filmes, para 800 espectadores;
* MOSTRA DO CINEMA CANADENSE — retrospectiva de Norman Mc Laren realizada em colaboração com o Consulado Geral do Canadá; 44 filmes rodados para 2.400 espectadores;

* MOSTRA DO CINEMA IUGOSLAVO — em colaboração com o Consulado Geral da Iugoslávia, foram rodados 8 filmes, para um público de 1.200 pessoas.

APOIO A ATIVIDADES TEATRAIS

Na área de teatro, a Coordenadoria conferiu apoio e colaborou na realização da peça "DEU UM TREKO NO KREPE", com 50 apresentações para 20.000 espectadores, e na produção do espetáculo "OBRIGADO, CURITIBA", do Teatro Popular de Curitiba, em comemoração aos 50 anos de vida artística de Juve Garcia.

Outra iniciativa da área foi o Projeto "NA BOCA DO POVO", cuja implantação foi iniciada em 1981, com a apresentação dos seguintes espetáculos teatrais:

* "DO AMOR, DA VIDA E DA MORTE" — apresentado no Auditório Glauco Flores de Sá Brito e na Penitenciária Central do Estado, para 530 pessoas;
* "AMOR, HUMOR E VICE-VERSA" — apresentado no Auditório Glauco Flores de Sá Brito, para um público de 200 pessoas;
* "CANTO À LIBERDADE, AO AMOR E À ESPERANÇA" — apresentado no Auditório Glauco Flores de Sá Brito e no Teatro de Bolso, para 540 espectadores;
* "AUTO DE NATAL" — apresentado no Asilo São Vicente de Paulo, na Penitenciária Central do Estado, no Recanto do Tarumã, na Sociedade de Socorro aos Necessitados e no albergue da Federação Espírita do Paraná, para um público de 1.600 pessoas.

ATIVIDADES CULTURAIS ESPECIAIS

Além das promoções indicadas, foram desenvolvidas, como atividades voltadas à difusão do trabalho artístico-cultural no Estado:

* A elaboração do projeto para X FESTIVAL INTERNACIONAL DE MÚSICA DE CURITIBA;
* O CONTESTADO — concurso estadual para roteiro cinematográfico, lançado em 1981;
* SOLUÇÕES ESPONTÂNEAS DE HABITAÇÃO — colaboração na produção cinematográfica do cineasta Walter Lima Júnior;
* "A ÁGUA QUE SOPRA O FOGO" — convênio com Silvio Back — Produções Cinematográficas Ltda., para a produção do filme — documentário sobre a imigração polonesa no Paraná;
* DENISE STOCKLOS — SHOW DE MÍMICAS — gravação do espetáculo "sui generis" da atriz paranaense, em filme super-8;
* "MALDITA COINCIDÊNCIA" — promoção do filme com tal título, do cineasta paranaense Sérgio Bianc.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM

O Museu da Imagem e do Som realizou, em 1981, a documentação de eventos cívicos, culturais, esportivos e outros, através de 196 gravações, 67 documentações, montagens cinematográficas e 1.045 registros fotográficos. Além disso, coordenou 4 exposições e promoveu uma série de atendimentos e empreendimentos, compreendendo: o intercâmbio de filmes; a difusão do folclore paranaense, da música popular brasileira, das artes plásticas e de documentários cinematográficos em escolas e diretórios acadêmicos. Para isso, realizou 1.428 projeções de 1.000 filmes, para um total de 88.489 espectadores, e atendeu 726 consultas.

7. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA ARTE NA EDUCAÇÃO — PRODIARTE

Com o objetivo de promover a defesa das tradições artístico-culturais do povo paranaense e estimular o desenvolvimento das mais legítimas formas de manifestação da cultura popular, a SECE, em conjunto com a Secretaria da Educação, criou o PRODIARTE.

Integrando a atividade artística autenticamente paranaense à ação educativa regular, o PRODIARTE tem sua implantação centrada nos estabelecimentos de ensino, como forma de despertar no estudante o interesse participativo no processo cultural do Estado.

Em apoio ao desenvolvimento do artesanato paranaense — entendido como manifestação artístico-cultural das mais genuínas — o programa foi desenvolvido, em 1981, na região litorânea do Estado, envolvendo 22 escolas dos municípios de Antonina, Paranaguá, Morretes e Guaraqueçaba, nas seguintes atividades artísticas e folclóricas: cerâmica, cestaria, culinária, confecção de redes, entalhe em madeira, confecção de instrumentos musicais, fandango, violeiro e fibras de macramê.

Para garantir a autenticidade do artesanato produzido, a orientação básica do PRODIARTE foi o emprego exclusivo da matéria-prima local, como corda, couro, barro, cipó, taquara, uvá, fibras, náilon, fio, vidro, resinas, raízes, madeira, tecido, conchas, etc. O desenvolvimento do programa no Litoral contou com a participação de 5.139 pessoas, entre alunos, artesãos e professores.

8. CONSELHO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

O Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, órgão voltado à defesa e valorização do patrimônio cultural paranaense, homologou, no exercício de 1981, o tombamento de várias edificações, cujo valor histórico as constituiu em marcos representativos da memória social do Estado, quais sejam:

* Edifício-sede da Fundação Cultural de Curitiba, situado na Praça Garibaldi, na Capital;
* Prédio onde funcionou o Hotel Paraná, localizado em União da Vitória e edificado em 1917;
* Duas casas situadas na Praça Manoel Ribas, na cidade de Castro;
* Duas edificações erigidas na Praça Getúlio Vargas e casa localizada na Rua Benjamin Constant, na cidade de Castro;
* Casa Vermelha, na Lapa, onde será instalada a Casa do Artesanato.

Além dessas edificações, outras encontram-se em vias de ser tombadas pelo Conselho, como a casa-sede da Fazenda Capão Alto, localizada no Município de Castro, único exemplar de um gênero arquitetônico já extinto no Paraná.

O Conselho atuou também com o sentido de assegurar a preservação de sítios arqueológicos valiosos para a pesquisa científica sobre a história da cultura paranaense. Nesse sentido, foram tomadas providências para a delimitação da área, a ser tombada, do Sambaqui de Guaraguaçu, de importância arqueológica.

9. CURADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

Visando à preservação de relevantes marcos culturais, localizados em cidades de passado histórico remoto, a Curadoria levou a efeito, durante o exercício de 1981, uma série de estudos e levantamentos preliminares com vistas ao tombamento, restauração e conservação de edificações históricas situadas nas localidades de União da Vitória, Castro, Paranaguá, Guaratuba, Lapa, Palmeira, Santo Inácio, Itaguajé e Ilha do Mel. Tais ações tiveram a seguinte abrangência:

* União da Vitória — elaboração do projeto de restauração do prédio onde funcionou o Hotel Paraná;
* Castro — levantamentos sobre os 5 prédios tombados em 1981;
* Paranaguá — verificação dos bens tombados e levantamento das condições estruturais das edificações e das obras de restauração necessárias nos monumentos Palacete Visconde de Nacar, Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e Igreja de São Benedito, incluindo a elaboração do projeto de restauração das duas últimas;
* Guaratuba — levantamento das necessidades da Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso, para fins de conservação e restauração;
* Lapa — vistoria e acompanhamento das obras de restauração da Casa de Câmara e Cadeia e da Casa Vermelha;
* Palmeira — elaboração do projeto de restauração do edifício do Mercado Municipal;
* Ilha do Mel — avaliação das condições de conservação da Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, para determinação das necessidades de restauração;

* Santo Inácio — levantamento e análise das ruínas de Santo Inácio, visando à definição da sua importância como área de interesse histórico-cultural;
* Itaguajé — levantamento e análise das Reduções Jesuíticas de Loreto, também visando à sua definição como área de interesse.

A Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico realizou, ainda, trabalhos de pesquisa junto às áreas remanescentes das vilas espanholas e reduções jesuíticas existentes na antiga província de Guairá, e iniciou a implementação do projeto "Paraná Nativo", constituído de estudos sobre a situação atual do indígena paranaense, cujos resultados serão apresentados em forma de livro, exposições, audiovisual e documentário cinematográfico.

10. BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ — BPP

Durante o ano de 1981, a unidade consolidou a implantação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, passando a fornecer às unidades do Interior do Estado um serviço de assistência técnica mais completo, com a inclusão dos trabalhos de diagnóstico bibliográfico, treinamento de pessoal e processamento de acervos. Assim, forneceu orientação e assistência técnica às bibliotecas municipais de Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Alvorada do Sul, Campo Largo, Lapa, Quitandinha, São Mateus do Sul e Tomazina, e a 25 bibliotecas de escolas da Capital.

Na área de treinamento de pessoal, foram realizados 15 encontros para encarregados de bibliotecas nas Microrregiões Homogêneas 1 a 9 e 15, beneficiando todos os municípios dessas microrregiões, e cursos de atualização e treinamento para as bibliotecárias de Agudos do Sul, Antonina, Almirante Tamandaré, Laranjeiras do Sul, Palmeira, Quitandinha e Tomazina.

MICROFILMAGEM

Em convênio firmado com órgãos federais, visando a execução do Plano Nacional de Microfilmagem, a Biblioteca Pública do Paraná deu início às atividades de levantamento, preparação, restauração, microfilmagem, processamento, revisão, duplicação, catalogação e indexação, tendo trabalhado os seguintes periódicos, em 1981:

* A República, 1890 a 1895, e 1902 a 1904;
* O Dezenove de Dezembro, 1866 a 1890;
* Instituto Neopitagórico, periódicos diversos, 1857 a 1929;
* Diário da Tarde, 1899 a 1900, 1902;
* O Estado do Paraná, 1951-1979.

Assim, foram microfilmadas 88.251 páginas de periódicos, catalogados 52 títulos de periódicos e indexados 35 títulos em 7.590 itens de artigos.

CONSULTAS E EMPRÉSTIMOS DO ACERVO

No decorrer do exercício, a Biblioteca recebeu 24.195 novas inscrições de leitores e atendeu a 2.063.591 consultas, das quais 334.632 por empréstimo de seu acervo e 1.728.959 em suas próprias instalações, tendo registrado, em comparação com 1979 e 1981, significativo aumento na demanda desse serviço, conforme indicado a seguir:

CONSULTAS NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

Tipos	1979	1980	1981
Livros	737.331	824.640	1.014.554
Periódicos	716.353	709.145	681.703
Pastas de recortes	31.059	31.211	15.708
Material cartográfico	2.162	2.849	1.481
Atendimento por telefone	1.010	1.426	1.964
Folhetos	903	1.049	13.549
TOTAIS	1.488.818	1.570.320	1.728.959

FONTE: BPP/SECE

APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS

Além dessas atividades, a mesma Biblioteca realizou várias outras atividades de caráter cultural, compreendendo: eventos alusivos a datas cívicas, acontecimentos teatrais, concursos literários para mais de 15.000 crianças, diversos cursos de arte e música, vários torneios e 11 exposições de obras e cartazes, visitadas por 10.000 crianças de escolas da Capital.

EDITORAÇÃO

O Setor de Editoração — criado para instrumentalizar e viabilizar o Programa Paranaense do Livro Cultural, cujo objetivo é estimular a produção intelectual no Estado, promover a obra do autor paranaense e divulgar a informação cultural relativa ao Paraná — promoveu, no decorrer de 1981, a edição de obras de valor histórico e artístico, destacando-se as seguintes:

* ATLAS HISTÓRICO DO PARANÁ, de Jayme A. Cardoso e Cecília M. Westphalen;
* OBRA CRÍTICA, de Nestor Vitor;
* FORMAÇÃO DE UMA ECONOMIA PERIFÉRICA, de Calil Padis;
* 35 ANOS DEPOIS DA GUERRA, de Agostinho Rodrigues;
* GEOGRAFIA FÍSICA DO ESTADO DO PARANÁ, de Reinhard Maack, co-edição com a Livraria José Olympio Editora;
* SERRA DO MAR NO ESTADO DO PARANÁ, de Helmuth Erich Wagner;
* IMPRENSA PERIÓDICA E ESCRAVIDÃO NO PARANÁ, de Márcia E. de C. Graf;

* AÇÃO EMPRESARIAL DO BARÃO DO SERRO AZUL, de Odah R. C. Costa;
* A MADEIRA NA ECONOMIA PARANAENSE, de Aida M. Lavalle;
* CAFEICULTURA PARANAENSE, de Nadir Aparecida Cancian;
* IDÉIAS EM CONFRONTO, de Carlos A. de F. Balhana;
* ESTUDO ETNOGRÁFICO-LINGÜÍSTICO DA COMUNIDADE UCRAÍNA DE DORIZON, de Miguel Wouk;
* MAPPA CHOROGRAPHICO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ, de João Henrique Elliot;
* O DEZENOVE DE DEZEMBRO, edição fac-similar do ano III do primeiro jornal em processo litográfico do Paraná, criado em 1854;
* TEXTURA, n.º 2, revista paranaense de estudos culturais; e
* REVISTA DO PARANÁ, edição fac-similar.

Contou ainda com o apoio técnico e financeiro do Setor de Editoração a edição dos seguintes livros:

* A MONTANHA AZUL, de Nelson Padrella, editado pelo Departamento de Imprensa Oficial do Estado;
* SONETOS DE TEMPO INCERTO, de João Manoel Simões, editado pela Litero Técnica;
* AS ESTAÇÕES E OS VÔOS DO HOMEM, de Walmor Marcellino, editado pela Linarth.

Além da edição de obras, o Setor de Editoração produziu cartazes e folhetos para o lançamento de livros e eventos diversos, e promoveu vários concursos, destacando-se:

* CONCURSO FOTOGRÁFICO "CIDADE DA LAPA" — Promovido com o apoio da FUNARTE, culminando com a realização de uma exposição das fotografias inscritas;
* I CONCURSO "PARANÁ" DE LITERATURA — Com a concessão dos prêmios "Emílio de Menezes", para ensaios em nível nacional, e "Emiliano Perneta", para obras de ficção em nível estadual.

Com o objetivo de promover o artista do Paraná e divulgar as obras inspiradas em paisagens paranaenses, o Setor de Editoração promoveu também, no exercício de 1981, o lançamento de cartões postais e natalinos — cuja renda foi revertida em benefício das atividades assistenciais do PROVOPAR — com reproduções de 23 obras de Alfredo Andersen, Waldemar K. Freyesleben, Paul Garfunkel, Guido Viaro, Miguel Bakun, Hermann Schiefelbein, Arthur Nísio, Hugo Calgan e William Lloyd.

Foram ainda promovidas diversas conferências na Capital e Interior do Estado, acompanhando a realização de concursos e o lançamento dos seguintes livros:

* COLEÇÃO ESTUDOS PARANAENSES — livros lançados através das Universidades de Ponta Grossa, Maringá e Londrina e Faculdade de União da Vitória;

* OBRA REUNIDA DE EMÍLIO DE MENEZES — lançado na livraria Dazibao, no Rio de Janeiro;
* ESTUDO ETNOGRÁFICO DA COMUNIDADE UCRAÍNA DE DORIZON — Lançado na localidade de Dorizon, em Mallet, e na Universidade Federal do Paraná.

11. FUNDAÇÃO TEATRO GUAÍRA — FTG

A Fundação Teatro Guaíra, coerente com o propósito de estimular o desenvolvimento das artes cênicas no Paraná e propiciar entretenimento à população, promoveu e apoiou a realização, no decorrer de 1981, de uma variedade de peças teatrais, espetáculos de dança e "shows", além de ter mantido os cursos de teatro e de danças clássicas.

APOIO AO TEATRO AMADOR

Como forma de estímulo ao desenvolvimento de atividades teatrais no Estado, a Fundação prestou assessoramento técnico, artístico e administrativo aos grupos de teatro amador, através do seu Núcleo de Teatro Amador, criado em 1980. Esse apoio abrangeu a promoção de apresentações de tais grupos (inclusive no Interior do Estado), e o patrocínio dos melhores espetáculos sob a forma da respectiva encenação em auditórios da Fundação Teatro Guaíra, num total de 16 peças assistidas por 5.368 pessoas.

ESPETACULOS PROMOVIDOS PELO TEATRO GUAÍRA

No Auditório Bento Munhoz da Rocha Netto foram realizadas 30 apresentações de 13 espetáculos promovidos pela própria Fundação, atraindo um público de 28.244 espectadores, conforme especificado a seguir:

PROMOÇÕES PRÓPRIAS NO AUDITÓRIO BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO — 1981

Espetáculos	Mês	N.º Apresentações	Público
Ballet Guaíra	março	3	2.291
Paraná Canta	maio	1	1.130
Jannifer Muller And The Works	junho	2	1.694
Curso de Danças Clássicas	junho	3	4.143
Ballet Guaíra	julho	3	1.725
Wiener Kammerorchester	agosto	1	400
Ballet Guaíra — Work Shop	agosto	4	4.800
The Tel Aviv String Quartet	setembro	1	365
The London Sinfonieta	setembro	1	653

Espetáculos	Mês	N.º Apresentações	Público
Ballet Guaíra	outubro	3	2.208
Curso de Danças Clássicas	novembro	3	6.178
Ballet Stagiun	novembro	4	1.957
Natal no Circo	dezembro	1	700
TOTAIS		30	28.244

FONTE: FTG/SECE

No Auditório Salvador de Ferrante, foram realizadas 42 apresentações, de 18 espetáculos promovidos pela própria Fundação, com um público de 9.854 espectadores, ou seja:

PROMOÇÕES PRÓPRIAS NO AUDITÓRIO SALVADOR DE FERRANTE — 1981

Espetáculos	Mês	N.º Present.	Público
Descalços no Parque	julho	1	232
Piquenique no Front	julho	1	504
Melodie du Malheur - Grand Magic Circus	julho	2	507
Carrasco do Sol	agosto	1	504
Quarentena *	agosto	2	306
Serena Guerrilha *	agosto	3	287
Prelúdio p/Morte em Veneza *	agosto	3	421
Norigama — Cotral	agosto	1	330
O Homem do Princípio ao Fim	agosto	2	820
De Repente, no Último Verão	setembro	1	504
O Planeta dos Palhaços	setembro	1	290
Nem o Pai, Nem o Filho...	setembro	10	2.438
O Olho Azul da Falecida	outubro	1	350
Dois Pretendentes em Apuros	outubro	1	320
Além do Horizonte	novembro	1	246
O Canto da Serpente	novembro	1	400
A Volta ao Lar	dezembro	1	220
Nem o Pai, Nem o Filho...	dezembro	9	1.175
TOTAIS		42	9.854

FONTE: FTG/SECE
* Integrando o Festival Internacional de Teatro.

Também sob a promoção da Fundação, foram realizadas, no Auditório Glauco Flores de Sá Brito, 39 apresentações de 12 programas distintos,

atraindo um público de 3.776 pessoas, merecendo destaque: "Apareceu a Margarida", com 15 apresentações e 1.656 espectadores, "Coletânea de Textos", com 9 apresentações e 905 espectadores, e "Ciclo do Cinema Americano Independente", com 7 apresentações e 465 espectadores.

ESPETÁCULOS E "SHOWS" PROMOVIDOS POR TERCEIROS

Mediante contratos celebrados com empresas de promoções artísticas e outras organizações, foram realizados outros 73 espetáculos no Auditório Bento Munhoz da Rocha Netto, totalizando 135 apresentações, para um público de 149.697 espectadores; mais 192 apresentações de outros 36 espetáculos, para um público de 38.347 pessoas, no Auditório Salvador de Ferrante, e, ainda, 22 espetáculos no Auditório Glauco Flores de Sá Brito, em 126 apresentações, para um público de 7.827 espectadores.

O demonstrativo a seguir apresenta o resumo dos espetáculos apresentados nos auditórios da Fundação Teatro Guaíra, nos últimos 3 anos:

ESPETÁCULOS APRESENTADOS NOS AUDITÓRIOS DO TEATRO GUAÍRA

Especificação	1979		1980		1981	
	N.º Apres.	Público	N.º Apres.	Público	N.º Apres.	Público
Aud. Bento Munhoz da Rocha Netto						
Promoção da FTG	51	57.201	45	36.852	30	28.244
Promoção de terceiros *	102	127.478	140	138.089	135	149.697
Aud. Salvador de Ferrante						
Promoção da FTG	36	9.528	10	3.617	42	9.854
Promoção de terceiros *	230	48.300	239	42.168	192	38.347
Aud. Glauco de Sá Brito						
Promoção da FTG	—	—	06	213	39	3.776
Promoção de terceiros *	14	840	195	10.424	126	7.827
TOTAIS	433	243.347	635	231.363	564	237.745

FONTE: FTG/SECE

* Espetáculos promovidos por empresas de promoção artística e outras organizações.

BALLET GUAÍRA

O Ballet Guaíra, criado em 1969 como companhia profissional, é um corpo estável de danças formado por um elenco permanente de 47 bailarinos recrutados entre os egressos do Curso de Danças Clássicas da própria Fundação e através de audições anuais com elementos de diversos pontos do País.

Durante o ano de 1981, o Ballet Guaíra montou os espetáculos: "Catulli Carmina", "Dulcinéia", "Gaivotas", "Opus V", "Da Vida e da Morte", "Teia" e "Microcosmo", que foram apresentados a um público de 44.060 espectadores, nas seguintes cidades: Brasília, Belo Horizonte, Cascavel, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Guarapuava, Itajaí, Londrina, Maringá, Medianeira, Rio de Janeiro, Salvador, Toledo e Vitória.

Outra produção da Fundação Teatro Guaíra foi a montagem do espetáculo inédito "JOGOS DE DANÇA", apoiado em partitura musical composta por Edu Lobo especialmente para o Ballet Guaíra e lançado, em 1981, com estréia mundial.

CURSO PERMANENTE DE TEATRO

Com o propósito de promover o desenvolvimento do Teatro Paranaense, a Fundação vem mantendo e aperfeiçoando constantemente o Curso Permanente de Teatro, cujas atividades se concentram na formação de atores e atrizes com habilitação profissional ajustada à respectiva lei federal. Assim, seguindo a rotina dos 4 anos de duração do curso completo, que dá ênfase ao aprimoramento prático dos futuros atores, foram montados pelos alunos — e apresentados a um público de 5.620 espectadores na Capital, na Lapa, em Ponta Grossa e Paranavaí, os seguintes espetáculos teatrais: "Sobrados de Mocambos", "Um Bonde Chamado Desejo", "Os Pequenos Burgueses", "Auto da Barca do Inferno", "Rastro Atrás", "Apareceu a Margarida" e "Nem o Pai, Nem o Filho e Nem o Espírito Santo".

CURSO DE DANÇAS CLÁSSICAS

Destinado à formação de profissionais de dança no estilo clássico, mas com noções de balé moderno, o Curso de Danças Clássicas contou, em 1981, com 350 alunos, distribuídos em suas 8 séries anuais.

Foram montados e exibidos ao público, no decorrer do ano, como atividade prática do curso, os seguintes espetáculos de dança: "Pastoral", "Espaços II", "Formas Brasileiras", "Rapsody in Blue", "Pas Romantique", "Jungle", "Tardes Brasileiras" e "L'Ecole de Danse".

Além dessas montagens, os alunos participaram do espetáculo "Viúva Alegre", promovido pelo Consulado da Áustria, e das festividades alusivas ao aniversário da Fundação Teatro Guaíra.

12. SINOPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

Na execução do seu programa de trabalho, a SECE contou com os seguintes recursos:

12.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979 Estat.	1979 CLT	1980 Estat.	1980 CLT	1981 Estat.	1981 CLT
Administração direta	126	57	79	105	77	178
Administração indireta	103	229	92	272	74	286
TOTAIS	229	286	171	377	151	464

12.2. VEÍCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	05	08	06
Operacionais	02	02	03
TOTAIS	07	10	09

12.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) **FONTES**

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro estadual	100.840	300.600	780.100
Convênios	300	10.400	8.400
Arrecadação própria	6.000	18.000	18.400
Operações de crédito	—	8.000	—
TOTAIS	107.140	337.000	806.900

b) **DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS CONVÊNIOS**

Em Cr$ mil

Entidades Convenentes	1979	1980	1981
FNDE/MEC	—	1.400	1.400
MEC e SEPs	—	9.000	2.600
MIN. TRAB.	—	—	3.900

c) **USOS**

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e encargos	33.060	117.400	266.900
Custeios diversos	33.480	174.400	394.800
Investimentos e inversões	47.330	45.000	136.500
TOTAIS	113.870	336.800	798.200

EDUCAÇÃO

1. INTRODUÇAO

A Secretaria de Estado da Educação — SEED e as entidades a ela vinculadas, no desenvolvimento de sua ação substantiva, fundamentaram-se no Plano Setorial de Educação e Cultura para o período 1980/1985 — que contém a formulação da política nacional de educação —, no Plano de Governo do Estado e no documento Diretrizes Setoriais 1980/1983, que relaciona os projetos de atendimento às necessidades detectadas no diagnóstico da situação educacional, com propostas de soluções a curto, médio e longo prazos.

As prioridades estabelecidas com tal fundamento foram operacionalizadas através das programações executadas pelas unidades integrantes e vinculadas à SEED, cujos objetivos centraram-se, a todo o tempo, na racionalização e ampliação das oportunidades de acesso e permanência no sistema de ensino e na promoção da melhoria do rendimento do processo educacional.

Considerada a amplitude da área, sua natureza e a diversificada esfera de atribuições das unidades que a integram — cada qual requerendo balizamentos específicos — perfazem um grande número as políticas de atuação definidas para orientar as atividades setoriais. Dentre elas, entretanto, merecem destaque:

— Obtenção de maior racionalidade na distribuição e emprego dos recursos humanos e meios materiais e financeiros;
— Melhoria gradativa da qualidade do ensino em todos os níveis;
— Valorização da profissão e da carreira do magistério;
— Adoção de métodos novos e eficazes no treinamento e atualização de recursos humanos da área do magistério;
— Integração entre o ensino regular e o supletivo, com vistas a evitar a marginalização do aluno carente;
— Expansão do atendimento ao pré-escolar, em especial aquele pertencente a famílias de baixa renda;
— Expansão da oferta de oportunidade de ensino de 2.º grau, regular e supletivo;
— Articulação das ações educacionais com as de saúde; complementação alimentar e de assistência à família, com vistas ao atendimento à criança;
— Articulação das ações de assistência ao estudante, propiciadas por entidades dos vários setores e níveis de governos, e ampliação da sua abrangência;

— Redimensionamento e fortalecimento dos meios de apoio técnico e financeiro aos municípios;
— Expansão da assistência especializada ao estudante excepcional ou com distúrbios de comportamento;
— Ajustamento constante da oferta curricular às necessidades do mercado de trabalho regional;
— Estímulo às instituições de ensino superior, para o desenvolvimento de atividades na área de ciência e tecnologia.

Além dessas, têm assumido também o caráter de políticas de atuação as orientações permanentes de manutenção da oferta de ensino de primeiro grau — inclusive com sua extensão às sedes de distritos e aglomerados rurais com clientelas que justifiquem o atendimento, de diversificação e apoio às manifestações culturais e desportivas das comunidades, bem como aquelas fixadas com vistas ao desenvolvimento de estudos e experimentos sobre métodos, técnicas e materiais aplicáveis ao processo ensino-aprendizagem.

2. GERÊNCIA SUPERIOR

No âmbito deste nível de atuação, além das atividades tradicionais de supervisão e coordenação superior de todo o sistema estadual de ensino, foram exercidas as ações de planejamento setorial, de representação, de articulação com os municípios — na integração dos respectivos sistemas de ensino — e promovida a execução de projetos especiais.

No decorrer de 1981, foram concedidas 1.316 audiências a Parlamentares, Prefeitos e a cidadãos das comunidades da Capital e Interior, totalizando 3.411 no triênio. A gerência superior deslocou-se a 52 cidades do Interior, com vistas a participar de encontros com autoridades regionais, de reuniões e eventos relacionados ao setor educação ou para efetuar a entrega de novas instalações escolares às comunidades respectivas.

A Assessoria Parlamentar, além do atendimento a Deputados e Prefeitos, com vistas ao adequado encaminhamento de reivindicações das comunidades representadas, na área de educação, passou a manter contatos com as Inspetorias Regionais de Ensino, informando com oportunidade sobre o preenchimento de cargos e funções no âmbito da respectiva área. Promoveu, assim, 1.973 atendimentos em 1981, totalizando 5.293 no triênio.

No âmbito da Diretoria Geral, de características singulares em comparação com as dos demais órgãos, além da intensificação da ação gerencial — 94 reuniões técnico-administrativas e 2.236 atendimentos a autoridades — foram emitidos 5.970 atos oficiais em 1981, dos quais 5.329 portarias. Foram também efetuados 10 estudos e pesquisas sobre os padrões de desempenho da SEED nas áreas de pessoal, programação orçamentária e financeira e de administração geral.

COORDENAÇAO DA DOCUMENTAÇÃO EDUCACIONAL

Exercendo atividades de grande importância na formalização dos resultados obtidos pelas pessoas em sua vida escolar e para a confiabilidade — perante as comunidades em geral — das declarações oficiais de habilitação, com toda a série de pressupostos de competência implícita nas mesmas, a Coordenação de Documentação Educacional apresentou a movimentação indicada a seguir:

MOVIMENTO DA CDE/SEED

Especificação	1979	1980	1981
— Análise de documentos e processos referentes à vida escolar (diplomas de 2.º grau)	22.177	39.624	34.540
— Registros de certificados de cursos livres	11.376	9.350	10.747
— Históricos escolares de 1.º e 2.º graus, conferidos e autenticados	48.585	37.788	32.188
— Processos de irregularidades de vida escolar	230	1.495	1.201
— Ofícios-históricos de confirmação da vida escolar	467	2.288	6.119
— Revalidação de estudos estrangeiros	371	519	643
TOTAIS	83.206	91.064	85.438

FONTE: CDE/SEED

LIVRO DIDATICO

Destinado a atender alunos da 1.ª à 4.ª séries do ensino de 1.º grau das redes de ensino estadual e municipal, com a distribuição de livros didáticos adquiridos por intermédio do convênio entre o Ministério da Educação e da Cultura — MEC, o Fundo Nacional de Material Escolar — FENAME e a SEED, o Programa distribuiu 2.472.055 livros no decorrer do triênio.

Foram também atendidos, em 1981, 41 colégios de 2.º grau em 23 municípios, com a distribuição de 5.056 livros didáticos e científicos através de programação própria da SEED, com recursos exclusivamente estaduais.

DISTRIBUIÇAO DE LIVROS DIDATICOS PARA ALUNOS DE 1.ª A 4.ª SÉRIES

Especificação	1979	1980	1981
Número de livros	950.250	818.200	703.603
Recurso financeiro federal (Cr$ mil)	2.309	2.986	3.849
Contrapartida estadual (Cr$ mil)	29.458	35.183	45.737

FONTE: CLD/SEED

A FUNDEPAR, por seu turno, procedeu à distribuição de 5.800 livros, entre literários e didáticos, às bibliotecas das escolas estaduais, municipais e particulares.

AÇÕES DE PLANEJAMENTO SETORIAL

Por intermédio do GPS/SEED, foram realizados vários projetos especiais ligados à educação, para implementação na área de abrangência do PRORURAL. Efetuou-se também o levantamento do nível sócioeconômico da população beneficiária direta do "Subprograma de Revitalização do Ensino no Meio Rural", integrante do programa.

Além das atividades tradicionais ligadas à formulação e execução do orçamento setorial, aos estudos de organização e métodos e à coleta, depuração e sistematização de informações para a escolha de alternativas e tomada de decisões por parte da Gerência Superior do órgão, merecem destaque — em 1981 — as seguintes ações do Grupo de Planejamento Setorial:

* Estudo de nova estrutura organizacional para a SEED, em conjunto com a CMA/SEPL;
* Realização de seminário para estabelecimento da programação físico-financeira da SEED — 1981/82;
* Desenvolvimento da "Pesquisa de Avaliação em Classes Multisseriadas da Aplicação do Método do Professor Erasmo Pilloto" e da utilização de material de apoio;
* Orientação e coordenação da elaboração dos planos de aplicação de recursos da SEPS/MEC, SE/OE, CENESP e outras fontes, e acompanhamento da respectiva execução físico-financeira;
* Análise do Projeto-Piloto de Educação Ambiental — Centro de Pesquisas em Recursos Naturais e Educação Ambiental — Capão da Imbuia, do Projeto de Atendimento ao Pré-Escolar — Departamento de Educação da Prefeitura do Município de Curitiba, e do Projeto de Antecipação da Terminalidade nas Escolas Prefeito Omar Sabbag e Albert Schweitzer, na Rede Municipal de Ensino de Curitiba;
* Desenvolvimento de atividades preparatórias de planejamento participativo, sob a forma de consultas a comunidades carentes, tendo em vista o estabelecimento de projetos para integrar o "Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para Populações Carentes de Periferias Urbanas e de Zona Rural — PRODASEC/Urbano e PRONASEC/Rural".

3. CENTRO DE TREINAMENTO DO MAGISTÉRIO DO ESTADO DO PARANÁ — CETEPAR

Com a finalidade de realizar o treinamento de recursos humanos para a área da Educação, o CETEPAR promoveu, no decorrer de 1981, um total de 13 cursos para professores habilitados, em vários níveis de ensino. Esses cursos, realizados em todos os municípios do Estado, propiciaram a freqüência a 16.941 treinandos, conforme detalhado adiante.

Além desses, mais 4.677 integrantes do magistério foram treinados por intermédio dos projetos LOGOS II e HAPRONT — destinados a propiciar habilitação especial de professores leigos, das séries de 1.º grau, ao nível de 2.º grau — elevando-se assim para 21.618 o total de treinandos em 1981.

TREINAMENTOS PARA A ÁREA DO MAGISTÉRIO

Especificação	1979		1980		1981	
	Cursos Efet.	Professores	Cursos Efet.	Professores	Cursos Efet.	Professores
— Cursos de treinamento para ensino de 1.º grau	5	25.912	8	12.299	7	16.477
— Cursos de treinamento para ensino de 2.º grau	4	249	4	115	5	292
— Cursos de treinamento na área de ensino supletivo	—	—	1	1.198	—	—
— Cursos de treinamento na área de educação especial	2	221	2	161	1	80
— Cursos para pessoal técnico-pedagógico	3	422	4	394	1	92
— Projeto LOGOS II, para habilitação especial	1	1.237	1	2.966	1	4.074
— Projeto HAPRONT, para habilitação de professores	—	—	1	721	1	603
TOTAIS	15	28.041	21	17.854	16	21.618

FONTE: CETEPAR

Cabe assinalar que o Projeto LOGOS estendeu-se a professores de 185 municípios e o HAPRONT a 8 municípios, enquanto que os demais cursos propiciados, como regra, foram ofertados a professores em atividade em todos os municípios.

Dentre os cursos realizados em 1981, cumpre destacar:

* "Curso de Aperfeiçoamento para Professores da 1.ª à 4.ª Série dos Distritos e do Meio Rural", para 4.016 treinandos de 263 municípios;
* "Curso de Atualização em Metodologias de 5.ª à 8.ª Série", para 1.160 treinandos de 80 municípios;
* "Atualização em Conteúdos e Metodologias Típicas de 1.ª à 4.ª série", para 2.998 treinandos de 29 municípios;
* "Treinamento em Alfabetização", para 1.066 professores de 17 municípios da área do PRORURAL;
* "Aperfeiçoamento de Professores de Classes Multisseriadas", para 438 professores de 17 municípios.

Na área de apoio específico ao PRORURAL, o CETEPAR executou em 1981:

* A habilitação de 1.126 professores leigos, em 38 municípios, como extensão do Projeto LOGOS II;
* O treinamento e acompanhamento de professores de Classes Multisseriadas em Alfabetização, atividade que se estendeu a 959 professores e a 15.622 alunos, nos Municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Castro, Cerro Azul, Imbituva, Mandirituba, Mangueirinha, Ortigueira, Ponta Grossa, Quitandinha, Reserva, Rio Negro, São Mateus do Sul, Telêmaco Borba e Tibagi.

4. DEPARTAMENTO DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU — DEPG

Na permanente ação desenvolvida com vistas à manutenção e expansão do Ensino, destacam-se, entre outras atividades do Departamento, a reorganização da rede física de estabelecimentos de 1.º grau, a implantação de séries finais deste nível de ensino (5.ª à 8.ª) em 136 escolas de distritos e localidades rurais, e a autorização para o funcionamento de novos estabelecimentos estaduais na zona urbana.

No campo da reorganização de estabelecimentos — essencial para a racionalização de emprego da estrutura de recursos da rede e para a elevação dos níveis de qualidade do ensino — um total de 225 estabelecimentos foi objeto de tais ações no decorrer de 1981.

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO REORGANIZADOS

Especificação	1979	1980	1981
Complexos escolares estaduais *	26	31	46
Escolas estaduais	34	13	73
Escolas municipais	33	20	54
Escolas particulares	20	29	39
Colégios estaduais	2	—	9
Colégios particulares	7	6	4
TOTAIS	122	99	225

FONTE: DEPG/SEED

* Os complexos escolares abrangem 1.º e 2.º graus.

Os efeitos da reorganização sobre os estabelecimentos estaduais podem ser percebidos pelo demonstrativo a seguir, que evidencia as quantidades de unidades "antes" e "após" a reorganização.

MOVIMENTO DE REORGANIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESTADUAIS

Ano	1.º grau		1.º e 2.º graus		Total	
	Antes	Após	Antes	Após	Antes	Após
1979	66	48	52	19	118	67
1980	90	68	78	33	168	101
1981	129	105	42	21	171	126

FONTE: DEPG/SEED

Quanto à implantação de séries finais em distritos ou localidades rurais, foram 51 os estabelecimentos beneficiados em 1981.

IMPLANTAÇÃO DE SÉRIES FINAIS

Especificação	1979	1980	1981
Escolas	52	33	51
Municípios beneficiados	33	24	35

FONTE: DEPG/SEED

Em 1981, foi autorizado o funcionamento de 26 novos estabelecimentos de ensino de 1.º grau, na rede estadual, beneficiando 18 municípios e elevando para 44 o total de autorizações no triênio.

O Departamento procedeu também à análise de 11.825 planos curriculares no triênio, dos quais 3.371 aprovados em 1981, sendo 3.193 para a zona rural e os 178 restantes para zonas urbanas. Foram aprovados ainda 40 regimentos escolares, dos quais 25 para escolas particulares, totalizando 105 aprovações no período 1979/1981.

Ainda nos trabalhos de manutenção e expansão do ensino de 1.º grau, o DEPG procedeu ao reconhecimento de 324 estabelecimentos, em conformidade com as normas estabelecidas pela Deliberação 03/80, do Conselho Estadual de Educação.

CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

Trabalho constante foi desenvolvido para a correção do fluxo escolar, incluindo-se entre as medidas adotadas, além da Chamada Escolar:

* Organização de classes de aceleração de estudos para alunos repetentes de 1.ª série — que comprovem idade mínima de 8 anos e apresentem condições satisfatórias de aproveitamento — com vistas à sua promoção para a 3.ª série;

* Implantação de classes de recuperação paralela, destinadas ao atendimento de alunos das quatro primeiras séries do 1º grau, que apresentam problemas de aprendizagem;
* Organização de classes pré-escolares para atendimento a crianças na faixa etária inferior a sete anos,
* Organização de classes para atendimento, nos meses de janeiro e fevereiro, às crianças inscritas na Chamada Escolar que não tenham recebido educação pré-escolar.

O demonstrativo a seguir evidencia o vulto das ações concretas efetuadas em 1981, com vistas à materialização do propósito enunciado.

ATENDIMENTOS DO DEPG PARA A CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

Especificação	1979	1980	1981
Classes de aceleração			
— Turmas	105	52	76
— Alunos	2.159	1.374	1.649
— Municípios beneficiados	24	24	32
Classes de recuperação paralela			
— Turmas	475	301	102
— Alunos	9.449	6.319	1.960
— Municípios beneficiados	151	103	26
Oferta de educação pré-escolar			
— Classes	216	531	793
— Alunos	6.454	14.707	21.040
— Municípios beneficiados	30	33	201
Classes de atendimento antecipado			
— Classes	—	40	451
— Alunos	—	1.200	13.500
— Municípios beneficiados	—	1	70

FONTE: DEPG/SEED

Corroborando estas medidas orientadas para a melhoria qualitativa do ensino, o Departamento prosseguiu com as atividades de fixação de diretrizes curriculares e seu aperfeiçoamento contínuo; desenvolveu programas de saúde escolar e de complementação alimentar; expandiu as ações de reequipamento de escolas, bem como os Serviços de Orientação Educacional, que passaram a ser mantidos em 310 estabelecimentos escolares.

No apoio material às atividades de ensino, procurou consolidar o Sistema de Material de Ensino — Aprendizagem, instalando mais 3 núcleos e 6 agências, elevando para 17 e 27, respectivamente, o total de implantações no triênio.

5. DEPARTAMENTO DE ENSINO DE SEGUNDO GRAU — DESG

Com vistas à expansão e melhoria do ensino de 2º grau, o DESG, a partir das políticas de atuação da SEED, promoveu a reorganização de estabelecimentos em 82 municípios, racionalizando a rede e propiciando a oferta de novas opções profissionalizantes, ajustadas à estrutura do mercado de trabalho regional.

Esta reorganização estendeu-se sobre estabelecimentos de 48 municípios em 1979, 32 em 1980 e sobre os municípios de Lobato e Guaraci em 1981.

Além dessas reorganizações, e com similar propósito, foram criados, no triênio 1979/81, 62 estabelecimentos em localidades ainda carentes de escolaridade ao nível de 2º grau. Assim, aos 21 estabelecimentos criados em 1979 e aos 32 de 1980, acrescem-se agora os destinados às clientelas de Bom Sucesso (Pato Branco), Curitiba, Distrito de São Jorge (Altônia), Grandes Rios, Pinhais (Piraquara), Renascença, Sapopema, Santo Antônio do Caiuá e São José dos Pinhais.

CENTROS DE EXCELÊNCIA

No sentido de acelerar os resultados dos programas estaduais de melhoria da qualidade do ensino de 2º grau e de elevar sua eficiência em termos de profissionalização, têm sido intensificados os esforços para a formação dos Centros de Excelência. Esses centros têm-se caracterizado como capazes de instrumentalizar as ações destinadas à melhoria das condições físicas e materiais dos estabelecimentos que atuam na área e visam à profissionalização ao nível de 2º grau, com adequada orientação para a demanda suscitada pelas atividades econômicas de cada região.

Para tanto, além do equipamento dos estabelecimentos com o que há de mais apropriado e mais moderno para a prática profissional, a formação dos centros de excelência tem envolvido esforços significativos para o treinamento e aperfeiçoamento do corpo docente. Em 1980, 123 docentes participaram de cursos, estágios e congressos, enquanto que em 1981 foram propiciados: estágio para 15 professores; treinamento específico para 25 coordenadores de Centros de Excelência — no Centro Federal de Educação Tecnológica — e a realização de 2 encontros, com 210 participantes.

No final de 1981, 74 desses centros já estavam formados e em operação. Na fase atual, os resultados dessa experiência e os avanços obtidos estão sendo transferidos à rede particular de ensino, como forma adicional de apoio à sua progressiva eficiência.

Visando ao equipamento dos colégios, foram adquiridos 185 laboratórios para as áreas de Química, Física e Biologia, dos quais 149 em 1980, dis-

tribuídos para 50 colégios, e 36 conjuntos em 1981, para 20 colégios. Foram adquiridos também, em 1981, 14 escritórios-modelos, para cursos profissionalizantes em igual número de estabelecimentos.

Outras ações, que objetivaram o mesmo propósito, são consubstanciadas nos seguintes resultados obtidos em 1981:

* Elaboração de sugestões metodológicas para subsidiar professores no planejamento e execução de aulas, nas habilitações de Prótese Odontológica, Farmácia, Nutrição, Economia Doméstica, Documentação Médica, Administração Hospitalar, Patologia Clínica, Técnico e Auxiliar de Enfermagem;
* Execução de visitas de assessoramento técnico a 33 colégios de 27 municípios;
* Aquisição e distribuição de 2.110 volumes de livros, específicos das disciplinas formativas dos cursos de Magistério e Área de Saúde, destinados a 36 colégios que se integraram ao projeto de Centros de Excelência, em 1981;
* Aquisição e distribuição de materiais para 22 laboratórios de aprendizagem e 10 laboratórios de saúde;
* Aquisição e distribuição de equipamentos e materiais para a montagem e funcionamento de 1 sala de enfermagem, 1 oficina para o curso de Edificações, 2 oficinas de eletricidade, 1 sala de desenho, beneficiando cinco Centros de Excelência.

AÇÕES COMPLEMENTARES À MELHORIA DO ENSINO DE 2º GRAU

Dando prosseguimento ao elenco de ações de 1979 e 1980 — que abrangeu a aquisição de equipamentos para 78 estabelecimentos, a implantação de sistemas de supervisão e o acompanhamento de currículos — em 1981 foram executadas ações desta mesma natureza, dentre as quais merecem destaque:

* O acompanhamento da execução e avaliação dos currículos das habilitações plenas para Magistério, Enfermagem, Documentação Médica, Patologia Clínica, Economia Doméstica e habilitação parcial para Auxiliar de Farmácia em 31 estabelecimentos de ensino de 2º grau, situados em 22 municípios;
* A aquisição de equipamentos de laboratório de Física, Química e Biologia para o Instituto de Educação César Prieto Martinez;
* O treinamento em planejamento e avaliação de ensino, reunindo 26 Centros de Excelência, que ofertam a habilitação de Magistério;
* A promoção de estágios para docentes de 12 estabelecimentos que ofertam cursos de Enfermagem, Documentação Médica, Patologia Clínica, Auxiliar de Farmácia e Economia Doméstica;
* A aquisição de equipamentos necessários para a prática das habilitações plenas de Economia Doméstica e Magistério e habilitação parcial de Nutrição e Dietética de 4 estabelecimentos de ensino;

* O acompanhamento, controle e avaliação, pela Supervisão de Ensino de 2º Grau, dos projetos "Programa de Saúde do Paraná" (605 estabelecimentos estaduais e particulares) e "Criação e Melhoria da Biblioteca Escolar na Rede Estadual de Ensino" (448 unidades).

ENSINO AGRÍCOLA

Com vistas a elevar e ampliar a oferta de vagas, e a melhorar a qualidade do ensino voltado ao setor primário da economia, foi desenvolvido, no triênio, um conjunto de medidas concretas. O número de vagas elevou-se para 5.048, propiciadas por 43 estabelecimentos, isto é, 9 colégios agrícolas, 1 colégio de formação de Técnicos Florestais e 33 estabelecimentos que ofertam a habilitação básica em Agropecuária.

OFERTA DE ENSINO AGRÍCOLA AO NÍVEL DE 2.º GRAU

Habilitação	1979		1980		1981	
	Estab.	Alunos	Estab.	Alunos	Estab.	Alunos
Técnico em agropecuária	9	1.916	9	2.053	9	2.312
Técnico florestal	1	102	1	83	1	104
Básica em agropecuária	26	1.651	28	2.469	33	2.632
TOTAIS	36	3.669	38	4.605	43	5.048

FONTE: DESG/SEED

Na implantação dos projetos didático-econômicos, para o desenvolvimento da parte prática do ensino agrícola, foram exploradas as áreas dos estabelecimentos de Escola-Fazenda, tendo sido desenvolvido, em 1981, um total de 36 projetos na área da agricultura, 2 na florestal e 19 projetos pecuários, ocupando tais experimentos uma área explorada de 1.248 ha e envolvendo a manutenção de 23 máquinas agrícolas e 126 equipamentos. O programa de bolsas de estudo compensáveis, por sua vez, atendeu a 237 alunos, em apreciável expansão sobre as 126 concedidas em 1979.

O ensino agrícola no Estado continuou sendo expandido com a implantação, em 1981, do Curso de Formação Profissional na habilitação de Técnico Florestal — para a clientela que já concluiu o ensino de 2.º grau — e do Curso Complementar — para clientela egressa do Curso de Habilitação Básica em Agropecuária no Colégio Agrícola — os quais, em conjunto, propiciaram a formação de 38 novos técnicos.

CONSTRUÇÃO E MELHORIAS NOS COLÉGIOS AGRÍCOLAS

Foram ainda construídos novos setores, melhoradas instalações existentes e executada a instalação de novos equipamentos, praticamente em todos os Colégios Agrícolas do Estado, conforme evidenciado a seguir:

MELHORIAS NOS COLÉGIOS AGRÍCOLAS

Modalidade da Melhoria	N.º de Escolas Beneficiadas 1979	1980	1981
— Construção de laboratórios biológicos, de física e química	—	2	—
— Equipamento de laboratórios	—	5	—
— Construção de refeitórios	—	3	—
— Equipamento de refeitórios	—	2	1
— Construção e equipamento de dormitórios	—	11	—
— Construção de oficinas técnico-didáticas	1	3	—
— Equipamentos de laboratórios agropecuários	—	9	—
— Construção de salas de ordenha	—	2	—
— Equipamento de salas de ordenha	—	—	2
— Construção e equipamento de aviários	—	3	—
— Construção e equipamento de salas de desenho	—	9	—

FONTE: DESG/SEED

Também com o propósito de expansão e aperfeiçoamento do ensino agrícola, foram estabelecidos 13 convênios e acordos de cooperação com entidades nacionais e estrangeiras, no decorrer do triênio. Em 1981, além do termo de ajuste complementar ao convênio estabelecido com a República Federal da Alemanha em 1979, visando ao desenvolvimento do Curso de Formação de Técnicos Florestais, em Irati, foram firmados mais os seguintes convênios:

* Com a Secretaria de Cooperação Técnica Internacional, para a manutenção de dois engenheiros florestais atuantes no projeto de Irati;
* Com a Coordenadoria Nacional de Ensino Agropecuário — COAGRI e Secretaria de Ensino do Primeiro e Segundo Graus do Ministério da Educação e da Cultura, para implementação de projetos agropecuários e florestais de cooperativas escolares de trabalho;
* Com o IBDF, para desenvolvimento, no Colégio Presidente Costa e Silva, de Irati, de práticas profissionais de desbaste, inventário florestal e caminhos florestais;
* Com o ITC/SEAG, para implantação de Viveiros Comunitários;
* Com a EMATER/PR, visando à execução de estágios dos alunos dos colégios nos projetos daquela empresa.

Além destas iniciativas, a participação dos Colégios Agrícolas como unidades co-executoras de ações específicas do PRORURAL deverão, por sua vez, proporcionar um valioso conjunto de resultados positivos.

6. DEPARTAMENTO DO ENSINO SUPLETIVO — DESU

Em 1981, a unidade deu prosseguimento às suas ações de coordenação das atividades de ensino supletivo — destinadas a propiciar igualdade de oportunidades educacionais para aqueles que não a tiveram no tempo devido ou que sofreram obstaculizações de ordem pessoal ou geral — oportunizando às pessoas mais maduras prosseguirem o seu auto-aperfeiçoamento, como meio de ocupar um lugar que — favorecendo a sociedade — lhes propicie realização pessoal e profissional.

As estatísticas de 1978 indicaram a existência, somente na zona rural, de 129.309 alunos com mais de 12 anos, matriculados nas séries iniciais do 1.° grau, isto é, 36,8% de alunos fora da faixa etária, enquanto que, para a média do Estado, esse índice percentual era de 20%. Nas últimas séries do 1.° grau, o mesmo diagnóstico indicou que existiam 166.358 alunos com idade superior a 14 anos freqüentando as classes regulares, representando 38,2% do total dos matriculados.

Em face dessa distorção, a SEED passou a intensificar os cursos especiais de aceleração, por intermédio de Centros de Ensino Supletivo, Centros de Orientação e Aprendizagem e de Núcleos de Orientação e Aprendizagem, mediante a utilização de material didático específico e meios tecnológicos adequados. Tais medidas possibilitaram que os educandos superassem as etapas em função de seu ritmo de aprendizagem, e não apenas de um calendário-padrão, dentro de um esforço dirigido paar atender ao contingente aproximado de 320.000 alunos defasados.

Além dos cursos de aceleração, foram oferecidas possibilidades de prestação de exames supletivos ao nível de escolarização geral de 1.° e 2.° graus, bem como de habilitação profissional ao nível de 2.° grau, dando condições às pessoas, com níveis equivalentes de conhecimento, de obterem documentação hábil para suas atividades profissionais e para prosseguimento dos estudos formais.

Para tanto, foi efetuada a implementação e a expansão do ensino supletivo de 1.° e 2.° graus nos 290 municípios, atendendo, em 1981, a 220.404 alunos — através de cursos orientados para a função supletiva da Educação Geral e da Habilitação Profissional — e a 18.928 candidatos com exames supletivos, conforme ilustrado no demonstrativo a seguir:

OFERTA DE CURSOS SUPLETIVOS COM FUNÇÃO DE SUPLÊNCIA DE EDUCAÇÃO GERAL E PROFISSIONALIZANTE

Modalidade do Curso	1979		1980		1981	
	Municípios	N.° de alunos	Municípios	N.° de alunos	Municípios	N.° de alunos
Rede Oficial de Ensino		81.778		73.555		69.464
— Cursos de alfabetização	50	2.987	50	7.016	50	5.362

Modalidade do Curso	1979 Municípios	1979 N.º de alunos	1980 Municípios	1980 N.º de alunos	1981 Municípios	1981 N.º de alunos
— 1.º grau — Educação integrada — fase I	50	19.282	50	24.869	50	17.906
— 1.º grau — Educação integrada — fase II	24	55.710	25	36.798	26	33.336
— Profissionalizante de iniciação	6	2.146	7	2.308	9	5.499
— Profissionalizante de aprendizagem industrial	6	816	7	1.320	8	4.956
— Profissionalizante na área de saúde	2	837	1	208	3	816
— Profissionalizante na área de capacitação rural	—	—	6	1.036	13	1.625
Rede Particular de Ensino		80.229		92.799		150.940
— 1.º grau — Educação integrada — fase II	52	40.911	52	38.037	52	42.752
— 2.º grau — Educação integrada — fase III	45	33.204	45	35.897	60	81.877
— Profissionalizante do 2.º grau — fase III	4	3.968	6	5.143	12	11.995
— Cursos livres de atualização de conhecimentos — 2.º grau	180	2.146	180	12.722	186	13.316
TOTAIS	—	162.007	—	166.354	—	220.404

FONTE: DESU/SEED

O demonstrativo a seguir, por sua vez, evidencia a evolução da oferta de exames supletivos gerais e na área profissionalizante:

EXAMES DE SUPLÊNCIA DE EDUCAÇÃO GERAL E PROFISSIONALIZANTE

Nível do Exame Supletivo	1979 Inscritos	1979 Aprovados	1980 Inscritos	1980 Aprovados	1981 inscritos	1981 Aprovados
Exames de 1.º grau	9.377	2.605	8.179	2.991	6.374	2.211
Exames de 2.º grau — Ed. geral	13.093	2.135	13.005	2.287	11.853	2.777
Exames de 2.º grau - Profissionalizante	149	63	255	124	701	96
TOTAIS	22.619	4.803	21.436	5.405	18.928	5.084

FONTE: DESU/SEED

O DESU promoveu, em 1981, ainda, as seguintes atividades dignas de destaque:

* Realização de cursos de apoio para interessados em exames de suplência profissionalizante, atendendo a 1.011 candidatos, em 13 modalidades técnicas;
* Introdução de inovações metodológicas no processo ensino-aprendizagem do ensino supletivo;
* Cursos de aperfeiçoamento, especialização e reciclagem — em articulação com o CETEPAR — para 2.055 docentes, supervisores e coordenadores pedagógicos da área de ensino supletivo.

7. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL — DEE

Em 1981, o DEE ampliou a oferta de educação especial — destinada a proporcionar, ampliar e aperfeiçoar oportunidades de educação aos portadores de distúrbios do desenvolvimento e aos superdotados, fixando e ampliando estratégias que possibilitem o ajustamento sociocultural do aluno excepcional — propiciando-a em 82 municípios.

No sentido de encaminhar o aluno excepcional para um atendimento adequado ao seu tipo e grau de deficiência, o DEE procedeu à triagem e avaliação de 3.491 alunos em 26 municípios, elevando para 12.980 o total de casos atendidos na rede de ensino do Estado, no decorrer no último triênio.

Para ampliar e aperfeiçoar o atendimento a esses alunos, foram criadas, em 1981, mais três escolas especiais, totalizando, no triênio, 14 novas unidades, instaladas nos municípios de Bandeirantes, Cambará, Curitiba, Engenheiro Beltrão, Jataizinho, Joaquim Távora, Mandirituba, Nova Esperança, Santo Antônio da Platina, São Miguel do Iguaçu, Telêmaco Borba, Tomazina, Ubiratã e Umuarama.

Foram criados, em 1981, centros de reabilitação para crianças portadoras de Deficiência da Audição e da Fala em Ponta Grossa e Paraíso do Norte — que se somaram aos 2 outros instalados em Curitiba e Cascavel no decorrer do triênio — o Instituto de Instrução e Trabalho para Cegos, em Londrina, além de ter sido feita a complementação dos equipamentos do Centro de Material de Ensino — nas dependências do Departamento de Educação Especial — a implementação da Escola Agrícola — para alunos portadores de deficiência mental — e a do Centro de Estimulação Precoce.

Foi consolidada a implementação das 42 classes especiais — 25 para alunos deficientes-mentais, 17 para deficientes auditivos e 8 salas de recursos — instaladas em 1980 nos Municípios de Assis Chateaubriand, Cafelândia, Cascavel, Catanduvas, Cornélio Procópio, Céu Azul, Curitiba, Engenheiro Beltrão, Foz do Iguaçu, Ivaiporã, Londrina, Mandaguari, Matelândia, Medianeira, Palotina, Planalto, Paranavaí, Ponta Grossa, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu, Sertaneja, Terra Roxa, Toledo e Vera Cruz do Oeste.

Procedeu-se, em 1981, ainda, à criação de 49 outras classes especiais — 44 para deficientes mentais e 5 para deficientes auditivos — nos Municípios de Arapongas, Cascavel, Catanduvas, Campo Largo, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guaraniaçu, Irati, Lapa, Maringá, Matelândia, Mandaguari, Palmeira, Pitanga, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais e São Miguel do Iguaçu.

Mediante tais implantações, o total de Classes Especiais, na rede de ensino do Estado, elevou-se para 150, enquanto as Escolas Especiais passaram a totalizar 75 unidades.

Na área de qualificação profissional — coroamento do processo educativo de ensino especial e do processo de reabilitação — foram realizados, no triênio, 13 cursos nas áreas de datilografia, manicure, telefonista e telefonista de rádio-táxi, operador de raio X, artesão de macramê, vime e cerâmica, auxiliar de escritório, desenho básico, cabeleireiro, massagista, marceneiro auxiliar e ajudante de costura.

O DEE/SEED deu prosseguimento à sua estratégia de apoiar entidades comunitárias de fins assemelhados aos seus, concedendo, em 1981, subvenções a 86 entidades de 62 municípios, num montante de Cr$ 19,8 milhões. Este valor foi complementado pela destinação de mais Cr$ 20,0 milhões pela FUNDEPAR a igual número de entidades, como auxílio financeiro para o pagamento de professores especializados.

Considerada a ação direta do Departamento, foram atendidos 7.772 alunos em 1981, conforme detalhado a seguir:

ALUNOS EXCEPCIONAIS ATENDIDOS

Especificação	1979	1980	1981
Alunos deficientes — mentais	3.999	5.708	5.947
Alunos deficientes — auditivos	539	880	1.014
Alunos deficientes — visuais	179	202	466
Deficientes físicos não-sensoriais	368	360	345
TOTAIS	5.085	7.150	7.772

FONTE: DEE/SEED

O DEE/SEED promoveu também diversos eventos orientados para a conscientização da comunidade sobre sua responsabilidade na solução dos problemas atinentes às pessoas com deficiências, bem como para a promoção do trabalho e das manifestações artístico-culturais de excepcionais.

8. DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS UNIVERSITARIOS — DAU

Além das atividades tradicionais de coordenação de ações no âmbito do Sistema Estadual de Ensino Superior, merecem destaque, como ações do DAU, em 1981:

* Produção do cadastro permanente de recursos educacionais das instituições de ensino superior do Paraná;
* Elaboração e distribuição do primeiro número da revista "Temas Universitários", com tiragem de 300 exemplares, e da de número 2, com tiragem de 500 exemplares;
* Estudo comparativo sobre o ensino superior no Paraná e no Brasil — período 1975/1979, publicado na Revista "Agora", número 1;
* Estudo sobre a evolução do ensino superior no Paraná de 1976 a 1980;
* "Projeto de Implantação do Banco de Teses dos Docentes em Atuação nas Instituições de Ensino Superior do Paraná";
* Estudo para a fusão da Escola de Música e Belas-Artes e Faculdade de Educação Musical em uma única fundação;
* Desenvolvimento da pesquisa "Acompanhamento da Vida Acadêmica dos Classificados nos Vestibulares da FUEL, FUEM e FUEPG";
* Acompanhamento da pesquisa "Estudo sobre Licenciatura", em desenvolvimento na FUEM;
* Informações técnicas em 113 processos de criação de instituições e cursos de nível superior, de regulamentações de estabelecimentos de ensino superior e de indicação de professores.

9. RECURSOS HUMANOS PARA EDUCAÇÃO

A implantação, em 1981, do Sistema de Recursos Humanos da Educação — RHE traduz o coroamento de uma série de iniciativas que se vêm realizando para um eficiente controle desses recursos, com vistas a seu melhor aproveitamento e maior eficiência do ensino oferecido à comunidade, bem como para a valorização do magistério.

Na implantação desse sistema, foram criados o Cadastro Adicional de Atividades de Recursos Humanos de Educação, o Cadastro de Estabelecimentos Educacionais — que permitiu a atualização dos dados fornecidos pelo Sistema SEED/FUNDEPAR e a previsão de oferta educacional para 1981 — e o Cadastro de Grades Curriculares, que possibilitou uma pronta atualização das mencionadas grades, por estabelecimento, curso, série e turno, para 1982.

Na área de contratação de pessoal, foram efetuadas 14.275 admissões em 1981, conforme indicado a seguir:

CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA A ÁREA DE EDUCAÇÃO

Natureza das contratações	1979	1980	1981
— Contratação de professores no regime da CLT para atuação de 1.ª à 4.ª séries	884	850	1.065
— Contratação de pessoal administrativo no regime da CLT	756	1.341	2.758
— Contratação de professores no regime da CLT para atuação de 5.ª à 8.ª séries	—	1.017	2.076
— Contratação de professores para aulas suplementares/extraordinárias (propostas apreciadas)	11.817	5.900	8.376

FONTE: GRHS/SEED

ESTATUTO DO MAGISTÉRIO

Desde 1979, vem sendo intensificada a operacionalização de mecanismos de implantação do Estatuto do Magistério. Nesse sentido, foram executadas ações atendendo não apenas às necessidades emergentes no setor da Educação, como também à profissionalização efetiva do Magistério, conforme detalhamento constante do relatório pertinente à área de atuação da SERH.

10. COORDENAÇÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS — CNR

Estudos com vistas à interiorização dos Núcleos Regionais de Ensino, com eminentes características de desburocratização, vêm sendo desenvolvidos desde 1979, ano em que se dividiu a Capital em setores e se implantou, ao nível local, o Serviço de Supervisão Escolar, para acompanhamento, controle e avaliação das atividades de ensino, através das Inspetorias Auxiliares de Ensino — IAEs.

Em 1980, objetivando a desconcentração de atividades, delegou-se às Inspetorias Regionais de Ensino — IREs a responsabilidade sobre a regularização da vida escolar do aluno, propiciando maior agilidade no fluxo de processos dessa natureza. Assim, foi transferida para as IREs a competência para verificação e autenticação da documentação escolar e para a determinação da legitimidade dos estudos realizados pelos alunos dos estabelecimentos de ensino sob sua jurisdição.

Nesse mesmo ano, foi também delegada às Inspetorias Regionais a faculdade de remanejar pessoal docente dentro de um mesmo município, visando suprir as necessidades reais de regência de classes das unidades escolares e otimizar o emprego dos recursos humanos disponíveis.

Com vistas à instalação dos oito núcleos regionais da SEED em cidades-pólos de diversas regiões do Estado, promoveu-se o levantamento das insta-

lações e do material, bem como dos recursos humanos das 59 Inspetorias Regionais, com o objetivo de dotá-las de meios adequados para assumirem os encargos decorrentes da descentralização

Como resultado dos trabalhos realizados, já em 1981, além dos reequipamentos efetuados nas Inspetorias, foram desconcentrados quatro dos oito Núcleos Regionais, sendo três no Interior — Campo Mourão, sediando o 6.º Núcleo Regional; Londrina, sediando o 4.º Núcleo, e Cascavel, sediando o 7.º Núcleo — e o 1.º Núcleo Regional em Curitiba.

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS NÚCLEOS REGIONAIS DESCENTRALIZADOS — 1981

Município	Resolução	N.º de IREs	N.º de IAEs	N.º Total de Municípios	N.º de Estabelecimentos
Campo Mourão	N.º 1.434 20/07/81	07	37	44	386
Londrina	N.º 2.188 11/09/81	10	30	40	281
Cascavel	N.º 2.253 21/09/81	07	19	26	277
Curitiba	N.º 2.475 23/10/81	01	07	08	303
TOTAIS		25	93	118	1.247

FONTE: CNR/SEED

Em razão da descentralização, foram ampliadas as competências não só das Inspetorias Regionais de Ensino, como também as das Inspetorias Auxiliares de Ensino, ao nível de inspeção e supervisão dos estabelecimentos de 1.º e 2.º graus.

A descentralização, embora ainda em seu início, tem comprovado que os órgãos de ação regionalizada e sub-regionalizada dispõem de melhores condições para atender, orientar, fiscalizar e efetuar os serviços dessa natureza, em face de, entre outros motivos, proximidade física com a realidade e peculiaridades educacionais de cada região.

11. COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO — CAE

Objetivando oferecer maior amparo ao estudante carente pertencente às famílias menos favorecidas e procurando minimizar as dificuldades desses

alunos nos problemas que comprometem o bom rendimento escolar, a CAE vem desenvolvendo suas atividades na execução de programas básicos de saúde, alimentação, auxílio financeiro e integração comunitária, para contribuição e busca das soluções de problemas sociais comuns, relativos ao escolar.

BOLSAS DE ESTUDO

Além das 4.807 bolsas concedidas pela FUNDEPAR e das 3.412 concedidas pela Casa Civil, em 1981 foram concedidas, pela CAE/SEED, 8.832 bolsas de estudo, como auxílio financeiro a 3.857 alunos carentes do 1.º grau (5.ª à 8.ª séries), 1.935 alunos do 2.º grau das redes estadual e particular e a 3.028 pessoas dependentes de educação especial.

O demonstrativo a seguir evidencia a evolução nas concessões de bolsas de estudo pela Coordenação de Assistência ao Educando.

BOLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS

Especificação	Alunos Beneficiados 1979	1980	1981
Bolsas para o 1.º grau	2.747	2.068	3.857
Bolsas para o 2.º grau	1.642	704	1.935
Bolsas para educação especial	2.453	2.782	3.028
Bolsas-trabalho	—	—	12
TOTAIS	6.842	5.554	8.832

FONTE: CAE/SEED

ASSISTÊNCIA ALIMENTAR

Na programação de assistência alimentar ao educando, através da ação articulada da SEED com o CNAE/MEC, foram fornecidas, em 1981, refeições a uma média de 752.651 escolares de 2.507 escolas de ensino pré-escolar e de 1.º grau da rede estadual, em 259 municípios. No desenvolvimento do programa, a CAE promoveu também o treinamento de 217 supervisores de merenda nos estabelecimentos da Capital.

Considerado o atendimento propiciado pela CNAE/MEC aos estabelecimentos municipais de ensino, eleva-se a 1.157.293 o número de alunos atendidos em 1981. Neste ano, o número total de merendas servidas eleva-se para 169.560.000, ampliando em quase 20 milhões de unidades a já ampla quantidade propiciada em 1979.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PARANÁ

Especificação	1979	1980	1981
REDE ESTADUAL			
— Escolares atendidos *	585.400	538.148	595.879
— Escolas assistidas	2.396	2.199	2.507
REDE MUNICIPAL			
— Escolares atendidos *	401.687	412.732	404.642
— Escolas assistidas	6.064	6.252	7.675

FONTE: SEP/CNAE e CAE/SEED
* Médias dos trimestres.

PROGRAMA DE SAÚDE ESCOLAR

As ações de assistência à saúde, levadas a efeito pelo Programa de Saúde Escolar, propiciaram um total de 843.899 atendimentos a alunos de escolas localizadas em 248 municípios, conforme demonstrado a seguir:

ATENDIMENTOS PELO PROGRAMA DE SAÚDE ESCOLAR

Especificação	1979	1980	1981
Alunos atendidos em:			
— Acuidade visual	101.628	105.998	267.775
— Acuidade auditiva	40.266	42.590	135.137
— Biometria	129.233	120.049	307.235
Alunos encaminhados para:			
— Tratamento cropológico	22.042	21.516	65.168
— Tratamento odontológico	9.470	16.580	31.863
— Tratamento oftalmológico	23.612	3.882	8.783
— Pediatria e clínica geral	24.031	11.950	27.938
TOTAIS DE ALUNOS ATENDIDOS	350.282	322.565	843.899

FONTE: CAE/SEED

Vale ressaltar a ampliação do número de municípios abrangidos pelo programa, que, de 103, em 1979, elevou-se para 248, em 1981.

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA

Constituindo-se em núcleo ideal na busca de soluções para os problemas sociais comuns, na integração Escola-Família-Comunidade, e tendo como instrumento de ação as Associações de Pais e Mestres — APMs, o Programa

de Integração Comunitária atua também na criação de recursos destinados a auxiliar o escolar em sua educação, removendo as causas que impeçam ou perturbem seu desenvolvimento.

As atividades desse programa, desenvolvidas em conjunto com as prefeituras, orientam-se para a mobilização das comunidades, com vistas à sua efetiva participação nas ações e encargos peculiares ao setor educacional. Os resultados práticos do programa são bastante conhecidos pelas comunidades, entretanto, o demonstrativo a seguir permite visualizar a sua magnitude em termos globais de Estado.

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO COMUNITARIA — APMs

Especificação	1979	1980	1981
— Organização e dinamização das APMs — Unidades em funcionamento	618	1.497	2.500
— Municípios envolvidos e/ou conveniados	34	87	150
— Grupos comunitários de assistência ao educando — ao nível municipal	28	36	80
— Agentes locais que receberam treinamento e/ou atualização	34	81	142
— Recursos financeiros arrecadados pelas APMs (Cr$ mil)	12.676	32.705	112.564

FONTE: CAE/SEED

Os recursos arrecadados pelas APMs, cujo expressivo crescimento numérico pode ser percebido, são integralmente aplicados em melhoramentos e conservação das próprias escolas que os geram, bem como empregados em atividades de estímulo ao escolar.

AMPARO TÉCNICO

Para apoio ao ensino de 1.º grau, a SEED prosseguiu a sua iniciativa de estabelecer convênios com estabelecimentos particulares de ensino, cedendo professores para regência de classe, na proporção de um para cada grupo de 25 alunos carentes de 1.ª à 4.ª séries do 1.º grau, em turmas normais, e de um para cada oito alunos em turmas de educação especial. Em 1981, foram efetuadas 103 cedências em tais condições — com duração máxima de 2 anos — totalizando 405 no triênio.

12. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO — CEE

O Conselho, órgão de natureza consultiva e normativa, possui competência e atribuições decorrentes das Leis Federais 4024/64 e 5.692/71, atuando na emissão de atos relacionados à criação, reorganização e extinção de

estabelecimentos escolares, bem como sobre questões relativas ao seu funcionamento.

Em 1981, importante avanço foi consolidado neste campo pelo Sistema Estadual de Educação, pois, como reconhecimento ao seu nível de maturidade, o Conselho Federal de Educação atribuiu a condição de "sistema livre" ao ensino superior ofertado no Estado. Em conseqüência, delegou ao Conselho Estadual de Educação as atribuições relacionadas com a aprovação de novos cursos, bem como as demais ações de cunho administrativo ou técnico-pedagógicas anteriormente a cargo do mesmo órgão federal. Vale assinalar que o Paraná é o terceiro Estado a obter tal situação e que, desde 1964, a mesma não foi atribuída a qualquer outra Unidade da Federação.

Neste ano, o CEE efetuou 70 sessões e reuniões — consideradas as plenárias e as extraordinárias — emitindo 36 deliberações e 863 pareceres, conforme detalhado a seguir:

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Especificação	1979	1980	1981
Pareceres de plenário	315	238	244
Deliberações	45	42	36
Pareceres — Câmaras de 1.º e 2.º grau	249	144	129
Pareceres — Câmara de Ensino Superior	20	82	95
Pareceres — Demais câmaras	29	39	32
Pareceres — Com. Enc. Educacionais	315	308	363
Reuniões	17	18	15
Sessões plenárias	56	55	55

FONTE: CEE/PR

13. COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ — CEP

Através das suas 52 salas de aula e demais instalações complementares, o CEP oferece ensino regular de 1.º e 2.º graus e supletivo. Integram o seu complexo de atendimento à demanda por ensino de 1.º grau os Grupos Escolares Conselheiro Zacarias, Xavier da Silva, Aline Pichet, Dona Carola, Amâncio Moro, Tiradentes e Professor Brandão, e, para suprir a procura de ensino supletivo, os Grupos Escolares Tiradentes e Xavier da Silva.

O ensino de 2.º grau, nas próprias dependências do Colégio Estadual, continuou a abranger as áreas Biológica (com habilitações em Auxiliar de Patologia Clínica, Oficial de Farmácia e Auxiliar de Prótese Odontológica), Humanística (com habilitações em Secretariado, Processamento de Dados e Auxiliar de Administração) e Tecnológica (com habilitações em Desenho Arquitetônico e Técnico em Edificações).

O demonstrativo a seguir evidencia a distribuição das matrículas no Colégio Estadual do Paraná, por grau de ensino, no período 1979/81.

MATRÍCULAS EFETIVAS NO CEP

Graus de Ensino	1979	1980	1981
1.º grau — regular	2.435	2.093	2.659
2.º grau — regular			
· Área biológica	1.855	1.753	1.493
— Área humanística	2.202	2.186	1.840
— Área tecnológica	1.184	1.164	1.744
1.º grau — supletivo	3.196	3.289	3.563
OTAIS	10.872	10.485	11.299

FONTE: CEP/SEED

Em termos de atividades complementares executadas pelo CEP em 1981, são dignas de registro:

* A participação de 78 colégios na Feira Municipal de Ciências — FEMUCI;
* A obtenção de 87.107 freqüências de participantes na Escolinha de Arte;
* A execução de 139 sessões no Planetário, para uma freqüência de 4.800 estudantes e 580 visitantes.

14. FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ — FUNDEPAR

As programações desenvolvidas pela FUNDEPAR caracterizaram-se por atribuir especial ênfase à continuidade de esforços dirigidos à ampliação, ao equipamento e à conservação da rede escolar física. Voltaram-se também à assistência financeira às administrações municipais — especialmente para o pagamento dos seus professores — ao atendimento do educando — em particular ao carente — e à obtenção de maior participação das comunidades no equacionamento das soluções para os problemas educacionais.

OBRAS ESCOLARES

No campo da construção de obras escolares, no triênio 1979/81, foi promovida a execução e conclusão de 666 prédios, com área total construída de 256.632m2, totalizando 2.744 salas — distribuídas por 160 municípios — além da construção de 73 quadras esportivas polivalentes, das quais 30 concomitantemente com a construção do prédio escolar, e à implantação de 6 piscinas em estabelecimentos já existentes. Assinale-se que das 1.064 salas concluídas em 1979, exatamente 500 foram inauguradas antes do início da atual gestão governamental.

Deu-se prosseguimento à ação de reparos em prédios escolares — intensificada em 1980 através de empréstimo especial junto ao FAS — executan-

do-se, em complementação à programação geral desenvolvida pela SEAD, reparos e melhorias em 267 estabelecimentos. Desse total, 83 foram efetuados em 1981, com o custo de Cr$ 67,3 milhões.

OBRAS ESCOLARES EXECUTADAS PELA FUNDEPAR

Especificação	1979	1980	1981
Prédios escolares concluídos	280	187	199
Salas escolares	1.064	832	848
m2 de construção	98.600	77.900	80.200
Piscinas concluídas	4	1	1
Escolas reparadas/melhoradas	98	86	83
Quadras polivalentes e piscinas	26	34	13
Recursos aplicados (Cr$ milhões)	279,7	405,2	1.105,6
Municípios beneficiados	72	79	103

FONTE: FUNDEPAR

Cabe assinalar, por outro lado, a evolução dos dispendios com as amortizações e encargos dos empréstimos contraídos em anos anteriores, para construções educacionais, que totalizam no triênio — a preços correntes — Cr$ 649,7 milhões, isto é, Cr$ 353,8 milhões em 1981, Cr$ 134,8 milhões em 1980 e Cr$ 161,1 milhões em 1979.

APOIO À REDE MUNICIPAL

Em auxílios financeiros às municipalidades, para as despesas com o pagamento de professores, foram transferidos, pela FUNDEPAR, às prefeituras, no decorrer de 1981, recursos no montante de Cr$ 599,5 milhões. Como pode ser percebido, é significativo o incremento anual sobre os auxílios concedidos em 1980 (Cr$ 194,5 milhões) e 1979 (Cr$ 86,3 milhões), para igual finalidade.

Também como auxílio a essa rede de ensino, foram firmados convênios de apoio financeiro com 61 municípios, visando à aquisição de veículos para transporte escolar, em especial no meio rural. Assim, foram repassados recursos equivalentes a Cr$ 43,0 milhões, para tal finalidade.

APOIO À REDE PARTICULAR

Deu-se prosseguimento às ações de assistência técnica e financeira aos estabelecimentos particulares de ensino de 1.º e 2.º graus. Em 1981, foi atendido, pelo programa, um total de 86 estabelecimentos, através de repasses que totalizaram Cr$ 15,4 milhões.

Também como forma de apoio à rede particular, concomitantemente com a orientação de assistência ao estudante carente, deu-se prosseguimento, neste exercício, ao procedimento de compra de vagas e de bolsas-anuidade.

COMPRA DE VAGAS

Programa que visa proporcionar matrícula em estabelecimentos de 1.º e 2.º graus da rede particular de ensino regular e supletivo para alunos carentes na faixa etária de 7 a 14 anos — não atendidos pela rede pública de ensino, por comprovada insuficiência de oferta — aumentar as taxas de ocupação de tais estabelecimentos e racionalizar investimentos públicos, evitando sua efetivação em casos de reduzida demanda.

No triênio, participou do "Programa de Bolsa — Anuidade", desenvolvido pela FUNDEPAR, uma média de 180 estabelecimentos da rede particular de ensino, com uma oferta média de 7.664 bolsas ou vagas compradas por ano.

COMPRA DE VAGAS E BOLSAS — ANUIDADE

Especificação	1979	1980	1981
Bolsas — anuidades concedidas	4.112	4.393	4.807
Compra de vagas	3.916	1.653	3.312
Estabelecimentos participantes	165	271	166
Aplicações (Em Cr$ mil)	30.008	38.079	72.944

FONTE: FUNDEPAR

EDUCAÇÃO ESPECIAL

No programa Educação Especial, desenvolvido pela FUNDEPAR, para atendimento específico à rede de escolas particulares e especializadas no atendimento às crianças excepcionais, foram aplicados, em 1981, Cr$ 20,0 milhões, recursos estes destinados à complementação de meios para o pagamento de professores especializados em 86 escolas de ensino especial.

MOBILIARIO, EQUIPAMENTO E MATERIAL ESCOLAR

Para atender as necessidades da rede oficial de ensino, a FUNDEPAR procedeu, no triênio, à aquisição de 218.268 carteiras escolares e demais equipamentos como mesas, armários, arquivos, cadeiras, máquinas de escrever e de calcular, duplicadores, laboratórios, equipamentos para salas especiais e outros, totalizando dispêndios de Cr$ 766,8 milhões, além de material escolar no valor de Cr$ 356,5 milhões, conforme indicado a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE APOIO À REDE ESTADUAL DE ENSINO

Especificação	Unidade	1979	1980	1981
— Carteiras escolares	unidades	48.768	34.814	134.686
— Equipamentos e materiais permanentes diversos	unidades	2.379	8.643	7.918
— Cadernos e apostilas	milhares	2.310	1.030	3.320
— Outros materiais escolares	milhares	1.743	2.007	4.599
— Valor das aquisições	Cr$ mil	124.805	187.127	811.344

FONTE: FUNDEPAR/SEED

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Na área de elaboração e difusão de publicações, além do fornecimento de livros, conforme já mencionado no início do relatório setorial, a FUNDEPAR procedeu à elaboração e distribuição de 4.000 coletâneas de Legislação Estadual de Ensino — 1976/79 às Universidades, Faculdades, Inspetorias e Bibliotecas Municipais; de 5.800 livros literários, e de 10.000 exemplares do "Manual de Manutenção de Prédios Escolares" a todas as escolas da rede estadual de ensino. Efetuou também a distribuição de 1.048 caixas de amostras de minérios paranaenses — fornecidas pela MINEROPAR — às Inspetorias Regionais de Ensino, para distribuição às escolas pertencentes às respectivas jurisdições.

CONTRIBUIÇÕES COMUNITÁRIAS

Em 1981, foram arrecadados, a este título, Cr$ 112,6 milhões, repassados a 967 estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º graus, com vistas a propiciar aos mesmos recursos de aplicação flexível para melhoria de seus meios materiais, bem como para a promoção de medidas que ampliem sua condição de unidade de atendimento social.

15. INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR

Das 49 Instituições de Ensino Superior — IES existentes no Paraná, 13 são mantidas pelo Governo do Estado, 2 pertencem à rede federal, 14 são municipais e 20 constituem estabelecimentos particulares.

A rede estadual é composta de três Universidades — sediadas em Londrina, Ponta Grossa e Maringá — e de dez Faculdades Isoladas, localizadas em Apucarana, Cornélio Procópio, Curitiba, Guarapuava, Paranaguá, União da Vitória e Jacarezinho, esta última cidade, com 3 estabelecimentos.

Para atender às necessidades de ensino, pesquisa e extensão, de tais unidades, o Tesouro Estadual destinou-lhes, em 1981, um montante de Cr$ 3,3 bilhões, isto é, 200% a mais do que as aplicações efetuadas em 1980.

Em sua somatória simples, o número de cursos ofertados totalizou, em 1981, 117, propiciando 24.724 matrículas, sendo 8.847 em início de cursos e como resultado dos exames vestibulares — aos quais acorreram 40.594 candidatos. Nos cursos de graduação, registraram-se 3.842 concluintes, e, nos de pós-graduação, um total de 690, em 29 cursos.

CURSOS DE GRADUAÇÃO

O demonstrativo a seguir sintetiza, através de grandes números, os principais resultados da ação das Instituições de Ensino Superior da rede estadual.

CURSOS DE GRADUAÇÃO E MATRÍCULA INICIAL

Instituições	1979		1980		1981	
	Cursos	Alunos	Cursos	Alunos	Cursos	Alunos
— Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana	3	1.069	3	1.299	3	1.372
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio	6	1.032	8	1.018	8	1.158
— Escola de Múcisa e Belas-Artes do Paraná	6	319	6	323	6	267
— Faculdade de Educação Musical do Paraná	1	451	1	409	1	459
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava	6	537	8	675	8	931
— Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (de Jacarezinho)	1	281	1	291	1	309
— Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho	1	318	1	353	1	263
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho	4	580	4	708	4	1.012
— Universidade Estadual de Londrina	33	7.210	30	7.854	28	8.785
— Universidade Estadual de Maringá	23	4.311	22	5.259	23	5.139
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá	4	530	5	755	7	1.030
— Universidade Estadual de Ponta Grossa	21	3.517	22	3.001	22	3.485
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória	5	430	5	417	5	514
TOTAIS	114	20.585	116	22.362	117	24.724

FONTE: DAU/SEED

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A capacitação, em alto nível, dos docentes das Instituições de Ensino Superior e das pessoas já graduadas, vem merecendo especial atenção, com vistas a acompanhar a evolução de conceitos, técnicas e conhecimentos gerais nas várias áreas, elevando os níveis de qualidade do ensino ofertado pelas IES e, dos profissionais em geral, nos respectivos setores de atividades.

SINOPSE DOS RESULTADOS DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO PROPICIADOS PELAS IES/PR

Instituição Executora	1979		1980		1981	
	Cursos	Concluintes	Cursos	Concluintes	Cursos	Concluintes
— Universidade Estadual de de Londrina — FUEL	8	229	10	290	16	403
— Universidade Estadual de Maringá — FUEM	5	101	4	82	8	170
— Universidade Estadual de Ponta Grossa — FUEPG	4	99	—	—	—	—
— Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana	1	69	1	5	2	35
— Faculdade de F.C. e Letras de Guarapuava — FAFIG	—	—	—	—	3	82
TOTAIS	18	498	15	377	29	690

FONTE: DAU/SEED

15.1. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA — FUEL

A FUEL ofertou, no ano, 9.188 vagas, em seus 49 cursos de graduação, pós-graduação e de mestrado, além de 69 cursos de extensão, com 5.302 participantes. No vestibular de 1981, acorreram 19.034 candidatos, dos quais 3.001 aprovados foram matriculados em seus diversos cursos.

Concluiu 14 pesquisas em diversas áreas, enquanto outras 68 estavam em andamento, no final do ano.

Entre outras atividades no campo da extensão, merece destaque o número de atendimentos realizados pelo Hospital Universitário, conforme indicado a seguir:

ATIVIDADES NO HOSPITAL UNIVERSITARIO

Especificação	1979	1980	1981
Atendimentos no Ambulatório	37.410	47.440	56.979
Atendimentos no Pronto-Socorro	34.523	41.686	44.612
Internamentos	6.757	7.010	7.435
Pequenas cirurgias	—	2.054	1.838
Médias e grandes cirurgias	3.959	1.981	2.240
Exames de laboratório	215.287	228.595	287.590
Exames radiológicos	29.419	22.713	22.868
Eletrocardiogramas	2.172	2.971	3.116
Eletroencefalogramas	792	1.021	1.270
Partos	1.597	1.695	1.715
Atendimentos odontológicos	23.445	24.094	29.277

FONTE: FUEL/SEED

O Hospital Veterinário, integrante do complexo da FUEL, efetuou, em 1981, 3.965 atendimentos, contra 2.864 e 1.817, respectivamente, em 1980 e 1979.

Dentre os programas de extensão, merecem relevo os do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária — CRUTAC, pelo qual foram realizadas 1.112 consultas médicas, 730 atendimentos odontológicos e aplicadas 3.445 doses de vacinas; o Programa Comunitário de Atenção à Saúde Familiar — PROCRAF, com 5.344 consultas médicas e 10.688 doses de vacinas aplicadas; a Unidade Móvel de Assistência Médico-Odontológica, que efetuou 802 consultas médicas, 347 odontológicas e aplicou 2.479 doses de vacinas.

Foram efetuados 4.028 atendimentos no Ambulatório e 2.651 mediante convênios, pela Diretoria de Bem-Estar da Comunidade Universitária; realizados 48.983 exames psicotécnicos e, no Programa de Núcleos de Desenvolvimento Empresarial, 5 cursos e seminários, com 186 participantes. Também com caráter de extensão, a FUEL ofertou 1.328 estágios curriculares, 298 bolsas de estudo e 135 bolsas-trabalho.

Na expansão e complementação das suas instalações, foram concluídas 7 obras, quais sejam:

* Biblioteca Central, com 3.923m2 e custo de Cr$ 39,8 milhões;
* Bloco B do Hospital Veterinário, com 876m2 e custo de Cr$ 10,5 milhões;
* Central Telefônica, Telados e Maqueteria, com 334m2 e custo de Cr$ 3,8 milhões;
* Clínica Odontológica III, com 364m2 e custos de Cr$ 4,6 milhões;

* Laboratório de Microscopia — CCB, com 631m2 e custo de Cr$ 5,8 milhões.

15.2. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ — FUEM

A oferta de ensino compreendeu, em 1981, 5.309 matrículas, nos 31 cursos de graduação e pós-graduação, além da realização de 23 cursos de extensão, com 1.312 participantes. Em seu vestibular de 1981, acorreram 9.484 candidatos às 2.160 vagas ofertadas, das quais 1.722 foram preenchidas.

A FUEM concluiu, no exercício, 18 pesquisas em áreas diversas e, ao encerrar-se o ano, outras 55 achavam-se em andamento. Entre outras atividades de extensão, promoveu semanas, ciclos, encontros e simpósios, num total de 14 eventos, com 5.355 participantes. Pelo Núcleo de Psicologia Aplicada, foram realizados 44.614 exames psicotécnicos e treinamento para 375 empresários. Os cursos de Artes Musicais, Artes Plásticas e Artes Cênicas tiveram a presença de 259 participantes.

Em assistência universitária, foram efetuados 2.763 encaminhamentos a serviços de saúde, 148 atendimentos com alojamento, 213 atendimentos pelo Banco de Empregos, além da concessão de 682 bolsas de abatimento nas anuidades de alunos carentes. Neste mesmo programa, 685 acadêmicos participaram de operações especiais, seminários, viagens de estudos e do Projeto Rondon.

Pelo Laboratório-Piloto de Farmácia e Bioquímica, cujo funcionamento iniciou-se em 1981, foram atendidas com exames 6.843 pessoas e entidades.

Na parte de expansão das instalações foram concluídas, em 1981, obras no "Campus" definitivo — iniciadas em 1980 — com 7.776m2, bem como iniciadas obras com 2.901m2, totalizando aplicações no montante de Cr$ 94,3 milhões.

No "Campus" atual, foram concluídas obras no total de 2.900m2, com aplicações de Cr$ 10,4 milhões no exercício. Foram ainda executadas obras na Fazenda Experimental e concluído o poço artesiano, com 380 metros de profundidade.

15.3. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA — FUEPG

Em 1981, foi de 3.485 o número de matrículas nos 22 cursos de graduação mantidos pela FUEPG. Ao seu vestibular de 1981, acorreram 6.295 candidatos para as 1.055 vagas ofertadas, das quais 1.015 foram preenchidas.

Na área de pesquisa, foram concluídos 37 trabalhos, elevando para 66 o total executado no triênio.

Entre os programas de extensão desenvolvidos pela FUEPG, incluem-se a assistência a 172 empresas, pelo Centro de Desenvolvimento Empresarial;

o encaminhamento de 9.401 pessoas, pelo Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária — CRUTAC, que realizou também 2.877 exames de análises clínicas, 1.766 atendimentos farmacêuticos (com a distribuição de 19.588 unidades de medicamentos), 843 atendimentos odontológicos, 811 aplicações tópicas de flúor e 3.080 atendimentos médicos. A Unidade Volante de Serviço Social — UNIVOS, por sua vez, realizou 35 cursos, com a participação de 565 alunos.

Também ligado às atividades de extensão da Universidade, o Centro de Criatividade realizou mostras de pintura e de escultura, "shows", apresentações musicais, seminários de música popular brasileira e o Festival Nacional de Teatro Amador. Essas promoções envolveram a participação de 252 alunos e, em seu total, atraíram 11.700 espectadores.

Na expansão de suas instalações físicas, foram executados 34.000m2 de terraplenagem para a área de desportos e recreação do "Campus" Universitário, construída a Fábrica de Artefatos de Concreto, com 216m2, e o Escritório Técnico de Engenharia — onde funcionará a Prefeitura do "Campus" — com área de 250m2.

15.4. ESTABELECIMENTOS ISOLADOS DE ENSINO SUPERIOR

Esta designação estende-se às demais unidades da rede estadual de estabelecimentos de ensino superior, em número de 10, e acerca das quais uma série de resultados já foi apresentada no início da abordagem relativa ao ensino de 3.º grau.

Em termos de oferta e preenchimento de novas vagas em 1981, o panorama geral acha-se expresso no demonstrativo a seguir:

MOVIMENTO GERAL DO VESTIBULAR NAS FACULDADES ESTADUAIS — 1981

Faculdade	Vagas Oferatdas	Candidatos Inscritos	Matrículas Efetivas
— Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana	600	541	469
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio	770	1.065	505
— Faculdade de Educação Musical do Paraná — Curitiba	216	414	206
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava	800	698	551
— Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro — Jacarezinho	70	532	70

Faculdade	Vagas Ofertadas	Candidatos Inscritos	Matrículas Efetivas
— Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho	100	181	100
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho	430	493	385
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá	500	1.405	495
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória	306	262	254
— Escola de Música e Belas-Artes do Paraná — Curitiba	120	190	74

FONTE: DAU/SEED

Dentre as atividades de extensão desenvolvidas em 1981, pelas Faculdades Isoladas, merecem destaque:

* Cursos de extensão nas áreas de parapsicologia, finanças públicas, elaboração de projetos, metodologia científica e direito criminal, para 1.088 pessoas;
* A capacitação de pessoal para o Programa Themis, pela Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro;
* A execução de pesquisas nos campos de fermentação e de tuberculose, na FAFI de Jacarezinho.

Quanto à complementação das instalações físicas, foram executadas obras em 5 Faculdades, quais sejam:

* Construção de 10 novas salas de aula, no total de 789m2, na FICEA de Apucarana;
* Ampliação do setor de salas de aula da FAFI de Cornélio Procópio, no total de 260m2;
* Edificação de pavilhão de salas de aula na FAFI de Guarapuava, no total de 1.334m2, propiciando 18 novas salas;
* Edificação de 6 novas salas de aula na Faculdade de Educação Física de Jacarezinho, num total de 372m2;
* Construção de cerca protetora em área de 48.000m2 e de cobertura para salas de aula da FAFI de Jacarezinho.

16. SINOPSE DOS RECURSOS EMPREGADOS

Na execução da programação detalhada, a SEED e suas vinculadas mobilizaram os seguintes recursos:

16.1. **RECURSOS HUMANOS**

Especificação	1979 Estat.	1979 CLT	1980 Estat.	1980 CLT	1981 Estat.	1981 CLT
Administração direta	42.786	1.664	47.890	4.836	47.178	5.946
Administração indireta	1.064	4.818	923	4.868	982	5.518
TOTAIS	43.850	6.482	48.813	9.704	48.160	11.464

16.2. **VEICULOS**

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	111	112	118
Operacionais	249	250	262
Máquinas e tratores	33	35	45
TOTAIS	393	397	425

16.3. **RECURSOS FINANCEIROS**

a) FONTES

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro estadual	4.751.203	9.319.619	18.902.679
Convênios	138.707	355.472	308.573
Arrecadação própria	687.894	499.690	1.904.566
Operações de crédito	85.500	485.157	1.079.897
Outras	55.357	119.961	95.114
TOTAIS	5.718.661	10.779.899	22.290.829

b) USOS

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e encargos	4.406.134	7.925.037	16.526.830
Custeios diversos	428.586	840.579	1.515.148
Encargos e amortizações	161.100	134.749	353.800
Investimentos e inversões	640.193	1.791.281	3.356.409
TOTAIS	5.636.013	10.691.646	21.752.187

SAÚDE E BEM-ESTAR

1. INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social — SESB, integrada à orientação predominantemente social do Plano de Governo em execução, vem desenvolvendo suas atividades de modo orientado para a melhoria e ampliação dos serviços de saúde e assistência social, em todas as localidades do Estado, bem como para a promoção da sua oferta no meio rural.

Com vistas a viabilizar a materialização deste propósito — tão abrangente quanto essencial — foram estabelecidas e observadas, ao longo de todo o período, as seguintes políticas de atuação:

— Fortalecimento dos Distritos Sanitários como base para a interiorização e ampliação da funcionalidade das ações de saúde;
— Ampliação e sistematização das aplicações no desenvolvimento, valorização e reciclagem de recursos humanos, inclusive pela sua importância na agilitação das estruturas de atendimento;
— Ampliação das iniciativas e da magnitude das ações de apoio técnico e financeiro às entidades comunitárias de atendimento a carentes;
— Geração de caminhos alternativos para a mais ampla participação das comunidades no tratamento e solução dos problemas de saúde e bem-estar;
— Integração dos meios e ações das instituições dos três níveis de governo com os das entidades mantidas pela comunidade organizada;
— Ampliação do atendimento nas áreas do menor, da assistência materno-infantil e da imunização preventiva;
— Multiplicação da oferta de serviço às pequenas localidades, inclusive pela pragmática criação e implementação de novas formas de atendimento.

As diretrizes de contínuo reequipamento e modernização do instrumental à disposição das unidades do Sistema Estadual de Saúde e Assistência, de busca de uma plena integração das ações de tais unidades, de combate a quaisquer formas de paralelismo ou duplicidade e de regionalização das estruturas de coordenação e fiscalização das ações de saúde e assistência, constituíram-se também em grandes balizamentos para uma maior cobertura e mais efetivo atendimento à população paranaense, nas áreas de saúde e assistência social.

2. COORDENAÇÃO GERAL DAS AÇÕES DE SAÚDE

Com vistas à elevação dos níveis gerais de saúde da população, a SESB concedeu especial atenção, em 1981, à educação sobre a importância e a

necessidade de ações preventivas em geral, como vacinação regular, saneamento, hábitos de higiene e outras medidas para o controle de doenças. Nesse sentido, foram promovidas, através da imprensa, das emissoras de rádio e televisão, diversas campanhas de conscientização, destacando-se as de vacinação contra a paralisia infantil, sarampo, difteria, tétano e coqueluche, as quais obtiveram a receptividade esperada junto à população, como o comprova a redução da incidência de poliomielite em 1981, ano em que apenas um caso foi registrado no Paraná.

Foram realizadas, ainda, campanhas contra o uso de drogas, o abuso do álcool e o hábito de fumar. Esta última já iniciada no exercício anterior, teve sua divulgação intensificada, em 1981, por intermédio das seguintes atividades:

* 9 palestras a educadores de 2.º grau e profissionais de várias áreas de atividade;
* Seminário "Fumo e Saúde", realizado em agosto, em Curitiba, com a participação de personalidades de renome ligadas à medicina e à área de esportes;
* 3 "tapes" e 10 fitas preparados para divulgação junto às emissoras de rádio e televisão;
* 11 publicações em edições dominicais de jornais e 10 entrevistas em rádio e televisão;
* Distribuição de 234.000 materiais de propaganda contra a prática tabagista, compreendendo cartazes, adesivos, "displays" de mesa e outros.

PROGRAMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Nas áreas de programação e organização, além do assessoramento técnico prestado aos órgãos vinculados nas áreas de orçamento, programação financeira, elaboração de projetos e organização e métodos, foram elaborados 26 estudos e projetos, destacando-se:

* Organização do Departamento de Saneamento e Vigilância Sanitária da FSCMR;
* Sistema operacional por projetos do IAM e FSCMR;
* Estrutura organizacional do GAS, Serviço de Protocolo, Centro de Saúde da Capital e da Assessoria de Planejameto e Controle;
* Normas técnicas e procedimentos técnicos para Auxiliar de Estatística ao Nível Regional;
* Análise das vantagens e desvantagens da estrutura informal da FSCMR, IAM e PROMOPAR;
* Normas do Subsistema de Supervisão Integrado.

Com o propósito de enriquecer o sistema de informações técnicas relativas à sua área de atuação e de colocar à disposição dos usuários um registro mais completo de dados, o GPS/SESB desenvolveu as seguintes atividades em 1981:

* Planilhamento de 52.952 declarações de óbito para fins de processamento de dados;
* Cadastramento de 1.905 Unidades de Saúde;
* Processamento de 1.802 registros de doenças transmissíveis;
* Edição de 6.000 exemplares de boletins informativos.

NORMATIZAÇÃO E SUPERVISÃO DE PROGRAMAS

No decorrer do exercício, foi promovida a normatização e a supervisão dos projetos/atividades constantes dos programas das áreas de epidemiologia e controle de doenças, de saneamento do meio, de atenção médica, de orientação à comunidade e de bem-estar social — cuja execução foi atribuída às estruturas executivas do IAM, PROMOPAR e FSCMR — com vistas a viabilizar as ações referentes a:

* Combate à tuberculose, hanseniese, prevenção do câncer, prevenção e tratamento de doenças infecciosas agudas e vigilância epidemiológica;
* Ações de saúde mental;
* Saneamento básico, controle dos alimentos, artrópodes e roedores;
* Imunização preventiva e serviços de laboratórios de saúde pública;
* Saúde materno-infantil, nutrição, educação em saúde, saúde escolar e odontológica sanitária;
* Capacitação de recursos humanos para as atividades típicas de saúde e bem-estar social;
* Organização e registro de entidades sociais, treinamento de voluntários e serviço social.

FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

A SESB atuou, também, com vistas a garantir o cumprimento da legislação federal e estadual relativa ao exercício de atividades profissionais de saúde e ao funcionamento das organizações hospitalares, através de constante trabalho de supervisão e controle, como evidenciado a seguir:

CONTROLE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

Especificação	1979	1980	1981
— Registros de títulos de profissionais de saúde	1.015	965	447
— Licenças para funcionamento de estabelecimentos de saúde	5.210	4.837	4.569
— Conferências e vistos em guias e receitas de psicotrópicos	10.637	11.041	12.780
— Certidões de registros expedidas	203	154	132
— Visitas a farmácias, postos de medicamentos e laboratórios industriais	3.882	735	1.768

Especificação	1979	1980	1981
— Novos hospitais registrados no cadastro	30	27	19
— Novos leitos registrados no cadastro	1.389	2.805	1.089
— Baixas de leitos no cadastro	1.040	1.531	77
— Baixas de hospitais no cadastro	26	71	4
— Número de hospitais existentes no Paraná	675	631	646
— Número de leitos existentes nos hospitais do Paraná	33.276	34.550	35.562

FONTE: GPS/SESB

DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Além dos treinamentos realizados por intermédio de convênios com a FIDEPAR, a SESB promoveu intensiva capacitação de recursos humanos com a participação da SUDESUL, Universidade Federal do Paraná, Ministério da Saúde e Fundação Oswaldo Cruz, visando assegurar adequado e efetivo desenvolvimento das atividades de saúde e de bem-estar social, em termos técnicos e de relacionamento com a população. No ano de 1981, foram capacitadas 1.816 pessoas para direção, assessoramento e execução destas atividades, através de cursos sediados nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranavaí, Pato Branco, Paranaguá, Ponta Grossa, Umuarama e União da Vitória.

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

Nível dos Treinandos	1979	1980	1981
Formação Superior	76	90	726
Formação de nível médio	300	79	500
Formação de nível elementar	1.864	131	590
TOTAIS	2.240	300	1.816

FONTE: GPS/SESB

3. INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR — IAM

Nos trabalhos desenvolvidos com vistas à promoção social do menor, a SESB, por intermédio de 19 unidades sociais mantidas pelo Instituto de Assistência ao Menor — IAM, proporcionou ensino de 1.º e 2.º graus, cursos profissionalizantes e de iniciação ao trabalho, cursos de alfabetização, supletivo e de educação para surdos-mudos, e prestou assistência geral a 5.891 menores em todo o Estado.

Visando ampliar o atendimento e a assistência geral ao menor, o IAM — com o apoio técnico e financeiro da FUNABEM e LBA — firmou convênio com diversas entidades sociais particulares, estendendo esses serviços a mais 42.578 menores, através de 328 entidades sociais, distribuídas por 106 municípios do Estado.

O demonstrativo a seguir apresenta a evolução dos contingentes de menores assistidos ao longo do triênio — crescimento superior a 50% — em sua distribuição pelas entidades sociais oficiais e particulares conveniadas.

ATENDIMENTO A MENORES CARENTES

Tipo de Instituição	1979 N.º de Unidades	1979 Menores Atendidos	1980 N.º de Unidades	1980 Menores Atendidos	1981 N.º de Unidades	1981 Menores Atendidos
Unidades sociais Oficiais	16	4.397	18	5.917	19	5.891
Entidades sociais convenentes	233	27.016	323	31.892	328	42.578
TOTAIS	249	31.413	341	37.819	347	48.469

FONTE: IAM/SESB

Para o aprimoramento das atividades desenvolvidas na área de promoção social do menor e observada a política de apoio à participação das entidades comunitárias, foram promovidas diversas iniciativas de capacitação de recursos humanos, nas quais foram treinadas 1.827 pessoas, entre servidores do IAM e das entidades sociais que mantém convênio com o Instituto.

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Origem dos Treinandos	1979	1980	1981
Funcionários do IAM	363	1.135	1.325
Funcionários das entidades sociais convenentes	112	447	502
TOTAIS	475	1.582	1.827

FONTE: IAM/SESB

Visando à melhoria e ampliação da infra-estrutura dos serviços de prevenção à marginalização social do menor, foi concedido apoio financeiro, na forma de subvenção social, a 40 entidades sociais particulares, de 36 municípios. Com igual propósito, foram executados reparos e melhorias físicas, internas e externas, nas várias unidades sociais oficiais do IAM, conforme indicado a seguir:

ADEQUAÇÃO FÍSICA DE UNIDADES SOCIAIS OFICIAIS

Municípios Beneficiados	Quantidades de Unidades Melhoradas 1979	1980	1981
Curitiba	8	10	12
Guaratuba	1	1	1
Piraquara	1	1	1
Arapoti	1	1	1
Castro	1	1	—
Piraí do Sul	1	1	1
Tibagi	1	1	1
Mallet	1	—	—
TOTAIS	15	16	17

FONTE: IAM/SESB

Conforme dedutível da própria tabela, quase todas as unidades sociais oficiais receberam melhoramentos em cada exercício, com o propósito de oferecer instalações permanentemente adequadas para o atendimento ao menor.

Foram também estabelecidas ações com vistas à consolidação do Centro de Reabilitação Adeodato Volpi, implantado em Curitiba em 1980, com capacidade para atendimento de até 60 menores excepcionais; do Educandário Curitiba (atendimento de grupos de irmãos de 0 a 14 anos) e dos Escritórios Regionais de Cascavel, Curitiba, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Pato Branco, Ponta Grossa e Umuarama, também implantados em 1980.

Mantiveram-se em atividade os Centros de Estudo do Menor e Integração da Comunidade — CEMICs implantados em 1979, com vistas à expansão quantitativa e qualitativa das ações de promoção social do menor.

Também com o propósito de interiorização das ações de estudo, triagem, encaminhamento, indicação de tratamento e reeducação de menores, procedeu-se à readaptação física do prédio de Londrina, para a implantação de um Centro de Estudo, Diagnóstico e Indicação de Tratamento — CEDIT, similar ao existente em Curitiba, e implantou-se a Unidade de Reeducação de Menores em Maringá. Ainda através da ação do IAM, foi criado o Centro Educacional Feminino, em Curitiba, destinado à reeducação de meninas com desvio de conduta, propiciando inicialmente 12 vagas.

No cumprimento da sua programação, o IAM promoveu a prestação de atendimentos de saúde e de cunho social aos menores assistidos e seus familiares, conforme indicado a seguir:

ATENDIMENTO DE SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL PELO IAM

Especificação	1979	1980	1981
Atendimentos médicos	36.241	55.054	63.484
Exames complementares	10.073	14.245	16.305
Atendimentos odontológicos	10.026	14.977	15.017
Atendimentos sociais	3.286	6.820	4.860
Colocações profissionais	763	801	724

FONTE: IAM/SESB

4. FUNDAÇÃO DE SAÚDE CAETANO MUNHOZ DA ROCHA — FSCMR

A fim de aperfeiçoar e adequar os recursos-meios disponíveis, de forma a propiciar maior funcionalidade e operacionalidade no desenvolvimento das ações a cargo da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, foi consolidada, em 1981, a Sistemática de Cargos e Salários da Fundação instituindo a carreira de Saúde Pública, com as categorias de: Sanitarista, Educador em Saúde e Agente de Saúde. Segundo essa nova sistemática, já neste mesmo exercício foram reorganizados e ampliados os quadros funcionais das equipes nos níveis central, regional (distritos sanitários) e local (unidades sanitárias), com a admissão de 1.871 servidores, a maioria dos quais funcionários das Prefeituras Municipais que já vinham prestando serviços nas unidades sanitárias.

O outro evento de importância significativa foi a absorção do ex-Fundo de Saúde anteriormente vinculado à SESB, pela Fundação, promovendo-se o adequado enquadramento dos 1.273 servidores vinculados ao Fundo.

Ainda com relação a recursos humanos, foram realizados, em 1981, diversos cursos de capacitação e aperfeiçoamento, tendo sido treinados 32 funcionários em Nutrição e Dietética, 716 em Enfermagem, 16 em Serviço Social Médico, 34 em Análise de Contas Nosocomiais e 15 em Arquivo Médico.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Em novo prédio, com 1.400m2, em Curitiba, foi equipada a área administrativa, de modo a propiciar adequada armazenagem de toda a gama de materiais exigidos pela Fundação, entre os quais se destacam: medicamentos, material cirúrgico, alimentos, rouparia, material de limpeza e de desinfecção. Paralelamente, procedeu-se à padronização e codificação dos materiais, bem como estabeleceu-se uma sistemática de rotação e controle automatizado do estoque.

Com a preocupação básica de identificar e racionalizar o uso dos bens pertencentes à Fundação, implantou-se também um sistema de identificação, cadastro e controle dos bens. De acordo com as normas e procedimen-

tos fixados, foram incluídos no sistema os bens móveis do prédio da administração central da Fundação e dos seguintes hospitais: Sanatório Médico-Cirúrgico do Portão, Hospital Oswaldo Cruz, Pronto-Socorro Psiquiátrico, Hospital Victor Ferreira do Amaral, Hospital-Colônia Adauto Botelho (Piraquara), Hospital-Colônia São Roque (Piraquara), Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araujo (Lapa), Hospital Nossa Senhora dos Navegantes (Matinhos) e Hospital de Crianças César Perneta.

Foram cadastrados, ainda, bens da extinta Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural — FATR nas cidades de Santa Izabel do Oeste, Bocaiúva do Sul, Almirante Tamandaré, Paranaguá e Mandirituba.

Ainda, na área patrimonial, no decorrer de 1981, dentre outros, registraram-se os seguintes eventos de maior significação:

* Incorporação de 20 Distritos Sanitários e dos Laboratórios Químico-Farmacêutico e de Pesquisas Biológicas;
* A aquisição dos equipamentos para o Laboratório de Produção de Alimentos — em construção na Cidade Industrial de Curitiba — destinado ao processamento de produtos de soja destinados à suplementação alimentar;
* O estudo para implantação de almoxarifados regionais em Londrina, Maringá e Cascavel;
* A complementação, e em alguns casos a substituição, de equipamentos de 310 unidades descentralizadas do Sistema Estadual de Saúde.

SANEAMENTO BASICO E EDUCAÇÃO SANITARIA

Com o propósito de reduzir os índices de morbi-mortalidade decorrentes de doenças controláveis por saneamento, foi desenvolvida, em toda a área estadual, intensa ação de orientação à população sobre a construção e melhoria de fontes de água, construção de fossas higiênicas, procedimentos para a adequada destinação do lixo. Agiu-se de igual modo no controle da higiene na fabricação de alimentos pelas indústrias, no seu transporte e ao nível de distribuição ao consumidor; no controle da iodetação do sal destinado ao consumo humano — ao nível de refinaria e comércio — e sobre os locais de recreação, especialmente de piscinas e praias. Para isso, foram efetuadas 465.330 visitas a domicílios e a estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, e executadas 4.225 obras em escolas e domicílios, compreendendo a construção de módulos de instalações sanitárias, de fossas de lixo e obras de proteção a fontes de água.

Com o mesmo propósito, destacam-se, ainda: a elaboração de publicação especial, destinada às prefeituras, contendo orientações técnicas sobre o destino final do lixo; e a implantação do Centro de Informação Toxicológica, em Curitiba, com a finalidade de assessorar, indicar e orientar quanto ao uso, composição e restrições de produtos de origem animal, vegetal e mineral, bem como sobre o tratamento das intoxicações por eles causadas.

VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA

Com vistas ao balizamento e à aplicação de medidas de controle, a FSCMR deu continuidade aos trabalhos de dinamização do sistema de coleta e processamento de notificações de doenças transmissíveis, inclusive em colaboração com outras instituições do setor de saúde, bem como procedeu à investigação dos casos notificados, para o devido conhecimento da freqüência e da distribuição dessas doenças no Estado. O resultado desse trabalho foi a melhora registrada na qualidade e quantidade das informações — para o que contribuíram as ações de treinamento e reciclagem do pessoal atuante na área de epidemiologia (aos níveis central e regional) — bem como a orientação oferecida aos funcionários das unidades sanitárias e de outros serviços de saúde, em todo o Estado.

O demonstrativo a seguir evidencia os principais resultados obtidos em 1981 e sua expansão sobre os níveis dos dois anos precedentes.

AÇÕES DE VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA

Especificação	1979	1980	1981
— Boletins de notificação semanal e mensal recebidos, tabulados e analisados	19.521	23.576	23.613
— Investigações epidemiológicas de doenças transmissíveis orientadas	704	2.000	2.845
— Informes epidemiológicos elaborados e distribuídos para divulgação	47	271	248

FONTE: FSCMR/SESB

VACINAÇÃO

Para reduzir os índices de morbidade e de mortalidade por doenças transmissíveis, a SESB concentrou esforços especiais nas ações de controle de surtos epidêmicos, através de amplo programa de vacinação, especialmente contra a poliomielite, cuja incidência, em 1981, resumiu-se ao registro de apenas um caso.

A população vacinada durante o ano chegou a 3.241.253 pessoas, e o número de doses aplicadas foi de 6.650.511 doses, conforme indicado nos demonstrativos a seguir:

VACINAÇÃO PREVENTIVA DA POPULAÇÃO

Tipo de Vacina Aplicada	Pessoas Vacinadas		
	1979	1980	1981
Sabin: contra poliomielite	169.630	1.580.129	1.388.411
Contra sarampo	256.614	590.915	381.644
BCG intradérmico	442.938	347.590	410.836
Tríplice: difteria, tétano e coqueluche	273.732	382.679	572.408
Dupla: difteria e tétano	226.796	180.664	424.792
Antitetânica	140.767	29.713	38.373
Outras modalidades	257.474	22.260	24.789
TOTAIS	1.767.951	3.133.950	3.241.253

FONTE: FSCMR/SESB

DOSES DE VACINA APLICADAS

Tipo de Vacina	1979	1980	1981
Sabin: contra poliomielite			
— em campanhas	—	5.765.734	2.732.894
— em rotina	542.818	1.003.197	626.938
Contra sarampo	256.614	678.294	381.644
BCG intradérmico	442.938	363.380	410.836
Tríplice: difteria, tétano e coqueluche	547.464	913.980	1.124.955
Dupla: difteria e tétano	326.935	564.041	1.075.901
Antitetânica	140.767	244.694	272.554
Contra varíola	233.550	13.120	11.146
Outras	33.785	9.140	13.643
TOTAIS	2.524.871	9.555.580	6.650.511

FONTE: FSCMR/SESB

PROFILAXIA DA RAIVA

As atividades de controle da raiva humana e de sua profilaxia foram desenvolvidas em todo o Estado, apresentando os seguintes resultados em 1981:

* 5.211 atendimentos e orientações a pessoas expostas ao risco de contrair raiva;
* 2.605 tratamentos anti-rábicos humanos;
* 40 investigações epidemiológicas de focos de raiva animal;
* 861 exames laboratorais de material colhido de animais suspeitos de portar a raiva.

CONTROLE DA TUBERCULOSE

O controle da tuberculose foi exercido através de ações ambulatoriais de diagnóstico e tratamento, da vacinação com BCG intradérmico e da assistência hospitalar a portadores da doença, nos níveis indicados a seguir:

AÇÕES DE DIAGNÓSTICO E CONTROLE DA TUBERCULOSE

Tipo de Ação	1979	1980	1981
Crianças vacinadas com BCG intradérmico	442.938	347.590	410.836
Exames abreugráficos *	479.673	135.607	98.848
Consultas médicas	33.628	21.698	28.736
Baciloscopias	11.579	25.283	28.574
Doentes descobertos e tratados	2.872	2.628	3.108
Doentes curados	1.377	1.657	2.491
Quimioprofilaxias nos reatores a teste	225	380	350

FONTE: FSCMR/SESB

* A redução do número de abreugrafias resulta da nova orientação técnica que prevê a sua realização apenas em grupos de alto risco.

CONTROLE DA HANSENÍASE

Com relação à hanseníase, processam-se as medidas de diagnóstico precoce, de controle de focos, de tratamento de portadores da doença e de prevenção de incapacidades físicas, tendo sido instalado um novo Centro de Prevenção de Incapacidades Físicas, em Ponta Grossa, com o qual — considerados os centros instalados em Londrina, Cascavel, São Jerônimo da Serra e Foz do Iguaçu — totalizam 5 as unidades deste tipo implantadas no triênio.

O demonstrativo abaixo indica a evolução das ações de controle da endemia, no decorrer do triênio.

AÇÕES DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA HANSENÍASE

Especificação	1979	1980	1981
— Descoberta de casos novos	1.154	1.222	1.245
— Vigilância e tratamento de doentes	14.646	15.694	15.185
— Reexames e vigilância de comunicantes	2.439	10.712	10.920
— Prevenção e recuperação de incapacidade física	197	161	288
— Doentes hospitalizados	652	1.327	453

FONTE: FSCMR/SESB

APOIO LABORATORIAL

Com a finalidade de apoiar e facilitar o diagnóstico e o tratamento de doenças transmissíveis e o controle de qualidade dos alimentos e da água, ampliou-se a infra-estrutura laboratorial, através da implantação dos laboratórios locais de Centenário do Sul, Cerro Azul, Florestópolis, Jataizinho, Lapa, Laranjeiras do Sul, São Mateus do Sul, Sertanópolis e Toledo, e da implementação dos setores de Virologia e Bromatologia no Laboratório de Pesquisas Biológicas João Xavier Viana (antigo Laboratório Geral do Estado), possibilitando a execução, no Estado, de exames anteriormente executados em instituições sediadas em São Paulo, Porto Alegre e Belém.

Além disso, efetuou-se, no decorrer de 1981, o equipamento complementar dos Laboratórios Regionais — instalados em 1980 — de Apucarana, Campo Mourão, Cianorte, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Jacarezinho, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Umuarama e União da Vitória.

Os números a seguir expressam o volume das análises laboratorais, clínicas e bromatológicas, realizadas em 1979, 1980 e 1981.

ANÁLISES LABORATORIAIS EXECUTADAS NAS UNIDADES DA FSCMR

Especificação	1979	1980	1981
Análises clínicas	266.015	316.956	349.357
Análises bromatológicas	8.437	2.301	8.692
TOTAIS	274.452	319.257	358.049

FONTE: FSCMR/SESB

PREVENÇÃO AO CANCER

Com vistas a beneficiar um número maior de pessoas com as medidas profiláticas do câncer ginecológico, foram instalados serviços desta natureza nos Centros de Saúde de Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Pato Branco, do mesmo modo que já ocorrera em 1980 nos Centros de Saúde de Londrina e Maringá. Os materiais colhidos nessas unidades e nas demais, já existentes anteriormente, resultaram na execução de 3.763 exames citológicos pelo Laboratório de Pesquisas Biológicas João Xavier Viana.

ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL E NUTRICIONAL

O atendimento a gestantes, nutrizes, crianças de 0 a 6 anos e a escolares foi prestado através de ações de assistência médico-odontológica, orientação ao planejamento familiar, educação para a saúde e nutrição e de suplementação alimentar.

A assistência odontológica desenvolveu-se através das Unidades Sanitárias, dos Gabinetes Dentários das Escolas e de Clínicas Odontológicas Volan-

tes — estas últimas com seu ponto de estacionamento fixado nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Cascavel — orientando suas ações, predominantemente, na prevenção da cárie dentária e na eliminação de focos de infecção.

O demonstrativo abaixo retrata os principais resultados das ações de controle da saúde no programa materno-infantil.

ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL — AÇÕES DE SAÚDE

Tipo de Ação	1979	1980	1981
— Consultas médicas a gestantes e puérperas	77.328	78.670	85.540
— Consultas médicas a pré-escolares e escolares	456.319	494.092	499.474
— Consultas odontológicas a gestantes e puérperas	9.251	7.143	6.985
— Consultas odontológicas a pré-escolares e escolares	106.370	106.701	106.902
— Assistência a partos domiciliares	—	9.429	7.110
— Assistência a partos hospitalares	—	49.017	60.656
— Controle de "curiosas"	—	—	885

FONTE: FSCMR/SESB

SAÚDE ESCOLAR

Visando à promoção e à preservação da saúde da população escolar, foram estabelecidas ações preventivas — com a participação da SEED, SEIN, SEPL e SEAG — em particular nas áreas de vacinação, atenção médica e odontológica, saneamento e nutrição. O demonstrativo a seguir evidencia a amplitude de tais ações em 1981 e sua evolução em relação a 1980.

ATENDIMENTO A ESCOLARES NA AREA DE SAÚDE

Tipo de Ação	Escolares Atendidos	
	1980	1981
Vacinação contra tuberculose	86.208	78.650
Vacinação contra difteria e tétano	55.596	98.439
Vacinação contra tétano	14.226	9.366
Consultas médicas a escolares	93.180	145.484
Tratamento anti-helmíntico	537.118	57.935
Consultas odontológicas	101.853	102.541
Aplicação tópica de flúor	526.714	850.145
Verificação de acuidade visual e auditiva	744.995	301.087
Primeiros socorros a escolares	—	90.443
Atendimentos em pediculose e escabiose	—	123.325

FONTE: FSCMR/SESB

Com o mesmo propósito de preservar a saúde do educando, e dando prosseguimento às atividades estabelecidas em 1980, a FSCMR promoveu um conjunto de ações destinadas ao enriquecimento da dieta alimentar e à difusão de hábitos de higiene, compreendendo a realização de palestras educativas para cerca de 25.700 alunos e seus familiares; a distribuição de 18.000 álbuns seriados, de 30.000 manuais de saúde escolar, de 40.000 apostilas para treinamento de multiplicadores e de 113.769 manuais de nutrição e folhetos sobre soja, higiene e saneamento.

Na área de saneamento, foram construídas também 1.576 fossas de lixo em escolas e domicílios, 1.128 instalações sanitárias em escolas rurais, bem como equipadas 561 escolas com fontes de água protegidas.

SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR

No sentido de contribuir para a redução das taxas de nati-mortalidade e mortalidade infantil decorrentes da subnutrição, a SESB, em convênio com o INAN, proporcionou suplementação alimentar a gestantes, nutrizes e a crianças com idade entre 6 meses e 6 anos, em 94 municípios paranaenses. Através desse convênio — complementado com aplicações específicas da FSCMR — foram distribuídas, em 1981, 6.178 toneladas de alimentos — compreendendo leite em pó, arroz, açúcar, fubá e farinha de mandioca — a um total de 152.533 pessoas, conforme indicado a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS PELO CONVÊNIO SESB/INAN/FSCMR

Especificação	1979	1980	1981
Alimentos distribuídos (t)	5.357	5.242	6.178
Beneficiários:			
— Gestantes	17.374	18.256	20.534
— Nutrizes	10.646	11.043	12.534
— Crianças	104.832	109.536	119.531
Municípios atendidos	94	93	94

FONTE: FSCMR/SESB

A FSCMR deu prosseguimento também ao programa iniciado com recursos próprios em setembro de 1980, por meio do qual distribuiu 131.000 kg de composto lácteo e de proteína texturizada de soja, como complementação das medidas de suplementação alimentar ao grupo materno-infantil.

Assim, em 1981 foram distribuídos 632.856 kg dos mencionados alimentos, estendendo a cobertura para mais 89 municípios e assim levando o atendimento a gestantes, nutrizes e crianças de 196 municípios.

DISTRIBUIÇÃO DE COMPOSTO LACTEO E PROTEÍNA TEXTURIZADA

Especificação	1980	1981
Quantidade distribuída (kg)	131.800	632.856
Beneficiários:		
— Gestantes	1.181	9.605
— Nutrizes	1.191	8.971
— Crianças	4.262	31.080
Municípios atendidos	107	196

FONTE: FSCMR/SESB

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Através da distribuição de medicamentos básicos, produzidos em seu próprio laboratório químico-farmacêutico, e de drogas recebidas da Central de Medicamentos — CEME, a SESB prestou assistência farmacêutica às faixas populacionais de menor poder aquisitivo do Estado.

Durante o ano de 1981, o Laboratório Químico-Farmacêutico Dr. Júlio Petrich da Costa produziu 36.234.440 unidades e 149.186 litros de medicamentos diversos, conforme especificado a seguir:

PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS

Tipo	Unidade	1979	1980	1981
Comprimidos	milhares	15.325	16.357	20.055
Líquidos	litros	163.882	142.172	149.185
Cápsulas	milhares	2.905	2.440	16.108
Ampolas	unidades	85.700	12.900	71.200
Pomadas	quilos	1.769	2.334	—
Pós	quilos	2.908	680	—

FONTE: FSCMR/SESB

A distribuição de drogas farmacêuticas, inclusive das recebidas da CEME, foi efetuada diretamente à clientela demandante dos serviços de saúde, através do atendimento a 1.234.916 receitas médicas expedidas no ano, correspondendo a 37.104.911 unidades de medicamentos, distribuídos conforme discriminado a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Apresentação Unitária	1979	1980	1981
Ampolas	311.975	321.310	845.035
Bisnagas	47.936	66.194	156.956
Cápsulas	1.613.723	2.874.380	4.298.350
Comprimidos	9.994.793	13.153.539	22.319.750
Drágeas	2.962.269	2.871.200	5.557.870
Envelopes (pós)	42.992	—	18.100
Estojos e conjuntos	—	4.621	9.951
Flaconetes	136.177	245.300	276.400
Frascos	1.128.796	1.811.728	2.596.250
Frascos/ampolas	354.900	692.520	977.345
Pérolas, óvulos e outros	18.789	—	1.154
Supositórios	10.129	24.090	47.750
TOTAIS	16.622.569	22.064.882	37.104.911

FONTE: FSCMR/SESB

ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

Através da rede hospitalar mantida pela Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, com hospitais distribuídos pelos Municípios de Antonina, Curitiba, Lapa, Matinhos, Paranaguá, Piraquara, Castro, Ponta Grossa e Tibagi, prosseguiu-se no atendimento médico-hospitalar, com ênfase aos portadores de hanseníase, tuberculose, doenças mentais e doenças transmissíveis agudas.

Os principais indicadores do movimento verificado nos hospitais da Fundação, em 1981, justapostos àqueles dos anos de 1979 e 1980, acham-se indicados abaixo:

MOVIMENTO GERAL DOS HOSPITAIS DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE

Especificação	1979	1980	1981
Internamentos	19.426	19.990	19.395
Saídas	19.520	20.220	19.366
Altas	18.647	19.599	18.746
Óbitos	873	621	620
Intervenções cirúrgicas	4.784	3.945	2.030
Intervenções obstétricas	2.212	2.644	2.557
Pacientes/dias/ano	672.293	617.872	548.741
Pacientes não-contribuintes	8.988	7.785	7.111
Taxa de ocupação (%)	70,5	68,8	62,5

FONTE: FSCMR/SESB

O atendimento médico-ambulatorial, por sua vez, efetuou, em 1981, os atendimentos indicados a seguir:

ATENDIMENTO AMBULATORIAL

Tipo de Ação	1979	1980	1981
Atendimentos ambulatoriais	40.606	44.741	65.325
Exames de laboratórios	62.338	59.959	46.909
Exames radiológicos	12.607	12.410	12.994
Atendimentos odontológicos	10.464	27.462	10.485
Intervenções cirúrgicas e obstétricas	6.996	6.589	4.587
Eletrodiagnósticos	—	428	442
Atendimentos de serviço social	67.656	50.562	34.558

FONTE: FSCMR/SESB

SAÚDE MENTAL

A assistência hospitalar e ambulatorial, na área de psiquiatria, realizou-se com o concurso de hospitais próprios e de convênios firmados com nosocômios particulares, apresentando, como principais resultados, os indicados a seguir:

ASSISTÊNCIA PSIQUIATRICA

Especificação	1979	1980	1981
Ambulatórios de saúde mental mantidos	30	20	30
Atendimentos ambulatoriais propiciados	70.745	33.887	33.918
Leitos psiquiátricos mantidos sob convênios	195	195	215
Leitos mantidos nos hospitais próprios	569	569	569

FONTE: FSCMR/SESB

RECUPERAÇÃO E REEQUIPAMENTO DE HOSPITAIS

A fim de assegurar o adequado funcionamento da assistência médico-hospitalar, deu-se continuidade, em 1981, aos trabalhos de recuperação e reparos em 12 unidades hospitalares da Fundação, nos Municípios de Antonina, Castro, Curitiba, Lapa, Paranaguá, Piraquara, Ponta Grossa e Tibagi.

Foram efetuadas também obras de recuperação das edificações dos Hospitais Silvio Bittencourt Linhares (Antonina), Antonio Fontes (Paranaguá), Colônia São Roque (Piraquara), Bom Jesus (Castro), Luiza Borba Carneiro (Tibagi) e no Sanatório São Sebastião (Lapa).

Com similar propósito, foram reequipados, além dos nosocômios objetos de obras de recuperação, os Hospitais Victor do Amaral (Curitiba), Hipólito e Amélia Alves de Araújo (Lapa), Nossa Senhora dos Navegantes (Matinhos), Adauto Botelho (Piraquara), Getúlio Vargas (Ponta Grossa), bem como o Pronto-Socorro Psiquiátrico de Curitiba.

Deu-se prosseguimento às obras do Hospital Regional de Cascavel — cuja primeira etapa acrescentará 141 novos leitos à capacidade de internamento da rede hospitalar da Fundação — tendo sido complementadas, no exercício, as obras de revestimento das paredes, de colocação de esquadrias metálicas e 90% da tubulação seca para as instalações elétricas. Tiveram seqüência, também, as obras de construção do Centro Pneumológico do Portão, tendo sido executada, em 1981, a recuperação e proteção da estrutura de concreto.

CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES SANITARIAS

Com recursos financeiros do Fundo Especial de Reequipamento Médico-Sanitário — FUNRESAN, e visando à ampliação da oferta de serviços de saúde à população do Estado, foram concluídas 2 novas unidades sanitárias nos Municípios de Cruzeiro do Oeste e Maringá, as quais passam a permitir a prestação de um melhor atendimento médico-sanitário à população regional.

Ainda com recursos do FUNRESAN, foi executado mais de 90% das obras de outras 4 unidades sanitárias, com um total de 1.767 m2, que abrangerão, em sua área jurisdicional, uma população de 141.024 habitantes, nos Municípios de Campo Mourão, Pato Branco, Rio Azul e no distrito de Tamarana (Londrina). Além dessas unidades, executadas com recursos do FUNRESAN, concluiu-se uma nova unidade sanitária em Curitiba, destinada a atender a população residente no bairro do Xaxim e imediações.

Desse modo, com a execução dessas obras, eleva-se a 28 o número de unidades sanitárias concluídas no triênio 1979/81, executadas em diferentes municípios.

CONSTRUÇÃO DE UNIDADES SANITARIAS

Especificação	1979	1980	1981
Programação do FUNRESAN:			
— Unidades executadas	1	7	6
— Dimensão total (m2)	60	967	2.714
Programações adicionais:			
— Unidades executadas	16	1	1
— Dimensão total (m2)	1.781	90	126

FONTE: FSCMR/SESB

A FSCMR efetuou também melhoramentos nas instalações de 18 unidades sanitárias, cujo desgaste exigiu reparos.

CONSTRUÇÃO DE POSTOS DISTRITAIS DE SAÚDE

Em 1981, foi concluída a construção de 49 Postos Distritais de Saúde — anteriormente denominados Minipostos de Saúde — em sedes distritais, com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços orientados para a promoção dos cuidados primários à saúde e à elevação dos padrões de bem-estar das populações das áreas rurais. Estas unidades, que deverão beneficiar, com seu atendimento, uma população de aproximadamente 228.559 habitantes, foram implantadas nas localidades de Rosário, Guaramiranga, Antonio Paranhos, Oliveira Castro, Vila Maribá, Vila Santana, Figueira, Vila Guay, São Roque do Pinhal, Jardinópolis, Cruzeiro do Norte, Monte Real, Alvorada do Sul, Santa Zélia, Figueirinha, Itacolomi, Alto Alegre, Bentópolis, Ângulo, Ariranha, São Benedito, Lidianópolis, Nova Moreira, Medeslândia, Vila Ghandi, Santo Antonio do Palmital, Pitangueiras, São João do Pinhão, Santa Bárbara, Nordestina, Nova Bilac, Sarandi, Ivaitinga, Água Boa, Fiorópolis, Graciosa, Icatu, Copacabana do Norte, Porto São José, Brasolândia, São João, Rio Bonito, Vila Rica do Ivaí, Santa Helena, Bernardelli, Ouro Verde, Malu, Marabá e Casa Branca.

CONSTRUÇÃO DE MICROSSISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A consciência da importância do suprimento da água para os aglomerados populacionais — tanto em termos de saúde quanto de bem-estar — e a noção de que grande número de pequenas localidades não dispõe de serviços desta natureza, levou a SESB a estruturar um programa especial de atendimento às mesmas.

Assim, com tal propósito e visando também reduzir os índices de ocorrência das moléstias que sejam controláveis pelo saneamento, a FSCMR deu prosseguimento ao "Programa de Microssistemas de Abastecimento de Água", executado em convênio com os municípios e sob a supervisão técnica da SESB e da SANEPAR, promovendo a conclusão, em 1981, de 48 microssistemas. Esse resultado propiciou o fornecimento de água de boa qualidade a aproximadamente 12.102 habitantes residentes nas localidades de: Cachoeira, São Luiz do Purunã, Barragem BR-116, Ilha do Superagui, Apiaba, Guamirim, Nossa Senhora Aparecida, Duas Barras, Barra Bonita, Bela União, Alto Pinhal, Canela, Vila Zulmira, Vila Góis, Bela Vista, Patrimônio Góis Artigas, Vila Esmeralda, Linha Palmital, Esquina Gaúcha, Palmitópolis, Cristal, Nova Tebas, Fazendinha, Santa Terezinha, Boa Vista, Nossa Senhora Candelária, Santa Maria, Vila Guay, Joá, Primavera, São Judas Tadeu, Sapé, São Benedito, Barra Azul, Patrimônio Luar, Reserva, Bairro Bambu, Fiorópolis, Gauchinha, Relíquia do Norte, Ouro Verde, Pocinho, Bairro Catarinense, Vila Rica do Ivaí, Silviolândia, Três Vendas e Ouro Verde de Tapira.

Além desses, ao final de 1981 achavam-se já conveniados e em processo de implantação 49 outros microssistemas, nas localidades de: Nova Brasília

(Araruna), Bela Vista do Piquiri (Campina da Lagoa), Farol do Oeste (Campo Mourão), Tereza Cristina (Cândido de Abreu), Nova B. do Itararé (Carlópolis), São Sebastião (Céu Azul), Patrimônio Jupira (Colorado), Nova Bilac (Floraí), Vassoural (Ibaiti), Vila Persona (Itambé), Bairro Alecrim (Ivaiporã), Água Branca (Jaboti), Marquês dos Reis (Jacarezinho), Bragápolis (Janiópolis), Novo Jardim (Japira), Jardim Florestal (Jardim Alegre), Jussara (Kaloré), Virmond (Laranjeiras do Sul), Nova Amoreira (Marilândia do Sul), Marquezita (Matelândia), Palmital (Nova Aurora), Ivaitinga (Nova Esperança), Olímpia Velha (Nova Olímpia), Breolândia (Ortigueira), Domingos Soares (Palmas), Campina dos Maias (Piên), Palma (Pitanga), Linha Tapui (Quedas do Iguaçu), Cai (Quitandinha), Triolândia (Ribeirão do Pinhal), Lageado Vieiras (Rio Negro), Bananeiras (Ribeirão Claro), Ivaina (Santa Cruz do Monte Castelo), Santa Inês (Santa Fé), Vila União (Santa Inês), Aparecida do Ivaí (Santa Isabel do Ivaí), São Pedro (Santa Izabel do Oeste), Vila José Xavier (Santo Antonio do Caiuá), Terra Nova (São Jerônimo da Serra), Santa Luzia Alvorada (São João do Ivaí), Cachoeira (São José dos Pinhais), Placa Caramuru (São Miguel do Iguaçu), Angai (Teixeira Soares), São Bento (Tibagi), Vila São Paulo (Toledo), Porto Figueira (Umuarama), Birigui (Uniflor), Cruzeiro do Norte (Uraí) e Eliza (Xambrê).

Achavam-se também em execução a Unidade Sanitária de Cruzeiro do Oeste (170m2), 2 Postos de Saúde em Londrina (244m2) e Postos Distritais de Saúde em Amaporã, Cambará, Francisco Alves, Grandes Rios, Ibaiti, Iguaraçu, Joaquim Távora, Paiçandu, Primeiro de Maio e Tapira.

5. FUNDAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO PARANÁ — PROMOPAR

A ação da PROMOPAR, no exercício de 1981, subordinou-se, de um modo geral, à diretriz básica de elevação de níveis de eficiência das atividades voltadas à promoção social e à expansão de tais serviços a um número cada vez maior de pessoas.

Para propiciar esse atendimento, a PROMOPAR concedeu auxílios financeiros no montante de Cr$ 88,0 milhões, a 768 entidades assistenciais voltadas à promoção social, ao amparo do idoso e do adulto incapaz à reabilitação social, ao desenvolvimento comunitário, à proteção do grupo materno-infantil e à assistência ao migrante.

PROJETOS ESPECIAIS

No campo da criação e implantação de novos procedimentos, de diversificação das ações e de interiorização da estrutura funcional da Fundação, merecem destaque as seguintes ações:

* Elaboração do projeto de Instalação de Miniusinas para Processamento de Extrato Vitaminado de Soja, ao nível municipal;
* Instalação dos Centros de Triagem e Atendimento Social — CETASs, em Jacarezinho, Guaíra, Cascavel e Maringá;

* Elaboração da programação específica dos Centros Sociais Urbanos e padronização do sistema de registro de dados;
* Estudo da situação dos Centros de Triagem e das principais causas do movimento migratório.

REABILITAÇÃO SOCIAL

O apoio à reabilitação social orientou-se para o atendimento especial — calcado em medidas propiciadoras do reencaminhamento a uma vida produtiva e à superação de desvios de conduta, quando existentes — de alcoólatras, toxicômanos, paraplégicos, excepcionais, hemofílicos e a ex-portadores de doenças infecto-contagiosas. Em 1981, conforme detalhamento a seguir, foram firmados 47 convênios com entidades assistenciais sediadas nos municípios do Interior, com vistas a propiciar — de modo desconcentrado — tal modalidade de atendimento.

RESULTADOS NO CAMPO DA REABILITAÇÃO SOCIAL

Especificação	1980 *	1981
Entidades conveniadas	36	47
Pessoas beneficiadas	44.228	22.511
Municípios cobertos	13	18
Aplicações (Em Cr$ mil)	3.893	9.926

FONTE: PROMOPAR/SESB
* A PROMOPAR foi criada em 26/11/79 e instalada em 1980.

AÇÃO ASSISTENCIAL COMUNITARIA

Neste setor de atividades, a PROMOPAR aplicou, em 1981, um montante de Cr$ 22,2 milhões em ações diversificadas. Dentre estas, entretanto, prevaleceu a ação de propiciar assistência técnica e financeira a entidades filantrópicas, para que estas promovessem o atendimento a famílias carentes nas suas próprias comunidades.

RESULTADOS NO CAMPO DA AÇÃO ASSISTENCIAL COMUNITÁRIA

Especificação	1979 *	1980	1981
Entidades conveniadas	122	285	306
Pessoas assistidas	82.280	139.539	135.725
Municípios cobertos	68	90	101
Aplicações (Em Cr$ mil)	6.209	14.600	22.207

FONTE: PROMOPAR/SESB
* Ação da FIDES e da Coordenadoria do Bem-Estar Social da SESB.

Para integrar os trabalhos das entidades sociais voltadas à promoção social, realizou-se, nas cidades de Curitiba, Lapa, Ponta Grossa, Londrina e Maringá, o "Dia da Afetividade", que possibilitou a reunião de 172 voluntários de 162 entidades, propiciando também a geração de renda revertida às próprias entidades participantes.

TRIAGEM E ATENDIMENTO SOCIAL

Em 1979, os serviços de atendimento à população carente de Curitiba, antes dispersos, foram centralizados no Centro de Triagem e Atendimento Social — CETAS, e em 1980 foi instalada unidade similar em Londrina. Com a instalação, em 1981, de CETASs em Jacarezinho, Guaíra, Cascavel e Maringá, bem como com a consolidação dos instalados anteriormente, ampliou-se a oferta de serviços de atendimento à população carente e ao migrante. O atendimento prestado durante o ano, quantificado no demonstrativo abaixo, materializou-se através da concessão de auxílios materiais, prestação de serviços e encaminhamento da clientela aos equipamentos sociais comunitários.

Os CETASs passaram a atuar também na intermediação para colocação de mão-de-obra, efetuando-a para 11.245 pessoas em 1981, com destaque para o CETAS de Foz do Iguaçu que, no exercício, colocou 8.415 pessoas.

ATENDIMENTO PELOS CETASs

Localização do CETAS	1979		1980		1981	
	Atend. Geral	Coloc. em Emprego	Atend. Geral	Coloc. em Emprego	Atend. Geral	Coloc. em Emprego
Curitiba	43.414	—	22.647	—	37.889	458
Foz do Iguaçu	9.159	7.787	10.630	8.114	13.607	8.415
Cascavel	—	—	—	—	118	—
Guaíra	—	—	—	—	3.054	1.458
Jacarezinho	—	—	—	—	905	12
Londrina	—	—	3.895	—	4.087	811
Maringá	—	—	—	—	1.172	64
TOTAIS	52.573	7.787	37.172	8.114	60.832	11.245

FONTE: PROMOPAR/SESB

ALBERGARIA E ALIMENTAÇÃO DE MIGRANTES CARENTES

Atividade de cunho profundamente humanitário e de grande alcance social, vem sendo ampliada por intermédio da celebração de convênios de apoio financeiro a entidades sociais particulares. Em 1981, através de convênios com 19 entidades, foram propiciados 90.941 atendimentos em 16 municípios, conforme indicado a seguir:

NÚMERO DE ATENDIMENTOS DE ALBERGARIA POR LOCALIDADE

Localidades	1979	1980	1981
Arapongas	1.200	3.140	—
Apucarana	—	4.338	8.704
Astorga	1.007	—	—
Curitiba	9.508	50.010	57.703
Cascavel	1.178	—	1.200
Jacarezinho	1.522	1.501	1.028
Jandaia do Sul	1.402	1.998	1.024
Joaquim Távora	850	706	1.518
Loanda	298	—	344
Londrina	1.382	1.098	1.524
Maringá	4.250	4.256	4.268
Mandaguari	561	2.244	1.402
Paranaguá	—	35	38
Paranavaí	1.040	4.374	3.632
Ponta Grossa	1.922	—	2.808
Rebouças	—	—	32
Santo Antônio da Platina	70	858	853
Umuarama	—	4.776	4.793
TOTAIS	26.190	79.334	90.941

FONTE: PROMOPAR/SESB

AMPARO SOCIAL À VELHICE

Atenção ampla — em termos de moradia, alimentação, vestuário, recreação, saúde e psicologia — foi prestada a idosos em situação de carência e abandono. Em 1981, foram aplicados Cr$ 28,0 milhões sob a forma de auxílios a 64 entidades, propiciando o atendimento a 2.943 pessoas idosas, em 53 municípios.

EVOLUÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO IDOSO

Especificação	1979 *	1980	1981
Municípios	44	48	53
Asilos convenentes	47	56	64
Pessoas beneficiadas	2.566	3.187	2.943
Valor (Cr$ mil)	6.879	13.994	28.034

FONTE: PROMOPAR/SESB
* Ação da CBES/SESB

PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA

Visando à proteção do grupo materno-infantil, e em complementação aos programas de atendimento da FSCMR, a PROMOPAR concedeu, a título de auxílio financeiro, Cr$ 15,9 milhões, a 252 Associações de Proteção à Maternidade e à Infância — APMIs e abrangendo 224 municípios.

CENTROS SOCIAIS URBANOS

Ampla assistência técnica, acompanhada de apoio financeiro, inclusive treinamento de gerentes, foi prestada aos Centros Sociais Urbanos, com o fim de estimular e promover o desenvolvimento comunitário. Para isso, a SESB concedeu Cr$ 5,9 milhões a 44 Centros Sociais Urbanos, localizados em 32 municípios. Saliente-se que tais CSUs promoveram o atendimento de 143.503 pessoas no decorrer de 1981.

Com o propósito de levar os benefícios dos serviços propiciados por tais unidades a um número maior de comunidades, foram colocados em funcionamento, durante o ano, 11 novos Centros Sociais Urbanos — CSUs, nos Municípios de Alto Piquiri, Araucária, Barbosa Ferraz, Francisco Beltrão, Iporã, Jacarezinho, Paranavaí, Pérola, Porecatu, Santo Inácio e Wenceslau Braz.

Destaca-se ainda, a iniciativa voltada ao enriquecimento das ações nos Centros Sociais Urbanos — por intermédio do intercâmbio de experiências — qual seja, a promoção do I Seminário Nacional da Região Sul/Sudeste de CSUs, que contou com a participação de 100 pessoas, entre técnicos, gerentes e líderes comunitários.

6. PROGRAMA DO VOLUNTARIADO PARANAENSE — PROVOPAR

A SESB prosseguiu, em 1981, com a execução do PROVOPAR, com a finalidade de motivar, mobilizar e habilitar voluntários para uma participação organizada e efetiva em ações de assistência e promoção social.

Foi dada continuidade à implantação do Projeto "Central de Voluntários", destinado a manter atualizado o sistema de informações sobre o trabalho voluntário desenvolvido no Estado e a fornecer subsídios a órgãos públicos e entidades particulares.

Nesse sentido, foram cadastrados 6.312 voluntários de 181 municípios e realizados, em Curitiba, 3 cursos de treinamento em Cadastro de Voluntários — com o objetivo de instruir as Coordenações Municipais sobre a implantação de Centros de Informações do PROVOPAR — dos quais participaram 72 representantes de 23 municípios.

Para suprir as necessidades de treinamento detectadas pelo Cadastro de Voluntários, foi capacitado, pelo Projeto "Nucleação de Voluntários", um

total de 2.260 pessoas, através das seguintes atividades de treinamento promovidas em 1981:

* TREINAMENTOS REGIONAIS PARA ORIENTADORES DE CLUBES E GRUPOS DE MÃES — realizados em Londrina, Curitiba, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, com a duração de 5 dias cada um, contaram com a participação de 513 pessoas, representando 429 entidades sociais de 240 municípios do Estado;
* ENCONTRO DE DIRIGENTES DE ENTIDADES SOCIAIS — realizado em Curitiba — também como atividade integrante das ações relacionadas ao Ano Internacional da Pessoa Deficiente — teve o objetivo de habilitar voluntários no trabalho com deficientes, visando à prevenção, reabilitação e reintegração dos mesmos à comunidade. O encontro contou com a participação de 337 representantes de 267 entidades assistenciais, localizadas em 246 municípios;
* TREINAMENTOS REGIONAIS DE VOLUNTÁRIOS — capacitando para a atuação nas áreas relativas ao menor, à família, ao idoso, à reabilitação social e à administração de Coordenações Municipais, foi realizado um total de 9 treinamentos nos Municípios de Cascavel, Curitiba, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Pato Branco, Ponta Grossa e Umuarama, com a participação de 1.410 pessoas procedentes de 248 municípios, representando 651 Entidades Sociais e 161 Coordenações Municipais do PROVOPAR.

Além da programação referente aos projetos "Central de Voluntários" e "Nucleação de Voluntários", o PROVOPAR promoveu, no exercício, as seguintes atividades:

* PESQUISA ESTADUAL SOBRE A PESSOA DEFICIENTE — realizada em caráter de colaboração com a Campanha Nacional de Apoio às Pessoas Deficientes, a cargo da Fundação Legião Brasileira de Assistência — LBA, consistiu no levantamento — efetuado através das Coordenadorias Municipais e com o apoio de voluntários e lideranças locais — do número de deficientes existentes no Estado, tipos de deficiências e recursos disponíveis nas comunidades para atendimento a essa clientela;
* SEMANA DO IDOSO — realizada em apoio à Semana Nacional do Idoso, coordenada pela LBA, a promoção consistiu no desenvolvimento de atividades culturais, recreativas, de confraternização e de cerimônias religiosas, beneficiando cerca de 10.000 idosos;
* CAMPANHA DE NATAL — mediante o desenvolvimento de atividades de naturezas diversas, a Campanha permitiu arrecadar recursos financeiros e materiais, possibilitando atender cerca de 46.000 crianças, vinculadas a 550 entidades sociais, de 255 municípios.
* DISTRIBUIÇÃO DE PRESENTES — Por intermédio desta Campanha, o PROVOPAR distribuiu, por ocasião do Natal, 10.841 prêmios — excedentes da Campanha "ICM da Criança" — doados pela SEFI ao Programa;

* REUNIÃO DE COORDENADORES MUNICIPAIS — promovida com o objetivo de avaliar o desempenho do PROVOPAR durante o ano de 1981 e levantar perspectivas de trabalho para o novo exercício, contou com a participação de 281 representantes de 152 Coordenações Municipais.

7. SINÓPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

Na execução da programação evidenciada, a SESB e suas vinculadas mobilizaram os recursos a seguir indicados:

7.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979 Estat.	1979 CLT	1980 Estat.	1980 CLT	1981 Estat.	1981 CLT
Administração direta	2.136	1.410	1.945	72	1.562	75
Administração indireta	150	2.369	147	3.864	113	5.995
TOTAIS	2.286	3.779	2.092	3.936	1.675	6.070

7.2. VEÍCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	200	194	186
Operacionais	26	37	35
Tratores	3	3	3
TOTAIS	229	234	224

7.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) **FONTES**

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro estadual	689.558	1.458.653	3.875.352
Convênios	66.913	103.897	242.577
Arrecadação própria	36.898	42.439	167.002
Outras	69.253	115.442	217.753
TOTAIS	862.622	1.720.431	4.502.684

b) **DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS CONVÊNIOS**

Em Cr$ mil

Especificação	1979	1980	1981
Ministério da Saúde/C. Único	29.047	22.977	45.875
Ministério da Saúde/PIASS	—	9.750	4.250
Ministério da Saúde/FIOCRUZ	—	1.579	3.158
INAMPS/MPAS/FUNRURAL	1.542	1.358	32.429
PIPMO	433	365	749
SUDESUL/CETREMI	3.600	4.975	6.025
CEE/PNCSU	—	3.976	—
FUNABEM	18.642	36.233	91.051
LBA	7.940	16.658	59.040
Outros	5.709	6.026	2.522
TOTAIS	66.913	103.897	242.577

c) **USOS**

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e encargos	369.655	950.136	2.510.786
Custeio diversos	421.624	601.811	1.470.101
Investimentos e inversões	71.343	168.484	521.797
TOTAIS	862.622	1.720.431	4.502.684

SEGURANÇA PÚBLICA

1. INTRODUÇAO

As ações do setor de Segurança Pública vêm sendo desenvolvidas com fundamento na orientação básica de descentralizar e interiorizar as atividades da Secretaria de Estado da Segurança Pública — SESP, de modo a proporcionar às comunidades os benefícios do acesso aos serviços típicos propiciados.

Também o atendimento aos anseios da população — um maior grau de segurança física, pessoal e patrimonial — prosseguiu sendo buscado, através do ajustamento da operacionalidade da Secretaria à realidade sociocriminal e da atribuição de ênfase às medidas preventivas.

A viabilização de tais propósitos passou a ser perseguida mediante a fixação e orientação para a observância das seguintes políticas de atuação:

— Reformulação dos padrões tradicionais de policiamento, inclusive utilizando ações de cunho psicológico;
— Incentivo à co-participação das comunidades na solução dos problemas de segurança;
— Integração do policial na comunidade, mediante sua estabilização numa mesma área de atuação;
— Geração de incentivos materiais e psicológicos de apoio à dignificação da função policial e ao arraigamento da consciência de bem-servir à comunidade;
— Consolidação do Sistema Estadual de Defesa Civil;
— Aperfeiçoamento constante dos quadros policiais;
— Interiorização das unidades prestadoras de serviços e desburocratização no seu provimento;
— Modernização e ampliação dos equipamentos e materiais demandados pelos setores técnicos e operacionais.

O atingimento de um clima de recíproca compreensão e cooperação com a opinião pública — através do estreitamento de relações com a imprensa, associações de classe, clubes de serviço e outros órgãos — bem como a participação dos órgãos de segurança nas missões de natureza assistencial, de defesa social e de preservação do meio ambiente, caracterizaram-se também como balizamentos intencionais para a ação do setor.

2. COORDENAÇAO ESTADUAL DE DEFESA CIVIL — CEDEC

A Coordenação Estadual de Defesa Civil desenvolveu suas atividades nos setores preventivo e de atendimento às calamidades. Na parte preventi-

va, atuou de modo a criar e estruturar as Comissões Municipais de Defesa Civil, prestando assistência técnica aos municípios das bacias dos Rios Paraná e Iguaçu, onde as cheias têm-se repetido de forma cíclica.

No atendimento a calamidades, a CEDEC, articulou a ação dos órgãos estaduais, municipais e comunitários e, como forma de minorar os prejuízos causados pelos eventos climáticos, repassou aos municípios atingidos o montante de Cr$ 40,5 milhões de recursos do Governo Estadual e de Cr$ 113,3 milhões que captou junto ao Governo Federal.

As principais ocorrências, atendidas no exercício de 1981, foram:

* Cheias do Rio Paraná, nos meses de janeiro e fevereiro;
* Fortes chuvas, nos meses de janeiro e fevereiro;
* Enchentes, nos meses de março e dezembro;
* Vendaval em Nova Londrina, no mês de abril;
* Incêndios florestais, no mês de setembro;
* Granizo, nos meses de setembro e dezembro.

Os danos causados por esses eventos resultaram em 455 pontes destruídas, 8.301 metros de bueiros danificados, 1.253 construções danificadas, evacuação de 6.000 pessoas ilhadas ou de regiões ribeirinhas e instalação de 2.400 pessoas em abrigos provisórios. Quanto aos incêndios florestais, além de outros danos, acarretaram a destruição de 10.000 alqueires de pastagens e reflorestamento.

3. GERÊNCIA SUPERIOR

A adequação dos meios materiais para todas as organizações do sistema de segurança, a par da coordenação e integração das ações típicas respectivas, constituiu uma das principais atividades deste nível no decorrer do exercício, demandando — como poderá ser percebido pela sua magnitude — apreciável parcela do esforço total.

REPOSIÇÃO E AMPLIAÇÃO DA FROTA OPERACIONAL

Em razão da grande mobilidade requerida pelas ações de segurança pública, quer preventivas quer repressivas — tanto pela sua natureza quanto pelo fato de serem exercidas sobre toda a base territorial do Estado — deu-se continuidade, no exercício, às atividades de modernização e ampliação da frota policial.

Assim, foram adquiridos, no exercício, 248 veículos novos, dos quais 51 em substituição, totalizando, no triênio 79/81, a substituição de 347 veículos e a ampliação da frota em 330 novas unidades. Além destes, foram adquiridas 20 novas motocicletas em 1981.

O demonstrativo a seguir indica, segundo as principais unidades operacionais da SESP, a evolução da mencionada frota, incluídos os adquiridos através de convênios com órgãos federais e municipais.

FROTA DE VEÍCULOS DO SETOR DE SEGURANÇA

Setor de Atividade	1979	1980	1981
Administração Superior	7	9	10
Polícia Civil	528	705	728
Polícia Militar	393	418	514
Corpo de Bombeiros	111	98	108
Departamento de Trânsito	69	112	122
TOTAIS	1.108	1.342	1.482

FONTE: GPS/SESP

Essa ampliação de frota integrou-se a duas orientações da Gerência Superior da SESP, quais sejam: interiorização dos serviços policiais e consolidação de áreas de policiamento, inclusive através dos denominados Postos de Socorro Familiar. Como resultados, pode ser contrastado o elevado número de veículos operacionais em serviço nas localidades do Interior, os quais, em dezembro de 1981, totalizavam 919 unidades, conforme indicado a seguir:

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL E ESPACIAL DA FROTA

Especificação	Adm. Superior	Polícia Civil	Polícia Militar	Corpo Bomb.	DETRAN	Soma
Capital	10	236	206	52	59	563
Interior	—	492	308	56	63	919
TOTAIS	10	728	514	108	122	1.482

FONTE: GPS/SESP

Deve ser destacado ainda que, em ajustamento à política governamental de economia de combustíveis derivados de petróleo, a SESP já possui 25% da sua frota — 366 veículos — equipada com motores a álcool.

COMUNICAÇÕES

A importância de que se revestem os sistemas de comunicações para a área de segurança é evidente, dispensando maiores explicações. As conveniências operacionais resultaram na existência de duas redes independentes — mas integradas operacionalmente — a da Polícia Militar e a da Polícia Civil.

No decorrer do exercício, foram adquiridas 39 novas unidades, totalizando uma ampliação de 495 novas unidades nos 3 últimos anos, conforme detalhado a seguir:

DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS DE RADIOCOMUNICAÇÃO NA SESP

Modalidade de Equipamento	1979		1980		1981	
	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Civil	Polícia Militar
Estações Fixas VHF/FM	206	54	206	93	315	90
Estações Fixas SSB/FM	95	63	95	74	38	58
Estações Móveis VHF/FM	328	211	368	543	434	446
Estações Móveis SSB/FM	22	20	22	1	6	3
Unidades Portáteis VHF/FM	239	109	239	162	253	199
TOTAIS	890	457	930	873	1.043	796
TOTAIS ANUAIS	1.347		1.803		1.842	

FONTE: GPS/SESP

EDIFICAÇÕES PARA A POLÍCIA

Com vistas a propiciar instalações mais adequadas para o funcionamento dos serviços policiais, notadamente nas localidades do Interior — consoante diretrizes governamentais vigentes — foram concluídas, no exercício, 15 obras, e iniciadas ou prosseguidas 19 outras.

As obras concluídas em 1981 constituíram-se de Delegacia de Polícia e Cadeia em Francisco Alves, Iporã, Mariópolis, Moreira Sales, Paranapoema, Santa Inês, Santo Inácio e Vitorino; Delegacia, Cadeia e CIRETRAN em São Miguel do Iguaçu e Toledo; CIRETRANs em Pérola e Itaguajé; Subdivisão Policial, com CIRETRAN, Presídio e Serviços do II, IML e IPT em Cascavel; Quartel para a Polícia Militar em Foz do Iguaçu e melhorias nos prédios da APMG em São José dos Pinhais.

Dentre as iniciadas, merecem destaque as obras de construção de Delegacia, Cadeia e CIRETRAN em Bandeirantes, Castro, Goio-Erê, Ivaiporã e Santo Antonio da Platina; de Subdivisão Policial em Guarapuava, Maringá e Ponta Grossa; de CIRETRAN em Jandaia do Sul, Medianeira e Santa Izabel do Oeste; de Quartel para o Batalhão de Jacarezinho e de Distritos Policiais em Londrina e Paranaguá.

Em Curitiba, tiveram prosseguimento as obras destinadas à Coordenadoria de Auto-Escolas, ao Quartel do Corpo de Bombeiros no Portão, à Delegacia de Proteção ao Menor e ao Distrito Policial de Santa Quitéria.

Com o caráter de programação especial e através de apoio da Secretaria do Planejamento, ao final do exercício achavam-se em construção 42 módulos para a instalação de Postos de Socorro Familiar, de acordo com a seguinte distribuição: Apucarana (2 módulos), Campo Largo (1), Campo Mourão (2), Cascavel (4), Curitiba (13), Foz do Iguaçu (2), Guarapuava (2), Londrina (6), Maringá (4), Ponta Grossa (4) e Umuarama (2).

REPAROS EM PRÉDIOS

Além das obras de construção, a SESP deu curso à programação de reparos em seus prédios, atuando em 61 municípios, com o dispêndio de Cr$ 35,5 milhões, conforme detalhado a seguir:

REPAROS EXECUTADOS NA ÁREA DE SEGURANÇA

Órgão Executor	1979		1980		1981	
	Prédios	Cr$ mil	Prédios	Cr$ mil	Prédios	Cr$ mil
SEAD/CCR	18	2.286	34	15.395	30	20.153
SESP/GAS	—	—	15	6.422	31	15.307
TOTAIS	18	2.286	49	21.817	61	35.460

FONTE: GPS/SESP e CIT/SEPL

FUNDOS ESPECIAIS

Instrumentos de captação e aplicação mais flexível de recursos no campo dos investimentos, os fundos FUNRESPOL e FUNRESTRAN constituíram-se nos principais suportes para a execução dos investimentos relatados.

O demonstrativo a seguir, englobando o desempenho dos dois fundos de reequipamento policial, oferece a comprovação fática às políticas de ação em vigência para o setor de Segurança Pública.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DOS FUNDOS POLICIAIS

Em Cr$ milhões

Modalidades de investimentos	1979	1980	1981
Construção de prédios	33,2	55,5	221,8
Aquisição de equipamentos	19,8	32,5	70,1
Aquisição de veículos	19,6	29,8	23,1
Apoio à sinalização de trânsito	21,5	29,5	18,4
TOTAIS	94,1	147,3	333,4

FONTE: FUNRESPOL/FUNRESTRAN

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS APLICAÇÕES DOS FUNDOS

Em percentual

Especificação	1979	1980	1981
Capital	47	34	45
Interior do Estado	53	66	55

FONTE: GPS/SESP

RECURSOS HUMANOS

No âmbito da Polícia Civil do Estado iniciou-se a realização de concurso público para o preenchimento de 343 vagas nas carreiras de Delegado de Polícia, Datiloscopista, Agente de Segurança e Radiocomunicador, tendo se inscrito a eles 5.625 candidatos. Na Polícia Militar foi autorizada a expansão do quadro em 1.200 homens, sendo 600 em 1981 e os restantes em 1982.

4. POLÍCIA CIVIL — PC

Mediante o exercício das atividades de Polícia Judiciária, a Polícia Civil procurou assegurar tranqüilidade à população, através da manutenção da ordem e repressão à criminalidade.

Os diversos órgãos da Polícia Civil registraram e atenderam, na Capital, a 43.903 ocorrências no ano de 1981, contra 56.181 em 1980. No Interior, as ocorrências registradas foram de 52.607 no exercício de 1981, contra 63.662 ocorrências no ano anterior.

A constatação é de que tanto na Capital como no Interior, mesmo considerados os aperfeiçoamentos na sistemática de registro e o incentivo à população no sentido de promover a formalização das queixas, os índices gerais de ocorrências de natureza policial apresentaram um declínio de 27,9% em relação aos totais de 1979.

O demonstrativo a seguir discrimina e indica os níveis de ocorrências policiais atendidas por Subdivisões Policiais do Interior, pelas Delegacias Especializadas da Capital e pelos 12 Distritos Policiais que funcionam em Curitiba, bem como a respectiva evolução nos três últimos anos.

OCORRÊNCIAS POLICIAIS ATENDIDAS PELA POLÍCIA CIVIL

Especificação	Sede	1979	1980	1981
Delegacias Especializadas	Curitiba	27.860	33.493	26.442
Distritos Policiais	Curitiba	15.242	22.688	17.461
TOTAL DA CAPITAL		**43.102**	**56.181**	**43.903**

Especificação	sede	1979	1980	1981
1.ª Subdivisão Policial	Curitiba *	2.782	1.564	2.887
2.ª Subdivisão Policial	Paranaguá	1.856	7.175	5.422
3.ª Subdivisão Policial	S. Mateus do Sul	1.231	410	620
4.ª Subdivisão Policial	União da Vitória	2.103	724	475
5.ª Subdivisão Policial	Pato Branco	3.784	3.899	958
6.ª Subdivisão Policial	Foz do Iguaçu	5.843	6.351	1.578
7.ª Subdivisão Policial	Umuarama	4.288	2.130	1.793
8.ª Subdivisão Policial	Paranavaí	3.737	3.735	2.627
9.ª Subdivisão Policial	Maringá	11.164	3.582	3.259
10.ª Subdivisão Policial	Londrina	11.952	5.244	6.570
11.ª Subdivisão Policial	Cornélio Procópio	4.274	3.438	1.656
12.ª Subdivisão Policial	Jacarezinho	3.691	7.677	6.877
13.ª Subdivisão Policial	Ponta Grossa	7.306	3.476	3.700
14.ª Subdivisão Policial	Guarapuava	4.600	2.738	2.796
15.ª Subdivisão Policial	Cascavel	10.253	4.292	2.149
16.ª Subdivisão Policial	Campo Mourão	4.753	2.695	1.884
17.ª Subdivisão Policial	Apucarana	4.191	3.140	3.823
18.ª Subdivisão Policial	Telêmaco Borba	2.959	1.392	680
19.ª Subdivisão Policial	Francisco Beltrão	—	—	2.843
TOTAIS DO INTERIOR	—	90.767	63.662	52.607
TOTAIS DO ESTADO	—	133.869	119.843	95.510

FONTE: D.P.C./SESP
* Demais municípios da Região Metropolitana, exclusive Curitiba.

5. INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO — II/PR

O Instituto, através de um processo de modernização administrativa e com o apoio técnico da CELEPAR, consolidou a implantação do Sistema de Identificação Civil e deu início ao Sistema de Identificação Criminal, ambos operados com o concurso de processamento eletrônico de dados.

A elevação dos níveis de atendimento no Interior se fizeram sentir através do programa de interiorização, que busca levar a todos os municípios os serviços de identificação.

Assim sendo, foram criados, no ano de 1981, 82 postos de Identificação nos Municípios de Adrianópolis, Amaporã, Antonio Olinto, Araruna, Atalaia, Balsa Nova, Barra do Jacaré, Cafeara, Califórnia, Cambira, Campina Grande

do Sul, Campo do Tenente, Conselheiro Mayrinck, Contenda, Cruz Machado, Cruzeiro do Sul, Fênix, Floraí, Floresta, Florestópolis, General Carneiro, Grandes Rios, Guapirama, Guaporema, Inajá, Indianópolis, Itambaracá, Itaúna do Sul, Ivaí, Jaboti, Janiópolis, Japira, Jardim Olinda, Jussara, Leópolis, Lobato, Mandirituba, Marilena, Mariópolis, Marmeleiro, Matinhos, Miraselva, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova América da Colina, Nova Olímpia, Ourizona, Paiçandu, Paranapoema, Paula Freitas, Paulo Frontin, Pinhalão, Porto Amazonas, Porto Vitória, Quatiguá, Quinta do Sol, Quitandinha, Rancho Alegre, Realeza, Renascença, Rio Bom, Roncador, Rondon, Sabáudia, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Inês, Santo Antonio do Caiuá, Santo Antonio do Paraíso, São Carlos do Ivaí, São João do Triunfo, São Jorge do Ivaí, São José da Boa Vista, São Tomé, Sapopema, Tamboara, Tapira, Teixeira Soares, Tijucas do Sul e Uniflor.

Por outro lado, foram instalados, dentre os criados em 1980, os Postos de Identificação de Altônia, Alvorada do Sul, Abatiá, Ampère, Andirá, Antonina, Arapoti, Assaí, Barbosa Ferraz, Barracão, Bom Sucesso, Borrazópolis, Cambé, Carlópolis, Céu Azul, Colombo, Congonhinhas, Doutor Camargo, Enéas Marques, Engenheiro Beltrão, Flórida, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Guaraci, Imbituva, Itambé, Jataizinho, Kaloré, Mandaguaçu, Maria Helena, Marialva, Marilândia do Sul, Marumbi, Mirador, Morretes, Nova Fátima, Palmas, Pérola, Pérola do Oeste, Piraí do Sul, Planalto, Porecatu, Porto Rico, Quedas do Iguaçu, Rio Azul, Rio Branco do Sul, Santa Helena, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mariana, Santana do Itararé, São João do Ivaí, São Miguel do Iguaçu, São Sebastião da Amoreira, Sertanópolis, Terra Roxa, Uraí, Verê e Xambrê.

O demonstrativo a seguir evidencia a amplitude da descentralização da atividade nos três últimos anos, considerando que até 1978 apenas 40 de tais postos haviam sido instalados.

INTERIORIZAÇÃO DOS POSTOS DE IDENTIFICAÇÃO

Especificação	1979	1980	1981
Postos de Identificação criados	—	166	82
Postos de Identificação instalados	—	117	66
Total de Postos existentes	40	157	223

FONTE: GPS/SESP

No decorrer do exercício de 1981, o Instituto de Identificação expediu 234.235 Carteiras de Identidade, conforme detalhado a seguir:

CARTEIRAS DE IDENTIDADE EXPEDIDAS PELO II/PR

Modalidade	1979 Capital	1979 Interior	1980 Capital	1980 Interior	1981 Capital	1981 Interior
1.ª via	51.012	115.839	61.079	147.751	49.593	150.438
2.ª via	10.100	6.419	16.304	10.799	14.693	12.503
Retificação	3.814	2.325	4.505	2.902	3.754	3.253
TOTAIS	64.926	124.583	81.888	161.452	68.040	166.195
TOTAIS ANUAIS	189.509		243.340		234.235	

FONTE: II/SESP

Merece ser assinalado que, em razão das medidas desburocratizantes e da descentralização do atendimento, reduziu-se o tempo médio de expedição de documentos, de 90 dias em 1977, para 7 dias em média a partir de 1980.

Como atividade adicional e de caráter residual, em face das medidas desburocratizantes adotadas pelo Governo — reduzindo as circunstâncias em que são exigíveis atestados — o Instituto expediu 17.678 atestados (16.505 no Interior), número altamente contrastante com os 74.003 emitidos em 1979.

6. INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA — IPT

O Instituto de Polícia Técnica, em estreita colaboração com as atividades de Polícia Judiciária, desenvolveu suas atribuições através do apoio técnico em exames e perícias, auxiliando a aplicação da Justiça pela instrumentação dos ritos processuais.

Nesse sentido, a unidade efetuou, em 1981, um total de 8.832 exames de diversas espécies, dos quais resultaram a expedição de 4.811 laudos.

Atendendo à política de interiorização de serviços, foi instalada no mês de agosto de 1981 a Seção de Polícia Técnica de Cascavel. Assinale-se que cerca de 25% dos exames efetivados pelo Instituto já estão sendo executados pelas seções instaladas no Interior.

O demonstrativo a seguir evidencia a evolução dos serviços prestados pelo Instituto.

EXAMES REALIZADOS PELA POLÍCIA TÉCNICA

Natureza da perícia	1979	1980	1981
Locais de crimes diversos	3.793	3.781	4.335
Perícia e exame de veículos	3.038	2.636	2.926
Armas e munições	467	481	603
Exame grafotécnico	413	484	609
Outros exames	297	346	359
TOTAIS	8.008	7.728	8.832

FONTE: IPT/SESP

7. INSTITUTO MÉDICO LEGAL — IML

Usando como instrumento a interiorização e descentralização de seus serviços, o Instituto Médico Legal procedeu à instalação e ativação de Seções Médico-Legais nos Municípios de Campo Mourão, Cornélio Procópio, Paranavaí e Umuarama, bem como à implantação de um Posto Médico-Legal em Cascavel.

O resultado dessa política é demonstrado pelo crescimento de 56,7% dos trabalhos realizados pelo Instituto no Interior do Estado, em relação ao ano de 1980, enquanto que na Capital o volume de exames realizados manteve-se estável, isto é, foi de 27.579, contra 27.385 efetuados no exercício precedente.

EXAMES REALIZADOS PELO IML

Natureza do Exame	1979		1980		1981	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
Lesões corporais	4.392	868	5.455	1.253	5.973	1.923
Conjunção	984	279	1.001	255	1.124	277
Necropsias	2.107	246	2.082	515	1.901	820
Sanidade física	860	114	1.371	134	1.842	225
Dosagem alcoólica	7.362	—	7.420	—	6.241	60
Toxicológico	6.134	—	6.012	—	6.131	—
Lâminas preparadas	4.370	—	3.060	—	3.163	—
Outros exames	955	43	984	47	1.204	133
TOTAIS	27.164	1.550	27.385	2.204	27.579	3.438

FONTE: IML/SESP

8. DEPARTAMENTO DE TRANSITO — DETRAN

Durante o ano de 1981, o DETRAN ampliou suas ações de interiorização dos atendimentos, através da criação de 19 CIRETRANs — representando um acréscimo de 39,6% no total do Estado — sediadas nos Municípios de Altônia, Barracão, Campo Largo, Capanema, Castro, Colorado, Coronel Vivida, Faxinal, Ibiporã, Imbituva, Iporã, Lapa, Laranjeiras do Sul, Matelândia, Palmas, Rio Branco do Sul, Rondon, Santa Isabel do Ivaí e Santo Antonio do Sudoeste.

Dentre estas, foram implantadas e iniciaram a funcionar, ainda em 1981, as CIRETRANs de Coronel Vivida, Faxinal, Iporã e Matelândia.

Considerando que a demanda dos serviços prestados pelo DETRAN cresce de modo diretamente proporcional à expansão da frota de veículos no Estado, o demonstrativo a seguir permite inferir os níveis de exigência a que a unidade vem sendo submetida.

CRESCIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS EXISTENTES NO PARANÁ

Localização	1979	1980	* 1981
Capital	204.215	226.613	241.892
Interior	528.833	598.787	638.392
TOTAIS	733.048	825.400	880.284

FONTE: Projeto Polvo SERPRO/DNER e DETRAN
* Posição em setembro de 1981.

Durante o ano de 1981, foram realizados 57.037 exames psicotécnicos e 155.172 exames de sanidade, bem como expedidas 253.154 Carteiras Nacionais de Habilitação para as diversas categorias de veículos, incluindo novas carteiras e substituições do modelo antigo, conforme indicado a seguir:

CARTEIRAS NACIONAIS DE HABILITAÇÃO EXPEDIDAS

Local da Expedição	1979	1980	1981
Capital	29.497	84.633	84.392
Interior	83.954	139.857	168.762
TOTAIS	113.451	224.490	253.154

FONTE: DETRAN/SESP

CONSELHO DELIBERATIVO DE ACIDENTES — CDA

O Conselho promoveu 240 reuniões no decorrer de 1981, as quais envolveram a execução de 10.150 julgamentos e aplicação das medidas detalhadas a seguir:

PRINCIPAIS RESULTADOS DO FUNCIONAMENTO DO CDA

Medidas Adotadas	1979	1980	1981
CNHs apreendidas	706	652	596
CNHs cassadas	66	32	19
CNHs liberadas	41	90	41
Veículos liberados	—	731	1.138
Julgamentos realizados	8.450	9.374	10.150
Reuniões realizadas	425	295	240

FONTE: DETRAN/SESP

PLANTÃO DO DETRAN

O plantão do DETRAN atendeu, na Capital, a 6.977 acidentes de trânsito, apresentando um acréscimo de 7,8% em relação a 1980. No Interior os acidentes atingiram a 8.999 casos, com uma elevação de 9,4%, porém, comparativamente ao aumento da frota de veículos no Estado, pode-se afirmar que os níveis de acidentes mantiveram-se estáveis em relação aos anos anteriores.

9. POLÍCIA MILITAR — PMPR

As atividades da Polícia Militar foram desenvolvidas segundo ações rotineiras, periódicas e extraordinárias. As ações rotineiras caracterizaram-se pelas atividades normais de policiamento ostensivo, de orientação e fiscalização do trânsito urbano e rodoviário, de guarda florestal e de mananciais, de guarda portuária, de combate a incêndios, e de buscas e salvamentos.

As ações periódicas tiveram como característica básica a de serem desenvolvidas em épocas pré-determinadas, merecendo destaque, entre estas atividades, as operações Carnaval, Praias e Feriados.

Assumiram a feição de ações extraordinárias, por sua vez, aquelas desenvolvidas para dar atendimento a eventos esporádicos, de ocorrência inopinada ou eventual. Com semelhante característica, no decorrer de 1981 foram desenvolvidas as operações: Pinhão, Santa Helena, Ouro Verde, Bigorna, Varredura, Resgate do Avião do Bamerindus e Incêndios Florestais.

POLICIAMENTO DA CAPITAL

Dentre as ações rotineiras, as de policiamento ostensivo-preventivo fardado foram desenvolvidas na Capital do Estado pelo Comando do Policiamento da Capital — CPC. Em 1981, esta unidade aperfeiçoou o Sistema de Policiamento Modular, com a ativação de 24 Postos de Socorro Familiar, e introduziu providências complementares na organização de áreas e turnos de policiamento, visando à uma maior fixação do policial nas áreas em que normalmente atua.

O demonstrativo a seguir apresenta a quantificação dos principiais atendimentos realizados pelo CPC/PMPR.

ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS PELO CPC

Ocorrências	1979	1980	1981
Contra a pessoa	8.979	5.607	7.200
Contra os costumes	4.995	1.702	1.080
Contra o patrimônio	1.557	2.662	1.800
Contravenções	1.735	3.649	8.321
Outras	4.982	15.908	2.040
TOTAIS	22.248	29.528	20.441

FONTE: PMPR.

POLICIAMENTO DO INTERIOR

Às ações de policiamento ostensivo, no Interior, constituem responsabilidade do Comando do Policiamento do Interior — CPI. Em consonância com o programa de interiorização do Policiamento Modular, deu-se início à construção de 29 Postos de Socorro Familiar, nos Municípios de Apucarana, Campo Largo, Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Umuarama, conforme já detalhado no tópico edificações para a polícia.

O quadro a seguir demonstra os principais tipos de ocorrências atendidas pela Polícia Militar no Interior do Estado.

ATENDIMENTO A OCORRÊNCIAS PELO CPI

Ocorrências	1979	1980	1981
Contra a pessoa	4.931	7.482	9.271
Contra os costumes	3.961	6.413	9.290
Contra o patrimônio	1.644	3.771	5.671
Contravenções	35.394	6.065	17.408
Outras	15.520	18.778	12.161
TOTAIS	61.450	42.509	53.801

FONTE: CPI/PMPR

10. CORPO DE BOMBEIROS — CB

O Corpo de Bombeiros desenvolveu com regularidade as atividades de prevenção e combate a incêndios e de busca e salvamento — institucionalmente responsabilidade solidária dos municípios e do Estado — através das Seções de Incêndio, sediadas em Apucarana, Arapongas, Cascavel, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Londrina, Maringá, Matinhos, Paranaguá, Pato Branco, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e Umuarama. Assim, conforme detalhado a seguir, procedeu 22.200 atendimentos no decorrer de 1981.

ATENDIMENTOS EXECUTADOS PELO CORPO DE BOMBEIROS

Atendimentos	1979	1980	1981
Incêndio	2.386	2.356	2.675
Busca e salvamento	460	406	447
Prevenção	149	1.266	1.974
Extermínio de animais nocivos	483	434	466
Alarme falso	80	37	55
Vistoria preventiva	17.398	21.156	13.935
Laudos de ocorrências	248	253	158
Outros atendimentos	1.892	2.864	2.490
TOTAIS	23.096	28.772	22.200

FONTE: GPS/SESP

Como atividade complementar, o Corpo de Bombeiros deu seqüência às suas campanhas educativas, promovendo cursos, em coordenação com entidades públicas e privadas, e contribuindo, pela prevenção, para a redução do número de sinistros.

O demonstrativo a seguir evidencia a magnitude do esforço neste campo e sua sazonalidade no desenrolar do triênio.

EDUCAÇÃO PREVENTIVA PELO CORPO DE BOMBEIROS

	1979		1980		1981	
Especificação	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos
Cursos de prevenção para entidades públicas	6	105	5	73	6	118
Cursos de prevenção para entidades privadas	1	5	3	42	9	148
Cursos de combate a incêndios florestais	—	—	2	30	1	22
Palestras	16	248	20	360	24	1.602
Treinamentos práticos	7	83	11	142	4	72
TOTAIS	30	441	41	647	44	1.962

FONTE: CB/SESP

No campo da descentralização de atividades, complementando as iniciativas executadas em 1980, por meio das quais procedeu-se à otimização na distribuição dos efetivos e unidades operacionais do Corpo de Bombeiros — instaladas em 14 cidades — permitindo que outros 40 municípios passassem a ser mais diretamente atendidos por tais serviços, foram estabelecidas as seguintes ações:

* Formulação de projeto-padrão para a criação e instalação de Unidades de Bombeiros Voluntários em Municípios;
* Estudo de viabilidade para instalação de uma Guarnição de Combate a Incêndio na Região de Campo Mourão.

11. POLÍCIA RODOVIÁRIA — BPRv

A atividade desenvolvida pelo Batalhão de Polícia Rodoviária — BPRv, que possui a atribuição principal de execução do policiamento preventivo nas rodovias estaduais, estende-se sobre 10.926 quilômetros de rodovias, com o detalhamento a seguir:

REDE RODOVIÁRIA POLICIADA PELO BPRv/PMPR

Especificação	1979	1980	1981
Pavimentadas	6.671	6.866	7.263
Revestidas	2.612	2.513	2.525
De leito natural	1.031	961	961
Em obras	625	587	177
TOTAIS	10.939	10.927	10.926

FONTE: BPRv/SESP

Os resultados do policiamento realizado pela Polícia Rodoviária, considerando-se o aumento da frota de veículos no Estado — já detalhado no relato das ações do DETRAN — da ordem de 20,1%, nos dois últimos anos, permitem afirmar que o índice de ocorrências apresenta apreciável involução, como perceptível no demonstrativo a seguir:

OCORRÊNCIAS NO TRÁFEGO RODOVIÁRIO

Ocorrências	1979	1980	1981
Acidentes	5.259	5.052	5.325
Notificações	108.358	69.792	78.377
N.° de feridos	3.919	2.828	4.338
N.° de mortos	636	443	625
TOTAIS	118.172	78.115	88.665

FONTE: BPRv/SESP

12. POLÍCIA FLORESTAL — BPFlo

O Batalhão de Polícia Florestal, que tem sob sua responsabilidade o policiamento ostensivo nas áreas florestais, objetivando a proteção da flora e fauna, atuou basicamente na proteção de 2 parques federais, 7 estaduais e 4 municipais, abrangendo uma área de 691.301,8 hectares.

A expansão dos atendimentos verificou-se através da instalação de 2 postos de policiamento, a saber: Bairro Alto, no Município de Antonina, e SANEPAR — Mananciais da Serra, no Município de Piraquara.

No decorrer do exercício, o BPFlo executou 1.250 atendimentos a ocorrências, em evidente expansão aos 557 executados em 1980 e aos 460 efetuados em 1979.

13. TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

A Polícia Civil, por intermédio da sua Escola de Polícia — EP, promoveu cursos de formação em diversas carreiras, para 454 alunos matriculados, ocorrendo aprovação para 437. Efetuou também cursos de aperfeiçoamento para 573 alunos matriculados e de especialização para 138.

Na Polícia Militar, através da Academia Policial Militar do Guatupê — APMG, foram realizados cursos de formação para 1.672 policiais, de aperfeiçoamento para 26 policiais e de especialização para 145.

Considerando os cursos e estágios realizados em outras organizações do País e em outros órgãos de treinamento do Estado, a Polícia Militar treinou outros 31 oficiais e graduados no ano de 1981.

O demonstrativo a seguir evidencia a amplitude do treinamento propiciado pelas duas Academias Policiais.

TREINAMENTO POLICIAL PROMOVIDO PELA SESP

	1979		1980		1981	
Espécie de Treinamento	**APMG**	**EP**	**APMG**	**EP**	**APMG**	**EP**
Cursos de formação	1.270	1.505	1.316	1.063	1.672	454
Cursos de aperfeiçoamento	83	270	28	340	26	573
Cursos de especialização	39	121	253	74	145	138
TOTAIS	1.392	1.896	1.597	1.477	1.843	1.165
TOTAIS ANUAIS	3.288		3.074		3.008	

FONTE: PM3/PMPR/ e EP/PC

14. SINOPSE DE RECURSOS

Na execução das suas atividades, a SESP mobilizou os seguintes recursos:

14.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979 Estat.	1979 CLT	1980 Estat.	1980 CLT	1981 Estat.	1981 CLT
Administração direta	14.039	941	14.128	1.063	13.605	1.150
DETRAN	366	84	323	224	284	246
TOTAIS	14.405	1.025	14.451	1.287	13.889	1.396

14.2. VEÍCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	132	151	154
Operacionais	976	1.191	1.328
Motocicletas	99	97	117
TOTAIS	1.207	1.439	1.599

14.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) FONTES

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro do Estado	1.737.373	3.164.351	6.603.446
Outros (Fundos)	106.709	179.480	406.180
TOTAIS	1.844.082	3.343.831	7.009.626

b) USOS

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e Encargos	1.518.340	2.703.395	5.560.089
Outros Custeios	219.033	425.956	890.357
Investimentos	106.709	214.480	559.180
TOTAIS	1.844.082	3.343.831	7.009.626

JUSTIÇA

1. INTRODUÇÃO

No âmbito do Poder Executivo, além das ações de apoio a cargo dos serviços de polícia judiciária, executados pelas unidades da Secretaria de Segurança Pública as atribuições inerentes a este importante segmento do setor público acham-se afetas à Secretaria de Estado da Justiça — SEJU.

Com efeito, em um contexto de valorização e prevalência do atendimento social, o adequado e eficaz funcionamento da justiça — garantindo os direitos individuais das pessoas, independentemente do seu "status" — constitui-se em requisito essencial. Foi a partir deste grande balizamento que a ação do órgão foi estruturada e vem sendo desenvolvida.

Assim, além do atendimento às rotinas normais e peculiares ao setor, foram equacionadas e promovidas novas iniciativas de alcance eminentemente social, calcadas nas seguintes políticas de atuação:

— Intensificação da assistência judiciária gratuita às pessoas carentes na própria região do seu domicílio;
— Ampliação da prestação de serviços através de efetiva interiorização das unidades de atendimento à população;
— Atuação intensiva na normatização do funcionamento dos cartórios e na oficialização das serventias da justiça;
— Ampliação da capacidade física das unidades penais e sua interiorização;
— Capacitação profissional dos internos nos estabelecimentos penais;
— Ampliação da assistência aos egressos em liberdade ou em regime de prisão-albergue.

Além dessas, o reequipamento das unidades integrantes do sistema, e a modernização e diversificação das oficinas e canteiros de trabalho caracterizaram-se também como orientações permanente do órgão.

2. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO — PGE

SUBPROCURADORIAS REGIONAIS

Dando prosseguimento ao programa de descentralização e interiorização de serviços — desencadeado na unidade a partir de 1979, com a criação das 14 Subprocuradorias Regionais — a PGE procedeu, em 1981, à instalação de mais 4 destas subunidades, elevando para 9 o número de Subprocuradorias em funcionamento, conforme indicado a seguir:

SUBPROCURADORIAS REGIONAIS INSTALADAS

Sede de Subprocuradoria	Data de Instalação	Comarcas Atendidas	Distritos Judic. Atendidos
Londrina	14/03/80	5	6
Campo Mourão	16/05/80	4	10
Paranavaí	14/06/80	6	17
Cornélio Procópio	08/08/80	6	8
Maringá	22/08/80	5	16
Francisco Beltrão	06/08/81	6	10
Guarapuava	13/08/81	4	4
Pato Branco	06/08/81	4	7
Paranaguá	07/10/81	3	3
TOTAIS	9	43	81

FONTE: PGE/SEJU

Em 1981, tais unidades efetuaram 7.657 atendimentos apreciaram 2.656 processos e propiciaram a cobrança de Cr$ 65,2 milhões em executivos fiscais, com expressiva evolução comparativamente a 1980, conforme demonstrado pelo quadro abaixo:

ATIVIDADES REALIZADAS PELAS SUBPROCURADORIAS REGIONAIS

Subprocuradoria	Processos Apreciados		Justiça Gratuita e Atend. Público		Executivos Fiscais (Em Cr$ 1.000,00)	
	1980	1981				
Londrina	2.612	1.343	730	2.407	1.831	20.027
Campo Mourão	784	316	—	188	1.500	4.195
Paranavaí	605	—	157	3.600	747	2.162
Cornélio Procópio	127	204	124	621	—	8.010
Maringá	261	611	—	—	3.830	15.182
Francisco Beltrão	—	47	—	—	—	—
Guarapuava	—	94	—	525	—	—
Pato Branco	—	30	—	196	—	2.572
Paranaguá	—	11	—	120	—	13.072
TOTAIS	4.389	2.656	1.011	7.657	7.908	65.220

FONTE: PGE/SEJU

ASSISTÊNCIA JUDICIARIA GRATUITA

A Procuradoria Geral do Estado deu continuidade às atividades decorrentes da instalação, em Curitiba, em junho de 1980, da nova sede da Procuradoria de Assistência Judiciária Gratuita com atuação na Região Metropolitana e supletivamente em localidades do Interior. Tal medida, justificada

pela expansão na procura dos atendimentos propiciados e pela celebração de convênios de mútua colaboração com a Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná — e com a Universidade Católica do Paraná, para treinamento de estagiários, apresentou os resultados expressos no demonstrativo a seguir:

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA PRESTADOS PELA PGE EM AÇÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E CRIMINAIS

Especificação	1980	1981
Reclamatórias e acordos	19	219
Petições iniciais	371	1.464
Alvarás	187	622
Memoriais e contestações	160	809
Audiências e instruções de julgamento	1.117	7.876
Defesas prévias e alegações finais	3.397	4.680
Recursos	197	273
Júris	48	59
"Habeas-corpus"	132	117
Processos de entrada e saída	—	4.680
Atendimentos diversos	2.447	12.655
TOTAIS	8.075	33.454

FONTE: PGE/SEJU

Além de outros atendimentos propiciados pelos estagiários de serviço social, que se estenderam a 22.210 pessoas em 1981 (contra 1.400 em 1980), a Procuradoria de Assistência Judiciária, conforme detalhado a seguir, efetuou 28.429 atendimentos em Ações na Vara de Família.

AÇÕES JUNTO À VARA DE FAMÍLIA

Especificação	1980	1981
Pensões	363	2.550
Separações	368	3.366
Divórcios	285	2.755
Guarda e responsabilidade	165	925
Tutela e curatela	108	893
Buscas e apreensões	139	1.110
Audiências e contestações	—	2.530
Alvarás	2.004	4.435
Legitimações e adoções	—	1.465
Atendimentos diversos	21.300	8.400
TOTAIS	24.732	28.429

FONTE: PGE/SEJU

DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO

No campo das atividades de atendimento às instituições do Poder Executivo e de defesa dos interesses do Estado no campo dos contenciosos administrativos e judiciários, a PGE, além dos atendimentos propiciados pelas Subprocuradorias Regionais, apresentou, como principais resultados, em 1981, os indicados no demonstrativo a seguir:

ATIVIDADES GERAIS DA PGE — 1981

Especificação	Unidade	Quantidade
Ações judiciais	ações	6.064
Processos administrativos	processos	4.339
Certidões recebidas/preparadas	unidades	2.881
Cadastros de avaliação de imóveis	cadastros	4.349
Justificação de posse	audiências	2.102
Informações conclusivas	informações	3.038
Contestações, agravos, recursos em geral	atividades	1.676
Atendimentos em executivas fiscais	consultas	15.547
Ações executivas propostas	ações	2.928
Outros atendimentos	unidades	1.052
TOTAL	—	43.976

FONTE: ACR/SEJU

A PGE participou também, através do assessoramento à Gerência Superior da SEJU, nas atividades gerais de apoio, relacionadas com o processo de desmembramento e criação — em 1981 — dos novos Municípios de Boa Vista da Aparecida, Juranda, Missal, São Jorge do Patrocínio e Sarandi.

3. PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA — PGJ

A Procuradoria Geral da Justiça, no decorrer do período 1979/81, orientou a sua atuação no sentido de aprimorar seus instrumentos de ação judicial, na execução da Lei e da Justiça, no interesse da sociedade e na preservação das instituições basilares da organização do Estado, com fundamento na Constituição.

Na atuação da unidade, em 1981, cabe destacar as seguintes realizações:

* Execução de 66 correições ordinárias em Comarcas do Interior;
* Seleção de 43 candidatos ao cargo de Promotor Substituto, através de Concurso Público;
* Emissão de 8.107 pareceres sobre matérias civis e criminais;
* Exame de 5.995 processos criminais e de 5.266 processos cíveis nas correições;

* Exame de 947 inquéritos policiais nas correições;
* Aquisição e distribuição de 83 bibliotecas de obras jurídicas para as Promotorias do Interior.

4. COORDENAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO — COOSIPE

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO DETENTO

Objetivando recuperar e reintegrar socialmente os presos, a COOSIPE tem-se voltado, sobremaneira, para a celebração de convênios com outras entidades públicas ligadas ao treinamento de recursos humanos, em particular com a LBA; Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO, do Ministério do Trabalho; SENAI, SENAC e outras entidades. Essa ação visa, simultaneamente, ocupar com atividades produtivas o tempo ocioso dos detentos e favorecer o aprimoramento das suas qualificações profissionais com vistas à preparação dos mesmos para o reingresso no meio social, após o cumprimento da pena.

No período de 1979 a 1981, foram ministrados cursos de auxiliar de cozinha, afiador de fita, auxiliar de escritório, artesanato, corte e costura, datilógrafo, mecânico, encanador, horticultor, marceneiro, pedreiro, pintor de paredes, tratorista, vendedor, etc., conforme demonstrativo:

CURSOS PROMOVIDOS PELA COOSIPE

Especificação	1979	1980	1981
Cursos ministrados	32	23	48
Número de turmas	33	35	54
Horas-aulas	6.735	3.860	7.140
Número de presos que concluíram	1.025	564	269
Número de presos profissionalizados	873	323	744

FONTE: COOSIPE/SEJU

PROGRAMA THEMIS

Visando diminuir o índice de reincidência criminal, a SEJU deu prosseguimento ao Programa Themis, desenvolvendo um conjunto de atividades destinadas a propiciar condições de reintegração aos que cumprem pena em liberdade. Este programa de assistência e de supervisão, voltado também para a conscientização da comunidade — quanto à sua participação na reintegração do apenado — proporcionou atendimento, na Capital e Interior do Estado, a mais de 1.400 pessoas.

PROGRAMA THEMIS

Especificação	1979		1980		1981	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
Prisão-albergue	23	86	26	228	39	130
Liberdade condicional	80	46	106	70	88	63
"Sursis"	20	50	35	67	48	86
Trabalho externo	23	23	25	29	14	15
TOTAIS	146	205	192	394	189	294

FONTE: COOSIPE/SEJU

PENITENCIARIA REGIONAL NORTE

O afastamento do preso da região da culpa tem causado sérios problemas para a aplicação da Justiça, tais como: o acúmulo de presos, em condições inadequadas, nas cadeias do Interior do Estado; a superpopulação carcerária nos estabelecimentos penais da Capital, além dos problemas de segurança. Esses fatores levaram a SEJU a programar a interiorização de complexos penitenciários.

Assim, após a execução de estudos de viabilidade, foi implementada a execução do projeto de construção da Colônia Agropecuária-Industrial de Londrina, no Distrito de Tamarana, edificada em módulos, permitindo o cumprimento da pena em regime fechado e semi-aberto. Esta colônia, cuja área construída totaliza 25.000m², acha-se situada em uma gleba de 50 alqueires e tem seu custo estimado em Cr$ 350 milhões, devendo propiciar a oferta de 1.000 novas vagas para internamento penal.

Na execução da obra, foram investidos Cr$ 50,1 milhões em 1981, aplicados na primeira etapa do complexo, a qual abrange um conjunto de edificações que totalizam 10.000m².

Procurando minimizar os problemas oriundos da superpopulação prisional — orientação que ensejou a instalação, em 1980, de um minipresídio em Cascavel — e com base nos estudos voltados à especialização dos estabelecimentos penais segundo a periculosidade de sua clientela e que permitam assistência ao preso e à família, a COOSIPE deu início à execução do projeto de remanejamento físico das unidades penais, que abrange a transferência da Penitenciária Feminina, de Piraquara — atualmente com parte de sua capacidade ociosa — para a Capital, na área da Prisão Provisória de Curitiba, onde ser-lhe-á destinada a área da Central de Triagem, com 1.295m², já em processo de adaptação. Tal transferência possibilitará o oferecimento de mais 200 vagas no sistema penitenciário.

ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO SOCIAL

O Instituto de Orientação Social — IOS, organismo de apoio externo, vinculado à COOSIPE e criado para assistir o interno no seu retorno ao convívio social, vem propiciando assistência aos egressos dos estabelecimentos penais, através da obtenção de documentação profissional e pessoal, bem como pelo encaminhamento para colocação em empregos. Nessa linha de ação, o Instituto prestou assistência e atendimento, no período de 1979 a 1981 a 2.763 egressos, que volveram ao convívio familiar e social, conforme demonstrado a seguir:

ATENDIMENTO DO IOS A EGRESSOS

Unidade de Procedência	Número de Egressos Atendidos		
	1979	1980	1981
Prisão Provisória de Curitiba	200	364	527
Penitenciária Central do Estado	300	352	421
Penitenciária Feminina	10	39	—
Colônia Penal Agrícola	60	141	119
Manicômio Judiciário	52	76	102
TOTAIS	622	972	1.169

FONTE: COOSIPE/SEJU

As principais modalidades de atendimento propiciadas pelo IOS achamse quantificadas no demonstrativo abaixo:

ATENDIMENTOS DO IOS POR ESPÉCIES

Especificação	Quantidade de Atendimentos		
	1979	1980	1981
Encaminhamento a emprego	80	41	24
Encaminhamento a patronatos	170	142	136
Fornecimento de certidão de nascimento	380	399	165
Encaminhamento para obtenção da carteira profissional	50	110	64
Encaminhamento para obtenção de certificado de reservista	340	224	182
Fornecimento de carteira de identidade	60	111	78
Obtenção de título de eleitor	372	225	157
Fornecimento de passagens	300	664	858
Concessão de ajudas de custo	320	747	906

FONTE: COOSIPE/SEJU

Os Patronatos vinculados à COOSIPE efetuaram o atendimento a 484 egressos em 1981, conforme detalhamento abaixo:

DESEMPENHO DOS PATRONATOS

Patronato	Número de Egressos Atendidos		
	1979	1980	1981
Lar Betânia/Maringá	68	111	127
Belém/Ivaiporã	61	90	119
São Vicente de Paulo/Londrina	102	41	45
São Vicente de Paulo/Curitiba	149	175	193
TOTAIS	380	417	484

FONTE: COOSIPE/SEJU

FUNDO PENITENCIARIO

O Fundo Penitenciário, cujos recursos originam-se das atividades produtivas nos diversos canteiros de trabalho dos estabelecimentos penais, apresentou uma receita bruta no montante de Cr$ 34,8 milhões em 1981, elevando para Cr$ 58,7 milhões a receita gerada no triênio.

Tal receita, integralmente revertida na melhoria e no reequipamento do complexo, propiciou, além da aquisição de equipamentos e ferramentas para as oficinas, os recursos para construção da nova ala administrativa da Prisão Provisória de Curitiba — iniciada em 1979 e concluída em 1981 — e para a adequação das instalações do IOS.

Esses 2 projetos tiveram também, como efeitos diretos, os de possibilitarem o treinamento profissional de internos, a redução da ociosidade no âmbito carcerário e o barateamento dos custos de construção — que totalizaram Cr$ 7,3 milhões para uma área construída de 1.862m², isto é, Cr$ 3.920,00 por metro quadrado.

5. PRISÃO PROVISÓRIA DE CURITIBA — PPC

No decorrer de 1981, a Prisão Provisória de Curitiba manteve, em regime fechado, uma população carcerária média de 823 presos, dando prosseguimento às atividades tradicionais de preparação dos detentos para a respectiva reintegração social, após cumprida a sentença.

O estabelecimento propiciou também assistência médica, odontológica, psicológica, jurídica e social aos internos e seus familiares, tendo efetuado, no exercício, 9.600 desses atendimentos, mantendo-se assim na média dos dois exercícios precedentes, respectivamente com 10.260 e 8.539 atendimentos diversos.

Na área de produção, estreitamente vinculada à capacitação profissional do detento e à geração de receita para o Fundo Penitenciário, os resultados de ação da unidade acham-se expressos no demonstrativo a seguir:

PRODUÇÃO NAS OFICINAS E CANTEIROS DA PPC

Especificação	Unidade	Quantidade		
		1979	1980	1981
Artesanato (bolas, redes, etc.)	unidade	210.519	1.446	1.284
Macarrão	quilo	26.677	75.700	57.380
Horticultura	caixa	5.049	7.247	1.874
Pão	quilo	26.301	—	62.953
Café (moagem)	quilo	—	6.272	—
Plaqueta de veículo	unidade	—	—	790.500

FONTE: PPC/SEJU

6. PENITENCIARIA CENTRAL DO ESTADO — PCE

A Penitenciária Central do Estado manteve, em regime de prisão fechada uma média de 1.020 presos, propiciando-lhes oportunidades de formação e aperfeiçoamento profissional, através de cursos e de atividades práticas em oficinas e canteiros de trabalho.

Esta unidade manteve também cursos de alfabetização para presos sem escolaridade, oferecendo-lhes oportunidade para ingressarem num mundo novo, através da leitura, ampliando as suas condições pessoais de ressocialização.

Através das atividades de assistência proporcionadas pela SEJU, em 1981 foram efetuados 31.295 atendimentos médicos, odontológicos, farmacêuticos, psicológicos e sociais, com grande expansão sobre os 9.338 atendimentos de 1980 e os 5.304 de 1979.

Quanto às atividades de produção, os resultados proporcionados pela PCE acham-se expressos no demonstrativo a seguir:

PRODUÇÃO NAS OFICINAS E CANTEIROS DA PCE

Especificação	Unidade	Quantidade		
		1979	1980	1981
Montagem de redes e bolas	unidade	—	23.532	12.344
Pão	quilo	—	48.339	113.578
Café (moagem)	quilo	—	6.272	3.650

Especificação	Unidade	Quantidade 1979	1980	1981
Tipografia	unidade	—	—	60.000
Lavanderia	peças	—	—	9.138
Oficina mecânica	conserto	—	—	370
Acabamento de calçados	pares	—	—	16.104
Outros (prótese, móveis, etc.)	unidade	10.846	—	41.424

FONTE: PCE/SEJU

7. PENITENCIARIA FEMININA — PF

A Penitenciária Feminina, no decorrer do exercício, orientou a sua atuação no sentido de propiciar um atendimento adequado às 37 detentas que mantém em regime prisional, oferecendo-lhes oportunidades de trabalho, lazer, desenvolvimento profissional e reeducação para a vida. Dentro deste enfoque, realizou as seguintes atividades:

* Desenvolvimento de trabalhos e atividades produtivas e de assistência penitenciária de forma condizente com a dignidade humana, visando à diminuição da reincidência criminal;
* Desenvolvimento de ações de assistência aos filhos das detentas, em particular àqueles na faixa dos 0 aos 7 anos, inclusive propiciando-lhes educação através de curso pré-primário;
* Promoção de cursos profissionalizantes, com vistas ao aperfeiçoamento profissional, ao combate à ociosidade carcerária e à propiciação de acesso ao mercado de trabalho, quando em liberdade.

Os principais resultados da atividade produtiva da unidade encontram-se demonstrados a seguir:

PRODUÇAO DE BENS E SERVIÇOS PELA PF

Especificação	Unidade	Quantidade 1979	1980	1981
— Confecção de toalhas, tapeçarias e costuras em geral	unidade	391	1.844	1.130
— Preparação de documentos para microfilmagem	caixa	—	300	400
— Embalagens de figurinhas	pacote	—	1.456.230	—

FONTE: COOSIPE/SEJU

8. COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA — CPA

Dentro da mesma linha de atuação das demais unidades do Sistema Penitenciário, a Colônia Penal Agrícola conferiu ênfase às atividades de assistência integral e alfabetização aos presos e seus familiares, oferecendo preparo e aperfeiçoamento profissional. Com isso, combateu-se a ociosidade carcerária, oportunizou-se o acesso ao mercado de trabalho e buscou-se a diminuição dos índices de reincidência criminal.

Assim, foram desenvolvidos programas de laborterapia, abrangendo a área artesanal e de lazer, através da promoção de atividades culturais, esportivas e sociais. Dinamizaram-se, também, as atividades de assistência médica, odontológica, social, psicológica e jurídica, as quais, em 1981, totalizaram 1.944 atendimentos, contra uma média anual de 1.913 nos dois anos precedentes.

A CPA, que manteve, em 1981, 143 detentos em regime de prisão semiaberta, apresentou expressiva contribuição — através da sua produção — à geração de recursos para o Fundo Penitenciário, como evidencia o quadro abaixo:

PRINCIPAIS PRODUÇÕES DA CPA

Especificação	Unidade	Quantidade 1979	1980	1981
Tijolo	unidade	347.880	403.600	436.000
Extração de areia	m3	72	—	—
"Pinus"	m3	1.345	966	327
Milho	quilo	1.850	120	—
Soja	quilo	213.740	138.590	55.020
Trigo	quilo	—	15.660	—
Aveia	quilo	—	70.260	—
Suínos	quilo	—	16.603	39.112
Sapatos	pares	—	203	429

FONTE: COOSIPE/SEJU

9. MANICÔMIO JUDICIÁRIO — MJ

O Manicômio Judiciário deu cumprimento às suas responsabilidades de provimento de cuidados médico-psiquiátricos aos doentes psicossociais internados, bem como o adequado atendimento nas suas necessidades de custódia, trabalho e assistência penitenciária, com vistas a recuperá-los para o exercício da condição de cidadãos úteis à sociedade. No decorrer de 1981, o MJ propiciou assistência médico-odontológica a uma média mensal de 267 internos, totalizando 8.425 atendimentos.

A unidade ofertou também programas de lazer e atividades produtivas de caráter manual, capazes de funcionar como entretenimento orientado para grande parte dos doentes. O resultado de tais atividades foi a produção de 3.363 peças de vestuário e de 492 colchões de capim.

No decorrer deste ano, foi efetuada a reforma geral da lavanderia e dos equipamentos da cozinha, bem como aperfeiçoaram-se os dispositivos de segurança e iluminação. Foram ainda construídas novas instalações sanitárias nas enfermarias. Essas obras implicaram na aplicação de Cr$ 5,2 milhões em investimentos.

10. COORDENADORIA DAS NATURALIZAÇÕES E DO CADASTRO DAS SERVENTIAS DA JUSTIÇA

Diligenciou-se para a reestruturação de normas de funcionamento dos cartórios e para a oficialização das serventias da justiça, em consonância com a legislação já em vigor. Foi também desenvolvida campanha no Interior do Estado visando à plena integração do imigrante, através da sua participação, como cidadão naturalizado na vida brasileira.

Apesar dos problemas decorrentes da mudança na legislação relativa a estrangeiros e das dificuldades a superar na interpretação das normas complementares que a regulamentam, a ação da unidade propiciou a formalização de 932 processos e a efetivação de 54 naturalizações no decorrer do exercício.

NATURALIZAÇÃO DE IMIGRANTES

Especificação	1979		1980		1981	
	Capital	Interior	Capital	Interior	Capital	Interior
Entrada de processos	163	637	209	761	81	851
Naturalizações efetivadas	143	543	26	62	5	49

FONTE: ACR/SEJU

11. CONSELHO PENITENCIACIO DO ESTADO

O Conselho Penitenciário do Estado empenhou-se na execução de ações voltadas a agilitar o atendimento de um maior número de processos no menor espaço de tempo. Seus principais resultados encontram-se detalhados a seguir:

ATIVIDADES DO CONSELHO PENITENCIARIO DO ESTADO

Especificação	1979	1980	1981
Processos autuados	765	1.818	1.332
— Livramento condicional	279	413	310
— Comutação de pena	86	730	158
— Indulto	209	281	202
— Prisão-albergue	129	121	184
— Trabalho externo	14	40	55
— Regime semi-aberto	48	233	423
Processos sorteados aos Conselheiros	833	1.684	1.274
Processos relatados pelos Conselheiros	765	1.500	1.174
Pareceres favoráveis	569	1.301	767
Familiares de presos atendidos pelo Conselho	—	620	1.100

FONTE: ACR/SEJU

12. JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

A partir de 1979, a autarquia iniciou a interiorização dos serviços de registros do comércio a seu cargo, mediante a criação de 8 escritórios regionais. Tais unidades, habilitadas a autenticar os livros no ato da apresentação e a prestar, na própria região, orientação técnica às empresas — bem como estruturadas para encaminhar, via malote e sem intermediários, documentos que devam tramitar na sede, em Curitiba — tiveram como escopo básico facilitar o acesso do setor empresarial aos serviços da Junta.

Em 1979 e 1980, foram instalados os Escritórios de Londrina e Ponta Grossa. Cinco outros escritórios passaram a funcionar em 1981, com área de abrangência sobre 138 municípios.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIOS REGIONAIS PELA JCP

Sede do Escritório	Data de Instalação	Municípios Abrangidos pelo Escritório
Londrina	09/11/79	50
Ponta Grossa	05/12/80	20
Cascavel	13/04/81	20
Pato Branco	06/08/81	30
Guarapuava	13/08/81	7
Santo Antonio da Platina	11/12/81	39
Maringá	21/12/81	42

FONTE: JUNTA COMERCIAL

Esses escritórios, em seu funcionamento, vêm apresentando crescente desempenho, como evidencia o demonstrativo a seguir:

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESCRITÓRIOS DA JUNTA COMERCIAL

Escritórios	Livros Registrados		Processos Enviados		Certidões Requeridas	
	1980	1981	1980	1981	1980	1981
Cascavel	—	2.486	—	1.030	—	200
Guarapuava	—	345	—	179	—	12
Londrina	5.678	5.734	2.273	3.680	545	692
Maringá	—	200	—	14	—	03
Pato Branco	—	538	—	214	—	50
Ponta Grossa	147	2.548	85	1.539	12	265
Santo A. da Platina	—	81	—	13	—	01
TOTAIS	5.825	11.932	2.358	6.669	557	1.223

FONTE: JUNTA COMERCIAL

Com a inauguração da sua nova sede própria em 1980, instalada em prédio com 2.140m² de área construída, e com a complementação dos seus equipamentos em 1981 — inclusive dotando-se a autarquia de canais de telex — aparelhou-se a unidade para a prestação de melhores serviços à classe empresarial.

No desempenho das atividades de registro, publicidade e controle documental sobre os atos do comércio, a Junta apresentou o movimento indicado pelo demonstrativo a seguir:

SERVIÇOS DE REGISTRO DE CADASTRO E FISCALIZAÇÃO DA JCP

Serviços prestados	1979	1980	1981
— Registro de firmas novas	8.763	17.174	16.247
— Criação de filial e proteção ao nome comercial	498	697	05
— Distratos sociais e emancipações	1.387	1.237	1.428
— Alterações de contratos	11.435	13.091	13.040
— Anotações em contratos	3.298	3.205	3.385
— Cancelamento de firmas individuais	657	971	977
— Atas de Sociedade Cooperativa e Sociedades Anônimas	4.272	300	2.133
— Certidões datilografadas	8.477	7.311	8.018
— Certidões fotocopiadas	15.985	15.512	18.003
— Livros registrados e transferidos	49.878	47.877	32.541

FONTE: JUNTA COMERCIAL

13. SINOPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

Na execução das suas atividades e produção dos resultados indicados, a SEJU contou com os seguintes recursos:

13.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979 Estat.	1979 CLT	1980 Estat.	1980 CLT	1981 Estat.	1981 CLT
Administração direta	868	383	866	268	889	290
Administração indireta	73	19	63	84	55	102
TOTAIS	941	402	929	352	944	392

13.2. VEÍCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	38	42	45
Operacionais	11	11	10
Máquinas e tratores	7	7	7
TOTAIS	56	60	62

13.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) **FONTES**

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro estadual	365.704	630.115	1.393.471
Arrecadação própria	4.476	7.770	3.288
TOTAIS	370.180	637.885	1.396.759

b) **USOS**

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e encargos	285.744	471.197	1.049.392
Custeios diversos	69.025	129.777	278.760
Capital	13.048	36.911	67.319
TOTAIS	367.817	637.885	1.395.471

HABITAÇÃO POPULAR

1. INTRODUÇÃO

A intensificação do programa habitacional desenvolvido pelo Governo Estadual, por intermédio da Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, além da oferta de moradias para parcelas crescentes da população de baixa renda, extrapolam esta finalidade, para constituírem-se em contribuição decisiva no sentido de elevar a oferta de empregos e os padrões de qualidade de vida nas diferentes regiões do Estado.

A construção de núcleos e conjuntos habitacionais, com a simultânea expansão dos serviços públicos essenciais e a instalação de equipamentos urbanos, acaba por caracterizar-se em poderoso incentivo à permanência da população em seu local de origem, freando, dessa forma, o processo migratório em direção aos centros urbanos maiores e reduzindo as tensões sociais decorrentes desse processo.

A construção de 26.416 unidades habitacionais nas cidades do Interior do Estado, em apenas três anos, além dos efeitos diretos em termos de geração de empregos e de geração de riquezas no contexto regional, propiciou casa própria a um contingente populacional superior a 100 mil pessoas, ensejando, ao mesmo tempo, um número correspondente de novas ligações de água, de esgotos, de energia elétrica e, em boa parte, de telefonia, com evidentes conseqüências em bem-estar de tais beneficiários.

Por trás desses resultados, e até mesmo a determiná-los, a ação do setor tem sido balizada, principalmente, pelas seguintes políticas de atuação:

— Ampliação da oferta de habitação adequada à população do Interior do Estado e, consequentemente, dos padrões de saúde e bem-estar desfrutados por estes habitantes;
— Construção de conjuntos habitacionais dotados de características integradas, possuindo infra-estrutura adequada, áreas especiais para ampliação de escolas e construção de igrejas e de instalações para o funcionamento de postos de saúde, bibliotecas, associações de moradores e outras atividades de interesse comunitário;
— Limitação ao tamanho físico dos conjuntos — como forma de facilitar sua integração plena nas cidades respectivas e de evitar as tensões sociais peculiares aos grandes agrupamentos;
— Ampliação das pesquisas sobre padrões de materiais que, resguardadas a segurança e a resistência desejáveis, permitam ampliar o número de pessoas com acesso à moradia própria;
— Consolidação da diretiva de que a responsabilidade perante o mutuário não se encerra com a entrega da unidade habitacional — aceitando-a como existente durante toda a fase de consolidação do conjunto, em sua condição de agrupamento social integrante da comunidade em que se insere.

Vale ressaltar ainda, que a vinculação da COHAPAR à SEDM passou a subordinar toda a ação desta Companhia de Habitação também ao elenco de políticas de atuação definidas para a área de apoio aos municípios.

2. MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA DA COHAPAR

A ênfase conferida ao setor habitacional determinou a adoção de novos procedimentos e a descentralização da base operacional da Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR. Assim, além da construção de nova sede central, foram instalados 13 escritórios regionais, ampliando a velocidade de atendimento e o número de municípios beneficiados com os projetos de construção de núcleos habitacionais.

No período de 1965 até o início da corrente gestão governamental, haviam sido construídos pelo setor habitacional do Governo do Estado, conjuntos ou unidades residenciais num total de 9.677 moradias, distribuídas em 59 municípios. Esse número foi aumentado em quase três vezes, através das 24.442 casas, concluídas no período de março de 1979 a dezembro de 1981, em 123 municípios.

Essa expansão do setor tornou necessária a utilização de processamento eletrônico para o controle da arrecadação e emissão de carnês de pagamento, medida através da qual foram superados tanto as dificuldades de administração dos conjuntos habitacionais quanto os freqüentes embaraços a que eram submetidos os mutuários.

3. APOIO AOS MUNICÍPIOS

Outra medida de alcance adotada pelo Governo do Estado na área habitacional foi a de liberar as prefeituras, mediante rescisão de um convênio anteriormente existente, da responsabilidade pela administração dos conjuntos. Esse encargo determinava, inclusive, que as municipalidades assumissem o ônus pelas inadimplências dos mutuários.

Pelos termos do mencionado convênio, a COHAPAR recebia procuração para reter, mensalmente, da quota do ICM do município, o montante equivalente ao valor das prestações não-pagas, como garantia dos investimentos e das responsabilidades assumidas perante os Agentes Financiadores.

Com a rescisão do convênio, as prefeituras foram liberadas dos encargos já mencionados, constituindo a medida, simultaneamente, um aumento das disponibilidades financeiras e a redução de custos pela possibilidade de desativação das estruturas de controle então existentes. Por outro lado, a medida conferiu à COHAPAR a possibilidade de uma assistência direta e permanente aos adquirentes das casas.

4. CONSTRUÇÕES DE HABITAÇÕES

No decorrer de 1981, foram concluidas pela COHAPAR, 12.206 casas, totalizando 26.416 unidades habitacionais neste triênio 1979/81. No final de 1981, estavam em construção mais 7.579 unidades, enquanto outras 16.478 unidades encontravam-se em fase de análise nos órgãos financeiros, em licitação ou com os projetos em elaboração.

Desconsideradas as 1.974 casas concluídas no 1.º trimestre de 1979, o total do programa, em execução no triênio 1979/81, perfaz 49.525 unidades habitacionais, isto é, o quíntuplo do realizado desde a criação da Companhia em 1965, ou seja: 994 casas construídas pela Caixa de Habitação, 837 casas construídas em planos isolados e 7.846 casas construídas pela COHAPAR até 15.03.79.

CASAS CONSTRUIDAS PELA COHAPAR SEGUNDO OS PROGRAMAS

Especificação	1979	1980	1981
Programa de Núcleos Habitacionais	10.422	3.512	11.386
Programa FICAM	—	207	764
Programa Desfavelamento	—	34	56
Programa de Habitação Rural	—	35	—
TOTAIS	10.422	3.788	12.206

FONTE: COHAPAR/SEDM

PROGRAMAS ESPECIAIS

Além da programação normal de construção de conjuntos habitacionais, a COHAPAR passou a desenvolver alguns projetos especiais, como os relativos à habitação rural e ao desfavelamento — ambos executados pelo sisma de mutirão — e o financiamento para habitações de interesse social (FICAM).

No campo da habitação rural, dois projetos experimentais foram realizados em 1980 — em Apucarana (30 casas) e em Imbituva (5 casas) — com o objetivo de fixação das famílias beneficiadas em áreas nas quais seja possível a sua subsistência na atividade agrícola. No decorrer de 1981, os resultados da experiência foram acompanhados e acham-se em fase de interpretação, com vistas a subsidiar empreendimentos similares em exercícios futuros.

No Programa de Desfavelamento, foram construídas, em 1981, moradias para 56 famílias, antes moradoras de uma favela situada em Guarapuava, as quais somaram-se às 34 já beneficiadas pelo programa em 1980. Este empreendimento contou com efetiva participação das famílias e da própria comunidade local nos mutirões executados, atestando sua viabilidade em grupamentos motivados.

Através do Programa FICAM — destinado à construção de moradias para pessoas que possuam terrenos ou para ampliação e melhorias de habitações em condições precárias — foram construídas 992 unidades, além de ampliações e melhorias em 134 outras no biênio 1980/81, conforme demonstrado a seguir:

CASAS CONSTRUÍDAS ATRAVÉS DO PROGRAMA FICAM

Valores em 1000 UPCs

Municípios	1980		1981	
	N.º Casas	UPCs	N.º Casas	UPCs
Andirá	—		2	0,96
Apucarana	9	4,59	11	5,54
Astorga	—	—	4	2,23
Barracão	—	—	101	44,19
Bela Vista do Paraíso	2	0,99	1	0,50
Bom Sucesso	6	2,91	—	—
Califórnia	—	—	5	2,49
Cambé	—	—	9	4,49
Campo Mourão	5	2,61	7	3,55
Cascavel	—	—	22	10,91
Castro	1	0,43	1	0,49
Catanduvas	—	—	3	1,50
Cianorte — Ampliação	12	0,19	—	—
Cidade Gaúcha	—	—	56	26,83
Clevelândia — Ampliação	9	3,09	—	—
Cornélio Procópio	3	1,62	6	3,07
Curitiba	—	—	1	0,49
Francisco Beltrão	—	—	33	16,46
Guarapuava	30	15,24	72	36,04
Irati	5	2,43	19	9,14
Itambaracá	—	—	2	1,00
Ivaiporã	—	—	1	0,50
Jaguapitã	8	3,89	1	0,29
Jaguariaíva	2	1,07	4	2,60
Jardim Alegre	—	—	17	8,08
Lapa	10	6,35	—	—
Laranjeiras do Sul	—	—	8	4,00
Leópolis	—	—	8	4,22
Lobato	—	—	71	32,10
Mandaguari	—	—	2	1,20
Maringá	1	0,59	4	1,93
Matelândia	—	—	15	7,05
Miraselva	18	9,06	—	—
Palmeira	14	6,89	2	0,97

Municípios	1980 N.º Casas	1980 UPCs	1981 N.º Casas	1981 UPCs
Piraí do Sul	21	10,55	12	6,03
Ponta Grossa	68	34,25	118	57,04
Realeza	—	—	6	2,99
Santa Amélia	—	—	1	0,50
Santa Cruz do Monte Castelo	—	—	73	33,54
São Sebastião da Amoreira	—	—	1	0,50
Telêmaco Borba	—	—	38	18,81
Tibagi	—	—	5	2,43
Ubiratã	—	—	2	1,00
Uraí	4	2,06	7	3,56
Wenceslau Braz	—	—	12	5,99
TOTAIS	228	108,81	764	365,41

FONTE: COHAPAR/SEDM

PROGRAMAÇÃO NORMAL DE NÚCLEOS HABITACIONAIS

Na execução de sua programação normal, no decorrer de 1981 foram construídas 11.386 unidades habitacionais, em 73 municípios.

CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS PELA COHAPAR

Valores em 1000 UPCs

Municípios	1979 N.º Casas	1979 UPCs	1980 N.º Casas	1980 UPCs	1981 N.º Casas	1981 UPCs
Alvorada do Sul	—	—	—	—	175	88,5
Andirá	132	59,7	—	—	—	—
Apucarana	1.494	591,0	—	—	244	147,2
Arapongas	305	118,1	—	—	663	417,9
Assaí	200	67,7	—	—	100	63,9
Astorga	—	—	—	—	82	39,8
Bandeirantes	—	—	102	36,1	—	—
Barbosa Ferraz	—	—	—	—	59	26,6
Boa Esperança	—	—	—	—	40	19,3
Cambé	—	—	—	—	359	165,7
Campina da Lagoa	—	—	—	—	64	25,9
Campo Mourão	—	—	453	161,5	—	—
Cascavel	989	411,9	957	389,2	285	119,3
Castro	—	—	—	—	255	159,3
Centenário do Sul	—	—	—	—	48	19,7
Cidade Gaúcha	—	—	64	19,2	—	—
Colorado	—	—	52	22,1	98	42,0

Municípios	1979		1980		1981	
	N.º Casas	UPCs	N.º Casas	UPCs	N.º Casas	UPCs
Cornélio Procópio	464	151,4	32	10,5	105	48,3
Cruzeiro do Oeste	158	59,5	—	—	—	—
Faxinal	—	—	—	—	265	143,2
Florestópolis	—	—	101	42,0	—	—
Foz do Iguaçu	730	105,6	—	—	—	—
Francisco Beltrão	62	21,8	118	44,5	135	61,0
Goio-Erê	—	—	149	46,9	—	—
Guaíra	—	—	92	34,5	—	—
Guapirama	—	—	20	7,2	—	—
Guarapuava	—	—	115	42,8	658	352,4
Ibaiti	—	—	63	23,2	—	—
Ibiporã	—	—	37	14,0	408	221,3
Icaraíma	—	—	51	26,0	—	—
Imbituva	—	—	—	—	45	23,9
Irati	—	—	—	—	136	62,7
Jaboti	—	—	—	—	15	7,1
Jacarezinho	—	—	200	35,8	—	—
Jardim Alegre	50	17,7	19	11,3	53	25,8
Jataizinho	100	41,2	—	—	—	—
Leópolis	—	—	50	21,2	—	—
Loanda	132	43,5	—	—	—	—
Mandaguaçu	100	34,7	—	—	—	—
Mandaguari	81	25,0	—	—	300	174,4
Mangueirinha	—	—	—	—	99	68,7
Marilândia do Sul	—	—	—	—	45	19,5
Marialva	182	73,8	185	72,5	—	—
Mariluz	—	—	—	—	95	56,6
Maringá	1.858	764,5	—	—	537	336,1
Marmeleiro	—	—	—	—	80	48,7
Matelândia	47	16,4	—	—	—	—
Matinhos	80	26,2	—	—	—	—
Medianeira	—	—	—	—	222	137,6
Miraselva	—	—	—	—	98	54,3
Nova Londrina	—	—	—	—	180	64,3
Ortigueira	—	—	—	—	50	24,8
Palmeira	50	21,7	—	—	—	—
Paraíso do Norte	63	18,5	—	—	—	—
Paranavaí	200	83,7	—	—	156	27,7
Pato Branco	—	—	—	—	815	510,4
Pitanga	—	—	—	—	117	50,9
Ponta Grossa	1.467	564,6	234	87,0	2.635	1.711,7
Primeiro de Maio	—	—	—	—	133	44,9
Rancho Alegre	—	—	—	—	32	15,1

Municípios	1979 N.º Casas	1979 UPCs	1980 N.º Casas	1980 UPCs	1981 N.º Casas	1981 UPCs
Ribeirão Claro	—	—	—	—	91	44,3
Ribeirão do Pinhal	50	22,5	—	—	—	—
Rolândia	—	—	267	99,0	—	—
Santa Fé	—	—	—	—	34	13,8
Santa Izabel do Oeste	—	—	—	—	56	36,9
Santo Ant. do Platina	150	66,0	—	—	—	—
Santo Ant. do Sudoeste	196	24,6	—	—	—	—
Santo Inácio	—	—	—	—	32	12,7
São João do Ivaí	—	—	53	16,2	—	—
São Seb. da Amoreira	—	—	—	—	38	20,4
Sertaneja	—	—	56	16,4	—	—
Tapejara	—	—	—	—	106	50,2
Tapira	64	23,1	—	—	—	—
Tibagi	—	—	42	15,4	—	—
Toledo	—	—	—	—	300	209,9
Umuarama	616	257,9	—	—	304	214,7
União da Vitória	338	126,6	—	—	341	208,8
Uraí	64	23,3	—	—	—	—
Wenceslau Braz	—	—	—	—	198	92,1
TOTAIS	10.422	3.862,2	3.512	1.294,5	11.386	6.520,3

FONTE: COHAPAR/SEDM

CONJUNTOS EM CONSTRUÇAO AO FINAL DE 1981

Ao encerrar-se o ano de 1981, estavam em fase de construção 7.578 unidades, em 59 localidades, conforme se segue: Amaporã (108 casas), Andirá, (110), Apucarana (84), Assis Chateaubriand (177), Bandeirantes (102), Bela Vista do Paraíso (95), Bom Sucesso (105), Cafeara (20), Cafelândia (89), Cambira (20), Cândido de Abreu (54), Cascavel (80), Congonhinhas (92), Corbélia (117), Doutor Camargo (20), Fênix (33), Floresta (50), Francisco Alves (49), Guaíra (260), Guairaçá (75), Guarapuava (39), Ibaiti (73), Ibiporã (79), Iretama (54), Itambaracá (36), Ivaí (56), Jacarezinho (208), Jaguapitã (97), Jandaia do Sul (71), Jardim Alegre (154), Lidianópolis (33), Jataizinho (94), Lapa (334), Laranjeiras do Sul (102), Mandaguaçu (213), Marechal Cândido Rondon (136), Marilena (56), Maringá (220), São Silvestre (100), Nova Esperança (144), Nova Fátima (73), Palmas (224), Palmeira (160), Palotina (217), Ponta Grossa (553), Presidente Castelo Branco (48), Rolândia (172), Santa Fé (19), Santa Helena (54), Santa Isabel do Ivaí (60), Santa Mariana (100), Santo Antonio da Platina (140), Santo Antonio do Sudoeste (64), São Pedro do Paraná (40), Sengés (242), Sertanópolis (108), Tibagi (28), Ubiratã (105), Uraí II (280) e Uraí III (64).

Além das unidades construídas e em construção, no final do ano encontravam-se em análise na Caixa Econômica Federal projetos para a construção de 2.823 casas; em análise no BNH projetos para construção de 342 casas; em fase de licitação mais 31 conjuntos, num total de 4.002 unidades; e em fase de elaboração de projetos 84 conjuntos, com 9.311 unidades habitacionais.

Se considerarmos as áreas já adquiridas e em estoque (102 alqueires), é possível verificar que a COHAPAR, mediante seu emprego, poderá construir mais 4.752 unidades habitacionais.

5. SINOPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

Na execução de seu programa de trabalho, a COHAPAR mobilizou os seguintes recursos:

5.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979		1980		1981	
	Estat.	CLT	Estat.	CLT	Estat.	CLT
Administração direta *	08	—	06	—	06	—
Administração indireta	—	122	—	195	—	264
TOTAIS	08	122	06	195	06	264

* Funcionários à disposição da COHAPAR.

5.2. VEÍCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	12	10	14

5.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) FONTES

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro Estadual	25.000	16.000	43.000
Arrecadação própria	17.000	289.000	350.000
Operações de crédito	362.000	3.860.000	4.564.000
TOTAIS	404.000	4.165.000	4.957.000

b) USOS

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e encargos	11.000	76.000	141.000
Custeios diversos	10.000	97.000	344.000
Enc. e amortizações	15.000	96.000	105.000
Invest. e inversões	362.000	3.870.000	4.329.000
TOTAIS	398.000	4.139.000	4.919.000

CAMPO ECONÔMICO

AGROPECUÁRIA

1. INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado da Agricultura — SEAG vem se preocupando em dar continuidade técnica e administrativa não só às ações passíveis de serem caraterizadas como indispensáveis ao bom desempenho do setor agropecuário, mas também à ampliação do seu raio de ação, de modo abrangente, visando executar eficazmente suas tarefas por intermédio de políticas integradas e de elevado conteúdo social.

Assim, visando direcionar e disciplinar o funcionamento das suas unidades, foram fixadas diretrizes gerais para o setor agrícola, para a agricultura comercial e diretrizes para a agricultua de pequeno porte, — estreitamente vinculadas às prioridades definidas para o setor agrícola e aos propósitos fixados no Plano de Ação do Governo Estadual. Dentre tais orientações balizadoras das atividades do setor, continuaram a ser enfatizadas as seguintes políticas de atuação:

— Atendimento amplo, adequado e permanente, ao pequeno produtor rural;
— Ampla difusão de tecnologia e de orientações para o adequado emprego de insumos modernos;
— Pesquisa de meios e difusão de técnicas propiciadoras de maior produtividade da terra e do capital agrícola — aumento da renda líquida do produtor;
— Produção de condições para que o produtor encontre, na economia de mercado e no cooperativismo, a solução de seus problemas de comercialização;
— Melhoria nas condições de abastecimento de produtos agrícolas à população estadual;
— Supressão, a curto prazo, e de modo definitivo, dos problemas de regularização da posse e domínio da terra;
— Defesa irrestrita à conservação dos recursos naturais e a manutenção de condições ecológicas adequadas ao bem-estar social e ao equilíbrio natural;
— Atuação decidida na criação de oportunidades de participação na definição das normas a serem aplicadas na condução das políticas econômicas ligadas à produção, comercialização e abastecimento de produtos e insumos;
— Formulação de proposições ajustadas à realidade, com vistas à normalização da situação trabalhista do trabalhador rural;
— Execução de pesquisas e experimentações agropecuárias em amplitude consentânea com a magnitude do setor agropecuário estadual.

Considerados três grandes áreas de interesse social e econômico para atuação da SEAG, os instrumentos de ação permanentemente acionados objetivando o cumprimento das políticas de atuação, foram:

— **Para obter-se o aumento da produtividade da terra e da mão-de-obra:** a aceleração do processo de regularização fundiária; a expansão das atividades de pesquisa e assistência técnica; a gestão para o melhor direcionamento do crédito rural; o aperfeiçoamento dos mecanismos de seguro agrícola; o adequado suprimento dos insumos; o treinamento de mão-de-obra; o apoio ao incremento do associativismo e do cooperativismo; e a execução de programas ligados à implantação e complementação de infra-estrutura;
— **Para obter-se o aperfeiçoamento das relações de mercado:** a gestão quanto à oportunidade e suficiência do crédito de comercialização; a participação na definição da política de preços mínimos e de garantia; o apoio à implantação, pelas cooperativas, de infra-estrutura de postos e armazéns; a adequação dos serviços de classificação dos produtos agrícolas; a ampliação das estruturas de abastecimento e a divulgação de informações agrícolas;
— **Para incrementar-se o parque agroindustrial e as exportações:** a busca de medidas de estímulo e incentivo para a implantação regionalizada de agroindústrias, principalmente através das cooperativas, e as áreas de defesa sanitária e de promoção dos produtos paranaenses.

A Secretaria da Agricultura atuou também no sentido de influir, junto ao Governo Federal, para que o modelo de mercado seja baseado na livre iniciativa — mantendo-se a intervenção governamental para a correção das imperfeições aleatórias surgidas nos processos de produção, comercialização e abastecimento — bem como na compatibilização das medidas econômicas aplicadas ao setor agrícola.

Constituíram fundamento de tais orientações, a todo tempo, a magnitude da participação do Paraná na produção nacional e a consciência de que a obtenção de crescentes participações — como convém à Pátria e ao Estado — requerem associação integrada de providências capazes de estimular os agentes responsáveis por tal produção a um comportamento consentâneo.

2. DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO — DEFIS

A Secretaria de Estado da Agricultura, através do DEFIS, criou e incorporou à sua estrutura o Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti, estruturado em convênio com a Universidade Federal do Paraná, destinado a apoiar as suas programações de defesa sanitária animal e vegetal, através do diagnóstico de doenças nas duas áreas. Já neste primeiro ano de funcionamento, o referido Centro efetuou 19.564 exames, dos quais 15.578 virológicos e 1.363 fitopatológicos.

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

Em abril de 1981, as atividades de defesa sanitária animal foram transferidas da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER/PR para o DEFIS. Tais atividades, em sua maioria executadas em

convênio com o Ministério da Agricultura — que delega competência à Secretaria da Agricultura — foram desenvolvidas na quase totalidade dos municípios instalados, com os seguintes resultados:

PROFILAXIA E COMBATE À FEBRE AFTOSA E À BRUCELOSE

Especificação	1979	1980	1981
— Média de bovinos vacinados contra aftosa (por etapa de vacinação)	5.617.671	5.825.000	6.087.980
— Doses de vacinas utilizadas — prevenção da aftosa	18.197.133	17.363.847	18.263.940
— Propriedades atendidas na profilaxia à brucelose	4.066	6.497	5.872
— Bezerros vacinados contra brucelose	181.655	165.133	156.319
— Propriedades com febre aftosa interditadas	1.436	995	646
— Propriedades com vacinação focal e perifocal	23	7	119
— Inspeções a revendedores de vacinas	9.102	9.045	10.672
— Mensagens educativas divulgadas em rádio, TV e jornal	715	372	6.010
— Palestras educativas realizadas sobre febre aftosa e brucelose	1.761	1.512	582
— Número de participantes	1.939	1.669	10.655

FONTE: DEFIS/SEAG e EMATER/PR.

A atividade de combate à peste suína, fruto de reiteradas gestões junto ao Governo Federal, foram iniciadas em 1981 e, além de 350 palestras para 5.380 participantes, propiciou os resultados indicados a seguir:

PROFILAXIA E COMBATE À PESTE SUÍNA — 1981

Especificação	1981
— Propriedades cadastradas	7.967
— Suínos cadastrados	866.964
— Suínos vacinados contra a peste suína clássica	468.207
— Amostras coletadas para diagnóstico sorológico	14.913
— Propriedades suspeitas de peste suína atendidas	59
— Suínos vacinados contra a peste suína clássica em propriedades localizadas em área de foco	2.171
— Granjas de reprodutores suínos trabalhados para efeito de certificação, como livres da peste suína africana e controladas quanto à peste suína clássica	46
— Inspeções a revendedores de vacinas	7.533
— Mensagens educativas divulgadas em rádio, TV e jornal	1.042

FONTE: DEFIS/SEAG.

As atividades de profilaxia e combate à raiva animal e humana, desenvolvidas conjuntamente com o Sistema Estadual de Saúde Pública em 46 municípios, propiciaram os resultados expressos no demonstrativo a seguir:

PROFILAXIA E COMBATE À RAIVA

Especificação	1979	1980	1981
— Cães vacinados	958.578	1.011.195	1.063.150
— Propriedades trabalhadas no combate à raiva dos herbívoros	136	210	2.476
— Bovinos e eqüinos vacinados	16.587	8.269	29.610
— Nichos ecológicos cadastrados	42	66	106
— Levantamentos de propriedades atacadas por morcegos hematófagos	—	—	158
— Morcegos hematófagos capturados e tratados com anticoagulante	1.426	266	980
— Palestras educativas realizadas	—	—	691

FONTE: DEFIS/SEAG.

Foram também iniciadas, neste exercício, ações abrangentes de combate a doenças que afetam o setor de avicultura, cujos resultados são detalhados a seguir:

PROFILAXIA E COMBATE AS DOENÇAS EM AVES

Especificação	1981
Granjas avícolas cadastradas	1.730
Aves de corte cadastradas	14.748.903
Aves de postura cadastradas	6.540.980
Mensagens educativas em rádio, TV e jornal	277
Fiscalização de aves em trânsito	35.945.440
Palestras educativas realizadas	147
Número de participantes	1.620

FONTE: DEFIS/SEAG.

DEFESA SANITARIA VEGETAL

As atividades da defesa sanitária vegetal apresentaram os seguintes resultados:

FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Atividade	1979	1980	1981
— Fiscalização a comerciantes de defensivos agrícolas	6.821	7.637	8.503
— Coletas e análises de amostras de defensivos agrícolas	1.512	1.602	1.407
— Cadastros de comerciantes de defensivos agrícolas	1.500	1.480	1.598
— Produtos inspecionados	83.099	86.282	76.583
— Produtos interditados:			
. Quilogramas	1.094.427	420.063	777.438
. Litros	1.027.243	448.682	833.424
— Publicação de cartilhas e calendários s/uso de defensivos agrícolas	50.000	10.000	50.000
— Publicação de exemplares sobre receituário agronômico	—	—	5.200

FONTE: DEFIS/SEAG.

No campo da fiscalização da produção de mudas, considerado o desempenho geral houve uma certa estabilização das atividades respectivas, cabendo ressaltar que a redução em alguns dos índices, no decorrer de 1981, decorreu da significativa diminuição de viveiristas de café.

FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE MUDAS

Atividades	1979	1980	1981
— Fiscalização e comerciantes de mudas	4.589	5.100	2.862
— Permissões de trânsito expedidas	66	3.058	3.612
— Atestados de sanidade emitidos	60	565	438
— Registros de comerciantes de mudas	58	270	75
— Mudas destruídas por estarem contaminadas ou abaixo do padrão	1.078.939	1.647.930	99.634
— Mudas de café inspecionadas	375.000.000	188.113.454	87.133.944
— Mudas frutíferas inspecionadas	9.768.848	9.415.785	11.004.396
— Mudas florestais inspecionadas	125.989.919	220.827.843	142.401.029
— Mudas ornamentais inspecionadas	13.006.722	6.814.020	8.182.689
— Processos/comerciantes autuados	37	7	49

FONTE: DEFIS/SEAG.

A atividade de fiscalização de sementes, por sua vez, vem apresentando expressivas ampliações, como a análise do demonstrativo a seguir permitirá comprovar.

FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE SEMENTES

Atividades	1979	1980	1981
— Fiscalização a comerciantes de sementes	7.713	6.385	7.089
— Coletas de amostras e análise de lotes de sementes	20.788	20.846	26.300
— Registros e cadastros de comerciantes de sementes	623	559	675
— Sacas interditadas definitivamente	572.917	347.093	380.803
— Processos de comerciantes autuados	169	190	223
— Número de sacas inspecionadas por espécies:			
. Trigo	3.343.009	3.847.000	3.936.485
. Milho	380.000	460.700	892.401
. Arroz	20.343	45.037	57.182
. Feijão	80.779	126.019	263.000
. Soja	3.415.900	4.142.339	4.479.259
. Algodão	248.000	299.500	336.167
. Forrageira/kg	815.000	903.800	1.248.189
. Outras	16.385	69.860	228.802

FONTE: DEFIS/SEAG.

Na área de combate ao cancro cítrico, de fundamental importância para o desenvolvimento do cultivo de frutos cítricos em escala, deu-se continuidade ao plano estabelecido para a área controlada, com os resultados indicados a seguir:

ERRADICAÇÃO DO CANCRO CÍTRICO

Atividade	1980	1981
Inspeções a propriedades	789	916
Reinspeções a propriedades	35.033	50.239
Apreensões e destruições de mudas cítricas	4.592	12.320
Análises de amostras de frutas cítricas	318	1.340
Municípios trabalhados *	26	41
Áreas trabalhadas (ha)	1.591.736	1.301.990
Áreas interditadas	9.781.236	9.781.236
Plantas inspecionadas	261.503	954.417
Plantas erradicadas	1.022	14.216

FONTE: DEFIS/SEAG.

* N. Regional de Jacarezinho, Cornélio Procópio e Londrina.

No Estado do Paraná, acham-se interditados à cultura 186 municípios e liberados os de Carlópolis, Guapirama, Jacarezinho, Santo Antonio da Platina, Ribeirão Claro e Joaquim Távora, além daqueles tradicionalmente indenes à moléstia, como Cêrro Azul e Adrianópolis.

INSPEÇAO DA PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

A partir de janeiro de 1981, em função de convênio de delegação celebrado com o Ministério da Agricultura, a Secretaria da Agricultura, através do DEFIS, assumiu a execução do programa de inspeção dos campos de produção de sementes e mudas. Esta atividade envolve diretamente 590 produtores em todo o Estado, responsáveis pela produção de 13 milhões de sacas de sementes e mais de 1 milhão de mudas frutíferas.

Foram cadastrados e inspecionados 177 produtores de sementes fiscalizadas, 86 de sementes certificadas, 4 de sementes básicas e inspecionadas 196 unidades de beneficiamento de sementes, além de 320 armazéns.

Assim, em 1981, a ação orientadora e fiscalizadora dos inspetores foi exercida em relação a 924.522 mudas de frutíferas, a uma produção de 18.309 t de sementes certificadas para uma área de 17.069 ha, e à 506.624 t de sementes fiscalizadas para uma área de 1.279.211 ha.

CONTROLE SOBRE A PRODUÇAO DE SEMENTES CERTIFICADAS E FISCALIZADAS — 1981

Em toneladas

Cultura	Sementes Certificadas	Sementes Fiscalizadas
Soja	6.224	244.104
Trigo	1.417	202.017
Feijão	1.023	5.244
Arroz	647	3.595
Milho	—	32.944
Algodão	1.306	11.684
Cevada	—	4.428
Forrageiras	—	2.608
Batata	7.692	—
TOTAIS	18.309	506.624

FONTE: DEFIS/SEAG

FISCALIZAÇAO DE COOPERATIVAS

A partir de 1980, foram iniciadas pela Secretaria de Estado da Agricultura as atividades de promoção, assistência e fiscalização do sistema coope-

rativista paranaense, em convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, órgão que anteriormente exercia a atividade. Os resultados alcançados neste exercício, comparativamente aos de 1980, relacionando o número total de cooperativas de cada espécie às fiscalizações procedidas, foram os seguintes:

FISCALIZAÇÃO DE COOPERATIVAS

Espécies de Cooperativas fiscalizadas pelo DEFIS	1980	Cooperativas Fiscalizadas	1981	Cooperativas Fiscalizadas
Cooperativas de produção	46	65	51	93
Cooperativas de eletrificação rural	19	35	20	34
Cooperativas de consumo	11	17	08	08
Cooperativas de trabalho	02	03	04	04
Cooperativas centrais agropecuárias	—	—	03	04
TOTAIS	78	120	86	143

FONTE: SEAG/DEFIS

Tais atividades beneficiaram 133.413 associados em 1981, dos quais 106.748 vinculados a cooperativas de produção e 10.322 a cooperativas de eletrificação rural.

Houve, ainda, em 1981, a participação em 42 assembléias gerais de cooperativas e em 29 reuniões do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cooperativista. Foram realizadas 780 análises de processos de prestação de contas de empresas cooperativistas e uma intervenção em cooperativa de produção.

3. DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL — DERAL

As atividades permanentes realizadas pelo DERAL mantiveram-se estáveis, não sofrendo grandes alterações. Neste campo, suas principais ações relacionam-se com a produção de informativos e boletins de interesse do setor agropecuário.

GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES AGROPECUÁRIAS

Atividade	Unidade	1979	1980	1981
Panorama quinzenal da agropecuária *	Tiragem	5.800	2.400	2.400
Acompanhamento do sit. agropecuária	Informações	24.000	24.000	24.000
Previsão e estimativa de safra	Estudos	3	3	3
Preços recebidos e pagos p/produtor	Levantamentos	12	12	12
Sistema de informações diárias e informe conjuntural	Boletins	250	250	250
Preço de venda atacado e varejo	Levantamentos	—	—	12

FONTE: DERAL/SEAG

* Anteriormente a 1980, o boletim era semanal.

TRABALHOS TÉCNICOS

O DERAL elaborou 51 trabalhos técnicos em 1979, 45 trabalhos em 1980 e 34 em 1981. Dentre os executados em 1981 são relacionados a seguir:

* Análise Econômica do Sistema de Manejo do Solo em Plantio Direto;
* Culturas de Inverno — Plano de Ocupação das Áreas Ociosas e Fortalecimento da Triticultura Estadual;
* Mercado de Trabalho Agrícola no Paraná;
* Programa Paranaense de Substituição de Óleo Diesel por Óleo Vegetal — PROÓLEO/PR;
* Subsídios para Reformulação do Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Cebola;
* Suinocultura Paranaense — Problemas e Opções;
* Estimativa da Demanda de "Fuel-Oil" pelos Secadores de Grãos;
* Estimativa dos Custos de Produção e VBC das Principais Culturas — Safra 1981/82;
* Girassol — Alternativa que Prospera no Paraná;
* Produtos Animais — Desempenho em 1980 e Perspectivas para 1981;
* A Cafeicultura do Paraná;
* Efeitos Econômicos-Sociais das Geadas de Julho de 1981 Sobre a Cafeicultura Paranaense e sobre as culturas de Cana-de-Açúcar;
* Plano de Recuperação do Noroeste do Paraná — Modernização Agrícola;
* Prognóstico Agropecuário do Paraná 1981/82, População Rural, Estrutura Fundiária e Ocupação do Solo;
* Projeto Estadual de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis;
* Situação Atual do Mercado de Carnes no Paraná — Tendências;
* A Modernização Agrícola no Estado do Paraná;
* Análise Econômica da Mandioca e sua Relação com Outras Culturas no Estado do Paraná;
* Crescimento da Agricultura Paranaense no período de 1970/80;
* Custos de Produção do feijão da seca, da batata e do arroz irrigado;
* Programa de Implantação de Florestas Energéticas;
* Proposições de VBC para o Alho na Safra 82/83.

4. DEPARTAMENTO DE PRODUTIVIDADE — DEPRO

Em 1981, a execução dos trabalhos do DEPRO concentrou-se em duas áreas a saber:

* COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS INTEGRADOS — quando atuou coordenando operacionalmente dois programas integrados e dois subprojetos do PRORURAL, e ainda, coordenando a participação das entidades vinculadas nos demais programas integrados que vêm sendo desenvolvidos no Estado;

* COORDENAÇÃO DE AGILITAÇÃO E CONTROLE — ação desenvolvida visando à articulação com as entidades vinculadas da SEAG, envolvendo problemas relacionados com cooperativas, sindicatos, prefeituras, câmaras municipais, produtores, lideranças, totalizando 630 processos em 1979, 705 processos em 1980 e em 1981, 752 processos.

Dentre as outras ações desenvolvidas nesta área, consta ainda a Assistência Técnica Organizacional à Secretaria da Agricultura no Amapá; a coordenação do Concurso "Prêmio de Produtividade Rural/81"; a participação nos Conselhos de Administração e Fiscalização das entidades vinculadas; o apoio à citricultura no Município de Cândido de Abreu, com a distribuição de 7.200 mudas; a elaboração de processo sobre a criação do Instituto Florestal; o diagnóstico do Litoral Paranaense e o acompanhamento das ações do PRODOPAR na área de agropecuária. Merece destaque também o "Programa de Hortas Caseiras", através do qual foram distribuídos 170.000 coleções de sementes de hortaliças em 1981, com grande ampliação sobre as 71.000 coleções distribuidas em 1980.

5. FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ — IAPAR

Em 1981, o IAPAR, considerando que a pesquisa agrícola é investimento de longo prazo de maturação, esforçou-se internamente no redirecionamento de sua programação, de forma a dispor de tecnologia mais adequada aos pequenos produtores, eleitos no Plano de Governo como meta prioritária.

Como mudanças institucionais, ocorreram o início da adequação das instalações do Centro de Produção e Experimentação do Canguiri, em Piraquara — visando instalar o Pólo Regional de Pesquisa do Canguiri — e a transferência dos laboratórios de análise de sementes de Maringá e Francisco Beltrão para a Empresa Paranaense de Classificação de Produtos — CLASPAR, que a partir de 1981 assumiu a responsabilidade pela atividade.

Destaca-se, na atuação do IAPAR, a criação, neste exercício, de 3 novas variedades de produtos agrícolas, quais sejam; a variedade de feijão IAPAR 5 — Rio Piquiri, de algodão IAPAR 4 — Paraná 1 e de trigo IAPAR 3 — Aracatu. Com esses desenvolvimentos, e somadas as variedades de feijão IAPAR 2 — Rio Ivaí e de trigo IAPAR 1 — Mitacoré, lançadas em 1980, são já 5 as novas espécies produzidas pelo Instituto.

CONDUÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA

Os projetos de pesquisa conduzidos pelo IAPAR, em 1981, acham-se indicados no demonstrativo a seguir:

PROJETOS DE PESQUISA EXECUTADOS E CONCLUÍDOS PELO IAPAR

Produtos	Número de Projetos Concluídos		
	1979	1980	1981
Algodão	7	6	7
Arroz	5	5	5
Café	8	7	7
Feijão	6	6	8
Fruticultura (1)	6	6	12
Milho/Sorgo	4	4	16
Trigo	7	8	11
Sementes básicas	1	2	3
Potencial agrícola	8	4	4
Manejo e conservação de solos	6	7	6
Olericultura	—	—	10
Bovinocultura	10	9	25
Suinocultura	—	6	4
Diversos (2)	4	10	14
TOTAIS	72	80	132

FONTE: IAPAR/PR.

NOTAS: (1) Compreendendo a fruticultura tropical, subtropical e temperada: maracujá, abacaxi, banana, goiaba, manga, abacate, cítricos, maçã, uva, pêssego, nectarina e ameixa.

(2) Compreendendo pesquisas sobre culturas potenciais como menta, mandioca, amoreira, amendoim, girassol, estévia, colza, cacau, tremoço, rami, mamona batata e a execução de 7 projetos na área de recursos naturais renováveis.

PRODUÇÃO DE SEMENTES BÁSICAS

O programa de produção de sementes básicas do IAPAR possibilitou o suprimento do Sistema Estadual de Produção com sementes básicas de alta qualidade genética física, fisiológica e sanitária. Foi dada seqüência a subprojetos de pesquisa em tecnologia de sementes, enfocando armazenamento, beneficiamento, fisiologia, conservação e sanidade. Os resultados da produção de sementes básicas beneficiadas são detalhados a seguir:

PRODUÇÃO DE SEMENTES BASICAS PELO IAPAR

Em toneladas de sementes beneficiadas

Especificação	1979	1980	1981
Algodão	121	137	134
Arroz	17	43	49
Feijão	86	93	109
Soja	229	474	451
Trigo	179	167	167

FONTE: IAPAR/PR.

REALIZAÇÃO DE ANALISES DE SOLOS E SEMENTES

Embora transferindo para a CLASPAR, em 1981, seus dois laboratórios de análises de sementes, o IAPAR manteve, entretanto, os dez laboratórios de análise de solos situados em Campo Mourão, Cascavel, Cornélio Procópio, Guarapuava, Jacarezinho, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Umuarama e União da Vitória, pela sua possibilidade de melhor administrá-los e assim adequadamente atender aos produtores. Assinale-se que tal modalidade de assistência não possui o caráter da repetividade anual, prestando-se os laudos emitidos à orientação do processo produtivo em mais de um exercício.

ANALISES DE SOLOS E SEMENTES PELO IAPAR

Tipo de Análise	1979	1980	1981
Solos	47.134	36.599	32.378
Sementes	45.500	44.798	* 16.350

FONTE: IAPAR/PR.
* Resultados da atividade no 1.º trimestre de 1981.

CURSOS DE TREINAMENTO

O IAPAR manteve, em 1981, 14 pesquisadores em cursos de pós-graduação no País e 8 no exterior, sendo 2 a nível de doutorado. Tal resultado, somado aos 30 treinandos de 1980 — 14 dos quais no exterior — contribuiu para a melhora no nível de massa crítica da instituição.

6. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CATROGRAFIA — I T C

As principais atividades do ITC, em 1981, foram centradas nas áreas de regularização fundiária, colonização, preservação do meio ambiente e de apoio cartográfico, conforme relatado a seguir:

DISCRIMINATÓRIAS ADMINISTRATIVAS

A discriminatória administrativa, determinando a apuração física das terras devolutas por meio de acordo entre os interessados e o processo discriminatório administrativo consubstancia-se em instrumento que fornece, de modo célere e hábil, os resultados positivos na prática do discrime. Por outro lado, este processo estende ao homem do campo benefícios coerentes com as necessidades da população rural, especialmente do pequeno produtor agrícola.

O procedimento administrativo de discriminação de terras devolutas caracteriza-se por ser essencialmente um procedimento amigável e derivado duma visão de largo alcance social, estendendo-se ao possuidor de terras devolutas que as tenha tornado produtivas com seu trabalho. A ação do ITC, em 1981, nesta atividade envolveu 364 processos abrangendo uma área superior a 145 mil hectares, conforme detalhado a seguir:

AÇÕES DISCRIMINATÓRIAS ADMINISTRATIVAS EFETIVADAS

Fase das Discriminatórias	N.º de Processos 1979	1980	1981	Área (ha) 1979	1980	1981
Iniciadas	85	103	182	60.099,02	31.649,48	72.815,90
Remanescentes em execução	45	29	82	59.875,39	36.490,99	56.178,25
Homologadas	40	60	100	223,63	11.261,04	16.637,65

FONTE: ITC/SEAG

DISCRIMINATÓRIA JUDICIAL

O processo judicial de discrime é promovido nos casos de discordância ou revelia ao processo administrativo, ou por presumida ineficácia deste último. Em 1981, foram executadas, por iniciativa do ITC, um total de 45 discriminatórias judiciais, conforme indicado a seguir:

AÇÕES DISCRIMINATÓRIAS JUDICIAIS

Fase das Discriminatórios	Total de Processos 1979	1980	1981	Área (ha) 1979	1980	1981
Iniciadas	13	02	12	4.842,48	48.000,00	9.306,28
Acompanhadas	05	17	31	10.181,30	14.225,00	26.277,75
Sentenciadas	01	10	02	239,70	1.984,00	380,90
TOTAIS	19	29	45	15.263,48	64.209,00	35.964,93

FONTE: ITC/SEAG

A ação discriminatória judicial constitui o instrumento adequado para apurar e separar as terras devolutas daquelas que legitimamente já se encontrem no domínio privado.

A atividade de regularização da posse e domínio de propriedades, dinamizada desde os primeiros dias da atual gestão governamental, propiciaram que 36.415 lotes fossem regularizados nos últimos 3 anos, dos quais 17.179 lotes em 1981. Além desses, como demonstrado a seguir, o ITC encaminhou, adequadamente instruídos, processos relativos a outros 8.766 lotes, cuja regularização — ao final do exercício — dependia apenas da apreciação do INCRA.

PROPRIEDADES REGULARIZADAS ATRAVÉS DE AÇÃO EXCLUSIVA DO ITC

Tipo de Documento	N.º de Lotes 1979	1980	1981	Área (ha) 1979	1980	1981
Titulados	58	2.352	1.671	—	26.878,01	24.610,77
Licenciados	1.080	2.173	2.558	24.077,00	25.581,10	43.428,00
Ratificados	—	—	1.330	—	—	29.000,00
TOTAIS	1.138	4.525	5.559	24.077,00	52.459,11	97.038,77

FONTE: ITC/SEAG

PROPRIEDADES REGULARIZADAS NA FAIXA DE FRONTEIRA — AÇÃO CONJUNTA ITC/INCRA

Os totais indicados a seguir correspondem às propriedades trabalhadas pelo ITC, cujos processos foram encaminhados ao INCRA, para receberem anuência. Decorrem de tal procedimento, a regularização, pelo INCRA, de 1967 lotes em 1979 e de 11.606 lotes em 1980, num total de 211.000 ha. Em 1981, através de tal modalidade de ação foram regularizados 11.620 lotes, perfazendo uma área de 156.935 ha.

MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS REMETIDOS AO INCRA PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Tipo de Ação	N.º de Lotes 1979	1980	1981
Titulação	1.445	5.367	2.198
Ratificação	—	5.800	17.276
Arrecadação	—	2.030	912
TOTAIS	1.445	13.197	20.386

FONTE: ITC/SEAG

USUCAPIÃO

A partir do exercício de referência, foi implementada uma ação especial de determinação de áreas objeto de usucapião. Em trabalho conjunto entre o ITC e a Procuradoria Geral do Estado, tem sido buscado uma atuação oportuna de contestação às ações impetradas, desde que verificada que a alegação de direitos ocorre sobre áreas de interesse do público. Através deste procedimento integrado, foram executadas as seguintes ações:

USUCAPIÃO — ATIVIDADES CONJUNTAS DO ITC/PGE

Especificação	1979	1980	1981
Comparecimento a audiências	480	238	336
Contestações	109	32	20
Informações em processos	611	980	1.170
Desistências	32	42	—

FONTE: ITC/SEAG

PLANOS DE COLONIZAÇÃO

As terras devolutas discriminadas, legitimáveis, encontradas vagas e não-legitimáveis; são objeto de planos de colonização que resultam do exame da situação das terras no sistema geoeconômico do Estado, da extensão das áreas possuídas, da densidade demográfica da região e da natureza da atividade desenvolvida pelos ocupantes, com base nas acessões e benfeitorias por eles realizadas.

Obedecidas essas condições, o ITC executou 140 planos de colonização em 1981, abrangendo 27.336 ha, em amplo contraste com os 46 executados em 1980, sobre uma área de 3.602 ha.

CADASTRO TERRITORIAL RURAL

No propósito de solucionar efetivamente o registro imobiliário rural das terras tituladas pelo Estado, as atividades respectivas vêm sendo descentralizadas para o nível de escritórios regionais, bem como tem sido efetuado o treinamento de técnicos para sua efetivação.

INTERVENÇÃO EM ÁREAS DE TENSÃO SOCIAL

O ITC, como mediador, em conjunto com o INCRA, atuou em 41 áreas, distribuídas em 24 municípios, onde se evidenciaram tensões sociais, com o propósito de solucionar os problemas que ali emergiram. Essas áreas totalizaram 71.751 hectares e nelas se achavam estabelecidas 6.142 famílias. Os principais imóveis, onde esta intervenção se fez presente, acham-se caracterizados no demonstrativo a seguir:

MEDIAÇÃO EM AREAS DE TENSÃO SOCIAL

Imóvel	Município	Área (ha)	N.º Famílias
Pasos Cuê	Foz do Iguaçu	978	33
Faixinha	Guaíra	11.000	950
Pousos 1 a 5	Mal. Cândido Rondon	539	2.071
Faz. Rancho Alegre	Ortigueira	4.525	98
Serra do Maracaju	Terra Roxa	2.500	870
Faz. Curitiba	Terra Rica	300	76
Faz. Pouso Alegre	Cascavel	1.459	220
Colônia Peruíbe	Nova Aurora	968	06
Gleba Arnaldo	Santa Helena	943	50
Faz. Ribeirão Bonito	Sertaneja	7.403	43
Faz. Santa Madalena	Wenceslau Braz	2.262	171
Núcleo Brilhante	Matelândia	1.705	177
Colônia "K"	Chopinzinho	6.158	195
Colônia S. Pedro	Toledo	18.925	614
Imóvel Iguaçu	Palmas	7.000	150

FCNTE: ITC/SEAG

SELEÇÃO DE AREAS PARA REASSENTAMENTO DOS EXPROPRIADOS DE ITAIPU

A fim de que os produtores ocupantes de áreas a serem inundadas pela barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu permaneçam estabelecidos, o ITC, durante o ano de 1979, levantou e ofertou 331 propriedades, num total de 33.865 ha. Em 1980, esse projeto foi objeto do termo de ajuste com o INCRA, tendo o ITC ofertado, em 1981, 478 propriedades, num total de 53.397 ha, para a mesma destinação.

Com a finalidade de resolver o impasse estabelecido entre a empresa, Consórcio Itaipu Binacional e agricultores expropriados, o ITC efetuou, em abril de 1981, um trabalho de avaliação de imóveis rurais, visando estabelecer o preço real praticado na Região Oeste do Paraná para terra nua, uma vez que esta era a principal questão do impasse. Foram trabalhados 22 municípios, servindo de elementos de análise 132 propriedades vistoriadas, 268 entrevistas e 143 informações.

PROGRAMA DE RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS

As atividades do ITC, nessa área, foram voltadas à conscientização da população para a preservação e/ou recuperação dos recursos naturais renováveis, à administração de parques e reservas — visando à sua utilização racional — bem como ao fomento à produção de mudas de essências florestais, com os resultados seguintes:

* PRODUÇÃO DE MUDAS — em 1981, a Fundação elevou para 22 o número de viveiros florestais instalados em localidades do Interior, praticamente duplicando a capacidade de produção de mudas existente em 1980;

PRODUÇÃO DE MUDAS PELO ITC

Mudas	1979	1980	1981
Mudas produzidas	4.058.400	7.837.000	14.802.000
Números de viveiros	7	7	22

FONTE: ITC/SEAG

* VIVEIROS FLORESTAIS COMUNITÁRIOS E ASSOCIAÇÕES PRESERVACIONISTAS — destinados a conscientizar as comunidades para maior participação no processo de reposição de áreas verdes, tanto nas zonas rurais quanto urbanas. Como consequência das campanhas desenvolvidas, em 1979 foram assinados 94 acordos e iniciada a implantação dos viveiros; ao final de 1981, 196 viveiros florestais comunitários achavam-se já implantados. Com igual propósito, foi incentivada a criação de Associações Preservacionistas, atingindo-se, ao final de 1981, um total de 63 instaladas;

* PRESERVAÇÃO DA FLORA E FAUNA — atividade normal e constante de cada um dos 16 Escritórios Regionais do ITC, tem os seus principais resultados expressos a seguir:

AÇÕES PARA PRESERVAÇÃO DA FLORA E DA FAUNA

Especificação	1979	1980	1981
Palestras educativas	128	638	885
Incursões	4.506	4.738	4.236
Autos de infração	1.255	969	1.150
Acordos de preservação de flora e fauna	224	206	286
Barreiras integradas	85	426	258
Abordagens	64.259	63.710	74.769
Vistorias de desmate	866	812	946

FONTE: ITC/SEAG

* MATAS CILIARES — visando à restauração e preservação de áreas marginais dos principais rios do Estado e seus afluentes, pelo repovoamento com essências nativas, foram produzidas 3.672.200 mudas, no triênio, 478.200 das quais em 1981.

ADMINISTRAÇÃO DE PARQUES E RESERVAS

Em 1981, o ITC manteve sob sua administração 18 Parques e Reservas Florestais, num montante de 85.904 ha, incluídos o Parque Florestal de Ibiporã, com 74 ha, criado e instalado em 1980, e os implantados no decorrer de 1981, quais sejam:

* Parque Florestal do Rio da Onça — 118 ha — Município de Matinhos;
* Parque Florestal Gleba Tenente (hoje Parque Florestal de Ibecatu) — 57 ha — Município de Centenário do Sul;
* Reserva Florestal do Ribeirão Maria Flora — 48 ha — Município de Cândido de Abreu;
* Reserva Florestal do Córrego do Biquinha (Lote 150 — Imbaú) — 25 ha — Município de Tibagi;
* Reserva Florestal do Núcleo Independência — 82 ha — Município de Pato Branco.

Ainda em 1981, foram iniciados os trabalhos de regularização das delimitações dos seguintes Parques e Reservas Florestais, que deverão estar concluídos em 1982:

* Parque Estadual de Vila Velha — Município de Ponta Grossa;
* Reserva Florestal de Pinhão — Município de Pinhão;
* Reserva Florestal do Alecrim — Município de Curiúva;
* Reserva Florestal de Paulo Frontin — Município de Paulo Frontin;
* Reserva Florestal de Saivá — Município de Antonina;
* Reserva Florestal Cabeça do Cachorro — Município de Toledo.

Em relação ao Parque das Lauráceas, foi também executada a restituição planialtimétrica do parque, destinada à demarcação definitiva, abrangendo uma área de 9.700 ha.

ARBORIZAÇÃO DE RODOVIAS

Objetivando reflorestar as faixas de domínio das rodovias segundo técnicas predeterminados, com vistas à segurança de trânsito, ao combate à erosão, ao auxílio à condução ótica e à preservação da harmonia local, o ITC, em convênio com o DER, deu curso à arborização dos trechos indicados a seguir:

ARBORIZAÇÃO DE RODOVIAS — 1981

Trechos em arborização	km	árvores plantadas
Calógeras — BR-153 — PR-092	74	14.826
Cascavel — Rio Piquiri — BR-369	60	12.015
Itambé — Dr. Camargo — PR-546/PR-549	23	5.320
Jaguariaíva — Calógeras — PR-092	52	10.400

Trechos em arborização	km	árvores plantadas
Jussara — Rio dos Índios — PR-323	28	5.600
Maringá — Iguaraçu — Santa Fé — PR-317	42	4.080
Palmeira — Ponta Grossa — PR-511	34	6.800
Rio Capivaras — BR-153 — PR-280	82	10.600
Rio dos Índios — Iporã — PR-323	122	22.259
Rio Ivaí — Paranavaí — PR-466	33	6.600
Rondon — Rio Ivaí — PR-466	24	4.900
São Luiz do Purunã — Irati — BR-277	100	14.000
TOTAIS	674	117.400

FONTE: ITC/SEAG

Com base em convênio firmado com instituições federais o ITC produziu mudas para o reflorestamento das áreas periféricas aos reservatórios de hidrelétricas, bem como para ausentar a oferta de substitutivos energéticos. O demonstrativo a seguir evidencia os resultados já obtidos neste campo de atividades da Fundação.

Foi também executado reflorestamento ciliar na área do PRODOPAR, visando à implantação de refúgios para a fauna ao longo dos rios, à melhoria da qualidade das águas e, simultaneamente, oferecer condições de sobrevivência e desenvolvimento da ictiofauna.

PRODUÇAO DE MUDAS PARA REFLORESTAMENTO

Programa	1979	1980	1981
REPEMIR	1.847.200	1.132.000	4.592.500
PRODOPAR	—	349.000	1.989.000
Poligonal Itaipu	—	306.000	139.000

FONTE: ITC/SEAG

PRORURAL — REFLORESTAMENTO

Orientado para a implantação de florestas energéticas e de rendimento permanente, as quais proporcionarão ao pequeno produtor rural uma autonomia de energia pelo uso da lenha, do carvão vegetal e do gasogênio, a médio prazo, de madeiras para uso mais nobre, a longo prazo, além de significativa fonte de renda pela comercialização dos excedentes. Com essa finalidade, o ITC produziu, para a primeira fase do projeto (1981), 4.971.000 mudas de essências florestais exóticas para reflorestamento de 2.585 ha.

OUTRAS AÇÕES DE REFLORESTAMENTO

O ITC atuou também no fornecimento de 140.000 mudas para implantação na bacia do Ribeirão do Rato, no Projeto NOROESTE, produzindo — em convênio com a SUDESUL — 1.940.000 mudas para plantio na região do Arenito Cauiá, além de apoio ao reflorestamento de 500 ha nas áreas adjacentes à exploração de minas pela Mineração Rocha.

PROGRAMA DE ENGENHARIA CARTOGRAFICA

Neste campo, o ITC deu continuidade às ações de medição e demarcação de áreas rurais, à prestação de apoio aos trabalhos de regularização fundiária, à confecção de mapas, e à execução de serviços de engenharia de avaliações para diversos fins.

No ano de 1981, foram executadas ações de demarcação de 10 das reservas e parques florestais do Estado, num total de 5.483 hectares; a medição e demarcação de 17 glebas na faixa de fronteira, com uma área de 11.000 ha, através do convênio INCRA I, totalizando 647 propriedades. Fez-se também a demarcação e medição de 25 glebas na faixa de fronteira, com uma área total de 17.000 ha, através do convênio INCRA II, totalizando 2.400 propriedades; a demarcação da reserva indígena de Marrecas, no Município de Guarapuava com 16.000 ha; medição e demarcação de imóveis da faixa de fronteira, para fins de regularização fundiária de 48 imóveis, totalizando 15.529,80 ha e a demarcação de 5 imóveis para o INCRA, no total de 5.461 ha.

MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO DE AREAS PELO ITC

Especificação	1980	1981
Glebas demarcadas	2.041	213
Área em hectares	25.143	70.473

FONTE: ITC/SEAG

Em adição, o Instituto executou diversas atividades especiais por sua iniciativa ou em articulação com outros órgãos estaduais, federais e municipais. O demonstrativo a seguir indica os principais projetos desta natureza que foram executados no triênio.

PROJETOS ESPECIAIS EXECUTADOS PELO ITC

Espécie	Ano de Conclusão	N.º Municípios
Elaboração de matrizes cartográficas	1979	288
Levantamento planialtimétrico	1979	1
Cadastramento	1979	9

Espécie	Ano de Conclusão	N.º Municípios
Mapeamento planialtimétrico	1979	47
Nivelamento geométrico	1979	1
Mapeamento planialtimétrico	1980	1
Recobrimento aerofotogramétrico do Estado em escala 1:25.000	1980	290
Nivelamento	1980	2
Reaviventação topográfica	1981	1
Renivelamento	1981	2
Mapas municipais	1981	298
Ampliação de mapas municipais	1981	16
Mapas rodoviários municipais	1981	115
Restituição planialtimétrica	1981	1

FONTE: ITC/SEAG

7. EMPRESA PARANAENSE DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS — CLASPAR

A CLASPAR, além das atividades tradicionais desenvolvidas na classificação de produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico, acrescentou, a partir de abril de 1981, a de análise de sementes, até então sob responsabilidade do TECPAR, em Curitiba, e do IAPAR, em Maringá e Francisco Beltrão.

No que se refere à classificação de produtos de origem vegetal, a Empresa classificou 5.190.000 toneladas em 1981, conforme detalhado a seguir:

CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS POR ATIVIDADE

Em mil toneladas

Períodos	FINALIDADE DA CLASSIFICAÇÃO				Total Anual
	Comércio Interest.	Uso da CFP/MA	Comércio Externo	Algodão e Outros	
1979					**4.998**
1.º semestre	3.071	384	5,3	143	
2.º semestre	1.031	334	6,9	23	
1980					**4.349**
1.º semestre	2.087	191	3,2	173	
2.º semestre	1.722	143	3,4	27	
1981					**5.190**
1.º semestre	1.895	1.098	4,7	182	
2.º semestre	1.421	549	4,4	35	

FONTE: CLASPAR/SEAG

No campo de análise de sementes, os resultados obtidos em 1981 acham-se compatíveis com os níveis praticados nos 2 anos anteriores, sendo a queda verificada nas análises processadas pelo Laboratório de Curitiba uma decorrência da racionalização a que foram submetidas as análises relacionadas com os processos de fiscalização.

ANÁLISES DE SEMENTES

Laboratório de Análises de Sementes	1979	1980	1981
Curitiba (TECPAR)	30.706	29.015	17.569
Francisco Beltrão	3.937	6.535	7.165
Maringá	41.709	38.738	37.583
Análises pelo IAPAR (até abril)	—	—	16.350
TOTAIS	76.352	74.288	80.667

FONTE: CLASPAR/SEAG.

8. EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL — EMATER/PR

Em 1981, a EMATER/PR contou com 245 escritórios locais, e 998 técnicos, que atenderam a todos os municípios do Estado. Tal número representou uma expansão de 25 unidades operacionais em relação ao total existente no final de 1979.

Também foram instalados 22 escritórios distritais, visando melhorar o atendimento ao público rural e, paralelamente, à redução no consumo de combustível. Tal medida foi adotada principalmente na área de ação do PRORURAL, em que se verificou maior concentração de técnicos da Empresa.

LAVOURAS E CRIAÇÕES COMERCIAIS

A ação da EMATER/PR, neste programa, objetivou o desenvolvimento das lavouras e criações comerciais do Estado, visando ao abastecimento interno, à geração de excedentes para exportação, ao aumento da renda do produtor e à substituição de importações.

A assistência técnica prestada aos produtores do Estado atendeu prioritariamente as culturas, criações e projetos complementares.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA ÁREA DE CULTURAS COMERCIAIS

Projetos	1979 Prod. Assistidos (N.º)	1979 Área c/Ad. de Tecnol. (Ha)	1980 Prod. Assistidos (N.º)	1980 Área c/Ad. de Tecnol. (Ha)	1981 Prod. Assistidos (N.º)	1981 Área c/Ad. de Tecnol. (Ha)
Algodão	3.679	24.711	4.658	38.052	4.400	24.000
Arroz	239	1.468	505	4.495	690	3.510
Café	3.953	33.070	5.404	40.810	4.300	34.200
Cevada	202	2.123	61	1.580	130	720
Feijão	3.279	8.919	6.569	58.767	9.380	52.500
Fruticultura	1.879	1.928	1.482	3.062	581	400
Mandioca	39	49	129	4.486	450	4.690
Menta	246	571	52	325	5	—
Milho	6.258	30.584	7.023	113.040	7.240	43.000
Olericultura	2.680	3.532	4.048	6.934	2.100	3.850
Soja	14.838	291.345	16.874	228.658	10.200	183.900
Trigo	14.304	332.444	10.144	113.711	7.400	105.200
Outras Culturas	2.588	5.564	1.675	11.117	2.100	4.370
TOTAIS	5 4.184	730.741	58.624	625.037	48.976	460.340

FONTE: EMATER/PR

A redução que se verifica, em 1981, na assistência técnica às culturas comerciais decorre da mudança de orientação, segundo a qual vem-se dando maior ênfase ao atendimento ao pequeno produtor rural.

TRABALHO REALIZADO NA ÁREA DE CRIAÇÕES COMERCIAIS

Projetos	1979 Criadores	1979 Rebanho*	1980 Criadores	1980 Rebanho*	1981 Criadores	1981 Rebanho*
Bovinos de corte	7.791	868.309	8.319	356.361	4.400	449.600
Bovinos de leite	8.630	184.837	13.358	158.643	8.850	156.350
Suinocultura	5.960	201.306	8.432	203.155	4.210	153.000
Sericicultura	743	2.609	1.318	1.006	740	2.310
Avicultura	240	—	527	523.500	1.400	100.000
Ovinocultura	—	—	210	1.994	170	3.840
Caprinocultura	—	—	10	—	62	500
Cunicultura	—	—	9	—	7	—
Outras criações	956	10.057	672	2.201	520	39.700
TOTAIS	24.320	1.264.509	32.855	1.244.059	20.359	911.990

FONTE: EMATER/PR

* Quantidade de cabeças em que houve adoção de novas tecnologias.

PERÍCIAS DO PROAGRO

Atendendo solicitação de perícias por parte dos produtores rurais, em 1981 realizaram-se 13.142 laudos periciais do PROAGRO — Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, dispendendo-se 62.757 horas de trabalho. Em 1979 e 1980 tais laudos — em razão da maior amplitude dos danos incidentes sobre as culturas agrícolas estaduais — totalizaram 37.023 e 56.313, respectivamente.

Em consequência, foram atendidas com recursos do PROAGRO as seguintes explorações agropecuárias: feijão, trigo, café, soja, milho, arroz, batata, algodão, olericultura e cevada, sendo os eventos causadores dos danos as geadas, estiagens e excessos de chuvas, polarizados e com seus efeitos em regiões diversas do Estado.

CRÉDITO RURAL

A Empresa deu assistência, no exercício, à contratação de 3.238 planos, no total de Cr$ 1.508 milhões, com maior destaque para as culturas de feijão e trigo, com 1.020 e 858 planos, respectivamente. É interessante assinalar que nos dois exercícios precedentes foram contratados 3.698 (1979) e 3.749 (1980) planos, recaindo a prevalência nas culturas de milho, soja e trigo.

EXPOSIÇÕES, FEIRAS E FESTAS

A EMATER/PR coordenou o "Programa Estadual de Exposições", tendo assessorado e apoiado técnica e financeiramente a realização de 53 exposições, feiras e festas agropecuárias em 1981.

PROMOÇÕES AGROPECUÁRIAS APOIADAS PELA EMATER/PR

Eventos	1979	1980	1981
Exposições	18	21	22
Feiras	8	12	13
Festas	9	9	18
TOTAIS	35	42	53

FONTE: EMATER/PR

CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Foram realizados 156 cursos de capacitação de mão-de-obra, com a participação de 1.960 produtores e com uma duração de 2.660 horas. Além desses, outros 60 cursos foram efetuados na área de administração rural, contando com a participação de 1.140 produtores e com uma duração de 985 horas.

CAPACITAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Resultados	1979	1980	1981
Total de cursos realizados	412	169	216
Total de participantes	9.182	2.919	3.100

FONTE: EMATER/PR

QUALIFICAÇÃO DE OPERADORES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Com recursos do SENAR, dentro do "Programa de Treinamentos de Produtores e Mão-de-Obra Rural", em 1981 foram executados 310 cursos, dos quais participaram 5.100 pessoas. Esses cursos objetivaram a utilização adequada, e a correta regulagem e conservação de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

CURSOS PARA OPERADORES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Cursos	1979	1980	1981
Nºde cursos realizados	256	226	310
Nº total de participantes	3.909	3.756	5.100

FONTE: EMATER/PR

Com a capacitação de operadores das máquinas agrícolas e com a motivação dos produtores de soja, arroz, milho e trigo, numa área de 337.800 hectares, estima-se que tenha ocorrido um acréscimo de Cr$ 330 milhões às receitas dos produtores assistidos.

PRODOPAR

Programa iniciado em 1977, objetivou, no âmbito da SEAG, suprir de produtos hortigranjeiros a região abrangida pela Hidrelétrica de Itaipu e apoiar o estabelecimento de medidas com vistas ao equilíbrio ambiental.

Em 1979, foram assistidos 155 ha de frutíferas e 330 ha de hortas. Em 1980, foram assistidos 204 ha de frutíferas e 237 ha de hortas. O rebanho bovino assistido foi de 3.550 e o rebanho avícola foi de 523.500 cabeças. Em 1981, foram assistidos 231 ha de frutíferas e 234 ha de hortas. O rebanho bovino assistido foi de 5.760 e o rebanho avícola foi de 14.400 cabeças.

Com relação às atividades relacionadas aos recursos naturais, a extensão rural atuou em reflorestamento, tendo apresentado os seguintes resultados:

REFLORESTAMENTO NA AREA DO PRODOPAR

Resultados	1980	1981
Mudas plantadas	501.500	1.122.700
Propriedades que plantaram	908	165
Área reflorestada (em hectares)	590	335

FONTE: EMATER/PR

MELHORAMENTO DE BOVINOS

Contribuiu a EMATER/PR para o melhoramento do rebanho bovino paranaense através do controle sobre a brucelose e tuberculose animal, bem como pela inseminação artificial de 2.200 ventres com materiais de alta linhagem, propiciando a geração de novas matrizes e reprodutores ao nível de propriedades.

PROGRAMA DE MELHORAMENTO DE BOVINOS

Resultados	1979	1980	1981
Ventres inseminados	13.800	4.029	2.200
Exames de brucelose realizados	12.221	8.869	5.730
Exames de tuberculose realizados	8.274	2.369	1.960

FONTE: EMATER/PR

INSPEÇÃO DE GRANJAS

Em convênio com a APS — Associação Paranaense de Suinocultores, 5 técnicos da EMATER/PR realizam os trabalhos de inspeção de granjas, seleção de reprodutores e orientação em melhoramento zootécnico de suínos. Foram inspecionadas 65 granjas, num total de 40.500 animais.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM SUÍNOS

Juntamente com o Ministério da Agricultura e Associação Paranaense de Suinocultores, a EMATER/PR iniciou, em 1978, a montagem de uma Central de Inseminação Artificial para Suínos, em Francisco Beltrão. Em 1979, foram realizadas as primeiras inseminações, a título experimental. Em 1980, foram executadas 633 inseminações e, em 1981, inseminadas 460 matrizes.

IMPORTAÇÃO DE OVINOS

Programa desenvolvido em conjunto com a CAFE DO PARANÁ, permitiu a importação de 1.236 ovinos de raças Sufolk, Texel e Hampshire, originários do Canadá, Holanda e Argentina. Esses animais foram distribuídos a 62

produtores do Centro-Sul, objetivando a melhoria dos rebanhos existentes, em particular no que se refere à produção de carne.

APOIO AO PEQUENO PRODUTOR

A ação da EMATER/PR, neste programa, vem tendo por objetivo a maior integração dos pequenos produtores no processo produtivo, melhorando a sua renda elevando o seu nível de bem-estar social e ampliando as condições de comercialização de sua produção.

As ações desenvolvidas junto ao pequeno produtor atenderam a lavouras, criações, projetos de bem-estar social, atividades relacionadas à incorporação de novas áreas ao processo produtivo agropecuário, bem como possibilitou a assistência gerencial e especial à pequena e microempresa rural.

O número de pequenos produtores assistidos em tais subprogramas, sem repetição, atingiu, em 1981, o montante de 59.450 produtores agropecuários e 790 pescadores artesanais, além de atender-se também a 23.570 famílias em ações de bem-estar social, conforme detalhado a seguir:

ATENDIMENTO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS POR ÁREAS DE ATIVIDADE

	1979		1980		1981	
Projetos	Prod. Assistidos	Área/Rebanho *	Prod. Assistidos	Área/Rebanho *	Prod. Assistidos	Área/Rebanho *
Algodão	290	664	606	830	1.600	11.200
Arroz	774	303	1.543	865	1.661	2.930
Café	145	45	259	140	430	1.850
Feijão	10.216	10.507	15.922	13.383	14.700	65.260
Fruticultura	867	487	1.277	480	3.100	1.250
Milho	9.317	25.086	15.110	19.070	23.100	84.000
Olericultura	555	391	1.652	506	3.590	2.700
Soja	2.199	11.357	3.185	6.792	2.130	26.200
Trigo	65	2.388	825	2.539	1.270	18.000
Outras culturas	1.456	3.133	867	268	1.220	3.570
Bovinos de leite	—	—	263	—	1.630	6.050
Suinocultura	299	—	833	8.740	1.970	35.800
Sericicultura	—	—	232	21	260	460
Apicultura	1.362	—	2.043	—	1.760	—
Piscicultura	1.212	—	1.438	—	1.460	—
Outras criações	121	—	147	—	556	8.050
TOTAIS	28.808	54.361 ha	46.215	44.894 ha 8.754 cab	60.457	217.420 ha 17.900 cab

FONTE: EMATER/PR

* Representa a área em hectares ou o rebanho em cabeças (cab), em que ocorreu a adoção de novas tecnologias.

TRABALHO REALIZADO EM PROJETOS COMPLEMENTARES

Através do trabalho realizado em projetos complementares, foram desenvolvidas ações no sentido de promover o associativismo e o cooperativismo, associando e integrando os produtores rurais na vida das cooperativas. Efetivaram-se ações também no assessoramento técnico-administrativo às cooperativas e no controle da erosão nas terras agricultáveis ações essas cujos resultados acham-se quantificados no demonstrativo abaixo:

ATENDIMENTO PELOS PROJETOS COMPLEMENTARES DA EMATER/PR

Áreas de Atendimento	Produtores Assistidos		
	1979	1980	1981
Administração Rural	33	682	2.510
Conservação de Solos	—	2.879	4.230
Organização Rural	—	2.515	6.830
Ação Comunitária	—	4.489	9.420
Cooperativismo	—	2.142	1.110
TOTAIS	33	12.707	24.100

FONTE: EMATER/PR

PESCA DE ÁGUAS INTERIORES — PROPEI

Objetivando ativar a piscicultura no Interior do Estado, criando assim alternativas de alimentação protéica e renda para a população de baixa renda, deu-se seqüência à àexecução do programa — com recursos oriundos do PESCART — propiciando o atendimento a 180 produtores.

DESENVOLVIMENTO DA PISCICULTURA EM PROPRIEDADES

Resultados	1979	1980	1981
Produtores assistidos	181	205	180
Alevinos distribuídos	8.519	23.913	22.100

FONTE: EMATER/PR

CONCURSOS DE PRODUTIVIDADE

Através de tais concursos, os produtores vêm sendo estimulados a adotar novas tecnologias, atingindo o objetivo da exploração agropecuária através de tecnologias que maximizem o rendimento dos fatores de produção das propriedades. Em 1981, o Concurso de Produtividade do Milho foi encerrado

com uma média de 9.720 kg/ha para o 1.º colocado em Medianeira e 6.700 kg/ha para o vencedor de Palmeira.

PRORURAL

As ações realizadas na área do PRORURAL pela EMATER/PR, beneficiaram 18.000 produtores, que adotaram novas tecnologias numa área de 26.500 hectares de lavouras, em 13.500 cabeças de animais, e conservaram 11.100 hectares de terra. Nas atividades de organização rural, as ações executadas levaram à formação de 770 grupos de produtores, com 12.800 participantes, e de 430 grupos de senhoras, com 7.400 participantes, além do treinamento de 3.400 pessoas, através de 240 cursos.

Participaram também dessas ações, relacionadas ao PRORURAL, 30 cooperativas, as quais comercializaram 183.700 toneladas de milho e 35.110 toneladas de feijão, provenientes dos pequenos produtores.

PROGRAMA RECURSOS NATURAIS

A ação da EMATER/PR, neste programa, objetivou a racionalização do uso dos recursos naturais e o desenvolvimento de uma consciência preservacionista junto ao produtor rural e sua comunidade.

O "Programa Recursos Naturais" contou, em 1981, com a atuação de 436 técnicos, que dispenderam 75.860 horas em assistência técnica a 16.900 produtores, conservando uma área total de 310.000 hectares no Estado e fazendo a manutenção de 2.602.472 ha já conservados.

AÇÕES DE CARATER PRESERVACIONISTA

Práticas Adotadas	Unidade Medida	Quantidade 1979	1980	1981
— Sistema de terraceamento implantados	hectares	236.432	92.127	131.000
— Manutenção de sistemas de terraceamento	hectares	2.128.114	2.489.903	2.602.472
— Manutenção da matéria orgânica	hectares	52.504	10.334	50.390
— Plantio em nível	hectares	189.888	6.768	44.500
— Reflorestamento	hectares	3.480	1.043	2.980
— Biodigestores instalados	unidades	—	104	119
— Drenagem e irrigação	hectares	—	1.361	3.763
— Área total conservada	hectares	361.789	112.569	310.000
— Produtores assistidos	produtores	24.009	14.262	16.900

FONTE: EMATER/PR

REFLORESTAMENTO EM PEQUENAS E MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS

Programa especial implantado com o objetivo de promover o reflorestamento em médias e pequenas propriedades rurais e a restauração de matas naturais, para obtenção de matérias-primas de fins econômicos e repovoamento das margens dos rios com essências nativas.

AÇÕES GERAIS DE REFLORESTAMENTO

Resultados Obtidos	1979	1980	1981
Produtores assistidos	1.340	2.801	2.670
Área reflorestada (ha)	3.480	4.339	7.423
Mudas utilizadas	2.506.500	4.573.000	5.345.000

FONTE: EMATER/PR

ENERGIA RURAL

Programa iniciado em 1979, objetivando fornecer uma alternativa energética para as propriedades rurais, através da utilização de resíduos agrícolas para a produção de gás.

As ações da EMATER/PR, neste campo, deram-se através de orientações para a construção de biodigestores, visando ao aproveitamento do biogás e do biofertilizante. Neste exercício, foram construídas 119 unidades, representando uma expansão de 60% sobre as concluídas em 1980.

PROGRAMA COOPERATIVISMO

A ação da EMATER/PR, neste programa, teve por objetivo o fortalecimento e desenvolvimento das cooperativas e de seus associados, sendo executado com apoio e participação do INCRA, OCEPAR, BNCC e várias outras entidades.

O trabalho desenvolvido no exercício contemplou quatro grupos de cooperativas, isto é: as cooperativas em constituição, aquelas em dinamização e crescimento, as em reorganização/recuperação e as que se acham em desenvolvimento pleno.

Como resultado do trabalho, foram assessoradas 39 cooperativas e 165 entrepostos, envolvendo 80.000 associados, além de 27 associações de produtores, com 1.720 associados, atendendo a 21.850 produtores, sem repetição.

Em 1981, foram também elaborados 21 projetos de crédito especial para 12 cooperativas, num montante de Cr$ 1,4 bilhão. Tal assistência propiciou a contratação de 28 projetos — abrangendo 12 elaborados no ano anterior — no valor de Cr$ 497,1 milhões. Através desses financiamentos, foi possível

melhorar e ampliar as condições de armazenagem, beneficiamento e a infra-estrutura de recebimento e transporte das cooperativas.

9. CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S/A — CEASA/PR

Em 1981, foi implantado o Núcleo de Mercado Produtor de Cerro Azul, com 182m2, beneficiando 170 produtores e representando um investimento inicial de Cr$ 5,6 milhões. Foi também iniciada a construção do Hortomercado de Cornélio Procópio, com investimento inicial de Cr$ 12,0 milhões, e concluído o Hortomercado de Santa Quitéria, em Curitiba, com cerca de 2.000m2, cujo custo totalizou Cr$ 18,0 milhões.

A CEASA de Foz do Iguaçu foi ampliada em 150m2 e a de Maringá em 468m2, com um investimento de Cr$ 17,0 milhões, e procedeu-se à construção da CEASA de Londrina, com 7.284m2, cuja execução exigiu investimentos da ordem de Cr$ 180,0 milhões. Esta nova unidade, a ser inaugurada no início de 1982, terá condições de centralizar a comercialização de até 180.000 toneladas de hortigranjeiros por ano.

Foram treinados 962 pequenos produtores em comercialização, manuseio, classificação e acondicionamento de produtos, em 15 municípios, e auxiliados 86 destes produtores no escoamento de cerca de 2 milhões de quilos de hortigranjeiros.

A movimentação de produtos, através do sistema CEASA, totalizou mais de 465 mil toneladas, conforme detalhamento a seguir:

EVOLUÇÃO DA OFERTA DE HORTIGRANJEIROS NA CEASA/PR

Em toneladas

Unidade	1979	1980	1981
Ceasa Curitiba	257.314,5	283.901,3	307.726,8
Hortomercado de Santa Quitéria	—	—	538,4
Ceasa Maringá	84.707,4	97.469,8	90.815,0
Hortomercado de Maringá	541,4	1.105,1	954,8
Ceasa Cascavel	8.083,8	18.496,0	20.323,2
Ceasa Foz do Iguaçu	41.980,9	51.491,0	43.657,0
Hortomercado Itaipu	1.451,8	1.378,6	349,0
Mercado Produtor Morretes	955,9	1.182,9	840,9
Feira de Toledo	—	—	264,0
TOTAIS	395.035,7	455.024,7	465.468,9

FONTE: CEASA/PR

A comercialização desses produtos propiciou o abastecimento a mais de 4 milhões de consumidores, oferecendo a oportunidade de comercialização para cerca de 9 mil produtores, além daqueles que operam diretamente nas CEASAs, cuja distribuição é indicada abaixo:

PRODUTORES CADASTRADOS E OPERANDO NA CEASA/PR

Unidades da Ceasa/PR	Produtores Cadastrados 1979	1980	1981	Produtores Operando 1979	1980	1981
Cascavel	20	21	24	5	5	4
Curitiba	811	1.031	1.137	490	630	486
Foz do Iguaçu	19	32	32	10	15	32
Maringá	101	114	130	92	114	94
Morretes	66	103	140	30	49	75
TOTAIS	1.017	1.301	1.463	627	813	691

FONTE: CEASA/PR

10. COMPANHIA AGROPECUARIA DE FOMENTO ECONÔMICO DO PARANÁ — CAFE DO PARANÁ

Para garantir a oferta de sementes fiscalizadas, a CAFE DO PARANÁ dedicou-se à produção, beneficiamento e tratamento de sementes brutas. A sua sistemática operacional compreendeu a contratação de agricultores cooperados, o acompanhamento das lavouras e da colheita e o beneficiamento das sementes em unidades próprias, localizadas em Ponta Grossa, Cambará, Ibiporã, Maringá, Campo Mourão, Umuarama e Guarapuava. Os resultados obtidos na atividade são os demonstrados a seguir:

PRODUÇÃO DE SEMENTES FISCALIZADAS

Culturas	Safra 1978/79 CAFE/PR	% *	Safra 1979/80 CAFE/PR	% *	Safra 1980/81 CAFE/PR	% *
Algodão (sc 30 kg)	349.246	100,0	318.170	100,0	441.781	100,0
Arroz (sc 50 kg)	3.846	6,4	9.202	24,6	30.647	49,4
Feijão (sc 50 kg)	3.368	4,9	2.119	5,8	25.620	45,7
Soja (sc 50 kg)	100.873	2,3	127.043	2,6	203.518	3,7
Trigo (sc 50 kg)	152.433	3,3	109.072	1,8	140.000	2,3
Forrageiras (sc 50 kg)	—	—	—	—	2.274	5,7
TOTAIS	609.766	6,5	565.706	5,0	843.840	7,0

FONTE: CAFE/PR

* Percentual do consumo total do Estado em sementes fiscalizadas.

Complementando a atividade e com vistas a facilitar o acesso dos produtores a sementes de boa qualidade, a empresa comercializou 689.533 sacas de sementes, conforme detalhamento a seguir:

COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES FISCALIZADAS PELA CAFE DO PARANÁ

Culturas	Safra 1978/79 CAFE/PR	% *	Safra 1979/80 CAFE/PR	% *	Safra 1980/81 CAFE/PR	% *
Algodão (sc 30 kg)	343.043	100,0	387.003	100,0	444.349	100,0
Arroz (sc 50 kg)	13.780	18,6	12.755	20,9	16.733	25,7
Feijão (sc 50 kg)	5.190	6,1	9.356	13,0	19.396	26,9
Soja (sc 50 kg)	100.873	2,9	59.074	1,4	64.431	1,5
Trigo (sc 50 kg)	163.598	3,9	156.519	3,4	100.477	2,2
Milho (sc 40 kg)	34.364	5,3	46.038	6,3	36.238	4,9
Forrageiras (sc 50 kg)	—	—	1.124	2,8	6.909	17,2
TOTAIS	660.848	7,3	671.869	6,7	689.533	6,8

FONTE: CAFE/PR

* Percentual do consumo total do Estado em sementes fiscalizadas.

Toda a produção obtida foi comercializada, através de 9 filiais e 158 representantes, em todas as regiões do Estado, com preços padronizados e garantia de boa germinação e pureza varietal. Quanto às culturas de algodão, arroz e feijão, a CAFE DO PARANÁ atua principalmente como reguladora de mercado.

REVENDA DE INSUMOS AGROPECUARIOS

Decorrente da política de descentralização da Secretaria da Agricultura, a CAFE DO PARANÁ recebeu, através de convênio, a incumbência de gerir as atividades de comercialização do Fundo de Equipamento Agropecuário — FEAP, incorporando e integralizando ao capital social da Companhia o valor de Cr$ 67,6 milhões, correspondente ao resultado líquido do balanço daquele Fundo.

Os insumos agropecuários foram vendidos através de uma rede própria de 112 postos de vendas, com a movimentação global indicada a seguir:

COMERCIALIZAÇÃO DE INSUMOS PELA CAFE/PR

Em Cr$ milhões

Atividade	1979 Compras	1979 Vendas	1980 Compras	1980 Vendas	1981 Compras	1981 Vendas
Insumos veterinários	46,1	36,2	102,5	90,6	169,7	119,6
Insumos agrícolas	22,1	22,5	105,9	89,0	109,8	121,7
TOTAIS	68,2	58,7	208,4	179,6	279,5	241,3

FONTE: CAFE/PR

MOTOMECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Com seu parque de máquinas totalizando 76 unidades, a CAFE DO PARANÁ executou, no triênio 79/81, um total de 195.508:42 horas de serviços motomecanizados, destacando as operações de destoca, terraplenagem para construção de estradas rurais e açudes, drenagem, e operações de conservação de solos.

SERVIÇOS DE MOTOMECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Especificação	Unidade Medida	1979	1980	1981
Destoca, desmatamento e aração	ha	7.789	12.028	9.811
Terraplenagem	m3	221.583	403.643	527.541
Estradas rurais	m	369.074	516.500	256.785
Açudes	m3	185.293	111.251	117.214
Terraços e cordões de contorno	m	1.877.647	759.912	901.366
Combate à vossoroca, valeteamento, drenagem e outros	m3	70.631	218.350	299.518

FONTE: CAFE/PR

PRORURAL

Como executora do projeto "Fomento Agropecuário" — parte integrante do PRORURAL — a CAFE DO PARANÁ buscou adequar-se às responsabilidades atribuídas. Para tanto, promoveu-se a elevação do Capital Social da Companhia que, de Cr$ 80,6 milhões em 1979, passou a totalizar Cr$ 1.541,4 milhões em 1981.

À conta do programa, foram instalados 45 novos postos de venda, 3 postos de mecanização e 1 unidade de beneficiamento de sementes. Foram ainda adquiridos, através de licitação internacional, diversos equipamentos, me-

recendo destaque: 70 tratores, 39 caminhões, 11 retroescavadeiras, 6 pás carregadeiras, 6 "scrapers" tracionados, 12 arados reversíveis e enfardadeiras.

A CAFE DO PARANÁ adquiriu ainda 500.000m2 de áreas em Curitiba, Ponta Grossa, Irati, União da Vitória e Morretes, para a instalação de novos postos de mecanização e de oficinas próprias.

IMPORTAÇÕES E REVENDAS DE MATRIZES

Foram importadas, em 1981, 839 cabeças de ovinos, contra 397 cabeças em 1980, bem como 50 coelhos reprodutores da Holanda, na continuidade às atividades de fomento da CAFE DO PARANÁ. Além dessas, foram adquiridas 316 cabeças de caprinos selecionados nos Municípios de Guarapuava, Piraquara, Bocaiúva do Sul e Campina Grande do Sul, com vistas à dinamização das atividades de caprinocultura em Adrianópolis, atendendo aos objetivos e metas do PRO-RIBEIRA.

No ano de 1981, foram importados 3 cilindros para moldagem de cera virgem de abelhas, em apoio à Associação Paranaense de Apicultores — Curitiba, à Cooperativa Mista de Ponta Grossa e à Cooperativa dos Apicultores de União da Vitória.

AMPLIAÇÃO DE IMÓVEIS

Destacam-se, no triênio 1979/81, as aquisições dos imóveis de Guarapuava e Maringá, constituindo-se de terrenos com 50.279,56m2 e obras num total de 10.005,14m2 de área construída, para armazéns, unidades de beneficiamento de sementes, oficinas e escritórios.

As novas unidades de beneficiamento possuem uma capacidade de 100.000 sacas/ano de sementes fiscalizadas de algodão e de 100 sacas/hora de sementes de soja, feijão ou arroz.

Paralelamente, nas ampliações das unidades de beneficiamento de sementes de Umuarama e Cambará, num total de 12.573,53m2, implantaram-se unidades de descaroçamento de algodão, com capacidade de 100.000 sacas cada, eliminando a dependência de terceiros referente a descaroçamento de algodão.

11. COMPANHIA PARANAENSE DE SILOS E ARMAZÉNS — COPASA

A rede armazenadora da COPASA acha-se distribuída por todo o Estado, em pontos estratégicos relacionados com os fluxos de transporte, ou em áreas onde é fraca a atuação da iniciativa privada. Constitui-se tal rede de silos graneleiros, unidades convencionais e armazéns infláveis, permitindo uma capacidade de armazenagem de 252.584 toneladas, conforme indicado a seguir:

CAPACIDADE ESTATICA DE ARMAZENAGEM DA COPASA

Em toneladas

Armazéns	1979	1980	1981
Convencional	129.615	75.820	99.304
Granel (silos)	153.080	151.080	143.080
Inflável	6.300	7.200	10.200
TOTAIS	288.995	234.100	252.584

FONTE: COPASA

Embora a rede atualmente implantada represente menos de 2% em relação à capacidade total do Estado, atualmente com 14.530.300 toneladas, os silos da empresa — que constituem as unidades mais adequadas tecnicamente para a armazenagem — representam 17% do total de silos existentes no Paraná. Deve ser ressaltado, também, que o decréscimo da capacidade estática de 1981, em relação a 1979, decorreu da desativação de unidades convencionais — pertencentes ao IBC — que se achavam locadas à Companhia.

A COPASA alacançou, em 1981, resultados compensadores dentro do seu enfoque de desevolver o setor estadual de armazenagem e de obter resultados que propiciem uma maior satisfação de sua clientela. O demonstrativo a seguir indica as quantidades totais do ano, a partir da acumulação dos resultados mensais.

SERVIÇOS PRESTADOS PELA COPASA

Em toneladas

Serviços	1979	1980	1981
Armazenagem	996.815	1.562.422	1.838.090
Limpeza	65.435	21.489	16.028
Secagem	53.345	42.850	22.817
Expurgo	195.400	260.680	235.151
TOTAIS	1.310.995	1.887.441	2.112.086
Média Mensal	109.250	157.286	176.007

FONTE: COPASA

Os principais produtos armazenados foram o trigo, o milho e a soja, conforme indicado a seguir:

ARMAZENAGEM POR PRODUTOS

Em toneladas

Produtos	1979	1980	1981
Trigo	159.482	196.292	147.395
Arroz	17.548	2.740	9.685
Feijão	14.529	2.656	10.600
Milho	131.319	55.653	88.821
Soja	20.245	47.171	40.866
Outros	4.159	34.713	55.733
TOTAIS	247.282	339.205	353.100

FONTE: COPASA

Além das suas atividades de transbordo para ferrovia, com reflexos em geração de empregos e economia de combustíveis (49.304 t transportadas), a COPASA atendeu, com seus serviços, cerca de 30.800 produtores, garantindo-lhes armazenagem tecnicamente adequada, assegurando preços mínimos e realizando operações em AGF e EGF.

12. SINOPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

Na execução das atividades a cargo das suas unidades da administração direta e indireta, a SEAG empregou os seguintes recursos:

12.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979		1980		1981	
	Estat.	CLT	Estat.	CLT	Estat.	CLT
Administração direta	165	479	217	705	147	1.063
Administração indireta	162	4.447	145	4.491	120	4.643
TOTAIS	327	4.926	362	5.196	267	5.706

12.2. VEÍCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	1.259	1.500	1.494
Operacionais	141	157	168
Máquinas e tratores	134	152	179
TOTAIS	1.534	1.809	1.841

a) FONTES

12.3. RECURSOS FINANCEIROS

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro Estadual	511.000	1.295.000	2.926.000
Transferências federais	336.000	568.000	1.600.000
Arrecadação própria	863.000	1.824.000	4.635.000
Operações de crédito	77.000	7.000	—
Outras	22.000	27.000	48.000
TOTAIS	1.809.000	3.721.000	9.209.000

b) USOS

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e encargos	711.000	1.362.000	3.008.000
Custeios diversos	811.000	1.731.000	3.979.000
Encargos e amortizações	216.000	380.000	1.382.000
Investimentos e inversões	86.000	79.000	201.000
TOTAIS	1.824.000	3.552.000	8.570.000

SANEAMENTO, RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

1. INTRODUÇÃO

As ações relacionadas com estas áreas de atividade são, no âmbito do estadual, desenvolvidas pela Secretaria de Estado do Interior — SEIN e pelas entidades que lhe são vinculadas — SANEPAR, RADIPAR e TELEPAR. Neste período, em decorrência da orientação social adotada, especial atenção foi atribuída, no âmbito do órgão, à adoção de ações tendentes a propiciar, ao maior número possível de paranaenses, a adequada oferta de serviços públicos.

Para direcionar sua atividade de acordo com essa visão abrangente do papel do Governo — como intérprete dos anseios e dos interesses da comunidade — fizeram-se valer as seguintes políticas de atuação:

* Prioridade ao atendimento das localidades ainda não servidas por água tratada;
* Ampliação do processo de socialização das tarifas dos serviços de água e esgoto;
* Implantação de serviços de esgotos sanitários — em face do seu elevado custo — prioritariamente nas comunidades que esgotaram outros recursos na solução do problema;
* Ampliação dos programas de atendimento às pequenas localidades;
* Interiorização dos serviços de telefonia, expandindo a oferta preferencialmente nas comunidades não servidas e de modo particular às rurais;
* Democratização do acesso a sinais de TV de boa qualidade, privilegiando regiões não servidas por nenhuma rede.

Além dessas prioridades, voltadas basicamente ao atendimento de regiões carentes dos benefícios explicitados, a SEIN conferiu ênfase à ampliação do controle sobre os padrões sanitários da água fornecida pelas concessionárias à população.

2. COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA — SANEPAR

Com o objetivc de levar os benefícios do saneamento básico a toda a população do Estado, a SANEPAR desenvolveu esforços, no triênio 1979/81, para estender os serviços de abastecimento de água à quase totalidade das sedes municipais e a vários distritos.

No mesmo sentido, procurou atender a Capital, as cidades com maiores concentrações urbanas e aquelas onde o saneamento básico se constitui em problema particularmente crítico — como as cidades antigas e as do Litoral

— com sistemas adequados de esgotos sanitários, mediante a extensão das redes existentes ou a implantação de novos sistemas.

Como resultado do trabalho desenvolvido no triênio, a rede física de distribuição de água tratada, na Capital e no Interior, foi ampliada em mais de 50%, passando de 9.244km no início de 1979 para 13.952km no final de 1981. A rede de esgoto, por sua vez, aumentou, no mesmo período, de 1952 km para 2.834km, com acréscimo de 45%.

Merecem também registro as ações no campo do tratamento de esgotos, onde, mediante a instalação da Estação do Rio Belém — colocada em funcionamento em 1980 — deu-se importante passo na despoluição do Rio Belém, com importantes reflexos sofre o Rio Iguaçu. Em 1981, o prosseguimento de obras de coletores e interceptores, e o início de novas ampliações, integraram-se no propósito de limitar a poluição ambiental.

Para atingir as metas propostas no campo do saneamento, a SANEPAR, em apoio aos seus planos comunitários, contou com recursos financiados pelo FAE/BNH e com a participação das populações urbanas. Na área de pesquisa, a empresa preocupou-se com o aproveitamento mais intenso de água de lençóis subterrâneos e participou da implantação de projeto-piloto de usina biogaseificadora e despoluidora no Interior do Estado.

ADEQUAÇÃO TARIFARIA DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS

Com o objetivo de estabelecer reajustes de tarifas de água e esgotos de modo coerente com o propósito do Governo do Estado de melhor adequar o custo dos serviços públicos aos diversos níveis de renda auferidos pela população, a SANEPAR instituiu, a partir de julho de 1980, modelo tarifário diferenciado, de acordo com a situação sócioeconômica dos consumidores.

O gradualismo do modelo estabeleceu custos reduzidos para usuários de baixa renda. Para consumo mensal de até 10m3 de água, os reajustes passaram a ser inferiores à correção salarial, enquanto que, para as categorias de maior consumo, os acréscimos tornaram-se progressivamente maiores. As contas de esgotos — que, proporcionalmente, estão vinculadas ao consumo da água — passaram a reger-se pelo mesmo sistema.

EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA

Mais 49 cidades e dois distritos passaram a ser atendidos, no triênio 1979/81, com serviços de abastecimento de água do Sistema SANEPAR que, com essa ampliação, passou a operar em 229 municípios e 33 distritos.

O número de consumidores servidos pelo sistema passou de 2.348.000, no início de 1979, para 3.482.000 no final de 1981, representando 83% da população urbana da área geográfica atendida pela empresa.

Esse aumento de 48% no abastecimento de água potável com elevado padrão de controle sanitário, coloca o Paraná em posição privilegiada no País. Ao encerrar-se o triênio 1979/81, os sistemas operados pela SANEPAR, somados aos 60 administrados por autarquias municipais, atendiam 289 sedes de municípios com serviços de abastecimento de água. Ao final de 1981, apenas 11 sedes municipais — 10 das quais pertencentes a municípios criados em 1980/81 — com uma população urbana de 33.573 habitantes, não dispunham de serviços regulares de abastecimento de água.

É importante assinalar que, em 1981, 19 sedes municipais e 2 distritos incorporaram-se ao rol de cdiades operadas pela SANEPAR e que, neste exercício, foram efetuadas 48.530 novas ligações domiciliares, propiciando acesso aos serviços da empresa para 249.000 pessoas. Desse modo, totaliza 212.740 o número de novas ligações domiciliares efetuadas no Estado, no decorrer do último triênio.

POPULAÇÃO ATENDIDA COM SERVIÇOS DE AGUA

Concessionárias	1979	1980	1981
SANEPAR			
— Sedes municipais	180	210	229
— Distritos	31	31	33
— População	2.662.515	3.137.545	3.482.000
— % da população urbana (1)	80	77	83
OUTRAS			
— Sedes municipais	81	71	60
— População	438.790	412.003	316.073
— % da população urbana (1)	76	79	79
TOTAL DO ESTADO			
— Sedes municipais	261	281	289
— População	3.201.305	3.549.548	3.798.073
— % da população urbana (1)	80	78	83
SEM ABASTECIMENTO	29	9	(2) 11

FONTE: SEIN/SANEPAR
(1) Considerada a população urbana da área de concessão.
(2) Dos quais, 10 constituídas por sedes de municípios criados em 1980-81.

A SANEPAR efetuou, em 1981, a conclusão de 14 novos sistemas de abastecimento de água, através dos quais foram efetuadas 3.516 novas ligações conforme indicado a seguir:

NOVOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA — 1981

Localidades	Ligações	Localidades	Ligações
Barbosa Ferraz	575	Nova Aliança do Ivaí	100
Campineiros do Sul — Grandes Rios	—	Nova Jerusalém — Umuarama	52
Cedro — Umuarama	40	Paula Freitas	70
Cruzeiro do Sul	381	Piên	60
Carlópolis	961	Pinhão	406
Ivaí	144	Salgado Filho	195
Leópolis	391	Tijucas do Sul	105

FONTE: SEIN/SANEPAR

Visando à complementação da infra-estrutura básica dos conjuntos habitacionais, a empresa concluiu, no exercício, 30 obras — propiciadoras de 6.438 novas ligações — conforme demonstrado a seguir:

SUBSISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM CONJUNTOS HABITACIONAIS — 1981

Localidades	Ligações	Localidades	Ligações
Arapongas I	403	Francisco Beltrão I, II, III	258
Arapongas II	260	Guarapuava	208
Astorga	81	Guarapuava	304
Assaí	100	Imbituva	45
Campina da Lagoa	64	Irati	136
Castro	269	Londrina-Cafezal	660
Cidade Gaúcha	56	Mandaguari	300
Curitiba-Paritá	27	Mangueirinha	100
Curitiba-Coqueiros I	126	Marmeleiro	80
Curitiba-Belém	313	Marilândia do Sul	45
Curitiba-Araguaia	74	Medianeira-Jardim Irene	172
Curitiba-Camponesa	154	Pitanga	117
Curitiba-Trindade	132	Ponta Grossa	576
Curitiba-Xingu	145	Ponta Grossa	770
Faxinal	265	Wenceslau Braz	198

FONTE: SEIN/SANEPAR

Foram ainda objeto de ampliações, concluídas em 1981, num total de 19 sistemas de abastecimento de água, propiciando 17.890 novas ligações, conforme indicado a seguir:

SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AMPLIADOS — 1981

Localidades	Ligações	Localidades	Ligações
Ampère	211	Inajá	305
Apucarana	317	Itambé	675
Arapongas	6.712	Londrina-Anel Sul	—
Atalaia	415	Nova Aurora	80
Boa Esperança	278	Porto Amazonas	52
Cândido de Abreu	100	Ribeirão do Pinhal	1.110
Cianorte	6.200	São José-Jandaia Sul	40
Dois Visinhos	190	São José da Boa Vista	208
Faxinal	491	Umuarama-Vila Alta	186
Goio-Erê	320		

FONTE: SEIN/SANEPAR

SINOPSE DAS OBRAS CONCLUÍDAS

Em resumo, a SANEPAR concluiu, no triênio 1979/81, 171 obras de abastecimento de água: 80 de implantações de novos sistemas, 48 de ampliações de sistemas existentes e 33 relativas a novos subsistemas em conjunto habitacionais localizados em cidades do Interior do Estado.

Com a realização dessas obras, que exigiram investimento global de Cr$ 2,9 bilhões, foram ligadas no triênio, 212.740 novas economias domiciliares, para atender uma população de 1.219.700 habitantes, computados os que passaram a ser servidos e aqueles beneficiados com melhorias nos sistemas assumidos pela SANEPAR.

OBRAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Discriminação	1979	1980	1981
Sistemas concluídos	37	30	14
Ampliações de sistemas	13	24	19
Subsistemas em núcleos habitacionais	—	13	30
Novas ligações efetuadas	65.666	98.544	48.530

FONTE: SEIN/SANEPAR

OBRAS EM ANDAMENTO

No final do ano de 1981, encontravam-se em etapas diversas de construção 50 obras de abastecimento de água na Capital, em grandes, médias e pequenas cidades do Interior e em pequenas comunidades da áreas rural, com investimentos previstos em Cr$ 3,4 bilhões.

Dessas obras, 9 constituem novos sistemas de abastecimento de água; 4, subsistemas em conjuntos habitacionais, e 37, ampliações de sistemas já existentes.

SISTEMAS NOVOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA — EM OBRAS

Localidades	Ligações Previstas	Localidades	Ligações Previstas
Cambé*	359	Porto Vitória	205
Curitiba-Abaeté*	127	Quarto Centenário-Goio-Erê	400
Gov. Roberto Silveira-Umuarama	100	Sta. Lúcia-Cap. L. Marques	306
Lovat-Umuarama	130	São Mateus do Sul*	435
Marilândia do Sul*	45	Santo Inácio-S. Miguel do Iguaçu	130
Paulo Frontin	170	Vera Cruz do Oeste-Céu Azul	815
Nossa Sra. Aparecida	69		

FONTE: SEIN/SANEPAR

* Subsistemas em Conjuntos habitacionais.

Além dos sistemas novos outras 37 obras de ampliação achavam-se em execução no final do ano. Cabe assinalar que, das novas ligações propiciadas pelas mencionadas ampliações, a seguir indicadas, uma parcela, correspondente à extensão de redes de distribuição, foi efetivada já no decorrer de 1981.

AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS — OBRAS EM ANDAMENTO EM 1981

Localidades	Ligações	Localidades	Ligações
Arapoti	300	Ourizona	300
Assaí	1.728	Pato Branco	1.800
Campo Mourão	1.408	Pérola	100
Cascavel	10.000	Ponta Grossa	1.000
Cornélio Procópio	1.305	Quatiquá	4
Curitiba-Sistema Iguaçu	4.678	Rancho Alegre	530
Diamante do Norte	122	Realeza	500
Doutor Camargo	895	São Miguel do Iguaçu	280
Francisco Alves	140	São Pedro do Ivaí	1.470
Francisco Beltrão	1.035	Santa Amélia	323
Figueira-Curiúva	810	Santa Fé	1.000
Imbituva	120	Santa Mariana	709
Iporã	1.200	Siqueira Campos	182
Jardim Alegre	278	Tamboara	100
Laranjeiras do Sul	429	Teixeira Soares	—
Lunardelli	206	Telêmaco Borba	400
Maringá	2.273	Toledo	900
Nova América da Colina	263	Ubiratã	555
		Wenceslau Braz	241

FONTE: SEIN/SANEPAR

EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTOS SANITÁRIOS

No início de 1979, a SANEPAR atendia, com serviços de esgotos sanitários, 28 cidades. Com a implantação, no triênio, de sistemas novos em Umuarama, Matinhos, Caiobá e Paranavaí e a incorporação do sistema anteriormente operado pela Prefeitura de Maringá, esse número elevou-se, no final de 1981, para 33.

O contingente populacional beneficiado, no período, no área de atendimento da empresa, expandiu-se em 64%, passando de 571.100 pessoas no início de 1979 para 938.000 ao final de 1981. Também cresceu em 61% o número de ligações domiciliares, com o aumento de 116.281 para 187.600 residências atendidas. Desse acréscimo 30.536 ligações foram efetuadas em 1981.

No final de 1981, com os 33 sistemas operados pela SANEPAR e os 5 explorados por autarquias municipais, 38 cidades paranaenses contavam com serviços de esgotos sanitários.

POPULAÇÃO ATENDIDA COM SERVIÇOS DE ESGOTO

Concessionária	1979	1980	1981
SANEPAR			
— Cidades atendidas	29	30	33
— População atendida	685.935	831.650	938.000
— Percentual de atendimento	32	31	33
— Novas ligações domiciliares	18.245	22.538	30.536
OUTRAS			
— Cidades atendidas	8	7	5
— População atendida	58.645	32.932	25.253
— Percentual de atendimento	16	18	18
TOTAL DO ESTADO			
— Cidades atendidas	37	37	38
— População atendida	744.580	864.582	963.253
— Percentual de atendimento	29	30	33
SEM SISTEMAS	253	253	262

FONTE: SEIN/SANEPAR

AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS

A expansão de sistemas existentes no período 1979/81 beneficiou 7 cidades, permitindo 58.693 novas ligações.

O quadro a seguir discrimina as localidades onde foram concluídas obras de esgotos sanitários em 1981.

OBRAS DE ESGOTOS SANITARIOS CONCLUÍDAS — 1981

Localidades	Obra
Curitiba	Rede coletora — fase I
Curitiba	Rede coletora — fase II
Curitiba — Xingu*	Implantação sistema esgoto
Irati*	Implantação sistema esgoto
Ponta Grossa*	Implantação sistema esgoto

FONTE: SEIN/SANEPAR
* Núcleo habitacional.

Além das obras concluídas, no decorrer de 1981 mais 16 outros empreendimentos específicos da área de esgotos sanitários foram iniciados ou tiveram prosseguimento, conforme indicado no demonstrativo a seguir:

OBRAS DE ESGOTOS SANITARIOS EM ANDAMENTO — 1981

Localidades	Obra	Ligações Previstas
Caiobá	Execução do sistema de esgoto sanitário	1.298
Cambé*	Implantação do sistema de esgoto	359
Curitiba III	Ampliação da rede coletora e ramais Prediais — Fase III	2.398
Curitiba III	Coletor tronco — Valetão lote I	—
Curitiba III	Coletor tronco — Valetão lote II	—
Curitiba	Ampliação da rede	520
'PLANO MAIS"	Coletora e ramais prediais	—
Curitiba-Abaeté	Ampliação do sistema de esgoto	124
Londrina	Implantação do sistema de esgoto	1.440
Londrina*	Implantação do sistema de esgoto	2.045
Marmeleiro*	Implantação do sistema de esgoto	80
Maringá	Ampliação da rede coletora	3.142
Ponta Grossa	Implantação do sistema de esgoto	3.474
Ponta Grossa*	Implantação do sistema de esgoto	50
Ponta Grossa*	Execução da rede e ligações	492
Ponta Grossa*	Execução da rede e ligações	600

FONTE: SEIN/SANEPAR
* Implantação de sistemas em Núcleos Habitacionais.

PROJETOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O cumprimento das metas preconizadas pelo PLANASA justificou a ênfase com que a SANEPAR se empenhou na elaboração de projetos técnicos

de de engenharia para viabilizar obras de implantação, ampliação e melhoria de sistemas de abastecimento de água.

Foram elaborados, no triênio 1979/1981, 416 projetos, sendo 33 em 1979, 186 em 1980 e 197 em 1981. Desses projetos, 48 se destinaram a comunidades de médio e grande porte e 180 às de pequeno porte; outros 17, para apoiar o programa PRORURAL. Os 190 restantes referiram-se a subsistemas de água para núcleos habitacionais.

Os quadros a seguir especificam os projetos elaborados em 1981 e os contingentes populacionais que serão beneficiados com as obras decorrentes.

PROJETOS DE ENGENHARIA PARA SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA — 1981

Tipificação da Comunidade Beneficiada	Quantidade de Projetos	População Beneficiada
Comunidades de grande/médio porte	17	444.855
Comunidades de pequeno porte	105	309.177
Localidades incluídas no PRORURAL	17	8.014
Núcleos habitacionais	58	47.725
TOTAIS	197	809.771

FONTE: SEIN/SANEPAR

Os projetos de engenharia, concernentes aos sistemas de abastecimento de água para comunidades de grande e médio porte, concluídos em 1981, acham-se detalhados a seguir:

PROJETOS DE ENGENHARIA PARA SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA CONCLUIDOS EM 1981

Localidades	População Beneficiada	Localidades	População Beneficiada
Araucária	—	Loanda	12.600
Assaí	9.200	Ponta Grossa	151.950
Campo Largo	16.500	Santa Mariana	10.370
Campo Mourão	38.500	São José dos Pinhais	36.915
Curitiba	—	Siqueira Campos	6.200
Curitiba	—	Toledo	25.500
Guarapuava	48.300	Umuarama	40.800
Guaratuba	27.820	Wenceslau Braz	8.200
Lapa	12.000		

FONTE: SEIN/SANEPAR

Ao encerrar-se o ano de 1981, encontravam-se em fase de elaboração mais 59 projetos de engenharia de sistemas de abastecimento de água, dos quais 14 destinados a obras em comunidades de médio e grande porte, 16 para comunidades de pequeno porte, 10 para comunidades incluídas no PRORURAL e 19 relativos a subsistemas de núcleos habitacionais. Esses projetos, em seu conjunto, abrangem o atendimento à uma população de 853.553 habitantes.

O quadro a seguir especifica o destino dos projetos relativos a comunidades de médio e grande porte, em andamento ao final de 1981 e os contingentes populacionais que serão beneficiados pelas obras a que se referem.

PROJETOS DE ENGENHARIA PARA SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA — EM ANDAMENTO

Localidades	População Beneficiada	Localidades	População Beneficiada
Astorga	14.400	Medianeira	13.100
Bocaiúva do Sul	4.850	Nova Esperança	18.920
Curitiba-Passaúna	—	Palmeira	9.500
Guaíra	68.250	Paranavaí	69.780
Londrina-Tibagí	291.250	Piraí do Sul	8.600
Mandaguari	14.400	Porecatu	13.000
Maringá	148.900	União da Vitória-P. União	80.000

FONTE: SEIN/SANEPAR

PROJETOS DE ESGOTOS SANITARIOS

Com o mesmo fundamento dos projetos relativos a sistemas de água, foram elaborados, no triênio, 62 projetos de engenharia — 1 em 1979, 33 em 1980 e 28 em 1981 — para viabilizar obras de implantação e ampliação de sistemas de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários em 22 cidades de grande, médio e pequeno porte, e em 39 núcleos habitacionais situados em 32 cidades.

O quadro adiante especifica as localidades de médio e grande porte para as quais foram concluídos projetos técnicos de engenharia em 1981.

SISTEMAS DE ESGOTOS SANITARIOS — PROJETOS DE ENGENHARIA CONCLUÍDOS EM 1981

Localidades	População Beneficiada	Localidades	População Beneficiada
Araucária	—	Matinhos-Caiobá	41.000
Campo Largo	—	Palmas	3.200

Localidades	População Beneficiada	Localidades	População Beneficiada
Carambeí-Castro	2.000	Pinhais-Piraquara	160.000
Curitiba-Coletores Tronco	—	Piraquara	17.583
Guaíra	15.000	Piraquara — 1.ª etapa	11.433
Guaratuba	38.000	Ponta Grossa	—
Londrina	—	Umuarama	120.000

FONTE: SEIN/SANEPAR

Foram também concluídos, no exercício, 14 projetos de engenharia relativos à implantação de sistemas de esgotos em núcleos habitacionais (Cândido de Abreu, Cornélio Procópio, Curitiba, Lapa, Marmeleiro, Palmas, Palmeira, Piraquara, Ponta Grossa e União da Vitória), cujas obras respectivas deverão beneficiar cerca de 19.000 pessoas.

Além desses achavam-se em execução, ao final de 1981, 11 projetos de sistemas de esgotos para cidades de grande e médio porte, conforme detalhado a seguir:

SISTEMAS DE ESGOTOS SANITARIOS — PROJETOS DE ENGENHARIA EM ANDAMENTO AO FINAL DE 1981

Localidades	População Beneficiada	Localidades	População Beneficiada
Cambé*	1.630	Piraí do Sul	5.000
Curitiba	—	Ponta Grossa	—
Guaíra	15.000	Santa Helena	—
Guaratuba	38.000	São José dos Pinhais	—
Londrina	225.000	Umuarama	48.500
Pinhais	—		

FONTE: SEIN/SANEPAR
* Núcleo Habitacional.

PROGRAMA DE SANEAMENTO RURAL

Com o objetivo de apoiar a implantação de sistemas de saneamento básico — principalmente de água encanada de boa qualidade — com custos acessíveis às propriedades rurais de baixa renda, a SANEPAR lançou, em 1980, o "Programa de Saneamento Rural", vinculado aos objetivos do "PRORURAL".

A experiência pioneira está sendo realizada em conjunto com a Cooperativa Mixta Agropecuária Witmarsum, de Palmeira. Esse projeto atendeu 96 das 160 famílias da colônia dos cooperativados, com a perfuração de 4 poços profundos e instalação de 15.000 metros de rede de distribuição de água.

3. PARANÁ RADIODIFUSÃO S.A. — RADIPAR

No triênio 1979/81, a Paraná Radiodifusão S.A. — RADIPAR desenvolveu intenso programa de atividades, ampliando significativamente a área coberta, no território paranaense, com sinais de TV gerados pelas concessionárias que operam no Estado.

Os resultados obtidos com as obras realizadas nesse período, e os que serão alcançados com as que estão em andamento, respondem à proposta expressa no Plano de Governo — de promover maior integração social e política entre os paranaenses mediante o acesso às programações televisadas, principalmente para as comunidades que dispõem de poucos recursos de cultura e lazer.

PLANO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE CANAIS DE TELEVISÃO

A aprovação, pelo Ministério das Comunicações, no início de 1980, do "Plano Básico de Distribuição de Canais de TV em VHF e UHF" — montado pela RADIPAR e que fez do Paraná o primeiro Estado brasileiro a dispor de um plano global de enlaces de repetição e retransmissão de sinais de televisão — possibilitou a intensificação dos programas de obras, o aumento da potência das freqüências de retransmissão, com a conseqüente melhoria da imagem recebida pelos usuários do sistema.

A expansão da rede estadual de retransmissão de sinais de televisão operada pela RADIPAR, atingiu todo o Estado. Apesar da ênfase com que foram realizados os programas de obras nas Regiões Sudoeste e Sul-Sudeste, seguidas das regiões Norte e Norte Pioneiro, localidades das Regiões Oeste e Noroeste foram também atendidas pela programação.

No início de 1979, existiam 9 estações retransmissoras e 6 repetidoras, num total de 15; no final de 1981, achavam-se instaladas no Estado 81 estações — 67 retransmisoras e 14 repetidoras — com o significativo aumento de 453% no triênio. A ampliação da área de cobertura elevou o número de cidades servidas de 18, no início do período, para 90, ao final de 1981.

A qualidade do sistema foi também significativamente ampliada com o programa realizado. As estações da RADIPAR, que operavam através de equipamentos com potência de 5 a 10 watts no início de 1979, foram reequipadas e, no final de 1981, contavam com equipamentos de10, 50, 100, 200 e 500 watts. Além disso, obras em andamento asseguram a entrada em operação, em breve, de equipamentos com 1.000 watts nas estações retransmissoras de Maringá, Paranaguá, Terra Rica e Umuarama, localidades em que ao final de 1981, a mencionada instalação achava-se em fase final.

Em 1981, foram concluídas 4 novas estações repetidoras e 37 novas retransmissoras de sinais de TV, bem como ampliadas/reformadas outras 5 estações. O quadro a seguir especifica e detalha as retransmissoras concluídas no exercício.

ESTAÇÕES RETRANSMISSORAS DE SINAIS DE TV — OBRAS CONCLUÍDAS EM 1981

Município	Quant.	Potência	Localidades Beneficiadas
Ampère	1	10W	Ampère
Arapoti (1)	1	10W	Arapoti
Capanema	1	10W	Capanema
Clevelândia	2	50W/50W	Clevelândia
Colorado	1	100W	Colorado e Itaguajé
Cruz Machado	1	10W	Cruz Machado
Dois Visinhos	2	10W/50W	Dois Visinhos
Guaíra	1	10W	Guaíra
Imbituva	1	100W	Imbituva e Guamiranga
Ipiranga	1	10W	Ipiranga
Ivaí	1	10W	Ivaí
Janiópolis	1	10W	Janiópolis
Japira (P. Agudo)	1	100W	Diversos (2)
Mamborê	1	10W	Mamborê
Mangueirinha	1	10W	Mangueirinha
Mariópolis	1	50W	Mariópolis
Ortigueira	1	100W	Ortigueira
Planalto	1	10W	Planalto
Porto Vitória	1	10W	Porto Vitória
Realeza	1	100W	Realeza e Sta. Izabel do Oeste
Renascença	2	10W/50W	Renascença
Rio Negro (1)	1	100W	Rio Negro e Mafra (SC)
S. Jorge do Oeste	1	50W	São Jorge do Oeste
S. Miguel do Iguaçu	2	50W/10W	São Miguel do Iguaçu
Salto do Lontra	2	50W/50W	Salto do Lontra
Terra Roxa	1	100W	Terra Roxa
Tibagi	1	100W	Tibagi
Umuarama	1	100W	Umuarama e Xambrê
União da Vitória	2	100W/100W	União da Vitória e Paula Freitas
Verê	2	10W/50W	Verê
Vitorino	2	10W/50W	Vitorino

FONTE: SEIN/RADIPAR

(1) Reforma e ampliação;

(2) Municípios de Japira, Ibaiti, Jaboti, Conselheiro Mayrinck, Quatiguá, Joaquim Távora e Pinhalão.

Em termos de estações repetidoras, foram 7 as obras concluídas em 1981, conforme detalhado a seguir:

ESTAÇÕES REPETIDORAS DE SINAIS DE TV OBRAS CONCLUÍDAS EM 1981

Município	Quant.	Potência	Localidades Beneficiadas
Campo do Tenente*	1	10W	Campo do Tenente
Enéas Marques*	1	100W	Enéas Marques
F. Beltrão-Jacutinga*	1	200W	Jacutinga e Barracão
São Bento	1	10W	Mangueirinha
Paranaguá	1	1.000W	Litoral Paranaense
São João do Triunfo	2	100W/50W	São João do Triunfo

FONTE: SEIN/RADIPAR
* Ampliação/melhoria.

Além dessas obras concluídas, ao final do ano outras 11 obras de implantação e ampliação de retransmissoras achavam-se em execução, conforme detalhado a seguir:

ESTAÇÕES RETRANSMISSORAS DE SINAIS DE TV — OBRAS EM ANDAMENTO

Municípios	Quantidade	Potência
Castro	2	10W/10W
Curiúva	1	10W
Goio-Erê	1	100W
Maringá	1	1.000W
Nova Esperança	1	10W
Porecatu	1	100W
Santo Antônio do Caiuá	1	10W
Santo Antônio da Platina	1	100W
Sapopema	1	10W
Sengés	1	10W
Terra Rica	1	1.000W

FONTE: SEIN/RADIPAR

"LINK" DE INTERLIGAÇÃO DO CENTRO DE TV DE LONDRINA À CENTRAL DE MICROONDAS DA TELEPAR

Para melhorar a retransmissão de som e imagem de televisão no Norte do Estado, com sinal de boa qualidade, a RADIPAR, no final de 1981, instalou em Londrina um "link" de fibras óticas, com 5 quilômetros de extensão, interligando o Centro de TV da cidade à Central de Microondas da TELEPAR. O equipamento encontra-se em fase de testes, e é o primeiro sistema desse tipo implantado no Brasil, com tal finalidade.

PROJETO "TV FRONTEIRA"

O Governo do Estado prosseguiu gestões junto ao Governo Federal com vistas à implantação do Projeto "TV Fronteira", apoiado no sistema de microondas da TELEPAR, através dos terminais de TV de Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Francisco Beltrão. O projeto visa à instalação e operação de sistema de retransmissão e repetição de TV nas áreas limítrofes do Estado do Paraná com a Argentina e Paraguai.

Após reiteradas gestões do Governo do Estado junto ao Ministério das Comunicações, o projeto, já com parecer favorável do Conselho de Segurança Nacional, encontrava-se ao final de 1981, na SEPLAN da Presidência da República, para a liberação dos recursos necessários à sua implantação.

4. TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S.A. — TELEPAR

O programa de obras de expansão e modernização dos serviços telefônicos, desenvolvido pela Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR (concessionária do Sistema TELEBRÁS para o Estado do Paraná) no triênio 1979/81, teve como objetivo principal suprir a demanda do crescente mercado, melhorar a qualidade do sistema e interiorizar os serviços — importantes fatores de integração sócioeconômica e, conseqüentemente de relevância para o processo de desenvolvimento do Estado.

SISTEMA TELEFÔNICO DE CURITIBA

No início de 1979, Curitiba contava com 109.900 terminais telefônicos instalados, número que cresceu para 163.300, no final de 1981, com um acréscimo de 48,6%.

O quadro demonstrativo a seguir mostra essa evolução, de acordo com as diversas centrais existentes na Capital do Estado.

EXPANSÃO DOS SERVIÇOS TELEFÔNICOS EM CURITIBA

Central	Terminais Instalados		
	1979*	1980	1981
Água Verde	13.000	22.200	22.200
Boqueirão	5.000	10.400	13.400
Cajuru	—	4.500	6.500
Campo Largo	1.000	1.500	2.200

Central	Terminais Instalados 1979*	1980	1981
Cristo Rei	11.000	19.800	19.800
Jesuíno	62.400	62.400	62.400
Juvevê	11.000	19.800	20.300
Pinheirinho	4.000	8.500	8.500
Santa Felicidade	1.000	3.000	4.500
São José dos Pinhais	1.500	2.500	3.500
TOTAIS	109.900	154.600	163.300

FONTE: SEIN/TELEPAR
* Posição em janeiro de 1979.

SERVIÇOS TELEFÔNICOS NO INTERIOR DO ESTADO

A interiorização dos serviços de telefonia, objetivando a melhoria das condições de vida nas grandes, médias e pequenas cidades do Interior, justificou o esforço desenvolvido pela TELEPAR para ampliar o número de terminais instalados em todas as regiões do Estado.

Em janeiro de 1979, existiam 118.700 terminais telefônicos no Interior, número que se elevou para 171.035 no fim de 1981, ou seja, 44% no triênio.

As localidades atendidas aumentaram de 408, no início de 1979, para 715, no final de 1981. Além dessa ampliação quantitativa, houve substancial melhoria na qualidade do serviço disponível no Interior. No início do triênio 1979/81, 122 localidades operavam em DDD — Discagem Direta à Distância, 78 em DDI — Discagem Direta Internacional e 35 ainda utilizavam o sistema DDO — Discagem Direta via Operadora, enquanto que 29 localidades eram atendidas exclusivamente por Serviço Manual.

Em dezembro de 1981, todas as localidades que ainda dependiam de operador — sistema DDO — foram integradas à rede de DDD e passaram a ter condições de efetuar chamadas automáticas.

Outras 174 cidades, que não podiam completar ligações diretas internacionais, foram ligadas ao sistema DDI, que, no total, passou a servir 255 comunidades. As demais 91 localidades do Paraná, ligadas ao sistema TELEPAR, estão servidas por DDD. Os limites de atendimento do sistema foram ampliados, também, com o aumento do número de postos de serviço, que passaram, no triênio, de 186 para 328.

Os resultados da expansão do Sistema Estadual de Telecomunicações, nos últimos três anos, estão registrados no quadro a seguir:

EXPANSÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NO PARANÁ

Modalidade de serviço		Número de localidades atendidas 1979*	1979	1980	1981
Discagem Direta Internacional	— DDI	78	167	222	255
Discagem Direta à Distância	— DDD	44	10	38	91
Discagem Direta Regional	— DAR	36	87	103	41
Discagem Direta Via Operadora	— DDO	35	14	—	—
Serviço Manual Via Operadora	— SM	29	6	—	—
Posto de Serviço Interurbano	— PS	186	170	213	328
TOTAIS		408	454	576	715

FONTE: SEIN/TELEPAR
* Posição em janeiro de 1979.

O próximo demonstrativo evidencia os acréscimos reais verificados em cada exercício, em termos de implantações de novas centrais ou de ampliações naquelas já existentes. Como poderá ser notado, as mesmas totalizam 693 obras no triênio.

AMPLIAÇÕES NOS SERVIÇOS TELEFÔNICOS SEGUNDO AS OBRAS EXECUTADAS

Especificação	1979 Quant.	1979 Terminais Acrescidos	1980 Quant.	1980 Terminais Acrescidos	1981 Quant.	1981 Terminais Acrescidos
Instal de Postos de Serviço	36	—	74	—	122	—
Instalação de Centrais DAR	53	3.615	35	2.694	3	350
Ampliação de Centrais DAR	—	—	4	100	7	400
Instalação de Centrais DDD	8	1.146	28	734	53	700
Ampliação de Centrais DDD	1	200	1	2.080	4	150
Instalação de Centrais DDI	86	7.677	57	17.427	30	2.994
Ampliação de Centrais DDI	16	14.539	33	34.165	39	16.012
Instalação de Centrais DDO	2	326	1	100	—	—
TOTAIS	202	27.829	233	57.300	258	20.606

FONTE: SEIN/TELEPAR

RACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA

O incentivo ao uso de extensões telefônicas e de centrais privadas de comutação, para aumentar os índices de produtividade na utilização do sistema, foi outra característica da ação da TELEPAR.

Como resultado dessa política, o número de telefones em serviço cresceu de 304.800, no início de 1979, para 569.174, em 1981. O acréscimo de 87%, comparado com o de 46% no número de terminais instalados em todo o Estado, demonstra o êxito desse programa de racionalização. O quadro a seguir demonstra, ano a ano, o resultado da ação realizada com esse objetivo.

TERMINAIS INSTALADOS E TELEFONES EM SERVIÇO

Especificação	Jan. 1979	1980	Dez. 1981
Terminais telefônicos	228.600	313.729	334.335
Telefones em serviço	304.800	495.112	569.174
Telefones por terminal	1,33	1,58	1,70

FONTE: SEIN/TELEPAR

OBRAS CONCLUÍDAS EM 1981

Em 1981, foram concluídas 205 obras de implantação de serviços e 53 de ampliação de serviços já existentes, conforme detalhado a seguir:

ATIVAÇÃO DE POSTOS DE SERVIÇO

Foram ativados 122 Postos de Serviço nas localidades de Alto do Amparo, Alto Faraday, Alto Lajeado, Angaí, Anta Gorda, Aparecida do Oeste, Ariranha, Arapuã, Bairro Catarinense, Barra Bonita, Barra Santa Salete, Bernardelli, Boa Ventura, Bom Jardim do Sul, Bredópolis, Bugre, Caetano Mendes, Comur, Concórdia, Copacabana do Norte, Coronel Domingos Soares, Coronel Firmino Martins, Covó, Cristal, Cristo Rei, Deputado José Afonso, D. Pedro II, Dois Irmãos, Elisa, Espigão das Antas, Fernão Dias, Florópolis, Fluviópolis, Foz do Chopin, Francisco Guimarães, Gavião, Icatu, Iolópolis, Itapará, Jangada, Jangada do Sul, José Lacerda, Lajeado Bonito, Longuinópolis, Mandiocaba, Marabá, Marajó, Marilu, Marmelândia, Mato B. Baixo, Mato Rico, Natingui, N. Sra. da Candelária, N. Sra. do Carmo, Nova Concórdia, Novo Jardim, Novo Sobradinho, Oroitê, Padre Ponciano, Paiol de Baixo, Palmital, Pau D'Alho, Pindorama, Pinhal São Bento, Pinheiro, Piquirivaí, Platina, Pocinho, Presidente Kennedy, Quatis, Reinaópolis, Rio Branco, Rio Claro do Sul, Rio da Prata, Rio Verde (de Mamborê), Rio Verde (de Marmeleiro), Rio Tuna, Roberto Silveira, Sagrada Família, Saltinho, Saltinho do Oeste, Santa Luzia Alvorada, Santa Maria do Rio Peixe, Santa Olga, Santa Zélia, São Domingos, São Francisco, São Francisco de Salles, São Geraldo, São João do Oeste, São José, São José Itavó, São Luiz (de Marialva), São Luiz (de Clevelândia), São Luiz (de Chopinzinho), São Miguel, São Pedro do Florido, São Pio X, São Sebastião (de Vera Cruz do Oeste), São Sebastião (de Céu Azul), São Sebastião da Boa Vista, São Silvestre, Sede Progresso, Sertãozinho (de Engenheiro Beltrão), Sertãozinho (de Guaraniaçu), Sussuí, Tereza Breda, Tunas, Tuponambá, Ubaldino Taques, Ubaúna, Vila Guarani, Vila Celeste, Vila Ipiranga, Vila Nilza, Vila Paraíso e Vila Progresso.

IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTRAIS DAR

Foram implantadas, em 1981, centrais DAR em Antonio Olinto, Ibema e São João do Triunfo, e ampliadas as de Bituruna, Guairaçá, Mallet, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí e Três Barras.

IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTRAIS DDD

Foram implantadas 53 centrais DDD em Abatiá, Adrianópolis, Agudos do Sul, Amaporã, Alvorada do Sul, Bocaiúva do Sul, Bom Sucesso, Borrazópolis, Cambira, Campo do Tenente, Carlópolis, Cerro Azul, Curiúva, Diamante do Norte, Doutor Camargo, Fênix, Figueiras, Floraí, Floresta, Florestópolis, Grandes Rios, Guaraqueçaba, Iguaraçu, Inácio Martins, Itambaracá, Itambé, Itaúna do Sul, Ivatuba, Jaboti, Jardim Alegre, Kaloré, Maria Helena, Marilândia do Sul, Marumbi, Munhoz de Mello, Palmital, Piên, Pinhalão, Porto Rico, Quatiguá, Querência do Norte, Quitandinha, Rio Bom, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santana do Itararé, São Jerônimo da Serra, São Pedro do Paraná, Sapopema, Sengés, Tijucas do Sul e Tomazina, e ampliadas as de Boa Vista da Aparecida, Ivaté, Mauá e Reserva.

IMPLANTAÇÃO DE CENTRAIS DDI

Foram implantadas 30 centrais DDI em Alto Santa Fé, Aparecidinha do Oeste, Arapoti, Barbosa Ferraz, Cambé I, Canta Galo, Colônia Castrolanda, Entre Rios, Fazenda Rio Grande, Flor da Serra, Floraí, Iguatemi, Imbituva, Jaguariaíva, Jataizinho, Jardinópolis, Jota Esse, Lindoeste, Missal, Ramilândia, Rebouças, Ribeirão Claro, Rio Azul, Santa Cecília do Pavão, São João, São José, São Sebastião da Amoreira, Vila Nova, Vila Planalto e Virmond.

AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS DDI

Foram ampliadas para serviços DDI 39 centrais, localizadas em Andirá, Astorga, Atalaia, Balsa Nova, Boqueirão, Cajuru, Campo Largo, Cianorte, Colombo, Colorado, Coronel Vivida, Foz do Iguaçu, Goio-Erê, Guaíra, Guaratuba, Ibiporã, Indianópolis, Jaguapitã, Juvevê, Mandaguari, Medianeira, Mercedes, Miraselva, Mundo Novo, Palmeira, Palmeirinha, Paranavaí, Pitanga, Porto Amazonas, Porto Vitória, Realeza, Santa Felicidade, São Jorge, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, São Miguel do Iguaçu, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória.

TELEFONES PÚBLICOS

Com a instalação de 2.237 novos terminais em lugares públicos, mais do que dobrou o número de telefones públicos à disposição da população, no triênio. Note-se que, em 1981, foram instalados 810 novos aparelhos, ou seja, um quarto do total existente ao final de 1980.

TELEFONES PÚBLICOS INSTALADOS NO PARANÁ

Locais	1979	1980	1981
Curitiba	1.098	1.780	2.313
Interior	779	1.524	1.801
TOTAIS	1.877	3.304	4.114

FONTE: SEIN/TELEPAR

TELEFONES DESTINADOS AOS DEFICIENTES FÍSICOS

Em 1981, Ano Internacional das Pessoas Deficientes, a TELEPAR instalou, na Capital e no Interior do Paraná, 35 telefones públicos especiais, uns a 70 centímetros do solo, para facilitar a utilização por paraplégicos, e outros providos de controle de volume do som, para deficientes auditivos.

LIGAÇÕES INTERURBANAS

O número total de ligações interurbanas originadas na rede TELEPAR, em face da automatização dos serviços e da ampliação dos circuitos telefônicos interurbanos, cresceu significativamente entre 1979 e 1981. Intenso trabalho foi desenvolvido no triênio, para facilitar o uso do serviço interurbano: buscou-se a redução do congestionamento; introduziram-se modificações no sistema de tarifação; criaram-se novas modalidades de prestação de serviços, sempre objetivando sua adaptação aos interesses dos usuários.

Medidas como a redução de 50% do custo da ligação telefônica no horário compreendido entre as 20 horas de um dia e 8 horas do dia seguinte, e a implantação da discagem automática a cobrar, concorreram para a obtenção de resultados positivos.

Em termos de ligações completadas, em 1981 efetuaram-se, através do Sistema TELEPAR, 76.906.000 ligações, com significativa ampliação sobre as 69.695.000 de 1980 e as 53.932.000 de 1979.

CIRCUITOS TELEFÔNICOS INTERURBANOS

Em janeiro de 1979, o número de circuitos interurbanos instalados abrangia 1.635.300 canais/quilômetro. Essa relação ampliou-se, em dezembro de 1981, para 1.789.540 canais/quilômetro, possibilitando o adequado escoamento do tráfego telefônico cursado na rede da TELEPAR.

5. SINOPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

Os principais recursos utilizados pela SANEPAR e RADIPAR, para a consecução dos resultados indicados, segundo as principais espécies, acham-se quantificados nos quadros a seguir:

5.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979	1980	1981
Empregados CLT	3.283	3.306	3.368
Estatutários à disposição	—	139	124
TOTAIS	3.283	3.445	3.492

5.2. VEÍCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	249	297	306
Operacionais	37	55	55
Máquinas e tratores	37	41	59
TOTAIS	368	393	419

5.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) FONTES

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro estadual	156.862	352.346	454.020
Arrecadação própria	938.925	2.016.194	4.916.000
Operações de crédito	905.777	1.365.354	3.645.044
Outros	311	156.649	166.909
TOTAIS	2.001.875	3.890.543	9.181.973

b) USOS

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e encargos	369.404	1.048.770	2.330.052
Custeios diversos	307.038	533.811	1.449.396
Encargos e amortizações	339.015	522.935	1.100.000
Investimentos e Inversões	1.056.662	1.870.020	4.208.187
TOTAIS	2.072.119	3.975.536	9.087.635

TRANSPORTES

1. INTRODUÇÃO

A política global de Transportes do Estado do Paraná vem sendo desenvolvida de modo integrado à Política Energética Nacional, tendo como orientações basilares a adequação da infra-estrutura de escoamento da produção aos elevados níveis apresentados pela mesma, a integração inter e intra-regionais e a efetiva contribuição para a melhoria das condições de vida da população, particularmente pela instalação de equipamentos em consonância com as aspirações prevalentes no âmbito das comunidades.

Com vistas a amparar a consecução de tais propósitos e a orientar a ação das unidades integrantes do setor, foram definidas como políticas de atuação, para a Secretaria de Estado dos Transportes — SETR e respectivas vinculadas, as seguintes:

— Ênfase na manutenção, restauração e reaparelhamento da infra-estrutura rodoviária, portuária e aeroportuária;
— Apoio à estruturação, reorganização ou complementação das estruturas locais e regionais de transportes;
— Racionalização dos sistemas de transportes, visando reduzir o consumo de combustíveis;
— Estímulo permanente à adoção de meios de transportes que exijam menor quantidade de energia propulsora por unidade transportada;
— Procura e suprimento tempestivo de falhas ou lacunas que comprometam a eficiência das malhas de transportes existentes;
— Apoio à concepção e ao estudo da viabilidade de implantação de sistemas de transportes ainda não-convencionais no contexto regional;
— Consolidação dos corredores de transportes e exportações, bem como dos respectivos terminais.

Ao nível das atividades de caráter administrativo, assumiram também a feição de políticas de atuação as orientações voltadas à maximização das condições específicas de cada setor, frente às respectivas demandas, bem como as relacionadas à aplicação dos recursos alocados à área de transportes, isto é, ao seu direcionamento para atender aquelas necessidades mais reais de cada um dos subsistemas de responsabilidade estadual e municipal.

Segundo tais balizamentos, os empreendimentos executados pela SETR resultaram na ampliação e melhoria dos serviços e recursos físicos peculiares a esta modalidade de infra-estrutura, os quais, colocados intencionalmente mais próximos aos usuários diretos, possibilitaram o acesso de uma mais ampla parcela da população do Estado àqueles benefícios propiciados pelo desenvolvimento econômico e social.

2. DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COMERCIAL — DSTC

No exercício de 1981, a Secretaria dos Transportes, por intermédio do DSTC, deu prosseguimento aos esforços orientados para desenvolver e aprimorar as atividades inerentes ao transporte comercial de passageiros e de cargas e aos terminais respectivos.

No tocante ao transporte rodoviário de passageiros, a assistência voltada para a atividade empresarial continuou recebendo, como nos anos anteriores, especial atenção, como forma de melhorar o desempenho das empresas concessionárias. A esse respeito, merece realce a edição das publicações:

* "Plano Básico de Contas para Empresas de Transportes";
* "Normas de Carrocerias para Veículos de Transportes Coletivo".

TRANSPORTE COLETIVO RODOVIARIO INTERMUNICIPAL

Em 1981, o número de passageiros transportados, através das 769 linhas autorizadas, aproximou-se dos 95 milhões, vindo ao encontro das metas do Governo de incentivo ao transporte coletivo.

TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS

Especificação	1979	1980	1981
Movimento de passageiros	80.000.000	86.689.217	* 95.000.000
Linhas autorizadas	835	776	769
Frota	2.729	2.831	2.907
Empresas concessionárias	59	59	59

FONTE: DSTC/SETR
* Dados em processamento, sujeitos a retificação.

Além disso, com o propósito de centralizar o controle dos serviços das concessionárias, foram transferidas — mediante o Decreto Estadual 3.782, de 21/05/81 — as atividades de fiscalização do DER para o DSTC/SETR, o qual instrumentalizou sua execução por meio do desenvolvimento de sistemas, com o apoio da CELEPAR.

As tarifas de transporte coletivo rodoviário intermunicipal passaram por transformações — em função da necessidade de se dar novo enfoque às linhas operadas — sendo a definição de parâmetros técnicos e de custeio orientada para o campo social.

TERMINAIS RODOVIARIOS DE PASSAGEIROS

Este setor buscou, fundamentalmente, elevar os níveis de qualidade do atendimento aos usuários do transporte coletivo nas localidades do Interior,

tendo no programa de terminais rodoviários de pequeno porte a sua principal realização.

Em 1981, foram prosseguidas as obras dos Terminais Rodoviários de Mangueirinha, Quitandinha e Siqueira Campos e iniciada a construção de 45 outros nas localidades de: Ampère, Andirá, Araruna, Assis Chateaubriand, Barbosa Ferraz, Barracão, Califórnia, Cambará, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Congonhinhas, Fênix, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Icaraíma, Jardim Alegre, Jataizinho, Mamborê, Mandaguaçu, Maria Helena, Marilândia do Sul, Mariluz, Marumbi, Moreira Salles, Nova Aurora, Nova Fátima, Pérola do Oeste, Pitanga, Rancho Alegre, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Rio Negro, Roncador, Salto do Lontra, Santa Cecília do Pavão, Santa Izabel do Oeste, Santa Mariana, Santo Inácio, São João, São Jorge do Oeste, São Jorge do Ivaí, Tapira, Uraí, Wenceslau Braz e Xambrê.

Além desses, foram concluídos os Terminais de Bandeirantes, Clevelândia, Colorado, Imbituva, Iretama, Jacarezinho e Palmeira, bem como concedido apoio financeiro ao Município de Lobato, para conclusão do seu Terminal de Pequeno Porte.

Os recursos aplicados em 1981, neste "Programa de Construção de Terminais de Pequeno Porte", somaram Cr$ 503,0 milhões.

Além da construção de terminais de pequeno porte, a SETR participou de convênios com o DNER e as Prefeituras de Apucarana, Cascavel, Foz do Iguaçu e Londrina, para a construção de terminais de médio porte, visando à integração entre os sistemas intermunicipal e interestadual de transporte coletivo. Nesta modalidade, a SETR aplicou Cr$ 77,0 milhões no decorrer do exercício.

TRANSPORTE URBANO EM CIDADES DE PORTE MÉDIO

Foi celebrado convênio entre a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU, a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT e o Estado do Paraná, através da SETR, objetivando prestar assessoramento técnico-especializado à realização de estudos de transportes urbanos em cidades de médio porte do Estado.

CENTRAIS DE INFORMAÇÃO DE FRETES

Para atendimento às diretrizes governamentais de racionalização do consumo de derivados do petróleo, em face dos resultados obtidos com a unidade-piloto instalada em Maringá no decorrer de 1980, foram implantadas 8 Centrais de Informações de Fretes (Maringá, Paranaguá, Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Francisco Beltrão, Guarapuava e Cascavel) no início de 1981.

Este sistema, de apoio integrado ao transporte de cargas — iniciativa pioneira da SETR/PR — visou colaborar de forma efetiva para se evitar desperdício de combustíveis e tornar mais produtivos os equipamentos de

transportes. No primeiro ano de funcionamento, os resultados preliminares de sua ação superaram as expectativas, como evidenciado pelo demonstrativo abaixo, e as Centrais de Informações de Fretes podem ser consideradas como consolidadas.

DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DAS CENTRAIS DE FRETES — 1981

Discriminação	Quantidade
Motoristas atendidos	19.954
Fornecedores atendidos	3.366
N.º de concessionamentos diretos + indiretos	21.942
Nº de concessionamentos diretos	13.906
Nº de concessionamentos indiretos	8.036
Toneladas comissionadas direta + indiretamente	386.552
Toneladas comissionadas diretamente	239.930
Toneladas comissionadas indiretamente	146.622

FONTE: DSTC/SETR

REGULAMENTAÇÃO DO TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS

No exercício, foram iniciados estudos objetivando a composição de normas regulamentares que, após institucionalização e organização, deverão disciplinar o transporte deste tipo de cargas no Estado.

3. COORDENAÇÃO DE PLANOS E PROGRAMAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTES — CPMT

Nesta área, as atividades da SETR tiveram por objetivo prestar assistência técnica e financeira aos municípios através da administração e execução dos programas PROSAFRAS e PRODOPAR.

PRODOPAR

Com abrangência aos municípios situados na 21.ª Microrregião Homogênea, que terão parte de suas redes rodoviárias submersas pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, o Programa buscou propiciar condições para que sejam executados serviços de manutenção em rodovias municipais, de modo a impedir o surgimento de pontos críticos causadores de interrupção do tráfego de escoamento dos produtos agrícolas da zona rural para os centros consumidores. Com tal propósito, foram conservados 240 km de estradas.

PROSAFRAS

No decorrer de 1981, deu-se continuidade ao PROSAFRAS, particularmente através de assistência técnica e financeira, visando conferir às rodovias

intermunicipais condições adequadas de tráfego para o escoamento eficaz dos produtos, desde suas fontes até o seu destino — terminais portuários e mercados consumidores. Os resultados são visivelmente quantificáveis através de escoamento uniforme e permanente dos produtos da agropecuária e agroindústria, da diminuição das perdas agrícolas, de melhores índices de ocupação da rede de armazenagem, pela geração de empregos para o aproveitamento da mão-de-obra disponível — que se encontra em parte subocupada ou se dirigindo para as áreas urbanas — e pela elevação da renda pessoal e dos municípios. Foram atendidos 283 municípios no exercício, com o revestimento de 7.360 km de estradas e a construção de 822 pontes, no valor global de Cr$ 343,1 milhões.

QUADRO EVOLUTIVO DE RESULTADOS DO PROSAFRAS

Especificação	Unidade	1979	1980	1981
Municípios atendidos	Nº	176	229	283
Melhoramentos - 1.ª e 2.ª etapas	km	2.820	4.993	7.360
Programa especial	km	2.637	1.641	—
N.º de pontes construídas	Nº	154	587	822
Pontes	m	1.698	5.283	7.856
Recursos aplicados - 1.ª e 2.ª etapas	Cr$ mil	28.213	150.000	343.100
Recursos aplicados - programa especial	Cr$ mil	28.845	73.300	—
Geração de empregos	N.º	12.512	31.323	35.140

FONTE: CPMT/SETR

4. DEPARTAMENTO AEROPORTUARIO — DA

Os estudos e projetos de construção, ampliação, reforço e melhorias das obras realizadas pelo Departamento Aeroportuário objetivaram beneficiar a população estadual — em particular a do Interior — pela constituição de uma rede aeroportuária adequada e integrada ao sistema alimentador dos aeroportos interestaduais e internacionais. Tiveram também o propósito de dotar os aeroportos de equipamentos que ofereçam maior segurança à operação de aeronaves.

CONSTRUÇAO DE AEROPORTOS

No decorrer de 1981, através da pavimentação de 2 novos aeroportos e da ampliação de um outro, elevou-se para 25 o número de aeroportos dotados de tal recurso no Paraná. São as seguintes as características dos aeroportos objeto de obras, no exercício:

* NOVO AEROPORTO DE APUCARANA — foram iniciados os serviços de terraplenagem, pavimentação e obras complementares em dezembro/80 e concluídos em setembro/81. O custo total dos serviços foi de Cr$ 70,0

milhões, abrangendo uma pista de 1.400 x 30 m;

* AEROPORTO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON — foram iniciados os serviços de terraplenagem, pavimentação e obras complementares em fevereiro/81 e concluídos em julho/81. O custo total foi de Cr$ 42,5 milhões, abrangendo uma pista de 1.400 x 30 m;
* AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO DE PONTA GROSSA — iniciados os serviços de ampliação e reforço de pavimento da pista do aeroporto em janeiro/81, estando previsto o término das obras para janeiro/82. O custo total foi de Cr$ 30,0 milhões, tendo as obras compreendido:
  — reforço da pista 1.200 x 30 m;
  — ampliação da pista 300 x 30 m;
  — novo revestimento asfáltico de 1.400 x 30 m;
  — desvio da PR-151, contornando a nova cabeceira da pista.

No decorrer do ano, foi também colocado em operação o sistema de balizamento noturno do aeroporto de Cascavel, cujos serviços, iniciados em novembro/80, foram concluídos em novembro/81, com um custo total de Cr$ 5,0 milhões.

PROJETOS DE AEROPORTOS

Além das obras já relatadas, foram concluídos os projetos relacionados a 14 aeroportos, conforme indicados no quadro a seguir:

PROJETOS AEROPORTUÁRIOS CONCLUÍDOS EM 1981

Localidade	Tipo de Serviço	Objeto do Projeto	Amplitude
Imbituva	Terraplenagem e	pavimentação	1.200 x 30 m
Goio-Erê	Terraplenagem e	pavimentação	1.300 x 30 m
Wenceslau Braz	Terraplenagem e	pavimentação	1.200 x 30 m
Toledo	Terraplenagem e	pavimentação	1.300 x 30 m
Santa Helena	Terraplenagem e	pavimentação	1.400 x 30 m
Siqueira Campos	Terraplenagem e	revestimento primário	1.000 x 23 m
Bandeirantes	Terraplenagem e	revestimento primário	1.200 x 30 m
Irati	Terraplenagem e	revestimento primário	1.200 x 30 m
Dois Visinhos	Terraplenagem e	revestimento primário	1.000 x 30 m
Coronel Vivida	Terraplenagem e	revestimento primário	900 x 30 m
Jardim Alegre	Terraplenagem e	pavimentação	1.400 x 30 m
Manoel Ribas	Terraplenagem e	paviment. e outras obras	1.320 x 30 m
Guaíra	Balizamento notu	rno	1.300 x 30 m
Pato Branco	Balizamento notu	rno	1.400 x 30 m

FONTE: DA/SETR

HOMOLOGAÇÕES E REGISTROS

No exercício, procederam-se a homologações e registros, junto ao V Comando Aéreo Regional do Ministério da Aeronáutica, dos aeroportos de Reserva, Marechal Cândido Rondon, Apucarana, Cascavel (balizamento noturno) e de Manoel Ribas.

PRÓ-AEROPORTO

Neste exercício, o Governo Estadual criou, como programa especial, o PRÓ-AEROPORTO, através do qual foram assinados Termos de Cooperação Técnica e Financeira — visando à conservação, manutenção e melhorias dos aeroportos locais — com as Prefeituras Municipais de Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva, Siqueira Campos, Carlópolis, Ribeirão Claro, Cambará, Bandeirantes, Wenceslau Braz, Centenário do Sul, São João do Caiuá, Nova Londrina, Cidade Gaúcha, Cianorte, Peabiru, Cruzeiro do Oeste, Iporã, Palotina, Assis Chateaubriand, Toledo, Manoel Ribas, Pitanga, Telêmaco Borba, Irati, Reserva, São Mateus do Sul, Guaratuba, Terra Rica, Faxinal, Dois Vizinhos, Nova Esperança e Ribeirão do Pinhal.

COMPARATIVO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO AEROPORTUÁRIO

Atividades	1979	1980	1981
— Projetos elaborados	10	10	14
— Aeroportos pavimentados	2	—	2
— Aeroportos ampliados	1	—	1
— Aeroportos com balizamento noturno concluído	—	1	1
— Homologações junto ao Ministério da Aeronáutica	8	9	5
— Municípios apoiados técnica e financeiramente na manutenção de aeroportos	—	—	31

FONTE: DA/SETR

5. COORDENAÇÃO DE PLANOS E PROGRAMAS ESTADUAIS DE TRANSPORTES — CPET

No exercício de 1981, a Coordenação de Planos e Programas Estaduais de Transportes prosseguiu nas atividades de estudos, pesquisas e levantamentos relativos ao Sistema Estadual de Viação. Neste período, as principais realizações compreenderam:

* SEMINÁRIO NACIONAL DE HIDROVIAS — participação na organização do evento — iniciativa pioneira da SETR — que contribuiu, em âmbito nacional, para a reavaliação da potencialidade hidroviária do País, como fator de desenvolvimento integrado do sistema de transportes;
* SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL — nova abrangência conferida ao anteriormente denominado "Plano Rodoviário Estadual", e compreendendo a malha rodoviária federal e estadual planejadas, existentes e em obras — subdivididas em rodovias e trechos com as respectivas extensões. Nesta nova configuração do sistema, foram incorporadas à malha novas rodovias com respectivos códigos, situação, tipo e extensão, além da compatibilização e ampliação da codificação;
* ESTUDOS PARA O PLANO DIRETOR DE NAVEGAÇÃO FLUVIAL — abrangendo a conclusão dos estudos preliminares para o "Plano Diretor de Navegação Fluvial", iniciado em 1980, sendo coletados dados para sua formulação e assinados convênios com a COPEL e a PETROBRÁS;
* ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DE NAVEGAÇÃO NOS AFLUENTES DO RIO PARANÁ — avaliação da potencialidade da navegação interior nos afluentes do Rio Paraná, com influência no Estado do Paraná, mediante convênio entre a SETR e GEIPOT, prevendo-se sua conclusão total para janeiro de 1982;
* PROJETO DE NAVEGAÇÃO DO RIO IVAÍ — decorrente de convênio formalizado com a PORTOBRÁS e a COPEL. Por seu intermédio, a SETR efetuou os estudos preliminares, inclusive os geológicos, enquanto a PORTOBRÁS efetuou o levantamento da linha d'água e a COPEL o estudo de restituição ao longo do Rio Ivaí;
* NAVEGAÇÃO INTERIOR LINHA PARANAGUÁ-CANANÉIA-IGUAPE — reativação da linha Paranaguá-Cananéia-Iguape, através de lanchas confortáveis, com passagens de baixo custo, partidas em dias e horas marcadas, e atendendo a população regional. Atualmente, em cada viagem transporta uma média de 120 a 130 passageiros;
* ESTUDO DE PORTOS NO LAGO DE INUNDAÇÃO DE ITAIPU — baseado nos estudos que fez o IPT/SP — Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, identificou que no patamar de 1990, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, o volume de carga a ser transportada atingirá 1.065.000 toneladas. Assim, foram pesquisados, juntamente com a PORTOBRÁS, locais apropriados para serem construídos portos em Foz do Iguaçu, Santa Helena e Porto Mendes, abrangendo a elaboração de um anteprojeto de porto para os locais escolhidos;
* RECONSTITUIÇÃO DA MALHA VIÁRIA NA REGIÃO DE ITAIPU — conclusão do plano global e dos projetos de engenharia dos 145 km de estradas que serão afetados pela formação do reservatório e cuja reconstituição aguarda recursos do Governo Federal;
* ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICO-ECONÔMICA PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE TELEFÉRICO — foram concluídos os estudos de viabilidade técnico-econômica para implantação do Sistema de Transporte Teleférico, como solução complementar à crescente demanda dos transportes no corredor da Serra do Mar;

* PROJETO DE ENGENHARIA DO NOVO RAMAL FERROVIARIO CURITIBA-RIO BRANCO DO SUL — Deu-se continuidade ao trabalho que visa à implantação de 47,0 km, com bitola larga, propiciando o transporte de cimento das indústrias cimenteiras e o retorno com carvão, além de desviar o tráfego ferroviário do perímetro urbano da cidade de Curitiba;
* PLANO DIRETOR DE INVESTIMENTO EM TERCEIRA FAIXA — compreendendo o levantamento cadastral de aproximadamente 3.000 km de rodovias pavimentadas, mediante convênio entre a SETR e GEITOP, com vistas a subsidiar a execução do "Plano Diretor de Investimento em Terceira Faixa", cuja formulação acha-se prevista para fevereiro de 1982;
* OUTRAS ATIVIDADES — paralelamente às realizações já citadas, a unidade executou a atualização e melhoramentos no Mapa Aeroportuário do Paraná; a elaboração de mapas rodoviários estaduais; a elaboração de mapas rodoviários municipais (em fase de impressão ao final do exercício); estudos de viabilidade ao nível de plano de construção de acessos e contornos; o estudo de viabilidade econômica para o asfaltamento dos trechos PR-151 — São Mateus do Sul-Palmeira e PR-437 — Alvorada do Sul-Primeiro de Maio; a impressão e divulgação do "Anuário Estatístico de Acidentes"; a revisão e atualização da Rede Multimodal de Transportes; o levantamento das principais travessias de rios pelo sistema de balsas; e a geração de microfichas para subsidiar o funcionamento das Centrais de Fretes.

6. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM — DER

Para atingir seus principais objetivos, que são construção e manutenção de rodovias, no período 1979/81, o DER procedeu ao comprometimento de recursos da ordem de Cr$ 24,1 bilhões, nos seus diversos projetos e atividades. Desse montante, Cr$ 14,0 bilhões referem-se as aplicações e comprometimentos estabelecidos em 1981.

Os esforços dispendidos pela Administração Estadual, na construção de rodovias, têm enfrentado óbices determinados pela escassez de recursos para investimentos. Entretanto, os resultados até agora conseguidos revelam rendimento consentâneo à capacidade de investimentos e às necessidades mais urgentes, em termos de infra-estrutura dos transportes rodoviários.

As obras inseridas na programação mereceram sempre tratamento rigoroso ao nível de planejamento e hierarquização de prioridades, porquanto suas distribuições espaciais e características físicas procuraram adequar-se intimamente às necessidades defluentes da conjuntura econômica do Estado.

ESTUDOS, PROJETOS E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS — PROGRAMA NORMAL

Este programa, cuja execução é efetuada, basicamente, com recursos do Tesouro do Estado, apresentou a seguinte produção anual, ao longo do último triênio:

PROGRAMA NORMAL — PRODUÇÃO DE OBRAS

Em km

ANO	Pavimentação	Rev. Primário	O.A.E. (3)
1979	644,2	—	2,652
1980	171,1	92,8	0,328
1981 (1)	169,0	53,0	0,160
1981 (2)	49,9	—	0,525
TOTAIS	1.034,2	145,8	3,665

FONTE: DER/SETR

NOTAS: (1) Obras concluídas;
(2) Obras em execução ao final do exercício;
(3) Obras-de-arte especiais.

As obras de pavimentação, concluídas em 1981 e referenciadas no quadro precedente, são constituídas pelos trechos indicados a seguir:

PROGRAMA NORMAL — OBRAS DE TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO CONCLUÍDAS

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-153	Contorno de Jacarezinho	4,9
BR-158	Santo Santiago — Vila Urutu	1,5
BR-487	Campo Mourão — Iretama	48,2
BR-487/PR-460	Iretama — Pitanga	66,4
PR-151	Contorno Aeroporto Ponta Grossa	5,9
PR-423	Araucária — Campo Largo	28,4
Acesso	Pitanga	1,0
Acesso	Iretama	3,1
Acesso	Universidade de Apucarana	0,3
Acesso	Presidente Castelo Branco	0,8
Acesso	Mandaguaçu	1,3
Acesso	Brasilândia	0,8
Acesso	Assis Chateaubriand	0,8
Ligação	Itaqui — Campo Largo	3,8
Acesso	Cambará	1,8
TOTAL		169,0

FONTE: DER/SETR

Os 53 km de revestimento primário, concluídos em 1981, são compostos pelos três trechos a seguir indicados:

PROGRAMA NORMAL DE TERRAPLENAGEM E REV. PRIMÁRIO CONCLUÍDAS

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
PR-218	Querência do Norte — Pontal do Tigre	38,5
Acesso	Balsa Nova — Ref. Milho Brazil	2,0
Ligação	Euzébio de Oliveira — Entr. PR-435	12,5
TOTAL		53,0

FONTE: DER/SETR

Quanto às obras-de-arte especiais da programação normal, concluiu-se em 1981 o viaduto sobre a RFFSA, em Jacarezinho, com 160 m de extensão.

Em termos de obras de pavimentação em execução, à conta da programação normal, no final do exercício achavam-se em tal condição a PR-182, Rio Iguaçu-Realeza, com 24,6 km, e a PR-486, Alto Piquiri— Entroncamento PR-323, com 25,3 km.

Achavam-se também em execução as pontes sobre o Rio Iguaçu, com 450 m, na PR-182, ligando Realeza a Capitão Leônidas Marques, e sobre o Rio Bandeirantes, com 75 m, na PR-317, ligando Nossa Senhora das Graças e Santa Fé.

Ocorreram ainda, à conta do programa normal, as ações de estudos e projetos, que no exercício de 1981 atingiram os resultados a seguir:

ESTUDOS E PROJETOS CONCLUÍDOS E APROVADOS

Especificação	Unidade	1979	1980	1981
Projetos finais de engenharia	km	969,1	618,0	1.129,5
Projetos de pavimentação	km	242,3	120,0	46,0
Projetos de restauração de pavimentos	km	—	52,0	—
Pontes e galerias	m	1.952,8	835,0	151,0
Serviços aerofotogramétricos	km	93,0	—	294,0

FONTE: DER/SETR

Ao final de 1981, achavam-se em andamento outros 1.320,1 km de projetos de engenharia para estradas e 160,0 m de projetos para pontes e galerias.

METRONOR E PRODOPAR

Nas atividades relacionadas a estes programas especiais, foram contratados serviços para execução dos projetos de engenharia numa extensão de

192,5 km, no que tange ao METRONOR, e deu-se andamento a projetos de engenharia para 198,0 km de rodovias na área do PRODOPAR, conforme já detalhado no capítulo relativo às ações da área de Planejamento.

RODOVIAS ALIMENTADORAS — FASE I (BID I)

Este programa, executado com a interveniência parcial do BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento, ao nível de investimentos, teve sua conclusão em 1981, com as produções indicadas a seguir:

OBRAS RODOVIARIAS EXECUTADAS NO PROGRAMA BID I

Em km

Ano	Pavimentação	Rev. Primário	O.A.E.
1979	528,2	105,8	0,543
1980	105,2	—	0,102
1981	174,6	—	0,112
TOTAIS	808,0	105,8	0,757

FONTE: DER/SETR

A produção de 1981, relacionada a 8 trechos rodoviários e a 2 obras-de-arte especiais, acha-se detalhada a seguir:

BID I — TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO CONCLUÍDA — 1981

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
PR-151/422	Wenceslau Braz — Santana do Itararé	33,4
PR-471	Catanduvas — Três Barras do Paraná	35,0
PR-471	Salto do Lontra — Nova Prata	17,5
PR-445	Bela Vista do Paraíso — Primeiro de Maio	26,0
PR-468	Janiópolis — Boa Esperança	12,0
PR-525	Entr. BR-369 — Nova América da Colina	13,5
PR-525	Nova Am. da Colina — S. Sebastião da Amoreira	14,6
PR-573	Corbélia — Braganey	22,6
TOTAL		174,6

FONTE: DER/SETR

BID I — OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS — 1981

Rodovia	Trecho	Obstáculo	Extensão (m)
PR-573	Corbélia — Braganey	Rio Sapucaia	60,0
PR-573	Corbélia — Braganey	Rio Piquirizinho	52,0
TOTAL			122,0

FONTE: DER/SETR

RODOVIAS ALIMENTADORAS — FASE II (BID II)

Programa iniciado em 1979 e com término previsto para 1983, conta também com a interveniência parcial do BID ao nível de investimentos. Em 1980, o programa propiciou o andamento de 153,1 km de pavimentação e, em 1981, a conclusão de 72,2 km de pavimentação e de 589,0 m de obras-de-arte especiais, conforme detalhamento a seguir:

BID II — OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS — 1981

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
PR-092	Barra do Jacaré — Rio Jacaré	2,6
PR-427	Porto Amazonas — Entr. BR-277	8,7
PR-441	Reserva — Entr. BR-277	27,9
PR-554	São Jorge do Ivaí — Entr. PR-467	18,7
PR-574	Cafelândia do Oeste — Entr. BR-369	14,3
TOTAL		72,2

FONTE: DER/SETR

Os 589 m de obras-de-arte especiais, representados por 9 obras, acham-se a seguir detalhados.

BID II — OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS — 1981

Rodovia	Trecho	Obstáculo	Extensão (m)
PR-092	Sto. Antonio da Platina — Barra do Jacaré	Rio Jacaré	54,0
PR-182	Salgado Filho — Entr .PR-483	Rio Encantilhado	42,0
PR-218	Planaltina do Paraná — Entr. PR-182	Rio Selma	60,0
PR-239	Campina da Lagoa — Nova Cantu	Rio Caratuva	35,0
PR-469	Verê — Dois Visinhos	Rio Lag. Grande	55,0
PR-469	Verê — Dois Visinhos	Rio Verê	40,0
PR-485	Icaraíma — Pérola	Rio Veado	60,0
PR-485	Icaraíma — Pérola	Rio Paracaí	55,0
PR-495	Marechal Când. Rondon — Guaíra	Rio Tatuí	46,0
PR-495	Marechal Când. Rondon — Guaíra	Rio Guaçu	100,0
PR-546	Itambé — Bom Sucesso	Rio Keller	42,0
TOTAL			589,0

FONTE: DER/SETR

Além das obras concluídas, ao final de 1981 achavam-se em execução 30 trechos de estradas, num total de 792,3 km, e 8 obras-de-arte especiais, num total de 482 m, conforme o seguinte detalhamento:

BID II — TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM ANDAMENTO — 1981

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
PR-092	Sto. Antonio da Platina — R. Jacaré	26,8
PR-281	Manguerinha — Entr. BR-373	25,1
PR-488	V. Cruz do Oeste — Sta. Helena (L. 1)	27,3
PR-488	V. Cruz do Oeste — Sta. Helena (L. 2)	31,7
PR-218	Guapirama — Entr. BR-153	7,7
PR-218	Entr. BR-153 — Jundiaí do Sul	17,9
PR-218	Planaltina do Paraná — Entr. PR-182	31,3
PR-239	Campina da Lagoa — Nova Cantu	28,6
PR-427	Lapa — Porto Amazonas	32,5
PR-469	Itapejara do Oeste — Verê	15,5
PR-469	Verê — Dois Visinhos	19,4
PR-546	Itambé — Bom Sucesso	24,0
PR-182	Entr. PR-483 — Salgado Filho	18,1
PR-239	Roncador — Nova Cantu	38,1
PR-422	S. José da Boa Vista — Entr. PR-151	11,1
PR-462	Roncador — Iretama	32,0
PR-471	Entr. BR-369 — Mamborê	6,6
PR-481	Ampère — Sto. Antonio do Sudoeste	40,3
PR-485	Icaraíma — Pérola (L. 1)	21,6
PR-485	Icaraíma — Pérola (L. 2)	29,8
PR-495	Mal. Cândido Rondon — Guaíra (L. 1)	32,4
PR-495	Mal. Cândido Rondon — Guaíra (L. 2)	30,9
PR-522	Ivaí — Entr. BR-373 (Imbituva)	30,6
PRT-272	Ibaiti — Figueira	29,3
PR-218	Iguaraçu — Ângulo — Atalaia	26,4
PR-340	Castro — Tibagi	60,0
PR-419	Entr. BR-116 — Agudos do Sul	18,4
PR-475	São Jorge do Oeste — Salto Osório	26,4
PR-542	Colorado — Nossa Senhora das Graças	22,4
PR-317	Toledo — Santa Helena	30,0
TOTAL		792,2

FONTE: DER/SETR

BID II — OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS EM ANDAMENTO — 1981

Rodovia	Trecho	Obstáculo	Extensão (m)
PR-090	Piraí do Sul — Ventania	RFFSA (Piraí)	33,0
PR-090	Piraí do Sul — Ventania	Rio Guaricanga	33,0
PR-182	Salgado Filho — Entr. PR-483	Rio Tamanduá	36,0
PR-218	Ângulo — Atalaia	Rio Pirapó	100,0

Rodovia	Trecho	Obstáculo	Extensão (m)
PR-218	Ângulo — Atalaia	Rio Jacupiranga	60,0
PR-419	Entr. BR-116 — Agudos do Sul	Rio Várzea	60,0
PR-422	S. José da Boa Vista — Entr. PR-151	Ribeirão Pescaria	60,0
PR-469	Itapejara do Oeste — Verê	Rio Santana	100,0
TOTAL			482,0

FONTE: DER/SETR

PRORURAL

Dada a participação da SETR no projeto PRORURAL, como executora de melhoramentos em aproximadamente 2.100,0 km de rodovias, da abertura de pequenos lances de estradas de penetração e da construção de 1.600,0 m de pontes, beneficiando 61 municípios do Estado, o DER realizou as seguintes atividades:

* Conclusão do cadastro rodoviário de estradas rurais, totalizando 2.100 km;
* Aquisição de 277 unidades de equipamentos, compreendendo: caminhões, motoniveladoras, pás carregadeiras, rolos compactadores, tratores de esteira, etc.

SINOPSE DA PRODUÇÃO DE OBRAS RODOVIARIAS

Considerados todos os programas relatados, totaliza 1.864,5 km a produção de estradas pavimentadas pelo Governo Estadual no último triênio, conforme demonstrado a seguir:

OBRAS RODOVIARIAS CONCLUÍDAS NO TRIÊNIO 1979/81

Tipo de obra	Unidade de medida	1979	1980	1981	Total
Pavimentação	km	1.172,4	276,3	415,8	1.864,5
Revestimento primário	km	105,8	92,8	53,0	251,6
Obras-de-arte especiais	m	3.195,2	430,2	861,0	4.486,4

FONTE: DER/SETR

Do total de estradas pavimentadas em 1979, 905,4 km foram inauguradas e entregues ao tráfego no decorrer do primeiro trimestre daquele exercício. O mesmo ocorreu em relação a 53,3 km de estradas em revestimento primário.

MANUTENÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA

O DER, a partir de 1979, com a adoção de programas de atualização técnico-administrativo-operacional, passou a conferir prioridade à conservação da rede rodoviária existente. Tais medidas têm-se orientado para garantir o transporte seguro, econômico e confortável, além de se evitar dispêndios desnecessários ao nível de investimentos compensatórios.

Os serviços de manutenção, executados pela autarquia, abrangem cerca de 80 tarefas, enquadradas em cinco grupos principais: manutenção de rotina e corretiva, manutenção periódica preventiva, manutenção de emergência, reconformação de pavimentação e melhoramentos.

No sentido de ampliação e reforço da atual capacidade de recursos físicos, algumas obras de importância vêm sendo realizadas na Capital e no Interior, merecendo destaque: 2 postos da Polícia Rodoviária — 1.º DR; o escritório do 2.º CRM — Ponta Grossa; a sede do 7.º DR — Ibiporã; o escritório do 16.º DR — Ibaiti; a sede do 4.º CRM — Maringá; os postos da Polícia Rodoviária em Ubiratã; a sede do 5.º CRM — Cascavel e a implantação de 7 núcleos de manutenção no 7.º, 16.º e 18.º Distritos Rodoviários.

À atividade de manutenção, no ano de 1981, demandou aplicações no montante de Cr$ 3,9 bilhões, totalizando Cr$ 5,8 bilhões no triênio, mesmo a preços correntes.

O quadro seguinte demonstra a evolução da rede no triênio 1979/81, evidenciando um aumento substancial ano a ano nas responsabilidades técnico-administrativas e financeiras do DER, em evidente explicação para a crescente expansão dos custos com manutenção.

EVOLUÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA A CARGO DO DER E NAS APLICAÇÕES EM SUA MANUTENÇÃO

Especificação		1979	1980	1981
Estradas pavimentadas	(km)	6.474,3	6.865,9	7.281,7
Estradas revestidas	(km)	2.241,2	2.486,8	2.525,5
Estradas em leito natural	(km)	874,7	987,2	960,9
TOTAIS		9.590,2	10.339,9	10.768,1
Aplicações em manutenção (Cr$ milhões)		676,4	1.200,2	3.908,4

FONTE: DER/SETR

O quadro a seguir detalha a composição da rede de conservação ao final de 1981, incluindo também as estradas federais, cuja conservação acha-se delegada ao DER.

REDE DE MANUTENÇÃO A CARGO DO DER — 1981

Extensão em km

Leito Estradal	Federal	Estadual	Total
Pavimentado	1.722,3	5.559,4	7.281,7
Revestido	65,7	2.459,8	2.525,5
Leito natural	20,0	940,9	960,9
TOTAIS	1.808,0	8.960,1	10.768,1

FONTE: DER/SETR

INDENIZAÇÕES E DOAÇÕES

Englobando as desapropriações nas áreas atingidas pelas faixas de domínio nas rodovias, foram processadas, em 1981, 671 escrituras. O quadro seguinte, já composto com valores definitivos de 1979 e 1980, demonstra os resultados destas realizações ao longo do triênio, bem como os valores apurados para 1981.

QUADRO COMPARATIVO DE INDENIZAÇÕES AMIGAVEIS E DOAÇÕES

Discriminação	Unidade de medida	1979	1980	1981
Escrituras de indenização	nº	700	342	346
Área total indenizada	m²	12.196.131	6.619.974	2.133.630
Valor da área	Cr$	26.988.771	16.922.392	25.657.172
Valor das benfeitorias	Cr$	4.406.245	5.129.070	11.263.465
Total das indenizações	Cr$	31.395.016	22.051.462	36.920.638
Escrituras para doação	nº	1.439	428	325
Área obtida por doação	m²	35.175.874	3.451.105	3.273.624
Valor das doações	Cr$	85.277.890	21.471.571	31.099.435

FONTE: DER/SETR

O DER executou também, além da interiorização do programa de prática educativa de trânsito — conferindo-lhe maior amplitude e atendendo, em 1981, 256 escolas, com 22.936 alunos, no Interior e na Capital — um amplo elenco de atividades, que compreenderam a coordenação, controle e fiscalização de tráfego, a implementação de medidas de segurança e higiene no trabalho, estatística de tráfego, treinamento de pessoal e modernização organizacional.

7. ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA — APPA

Fundamental para a ampliação e incremento das relações com o comércio internacional, o sistema portuário procurou basear o seu desempenho numa estratégia operacional de segurança, rapidez, racionalização e eficiência. Sendo instante de intermediação no processo de circulação de bens e riquezas, quanto menor for este momento, maiores reflexos advirão positivamente ao sistema econômico e social do Estado.

MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS

No exercício de 1981, os Portos de Paranaguá e Antonina movimentaram um total de 10 milhões de toneladas. Desse total, a carga geral (café, madeira, algodão, produtos industrializados) participou com 748 mil toneladas; os granéis sólidos (grãos, farelos, fertilizantes, sal) com 6,1 milhões de toneladas e os líquidos com 3,2 milhões de toneladas.

As exportações para o exterior atingiram 6,6 milhões de toneladas e as importações situaram-se em 632 mil toneladas, cabendo ao comércio de cabotagem uma participação equivalente a 2,8 milhões de toneladas. Nesse total, sobressaem-se as exportações de derivados de petróleo, oriundos da Refinaria de Araucária.

COMPARATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS — APPA

Em toneladas

Mercadorias	1979	1980	1981
Porto de Paranaguá			
— Carga geral	503.908	629.389	722.572
— Granéis sólidos	4.509.220	5.698.883	5.837.188
— Granéis líquidos	1.890.213	2.549.916	3.213.232
Porto de Antonina			
— Carga geral	51.833	41.248	23.562
— Carvão	51.440	106.568	220.973
— Granéis sólidos	—	—	4.810
TOTAIS	7.006.614	9.026.004	10.022.337

FONTE: APPA/SETR

MOVIMENTAÇÃO DE CARVÃO

O exercício marcou a reativação do Porto de Antonina como terminal energético do Paraná, com o crescimento da movimentação de carvão resultando em reflexos positivos para o equilíbrio sócioeconômico da região.

A movimentação de carvão, em 1981, somou 220.973 toneladas, tendo a comercialização efetivada atingido o montante de 210.666 toneladas, conforme indicado a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DO CARVÃO COMERCIALIZADO A PARTIR DE ANTONINA

Em toneladas

Meio de Transporte Usado	1979	1980	1981
Rodoviário	39.912	66.050	93.684
Ferroviário	—	12.900	116.982
TOTAIS	39.912	78.950	210.666

FONTE: APPA/SETR E COPEL

SISTEMA "ROLL-ON/ROLL-OFF"

Este sistema consolidou-se no exercício de 1981, caracterizando-se como uma alternativa de peso no incremento à movimentação de cargas pelo sistema convencional de transporte marítimo. No exercício, foram movimentadas 38.414 toneladas, das quais 28.856 toneladas em regime de navegação de cabotagem. Esta navegação compreendeu viagens entre os portos de Paranaguá, Vitória, Cabedelo e Recife, transportando café, milho, farelo, madeira e carga geral.

O quadro seguinte demonstra, comparativamente, a movimentação do sistema nos exercícios de 1980 e 1981:

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS ATRAVÉS DO SISTEMA "ROLL-ON/ROLL-OFF"

Em toneladas

Especificação	1980	1981
Importação — longo curso	—	—
Exportação — longo curso	1.024	9.558
Importação — cabotagem	17.958	16.322
Exportação — cabotagem	14.546	12.534
TOTAIS	33.528	38.414

FONTE: APPA/SETR

RECEITA CAMBIAL

O Porto de Paranaguá apresentou, no exercício de 1981, uma receita cambial de US$ 3,045 bilhões. Essa geração de divisas, que representou 13,1% da receita cambial brasileira, está alicerçada principalmente no complexo soja (grãos, óleos e farelos) e no café cru em grão.

O crescimento da receita cambial, gerada no Porto de Paranaguá, pode ser avaliado pelo demonstrativo a seguir:

RECEITA CAMBIAL ATRAVÉS DO PORTO DE PARANAGUÁ

Especificação	1979	1980	1981
Receita cambial (bilhões de dólares)	1,510	2,503	3,045
Participação de Paranaguá na receita cambial brasileira	10,0%	12,5%	13,1%

FONTE: APPA/SETR

INVESTIMENTOS PORTUARIOS

A par dos investimentos visando à obtenção de melhores tempos na movimentação de mercadorias, foram realizados os seguintes investimentos em Paranaguá:

* RECUPERAÇÃO DE 270 m DO CAIS COMERCIAL — foi concluída, durante o ano, a obra de recuperação de um trecho do cais comercial, realizada pela Empresa B.H. S/A, a partir de 1.º/10/79. Essa obra demandou investimentos no montante de Cr$ 196,7 milhões em 1981;
* CAIS PARA "ROLL-ON/ROLL-OFF" — a construção de terminal para "Roll-on/Roll-off", com recursos do "Programa de Mobilização Energética", foi iniciada em 12/01/81 e achava-se, ao final do exercício, com 54% das obras concluídas, totalizando investimentos no valor de Cr$ 92,2 milhões;
* EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS — foram adquiridos equipamentos, em substituição aos depreciados, incluindo caçambas, trator escavo-carregador, correias transportadoras, veículos de passeio e impleemntos para empilhadeiras, correspondendo ao custo de Cr$ 25,9 milhões;
* DRAGAGEM DO CANAL DA GALHETA — na entrada do Canal, entre as bóias 1, 2, 3 e 4, constatou-se a formação de bancos de areia, que estavam dificultando a navegação. Fez-se, assim, indispensável dar início à dragagem de manutenção, visando ao restabelecimento das condições normais de tráfego. No exercício, foi executada a dragagem de 5.334.949 m3, ao custo de Cr$ 391,3 milhões.

PORTO DE ANTONINA

No sentido de recuperar a capacidade operacional do Porto de Antonina, no exercício de 1981 foi dada continuidade às obras de reforço e recuperação da ponte de atracação do Porto, somando aplicações da ordem de Cr$ 118,3 milhões.

8. SINOPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

Na consecução dos resultados apontados pela SETR, abrangidas as suas entidades vinculadas, foram mobilizados os seguintes recursos:

8.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979		1980		1981	
	Estat.	CLT	Estat.	CLT	Estat.	CLT
Administração direta	30	58	30	55	60	75
Administração indireta						
— Quadro Próprio	3.027	3.701	2.315	3.641	1.745	3.772
— Obras públicas	—	1.306	—	1.771	—	1.806
TOTAIS	3.057	5.065	2.345	5.467	1.805	5.653

8.2. VEÍCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	257	252	287
Operacionais	528	492	565
Máquinas e tratores	449	409	415
TOTAIS	1.234	1.153	1.267

8.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) FONTES

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro do Estado	3.111.084	4.478.870	11.928.197
Convênios	164.536	369.933	879.850
Arrecadação própria	1.268.220	1.044.972	2.349.899
Operação de Crédito	38.518	41.965	203.329
Outras — FRN e fretes	396.374	241.813	49.431
TOTAIS	4.978.734	6.177.554	15.410.707

b) DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS CONVÊNIOS

Em Cr$ mil

Entidades convenentes	1979	1980	1981
COMEC	40.569	143.453	60.005
DNER	85.360	37.328	500.960
FURNAS	32.055	—	—
SEIC	—	70.500	1.000

c) USOS

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e encargos	690.621	1.224.864	3.010.272
Custeios diversos	475.372	841.373	2.074.827
Encargos e amortizações	285.236	307.011	461.833
Invest. e inversões	3.713.195	3.855.450	10.689.604
TOTAIS	5.164.425	6.228.699	16.236.537

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PESQUISA TECNOLÓGICA

1. INTRODUÇAO

A Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio — SEIC, juntamente com suas entidades vinculadas, como órgão responsável pelas ações nas áreas de indústria, comércio e pesquisa tecnológica, procurou desenvolver suas atividades segundo uma estratégia global voltada à consecução de seus objetivos institucionais, com especial ênfase na promoção das atividades econômicas no Estado — em benefício da geração de empregos, do aumento da renda pessoal e conseqüente melhoria da qualidade de vida da população das várias regiões — na defesa do consumidor, e na geração e adaptação de tecnologia em compatibilidade com as demandas típicas dos setores produtivos do Estado.

Com vistas à implementação de medidas integradas que propiciassem a racional e expedita materialização de tais propósitos, obtendo-se um efeito sinergístico da atividade das várias organizações que integram a SEIC, foram formuladas diversas políticas de atuação, dentre as quais cabe destacar:

— Apoio à criação, implantação e consolidação de áreas e distritos industriais no Interior do Estado;
— Promoção dos produtos paranaenses a nível nacional e internacional;
— Atuação decidida e continuada na atração de novos empreendimentos na área de industrialização de matérias-primas abundantes no Paraná;
— Apoio tecnológico à absorção de novas tecnologias e processos industriais, em particular com vistas ao suprimento de demandas do mercado externo;
— Assistência gerencial e especial às pequenas, médias e microempresas;
— Adequação dos contingentes de trabalhadores à estrutura da demanda atual do mercado de trabalho;
— Divulgação mais ampla e orientada das potencialidades do Paraná no ambiente empresarial nacional e internacional;
— Ampliação dos canais de comunicação entre o Governo e as representações empresariais e entidades de classe.

Ênfase foi dada também à promoção e divulgação do potencial turístico do Estado e ao apoio às atividades a ele vinculadas, à adequação dos principais pólos de atração turística, às atividades ligadas ao melhor conhecimento e exploração do potencial mineral do Estado, bem como à interiorização dos atendimentos a cargo das unidades de atuação programática. Estes

balizamentos, conforme relatado a seguir, foram instrumentalizados por um amplo elenco de realizações, estudos e providências.

2. COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL — CODIN

Com vistas à promoção da política global de industrialização no Estado, bem como à identificação e detalhamento das oportunidades de investimentos industriais e agroindustriais, a CODIN realizou:

* O desenvolvimento do "Programa Metal-Mecânico da Região Sul", atualizando o cadastro das indústrias metal-mecânicas do Paraná, e procedendo ao diagnóstico, com vistas a verificar a situação atual do setor;
* A celebração de convênio com o CEAG/PR para a realização de um estudo de pré-viabilidade para a implantação, desenvolvimento e aprimoração técnica de queimador de serragem adaptável a secadores fixos e a secadores rotativos, bem como para a elaboração de estudo de pré-viabilidade para a implantação de duas unidades industriais em Toledo;
* A atualização sistemática do "Programa: Perfil do Setor Secundário do Estado do Paraná", que vem fornecendo informações microeconômicas cadastrais do universo industrial do Estado;
* O desenvolvimento de estudos relativos a matérias-primas e perfis agroindustriais para o reconhecimento de suas viabilidades econômicas, realizando, em 1981:

  — "Perfil Agroindustrial da Menta";
  — "O Setor Têxtil no Estado do Paraná — Rami";
  — "Setor Florestal Madeireiro do Paraná";
  — O estudo "Características Básicas e Exames de Alternativas de Investimento", compreendendo as 24 Microrregiões do Estado;

* A "Pesquisa Nacional de Desempenho Industrial no Âmbito Estadual", promovida pelo Ministério da Indústria e do Comércio — MIC/Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI, em conjunto com a Universidade de São Paulo — USP e com o apoio das Secretarias da Indústria e do Comércio do Paraná e de São Paulo.

DESCENTRALIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL

Visando à descentralização e interiorização do parque industrial paranaense, a CODIN forneceu apoio técnico e financeiro à implantação e expansão de infra-estrutura das áreas industriais dos Municípios de Alto Paraná, Apucarana, Assis Chateaubriand, Bandeirantes, Barracão, Cambará, Capanema, Castro, Guaraniaçu, Guairaçá, Itapejara D'Oeste, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marechal Cândido Rondon, Marmeleiro, Marilena, Medianeira, Pato Branco, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tamboara, Tapejara, Umuarama e Uraí, aos quais foram concedidos recursos, mediante convênios, no valor de Cr$ 22,0 milhões.

PROALCOOL

Foi executado um programa de visitas e assessoria técnica, mediante participação em reuniões, seminários e palestras nos municípios interessados em promover e incentivar o PROALCOOL, no Paraná.

Como resultado, ocorreram novas decisões de investimentos no setor — iniciando-se a elaboração de novos projetos de destilarias de álcool — das quais resultaram 11 novas unidades em produção, além de outras 26 em implantação e em análise na Comissão Nacional do Álcool. A meta do PROALCOOL no Paraná é a produção de 1 bilhão de litros de álcool por ano, a partir de 1986. Até o final de 1981, já se havia assegurado 90% dessa capacidade de produção, consideradas as unidades em funcionamento, em implantação e em análise. A produção do exercício alcançou a expressiva marca de 252 milhões de litros de álcool.

Os investimentos neste programa, no que tange à parte atribuida ao Paraná, estão estimados em Cr$ 48,0 bilhões, cabendo a parcela de Cr$ 12,0 bilhões como recursos próprios dos investidores paranaenses.

No que se refere à área ocupada, estão comprometidos no programa 179.164 ha, equivalentes a menos de 1% da área total do Estado, merecendo destaque o fato de que a atividade propiciará 44.000 empregos diretos, abrangendo assim cerca de 200.000 pessoas dependentes do setor, isto é, 2,6% da população estadual.

3. COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL — CODEC

Tendo por objetivo dar treinamento e assistência técnico-gerencial a empresários oriundos de micro, pequenas e médias empresas, capacitando-os a desenvolver e aperfeiçoar habilidades administrativas e decisórias, para a elaboração e execução de estratégias de gestão empresarial — de forma a maximizar a sua contribuição no processo de desenvolvimento econômico e social do Estado — foram firmados convênios com as seguintes entidades:

* Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa — CEAG/PR;
* Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná — FIDEPAR;
* Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa;
* Sociedade Paranaense de Estudos de Administração — SPEA;
* Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil — ADVB;
* Bolsa de Subcontratação Industrial — BSI/PR.

ASSISTÊNCIA GERENCIAL

O desenvolvimento do programa de assistência a pequenas empresas atendeu a 1.858 dessas unidades em 1981 e o treinamento gerencial a empresários beneficiou 5.007 participantes, conforme indicado a seguir:

ATENDIMENTOS A PEQUENAS EMPRESAS

Modalidade de Atendimento	Beneficiários	Quantidades		
		1979	1980	1981
Assistência gerencial	microempresas	665	1.130	1.272
	empresas de pequeno e médio porte	42	413	586
SUBTOTAIS		**707**	**1.543**	**1.858**
Treinamento gerencial	empresários de micro-empresas	1.350	2.278	2.701
	empresários de pequenas e médias empresas	262	2.500	2.306
SUBTOTAIS		**1.612**	**4.778**	**5.007**
TOTAIS		**2.319**	**6.321**	**6.865**

FONTE: CODEC/SEIC

Foi firmado Termo de Acordo de Cooperação Financeira com a Bolsa de Subcontratação Industrial — BSI, visando apoiar e orientar os pequenos empresários industriais para as atividades de subcontratação no Estado, principalmente no eixo Londrina-Maringá. Resultou deste Termo de Acordo a filiação de 68 novas empresas, o atendimento e a resolução de 432 consultas de subcontratação industrial.

APOIO E PROMOÇÃO DO COMÉRCIO INTERNO

Com as informações obtidas através do Plano Estadual de Comercialização — PLANEC, foi possível estabelecer a balança comercial do Paraná, por produtos e modalidade de transporte, podendo-se obtê-la a nível de microrregião e município para os anos de 1979 e 1980, servindo como indicador de investimento e orientação na política de desenvolvimento dos municípios.

Dentro dessa perspectiva, foram elaborados estudos com base nas informações disponíveis, visando à identificação do comportamento do comércio global do Estado — como subsídio ao Governo e à iniciativa privada no que tange à identificação de oportunidades de exploração industrial, como fator de desenvolvimento e de redução da dependência de produtos importados, bem como com vistas ao aperfeiçoamento da estrutura comercial — destacando-se:

* "Análise Inter-Relacionada do Comércio por Vias Férreas e por Cabotagem — 1978/1979";
* "Análise do Comércio por Vias Férreas — 1978/1979";

* "Análise do Comércio Internacional — 1979/1980";
* "Análise Inter-Relacionada da Comercialização Paranaense por Rodovias, Ferrovias e por Cabotagem — 1978/1979";
* "Análise por Cabotagem — 1978/1979";
* "Tecnologias Aplicáveis ao Processo de Comercialização".

APOIO E PROMOÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO

Com o objetivo de prestar assistência técnica e promover a formação de recursos humanos para as empresas exportadoras, firmou-se convênio com o Centro de Comércio Exterior do Paraná — CEXPAR e com o CEAG/PR, procurando dinamizar as exportações dos produtos industrializados paranaenses, especialmente por parte das pequenas e médias empresas.

Dentro dessa programação, em 1981 foram ministrados 11 cursos de treinamento específico na área de comércio exterior, totalizando 325 empresários treinados, com uma carga horária de 333 horas-aulas; foi prestada assistência técnica a 106 empresas exportadoras e divulgadas 1.060 oportunidades de negócios junto à coletividade internacional.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA EMPRESAS EXPORTADORAS

Especificação	1979	1980	1981
Cursos realizados	6	7	11
Carga horária	218	211	333
Empresários treinados	392	110	325
Oportunidades de comércio divulgadas	1.640	745	1.060
Assistência técnica a empresas exportadoras	165	65	106

FONTE: ACR/SEIC

CONSÓRCIOS DE EXPORTAÇÃO

Foi executado o "Programa de Formação de Consórcios de Exportação para a Pequena e Média Empresa", mediante convênio com o CEAG/PR, tendo sido formados 4 consórcios, com a participação de 28 empresas de 12 municípios, quais sejam:

* Consórcio Paranaense de Exportadores de Frangos Congelados — BRAZCHICKEN (9 consorciadas);
* Consórcio de Exportadores Paranaenses de Artefatos de Madeira — CEXPAM (8 consorciadas);
* Consórcio de Exportadores de Máquinas para Madeira — CEMAQ (6 consorciadas);
* Consórcio de Exportadores de Equipamentos de Refrigeração e Panificação — CEXPORT (5 consorciadas).

PROMOÇÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES

Com o intuito de divulgar o potencial econômico do Estado e promover a comercialização de produtos paranaenses, a CODEC executou as seguintes atividades:

* Realização da mostra "Paraná Hoje — II Feira da Indústria Paranaense", da qual participaram efetivamente 239 expositores, 205 dos quais representando as empresas privadas, tendo o número de visitantes atingido um total de 181.544 pessoas;
* Realização da "II Feira Brasileira do Artesanato", que obteve uma visitação de 198.515 pessoas;
* Participação na Exposição Internacional PORTOPIA'81, realizada em Kobe, Província de Hyogo — Japão;
* Fiscalização e acompanhamento da atividade de feiras e exposições no Estado, com base no convênio celebrado com o Ministério da Indústria e do Comércio — MIC, envolvendo os seguintes eventos:
  — "II Feira Brasileira do Artesanato", Curitiba;
  — "I TRANSENERGIA — Feira Nacional de Transporte e Energia", Curitiba;
  — "III FENAE — Feira Nacional de Alimentação e Embalagem", Curitiba;
  — "X Exposição-Feira Agropecuária e Industrial de Clevelândia";
  — "I FEIC — Feira da Indústria de Cianorte";
  — "II EXPOCAMPO — Exposição-Feira Agropecuária e Industrial de Campo Mourão";
  — "XII EFAPI — Exposição-Feira Agropecuária e Industrial de Ponta Grossa";
  — "VII Salão da Mulher", Curitiba; e
  — "VII EXPOBEL", Francisco Beltrão.

A unidade participou ainda de 4 feiras e exposições de artesanatos e consumidores em Gramado — RS, Cianorte, Cornélio Procópio e Curitiba.

INDICADORES CONJUNTURAIS DO COMÉRCIO VAREJISTA

Tendo em vista a necessidade de conhecer o comportamento do comércio varejista, a CODEC, a partir de janeiro de 1981, implantou o projeto "Indicadores do Comércio Varejista na Região Metropolitana de Curitiba", mediante ajustes firmados com o MIC e Conselho de Desenvolvimento Comercial e convênio com o Centro do Comércio Varejista do Paraná. O conjunto de informações, cuja geração tem periodicidade mensal, permite o acompanhamento da evolução e a avaliação das tendências do setor mercantil, por ramo de atividade.

ADEQUAÇÃO DE PRODUTOS AO MERCADO E DEFESA DO CONSUMIDOR

A CODEC, em conjunto com o TECPAR, deu início ao projeto denominado "Assistência Tecnológica em Acompanhamento e Controle de Qualidade

a Indústrias Paranaenses de Laticínios e Produtos Cárneos". Este projeto tem como escopo a identificação, avaliação e a orientação no tocante à qualidade dos produtos, mediante o acompanhamento de todo o estágio produtivo — desde o recebimento da matéria-prima até a apresentação do produto final — visando adequar os produtos do Paraná às exigências dos mercados interno e externo.

4. DEPARTAMENTO DO TRABALHO — DETEPAR

Tendo em vista o cumprimento do objetivo social de apoiar a colocação de mão-de-obra e a necessidade de preparar recursos humanos para dar atendimento às demandas típicas dos três setores da economia, o DETEPAR diversificou seus cursos e incrementou a sua programação, obtendo os seguintes resultados:

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DE NÍVEL OPERATIVO

Área de Atuação	1979	1980	1981
Artesanato	424	838	4.545
Indústria	4.554	628	1.553
Construção Civil	2.917	1.463	3.096
Comércio e Serviços	1.036	1.011	4.073
Agricultura	—	—	71
TOTAIS	8.931	3.940	13.338

FONTE: DETEPAR/SEIC

Com uma política de ação voltada a atender, principalmente, populações periféricas e carentes, o DETEPAR procedeu a descentralização do seu atendimento através de suas agências regionais em 40 municípios do Estado, tendo alcançado, por agência, os seguintes números de alunos concluintes de cursos:

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PELO DETEPAR — 1981

Unidades de Preparação de Mão-de-Obra	Ativ. Artesanais	Constr. Civil	Área Industrial	Com. e Serviços	Totais Globais
Apucarana	217	171	23	71	482
Cascavel	287	229	—	316	832
Curitiba	1.328	711	91	829	2.959
Foz do Iguaçu	344	32	—	476	852
Francisco Beltrão	—	589	679	219	1.487
Londrina	402	35	16	283	736

Unidades de Preparação de Mão-de-Obra	Ativ. Artesanais	Constr. Civil	Área Industrial	Com. e Serviços	Totais Globais
Maringá	316	310	672	460	1.758
Paranaguá	571	453	35	408	1.467
Ponta Grossa	73	280	—	133	486
Toledo	923	230	37	744	1.934
União da Vitória	155	56	—	134	345
TOTAIS	4.615	3.096	1.553	4.073	13.338

FONTE: DETEPAR/SEIC

Objetivando capacitar mão-de-obra para a produção de álcool de cana-de-açúcar, para a indústria, comércio e atividades artesanais, atendendo principalmente as populações de baixa renda, o DETEPAR firmou convênios com 12 entidades federais, estaduais, municipais e privadas, entre as quais o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO, SESC, SENAC e Instituto do Açúcar e do Álcool — IAA.

O DETEPAR participou, também, das atividades do PROVOPAR e da Comissão Estadual do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, coordenando a Subcomissão de Capacitação Profissional e Acesso ao Trabalho, com vistas a determinar e incrementar medidas para o acesso de pessoas deficientes a cursos profissionalizantes, visando facilitar sua participação em atividades produtivas.

Através de levantamento nas Vilas Iolanda, PROFILURB I e II, no Município de Foz do Iguaçu, o DETEPAR elaborou o "Perfil Socioeconômico, Caracterização da População de Baixa Renda e Suas Aspirações Profissionais", bem como realizou o acompanhamento dos treinados nas mesmas vilas para o "Projeto-Piloto para População de Baixa Renda", ambos em convênio com o Ministério do Trabalho, através do PIPMO.

INTERMEDIAÇÃO DE EMPREGO

Na execução das atividades do "Programa Paranaense de Emprego — PROPAE", integrante do Sistema Nacional de Emprego — SINE, o DETEPAR desenvolveu pesquisas permanentes sobre o mercado de trabalho e estabeleceu ações adicionais junto à classe empresarial com vistas à sistemática utilização dos seus serviços.

Essas atividades foram expandidas com a implantação da Agência DETEPAR/SINE no Município de Guarapuava, e por meio da criação da Bolsa de Informações sobre Emprego na Agência de Curitiba.

O demonstrativo a seguir permite avaliar o movimento do DETEPAR, em termos de intermediação de emprego, considerando o desempenho de cada uma de suas agências.

SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Município	Pessoas Atendidas	Vagas Oferecidas	Encaminhamento	Pessoas Colocadas
Curitiba	58.024	29.038	34.621	11.864
Ponta Grossa	14.199	2.794	4.683	2.548
Foz do Iguaçu	7.055	1.979	3.424	1.795
Maringá	16.413	15.688	20.686	10.976
Paranaguá	6.395	4.600	5.615	3.933
Londrina	20.547	8.619	10.637	6.102
União da Vitória	6.920	3.391	3.369	2.966
Cascavel	13.632	8.441	12.810	6.527
Francisco Beltrão	3.502	2.791	2.314	1.704
Apucarana	5.954	3.161	2.039	1.281
Toledo	5.582	3.107	3.974	2.046
Campo Largo	6.555	3.405	3.413	3.061
Arapongas	2.944	684	1.096	675
Guarapuava	290	80	43	12
TOTAIS	168.012	87.778	108.724	55.490

FONTE: DETEPAR/SEIC

Comparativamente aos anos anteriores, a atividade de Intermediação de Emprego apresenta o perfil indicado pelo demonstrativo a seguir:

ATIVIDADES DE INTERMEDIAÇÃO DE EMPREGO

Especificação	1979	1980	1981
Pessoas atendidas	146.367	159.177	168.012
Vagas obtidas	82.634	93.311	87.778
Encaminhamentos	92.751	108.584	108.724
Pessoas colocadas	55.584	61.187	55.490

FONTE: DETEPAR/SEIC

A Agência Central do DETEPAR, em Curitiba, em 1981, centralizou as atividades de intermediação de emprego para menores na Capital. Os resultados alcançados com essa modalidade de atendimento especial a menores de idade, foi de 4.778 menores atendidos, 677 vagas obtidas, 1.501 encaminhamentos e 581 menores colocados em postos de trabalho.

Através da atividade de Intermediação de Emprego, o DETEPAR participou ativamente do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, efetuando 340 atendimentos a deficientes, obtendo 288 vagas, realizando 243 encaminhamentos, dos quais decorreram 118 aproveitamentos por parte das empresas.

ORIENTAÇÃO E APOIO AO TRABALHADOR

O DETEPAR, no desenvolvimento de suas atividades de Orientação e Apoio ao Trabalhador, desenvolveu, em 1981, os seguintes programas:

* Operacionalização das Cooperativas de Trabalhadores Rurais Volantes nos Municípios de Apucarana, Bandeirantes e Umuarama, através de convênios com entidades comunitárias locais. Tais convênios objetivam a regulamentação do mercado informal de trabalho, mediante a criação de Centros de Capacitação, Centros de Produção e Centros de Prestação de Serviços, já realizados em Apucarana e Bandeirantes e em andamento em Umuarama. As três cooperativas — COTRAPA, COTRABAN e COTRAMA — já congregam 415 famílias cooperadas, e ocupam áreas que totalizam 15 alqueires.
* Promoção e Divulgação do Artesanato Paranaense, através da divulgação e comercialização do artesanato nas exposições e feiras no País e no exterior e da formação de novos artesãos por meio da promoção de cursos, dentre outras atividades;
* Atendimento a Refugiados Cubanos — como conseqüência do convênio firmado com o Ministério do Trabalho, o DETEPAR procedeu à recepção, assistência, orientação, integração no convívio social e colocação no mercado de trabalho de 35 refugiados cubanos.

5. NÚCLEOS REGIONAIS

Objetivando intensificar a interiorização das ações das diversas unidades, tanto diretas quanto indiretas, a SEIC promoveu a implantação de quatro novos núcleos regionais, nas cidades de Ponta Grossa, Francisco Beltão, Pato Branco e Jacarezinho. Esses núcleos somados aos de Cascavel, Londrina e Maringá — instalados em 1980 — vêm propiciando uma maior agilitação nas relações do Órgão com as municipalidades e no atendimento às necessidades das classes empresariais sediadas no Interior.

Dentre as atividades desenvolvidas pelos núcleos regionais, destacam-se:

* Provisão de meios necessários à atuação das unidades diretas e indiretas em suas ações descentralizadas, reduzindo os custos operacionais;
* Permanente relacionamento com as lideranças municipais e classes empresariais, com especial apoio à implantação das comissões do Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná — COIND nas cidades do Interior;
* Realização de levantamentos e pesquisas de campo para o desenvolvimento de projetos da CODIN, PARANATUR, BADEP e CEXPAR;
* Apoio técnico e de infra-estrutura para a realização de reuniões, palestras, feiras e exposições pela CODEC e CEXPAR, objetivando a promoção do comércio interno e externo.

6. CONSELHO CONSULTIVO DA POLÍTICA INDUSTRIAL E COMERCIAL DO PARANÁ — COIND

O Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná — COIND, criado em 1980, desenvolveu sua ação tendo em vista objetivos voltados à promoção e aperfeiçoamento das relações entre o Governo do Estado e as entidades representantes da indústria e do comércio, propondo medidas e diretrizes que objetivem a melhoria do nível de desempenho das atividades dos setores secundário e terciário e que conduzam a um desenvolvimento harmônico destes setores.

Após consolidada a implantação do COIND ao nível de Capital do Estado, e em atendimento às diretrizes do Plano do Governo, foram instaladas as comissões de trabalho nas cidades de Londrina, Maringá, Cascavel, Pato Branco e Francisco Beltrão, cumprindo-se a primeira etapa do programa de interiorização.

O COIND, em 1981, realizou na Capital 53 reuniões, através de suas Comissões Industrial e Agroindustrial, da Pequena e Média Empresa, Comercial e de Serviços, de Construção Civil, de Comércio Internacional e da Comissão de Tecnologia, congregando empresários e representantes de entidades de classe. Realizou também 54 reuniões através das Comissões Industriais e Agroindustriais e das Comissões Comerciais e de Serviços no Interior do Estado.

7. CONSELHO ESTADUAL DE MAO-DE-OBRA — CONSEMO

O CONSEMO, criado e instalado no decorrer de 1979, teve como principais atividades, em 1981, as seguintes:

* Aprovação do Programa Estadual de Formação Profissional do DETEPAR, para 1981;
* Apreciação das programações das entidades de formação profissional do Estado, para o exercício de 1981;
* Avaliação dos programas executados pelas entidades de formaçãço profissional do Estado, durante o ano de 1980;
* Aprovação do Relatório Final do Diagnóstico Interno e do Diagnóstico Externo do Plano Nacional de Formação Profissional — PLANFOR.

8. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO PARANAENSE — PRODAP

Tendo como objetivos principais o desenvolvimento, a preservação e a difusão do artesanato paranaense, foi criado, através do Decreto Estadual n.º 3.744, de 05/05/81, o Programa de Desenvolvimento do Artesanato Paranaense — PRODAP.

Dentro dos objetivos de divulgação e comercialização do artesanato, o PRODAP, em conjunto com a CODEC, promoveu a realização da "I Feira Estadual do Artesanato", reunindo artesãos de todo o Estado; o cadastramento dos artesãos existentes em 180 municípios e subsidiou a participação de artesãos paranaenses na "II Feira Brasileira de Artesanato".

O PRODAP vem sendo desenvolvido no Litoral Paranaense, beneficiando cerca de 950 artesãos daquela Região, inclusive por intermédio da implantação de postos de comercialização em Paranaguá, Antonina e Guaratuba.

No exercício de 1981, o Governo Estadual criou, no âmbito da SEIC, o Conselho de Desenvolvimento do Artesanato Paranaense — CONDAP, com os objetivos de definir as diretrizes e programas de ação, orientar as atividades, disciplinar a aplicação de recursos e definir as prioridades e as áreas a serem gradativamente atingidas pelos programas relacionados com o artesanato.

9. INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANÁ — IPEM/PR

O IPEM/PR, durante o exercício de 1981, no desempenho de suas atividades específicas de aferição e fiscalização de medidas e instrumentos de medir e de pesar, atuou — partindo de sua sede em Curitiba e das agências regionais localizadas em Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Guarapuava e Cascavel — em todos os municípios do Estado, realizando, nesse período, trabalhos de aferição em 115.191 instrumentos diversos.

AFERIÇÃO DE MEDIDAS E INSTRUMENTOS DE MEDIR E PESAR PELO IPEM/PR

Especificação		1979	1980	1981
Massa	(balanças, pesos, contra-pesos)	93.602	84.749	87.175
Comprimento	(metros, trenas, taxímetros)	12.678	12.543	11.515
Volume	(medidas, bombas medidoras, caminhões-tanques, carrocerias para medição de carga sólida)	13.098	12.783	13.769
Diversos	(termômetros, densímetros, manômetros, aparelhos automáticos p/ embalagem de café)	2.587	2.680	2.732
TOTAIS		121.965	112.755	115.191

FONTE: IPEM/SEIC

Em sua constante preocupação com a defesa e conscientização do consumidor individual e da orientação aos comerciantes e industriais, examinou 3.509 diferentes tipos de mercadorias previamente acondicionadas.

EXAMES SOBRE MERCADORIAS ACONDICIONADAS

Especificação	1979	1980	1981
Tipos de mercadorias examinadas	2.829	2.563	3.509
Unidades analisadas	24.310	21.860	22.055

FONTE: IPEM/PR

Como conseqüência das fiscalizações e exames realizados, procedeu-se à apreensão de 62 instrumentos diversos, à interdição ao uso de 342, bem como foram homologados 321 autos de infração, sendo 229 com pena de multa e 93 com pena de advertência, conforme indicado de modo comparativo no demonstrativo a seguir:

PENALIDADES IMPOSTAS PELO IPEM/PR

Especificação	1979	1980	1981
Apreensão de instrumentos	135	76	62
Interdição de uso	553	217	342
Autos homologados com multa	190	219	229
Autos homologados com advertência	92	125	93

FONTE: ACR/SEIC

10. INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ — TECPAR

O TECPAR, empresa pública vinculada à SEIC, aliando-se aos propósitos de possibilitar um decidido apoio ao setor industrial, atuou junto às indústrias, em programas de controle de qualidade de materiais e equipamentos, inspeções técnicas, pareceres e serviços de consultoria, conferindo assim efetivo apoio tecnológico à criação e adaptação de novos processos e produtos. Seguindo tal linha de atuação, o TECPAR realizou 22.977 análises de qualidade de materiais e equipamentos, bem como outros serviços de consultoria e assessoria tecnológica.

Com a finalidade de melhor operacionalizar tais ações, ao tempo de acompanhar o crescente desenvolvimento da indústria paranaense, o Instituto executa, na Cidade Industrial de Curitiba, obras no sentido de adequar-se com modernos laboratórios para controle de qualidade das matérias primas e produtos acabados, tanto de consumo humano e animal, como de aplicação industrial.

Neste mesmo complexo, encontram-se em construção acelerada (20% das obras já executadas) os laboratórios de metal-mecânica e eletroeletrônica. Tais laboratórios decorrem do Acordo de Cooperação Brasil/Japão —

Paraná/Hyogo, cabendo ao segundo convenente o fornecimento dos equipamentos, treinamento de pessoal e transferência de tecnologia, a partir da conclusão das obras físicas, sob a responsabilidade estadual

CERTIFICAÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE

Fundamentado numa estratégia de orientação, informação e especialmente de contato direto com empresas e empresários de todos os segmentos econômicos, pôde o TECPAR, em 1981, ampliar substancialmente o seu volume de benefícios quanto à certificação e controle de qualidade, de diversificada gama de matérias-primas e produtos acabados, conforme demonstrativo que segue:

ANALISES DE QUALIDADE DE MATÉRIA-PRIMA E PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

Especificação	1979	1980	1981
Estabelecimentos atendidos	**303**	**391**	**537**
Cooperativas	131	159	45 *
Empresas	172	232	492
Análises de qualidade	**12.315**	**16.345**	**22.977**
Minério e mineral	1.684	2.131	6.541
Alimentos	2.864	5.227	6.728
Insumos agrícolas	1.316	1.846	1.830
Solo	4.992	5.719	5.302
Outras análises	1.459	1.422	2.576

FONTE: TECPAR/SEIC

* A queda no volume de atendimento às cooperativas decorre da transferência do Laboratório de Sementes para a CLASPAR em abril/81.

Nas áreas de construção civil, saneamento e análises minerais, o TECPAR deu prosseguimento às suas atividades, mediante execução das ações detalhadas a seguir:

ENSAIOS E ANALISES DE CERÂMICAS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MINERAIS

Especificação	1979	1980	1981
Preparação de amostra para análise mineral	—	2.131	7.239
Laminação de minerais	—	686	930
Ensaios físicos e análises técnicas	73	145	1.104
Amostras analisadas	3.105	7.508	16.104
Diagnóstico de matéria-prima para cerâmica	34	31	71

FONTE: TECPAR/SEIC

DESENVOLVIMENTO DE VACINAS E TECNOLOGIAS AFINS

O TECPAR, como fornecedor oficial da Vacina Anti-Rábica Canina para a Central de Medicamentos — CEME, atendeu ao "Programa Nacional de Profilaxia da Raiva", com produção e distribuição de 8.845.000 doses para 25 Unidades da Federação, sendo o excedente destinado ao cumprimento de compromissos com outros países da América Latina.

Foram também produzidas, em 1981, 395.370 doses de Vacina Contra Peste Suína Clássica, por meio do Laboratório Regional de Jacarezinho, destinadas a suprir a demanda do produto no Estado.

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS PELO TECPAR

Especificação	1979	1980	1981
Vacina Anti-Rábica Produzida	8.500.000	10.250.000	10.565.000
Vacina Anti-Rábica Distribuída	7.940.000	8.765.000	8.845.000
Vacina de Peste Suína Produzida	—	370.000	395.370
Vacina de Peste Suína Distribuída	—	100.000	365.120

FONTE: TECPAR/SEIC

Encontra-se em fase de conclusão o Laboratório de Anestésico Odontológico, bem como em início a implantação dos laboratórios para produção de Vacina Tríplice, Vacina Contra Brucela e diversos soros.

APOIO TECNOLÓGICO A ATIVIDADES ECONÔMICAS

Em convênio com o Ministério da Indústria e do Comércio, o TECPAR, dentro do Programa de Apoio Tecnológico a Atividades Econômicas — que abrange as iniciativas voltadas ao controle e redução do consumo de energia — realizou um conjunto de atividades cujas representaçções quantitativas acham-se demonstradas a seguir:

APOIO À CONSERVAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE ENERGIA

Especificação	1979	1980	1981
Conversão de Motores			
Ensaios em geral	—	18	109
Homologação de processos	—	10	60
Credenciamento a refinadoras	—	18	—
Certificado p/uso de gasogênio	—	—	17
Conservação de Energia			
Diagnósticos energéticos	—	—	12
Pareceres Técnicos	21	27	41

FONTE: TECPAR/SEIC

DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

Na procura de novas fontes alternativas de energia, estão em desenvolvimento, pelo TECPAR, técnicas fundamentalmente nacionais, combinando o emprego de matérias-primas disponíveis. Com essa premissa, o Instituto vem desenvolvendo ações visando ao aprimoramento de motor movido a gás metano — em conjunto com a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR — e ao desenvolvimento de usina-piloto para produção de álcool a partir de amiláceos. O Instituto deu prosseguimento aos programas próprios de capacitação de pessoal em alto nível e de apoio a pesquisadores que desenvolvam trabalhos de interesse científico ou tecnológico para a estrutura produtiva do Estado.

11. EMPRESA PARANAENSE DE TURISMO — PARANATUR

A PARANATUR, como órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento do turismo do Paraná, teve, no exercício de 1981, suas ações voltadas à promoção e divulgação do potencial turístico paranaense.

Na área de lazer, incrementando a filosofia de infra-estrutura ao turismo, além de promover melhoramentos e adaptações no Parque Estadual de Vila Velha e nos Terminais Turísticos de Matinhos e Guaratuba, a PARANATUR iniciou e concluiu as obras da primeira fase do Parque Turístico de Capivara, em Primeiro de Maio, e da Reserva Florestal de Vila Rica, em Fênix.

Foram editados também, em 1981, 514.450 folhetos promocionais sobre logaram os principais eventos regionais, dentre os quais se destacam a Pesca ao Dourado, em Foz do Iguaçu, e o Porco no Rolete, em Toledo, que passaram a constar do Calendário Nacional editado pela EMBRATUR.

Foram editados também, em 1981 514.450 folhetos promocionais sobre Curitiba, Foz do Iguaçu, Guaíra, Litoral e Vila Velha, dos quais distribuídos 306.340 em português e os demais em outras línguas. Com igual propósito, foram distribuídos 83.570 "posters" sobre Curitiba, Antonina, Foz do Iguaçu, Estrada da Graciosa, Litoral, Paranaguá, Santa Felicidade, Sete Quedas, Serra do Mar e Vila Velha.

Além da participação em 12 feiras e congressos especializados, representando o turismo paranaense, a PARANATUR, em convênio com a Secretaria da Educação, realizou palestras e exibiu filmes, como "SETE QUEDAS" e "UM BRASIL DIFERENTE", aos estudantes do 1.º grau, destacando nosso potencial turístico. Promoveu também, com a colaboração da EMBRATUR, AGTUR e SENAC, um curso de aperfeiçoamento para 21 guias de turismo.

Mediante convênio com a EMBRATUR, a PARANATUR, por delegação, realizou serviços de fiscalização, registro e classificação de empresas e empreendimentos turísticos, a seguir resumidos:

FISCALIZAÇÃO, REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS E EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS EM 1981

Discriminação	Quantidade
Notificações expedidas	371
Autos de infração lavrados	49
Orientação e informação a empresários	195
Hotéis inspecionados	133
Hotéis avaliados	19
Hotéis reavaliados com acesso de categoria	04
Cartas-consultas de viabilidade de mercado	33
Agências de turismo registradas	07
Transportadoras turísticas registradas	04
Agências de turismo visitadas e fiscalizadas	96

FONTE: PARANATUR.

O número de visitantes registrados em 1981, no Parque Estadual de Vila Velha, Parque Nacional do Iguaçu, Parque Nacional de Sete Quedas e nos "campings" de Matinhos e Guaratuba, alcançou a cifra de 1.136.500 pessoas.

Face ao irreversível desaparecimento de Sete Quedas, e objetivando a divulgação e documentação histórica do salto, foi promovida a elaboração do filme "SETE QUEDAS", no qual perpetua-se a visão detalhada de seus aspectos naturais.

CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EIXOS TURÍSTICOS

Visando à implantação do Complexo Turístico Três Fronteiras, em Foz do Iguaçu, foi assinado convênio com a EMBRATUR, no valor de Cr$ 185,0 milhões. O mencionado complexo deverá ser implantado num parque de 20 hectares, com previsão para uma área construída de 8.000m2, contando com centro de convenções e eventos culturais e artísticos, terminal turístico, "camping", conjunto poliesportivo e instalações para esporte náutico e pesca.

Foi concluída a primeira fase de obras do Parque Turístico de Capivara, no Município de Primeiro de Maio, onde se implantou o bloco de serviços básicos, casa do zelador, recepção e portaria, casa de força e medição, rampa para barcos, "deck" fixo e flutuante, num total de 4.404m^2 de área construída, totalizando Cr$ 32,0 milhões em aplicações.

Iniciaram-se as obras destinadas ao melhor aproveitamento turístico da Reserva Florestal de Vila Rica, com investimento de Cr$ 9,0 milhões, abrangendo a construção do museu, recepção, caminho para pedestres e demais instalações de infra-estrutura.

No Litoral, foram realizados melhoramentos nos equipamentos e instalações dos "campings" de Guaratuba e Matinhos, estando prevista a ampliação da área deste último. Executou-se a elaboração do projeto para aproveitamento da Ponta da Pita, em Antonina, e deu-se prosseguimento aos estudos concernentes à racional utilização da Ilha do Mel.

12. MINERAIS DO PARANÁ S. A. — MINEROPAR

Os esforços da MINEROPAR, no exercício de 1981, foram direcionados, prioritariamente, para a pesquisa de carvão mineral e turfa, procurando auxiliar no esforço nacional de superação da crise do petróleo.

Por outro lado, sua área de atuação foi ampliada significativamente em 1981, passando o órgão a atuar em 47 municípios paranaenses, continuando a investir em geologia básica do Estado, com vistas a complementar os trabalhos realizados pelo DNPM e pela CPRM. Nesse sentido, foram desenvolvidas pesquisas de substâncias minerais como cobre, chumbo, zinco, fluorita, fosfato, nióbio, zircônio e terras raras.

PROJETOS DE PESQUISA DE SUBSTANCIAS MINERAIS METALICAS E NÃO-METALICAS

A. Setor de Rochas Alcalinas

* PROJETO BARRA DO ITAPIRAPUÃ — desenvolvido no Município de Adrianópolis, resultou na identificação da extensão de um corpo carbonatítico penetrando no Paraná; na seleção de área para trabalhos de detalhe e na determinação do alvo considerado prioritário;
* PROJETO KIMBERLITOS — desenvolvido no Município de Ibaiti, compreendeu o reconhecimento regional — com a identificação das principais áreas de garimpo no Estado — e a seleção de área-piloto de 600 km², com coleta de amostras de concentrado de bateia.

B. Setores de Rochas Graníticas e Metamórficas

* PROJETO GRANITO CUNHAPORANGA (entre os Municípios de Ponta Grossa e Sengés) — foram elaborados trabalhos de mapeamento geológico, numa área de 2.400 km², geoquímica de sedimento de corrente e de concentrado de bateia;
* PROJETO NORTE DE VOLTA GRANDE — foi elaborado o mapeamento geológico, numa área de 200 km², e efetuaram-se 44 análises químicas de rochas;
* PROJETO FLUORITA DE VOLTA GRANDE (Cêrro Azul) — foi elaborado o mapeamento de detalhe de uma área de 4 km² e efetuada geoquímica de solo, com 640 amostras coletadas;

* PROJETO BARRA DO AÇUNGUI (Rio Branco do Sul, Ponta Grossa e Sengés) — foi efetuada geoquímica de solo, com 394 amostras coletadas, amostras e geologia de detalhe em córregos; 5,5 km;
* PROJETO CERNE-ITAOCA — feito mapeamento do Granito São Sebastião em 75 km2; realizadas 80 análises químicas de rochas; elaborado mapeamento do Granito Taici e Rio Abaixo; geoquímica de sedimento de corrente e análises químicas de rochas;
* PROJETO SERRA DO MAR/GRANITO AGUDOS/ANHANGAVA — verificação de ocorrências de chumbo e molibdênio no Granito Anhangava;
* PROJETO FORMAÇÃO ÁGUA CLARA (Rio Branco do Sul e Campo Largo) — realizado o mapeamento geológico em 500 km2; efetuada amostragem de rochas metamórficas e geoquímica de sedimento de corrente. Coletadas 191 amostras e feitas 90 determinações químicas.

C. Setor de Rochas Ultrametamórficas

* PROJETOS ALVOS NA FAIXA PERAU — abrangendo mapeamento geológico de uma área de 370 km^2; requerimento de 13 áreas de pesquisa e coleta de 315 amostras de solo;
* PROJETO CAPIVARI/PARDO — abrangendo o mapeamento geológico de uma área de 2.000 km^2; o requerimento de 9 áreas de pesquisa, caracterizações petrográficas e litogeoquímica de rochas, a coleta de concentrados de bateia e a coleta de 235 amostras de rochas;
* PROJETO SERRA NEGRA/TAQUARUÇU (Adrianópolis) — abrangendo o mapeamento de uma área de 20 km^2, análises geoquímicas sistemáticas de concentrados de bateia e a caracterização petrográfica de rochas;
* PROJETO SÃO JOSÉ DOS PINHAIS — verificação da existência de ouro aluvionar; requerimento de 3 áreas de pesquisa.

D. Setor de Rochas Vulcânicas e Vulcano-Sedimentares

* PROJETO CASTRO — foram executados, por seu intermédio, o reconhecimento geológico de uma área de 440 km^2, a geoquímica de sedimento de corrente e de concentrado de bateia, o cadastramento de ocorrências, a análise de dados e o desenvolvimento de modelos, bem como a coleta de 287 amostras;
* PROJETO GUARATUBINHA (Morretes, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul) — foi executado reconhecimento geológico de uma área de 280 km2; levantamento de ocorrências minerais; análises de dados geoquímicos disponíveis e o requerimento de 20 áreas para pesquisa.

E. Setor de Rochas Sedimentares

* PROJETO OURO/MORRETES (Morretes) — abrangendo a seleção de uma área de aluvião com 23 km2, o requerimento de 10 áreas para pesquisa e o início da abertura de poços de pesquisa na área aluvionar;

* PROJETO DIAMANTE (Arapoti e Tibagi) — realizado o cadastramento das principais áreas produtoras de diamante do Paraná, mineradas no passado e ainda atualmente garimpadas.

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Foram elaboradas as bases planimétricas, em escala 1: 25.000, das áreas de Barra do Itapirapuã, Castro, Capivari Pardo, Água Clara, Serra Negra, Guaratubinha e Faixa Perau/Anticlinal Setuva e demarcados limites de áreas de pesquisa em fluorita, cobre e ouro.

Neste ano de 1981, o Laboratório de Análises Petrográficas produziu 494 análises petrográficas e 223 testes rápidos. No campo de análises químicas, foi analisado, por intermédio de laboratórios de terceiros, um total de 12.883 amostras (rochas, solos, sedimentos de corrente e concentrados de bateia), conforme indicado a seguir:

ANÁLISES QUÍMICAS PATROCINADAS PELA MINEROPAR — 1981

Laboratório	Amostras	Determinações
TECPAR	8.101	58.375
GEOSOL	4.754	38.057
PURIQUIMA	28	68
TOTAIS	12.883	96.500

FONTE: MINEROPAR/SEIC

Na área de prospecção geoquímica foram realizadas, em 1981, estudos e prospecções em 7 áreas:

* Estudos geoquímicos orientativos nas áreas da Serra da Prata, Volta Grande e Mato Preto;
* Levantamento Geoquímico Regional na área da Formação Água Clara;
* Levantamento Geoquímico de Semidetalhe da área da Barra do Itapirapuã;
* Levantamento Geoquímico da Área de Castro;
* Levantamento Geoquímico de Semidetalhe da área entre Tunas e Campo Largo.

Ainda no campo de apoio técnico operacional e com vistas à formulação e execução de projetos técnicos, a MINEROPAR realizou os trabalhos detalhados a seguir:

ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO À FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS

Especificação	Unidade	1980	1981
Fotointerpretação	km²	6.456	2.151
Afloramentos descritos	unidade	2.222	3.467
Amostras para análises químicas	unidade	3.418	5.334
Amostras para análises petrográficas	análises	389	352
Determinações químicas	unidade	33.159	36.931
Elaboração de mapa-base	km²	—	1.118

FONTE: MINEROPAR/SEIC

PESQUISA DE CARVÃO MINERAL

Neste campo, a MINEROPAR, por intermédio do "Projeto Carvão", vem desenvolvendo trabalhos de pesquisa de detalhe a nível regional. São descritos, a seguir, os trabalhos executados à conta do projeto em 18 municípios, quer com recursos próprios da empresa, quer com aqueles oriundos do convênio com o PME/MME, de agosto/80, no valor de Cr$ 100,0 milhões.

PRINCIPAIS ATIVIDADES NO PROJETO CARVÃO MINERAL

Atividades	Unidades	1980	1981
Fotointerpretação	km²	2.050	1.050
Topografia auxiliar	km²	56	90
Afloramentos descritos	unidade	1.062	1.850
Amostras para análises químicas	unidade	38	81
Afloramentos de carvão	unidade	92	160
Amostras para análises petrográficas	unidade	199	23
Determinações químicas solicitadas	unidade	757	630
Elaboração de mapas básicos	km²	205	860
Sondagens rotativas	m	2.975	3.324
Metragem perfilada	m	2.975	3.024
Descrição de testemunhos	m	2.975	2.375
Pedidos de pesquisa	unidade	34	24
Restituição aerofotogramétrica	km²	1.850	1.800

FONTE: MINEROPAR/SEIC

Com o mesmo propósito, foram desenvolvidos 10 projetos nas áreas Marins, Carvãozinho, Harmonia, Irati, Campina dos Pupos, São Geraldo, Ribeirão Novo, Ribeirão das Antas e Fazenda Marçal, compreendendo o mapeamento geológico de 1.673 km², 25 furos de sondagens, 2.887,6 m de perfilagem SP-Gama e R. Além desses, foi também executado o "Projeto Charnei-

ra do Arco de Ponta Grossa", abrangendo o tratamento de informações disponíveis numa área de 3000 km2.

PESQUISA EM TURFA

Cobrindo os Municípios de Campo Largo, Castro, Curitiba, Guaíra, Guaporema, Icaraíma, Jaguariaíva, Nova Olímpia, Palotina, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Querência do Norte, São José dos Pinhais, Terra Roxa do Oeste, Tibagi e Tijucas do Sul, o projeto visou basicamente selecionar as áreas potenciais para detalhamento, com cubagem e caracterização da turfa. Assim, visando ao diagnóstico preliminar da ocorrência de turfa no Estado, foram efetuadas as seguintes atividades:

* Descrição de afloramentos de turfa — 691 unidades;
* Análises físico-químicas e imediatas de amostras — 359 unidades;
* Descrição de testemunhos — 628 metros;
* Elaboração de mapa-base — 24.503 km2;
* Fotointerpretação — 7.166 km2;
* Sondagem a trado — 660 furos, no total de 628 metros.

AÇÕES DE FOMENTO, ECONOMIA MINERAL E APOIO TÉCNICO

Visando estimular a pesquisa e prospecção de minerais no Estado, a MINEROPAR, através de sua Coordenadoria de Fomento, Economia Mineral e Apoio Técnico, teve como principais atividades em 1981, as seguintes:

* Cadastramento de 7.910 empresas de mineração e conexas do Estado;
* Montagem de um sistema estatístico sobre a produção mineral;
* Cadastramento de 1.102 ocorrências minerais no Estado;
* Esboço do mapa de ocorrências minerais do Estado, em escala 1: 500.000;
* Confecção de base planimétrica das regiões produtoras de talco e chumbo, escala 1: 100.000;
* Prestação de 267 atendimentos a empresários, do encaminhamento de 74 pedidos de análises;
* Distribuição de 18.000 publicações informativas e de 4.000 mostruários de minerais;
* Realização de 117 pedidos de pesquisa e a publicação do Boletim Informativo do Setor Mineral.

13. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL — CENDI

Dentro do objetivo básico com que foi criado — identificar e promover novas oportunidades industriais e comerciais — o CENDI tem procurado despertar o interesse de investidores locais, nacionais e estrangeiros, para a implantação de novas iniciativas, principalmente no setor industrial do Paraná. Nesse sentido, conforme ilustrado abaixo, tem promovido contatos e reuniões com empresários e entidades de apoio à implantação e ampliação de atividades industriais.

CONTATOS E REUNIÕES DE PROMOÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Discriminação	No Estado 1979	1980	1981	Fora do Estado 1979	1980	1981
Empresas/empresários	141	224	248	311	230	286
Bancos	8	2	6	13	11	7
Consultoria	1	6	7	20	11	21
Câmaras de comércio, consulados e embaixadas	3	2	3	7	6	11
Outras entidades	16	50	28	23	13	8
Congressos, feiras e seminários	1	3	2	4	8	2

FONTE: SEIC

Com similar propósito, o CENDI vem promovendo uma série de atendimentos a empresas já instaladas ou em fase de implantação, efetuando contatos com órgãos públicos, e facilitando o relacionamento entre segmentos representativos da classe empresarial e entidades do setor público.

APOIO À IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO INDUSTRIAL

Discriminação	No Estado 1979	Fora do Estado 1980	1981
Atendimento a empresas			
— Do Estado	213	292	385
— De outros estados	55	116	75
— Do exterior	6	14	21
Contatos com prefeituras	48	86	70
Contatos com órgãos diversos			
— Órgãos federais	38	50	62
— Órgãos estaduais	54	116	101
— Órgãos municipais	32	86	19
— Outras entidades	36	63	34
TOTAIS	482	823	767

FONTE: SEIC.

O CENDI atuou também no apoio ao PROALCOOL, dentro do Estado, promovendo, além de reuniões regionais, o desenvolvimento de um trabalho de caráter global, visando à criação de associação dos empresários do setor, hoje já existente sob o título "Associação de Produtores de Açúcar e Álcool do Estado do Paraná."

Atuou também na formalização de convênios e de aditivos com o GEICON, BRASILINVEST, BRASILINTERPART e BRASILPAR, voltados ao

apoio à formação de capital de empresas e à adequada exploração dos mercados interno e externo.

Atuou também na formalização de convênios de cooperação com IBRASA — Investimentos Brasileiros S.A., ABRASCA — Associação Brasileira de Sociedades de Capital Aberto e CONDIMEC — Comissão de Divulgação do Mercado de Capitais, com o objetivo de dinamizar o mercado de capitais, fortalecer a estrutura de capital nas empresas e canalizar a poupança do Estado às iniciativas industriais locais.

No campo de promoção, o CENDI participou de 13 eventos nacionais e de 4 no exterior, com destaque para a Feira de Hannover e PORTOPIA/81.

DECISÕES DE INVESTIMENTOS

O resultado do esforço dispendido pelo CENDI, nesses 3 anos de existência, pode ser avaliado pelas decisões de investimentos — de que resultam a localização de novas unidades produtivas no Paraná — em cujo estabelecimento o Centro teve influência.

SINOPSE DAS DECISÕES DE INVESTIMENTOS NO PARANÁ

Especificação	1979	1980	1981
Número de empresas	13	17	15
Investimentos em US$ 1,000	617,800	247,214	180,282
Número de empregos diretos	14.385	2.628	3.880
Municípios beneficiados	8	8	10

FONTE: CENDI/SEIC

Em 1981, podem ser referenciadas, como novas decisões de investimentos empresariais, com tal característica, as seguintes:

DECISÕES DE INVESTIMENTOS NO PARANÁ — 1981

Em US$ mil

Ramo de Atividades	Invest.	Empregos	Empresa	Localidade
Industrialização de soja	18,000	180	Grupo Sadia	Paranaguá
Estal. de reparos navais	58,000	1.200	Enavi S.A.	Paranaguá
Jóias	4,500	100	Uno-A-Erre	Campo Largo
Siderúrgica	82,000	1.250	Siderúrgica Guaíra	Araucária
Peças de plast. injetado	0,150	30	Plastime Ltda.	Curitiba
Industr. rami (expansão)	1,500	30	Toyo-Sen-I	Londrina
Agroindústria	10,000	500	Granja Mizumoto	S. A. Platina
Ladrilhos e art. cimento	0,086	110	Ladrilhos Terrazzo	Curitiba

Ramo de Atividades	Invest.	Empregos	Empresa	Localidade
Máq. microeletroerosão	0,040	35	Wiltronic Ltda.	Curitiba
Pré-moldados de cimento	0,150	40	Cimaq Ltda.	S. J. dos Pinhais
Fertilizantes	2,500	150	Coreva S.A.	A. Chateaubriand
Ind. de milho (expansão)	0,276	35	Germani S.A.	Maringá
Equipamentos eletrônicos	0,060	40	Entelbra Ltda.	Londrina
Peças e conj. estamparia	0,020	30	Metalúrgica Atras	Curitiba
Refrigerantes (Coca-Cola)	3,000	350	Paraná Refriger.	Ponta Grossa

FONTE: CENDI/SEIC

No apoio à implantação e consolidação de distritos e áreas industriais, foram prestados os seguintes atendimentos:

* Orientação sobre a implantação e consolidação de áreas e distritos industriais a 28 municípios paranaenses;
* Levantamento da disponibilidade de infra-estrutura nos distritos industriais existentes em 11 municípios;
* Formulação de pré-projetos para aproveitamento de áreas destinadas a indústrias em 6 municípios;
* Orientação e apoio a prefeituras de municípios onde decidiram-se localizar empreendimentos industriais de porte (Itapejara do Oeste, Dois Visinhos, Balsa Nova e Francisco Beltrão).

Na orientação dos "Programas de Industrialização dos Municípios" — trabalho executado em conjunto com 15 prefeituras municipais, companhias municipais de desenvolvimento e associações comerciais — foram pesquisados 680 estabelecimentos quanto à estrutura industrial existente e à seleção de indústrias, com vistas ao desenvolvimento industrial comunitário, através do aumento das relações de troca intra-regionais, da ampliação do mercado e da identificação, orientação e apoio à solução de problemas.

14. SINOPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

Na execução da programação relatada e atividades relacionadas, a SEIC e entidades vinculadas abordadas neste capítulo mobilizam os seguintes recursos:

14.1. RECURSOS HUMANOS

	1979		1980		1981	
Especificação	Estat.	CLT	Estat.	CLT	Estat.	CLT
Administração direta	30	214	27	291	25	331
Administração indireta	70	505	63	604	48	664
TOTAIS	100	719	90	895	73	995

14.2. VEÍCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	27	33	40
Operacionais	62	59	63
Máquinas e tratores	4	4	5
TOTAIS	93	96	108

14.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) FONTES

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro Estadual	286.600	414.900	688.200
Convênios	63.000	134.500	223.900
Arrecadação própria	43.000	88.900	189.400
Operações de Crédito	200	19.800	72.600
Outras	2.300	7.700	12.400
TOTAIS	395.100	665.800	1.180.500

b) USOS

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e encargos	102.600	212.100	484.500
Custeios diversos	233.200	186.000	472.400
Enc. e amortizações	14.800	15.100	35.200
Invest. e inversões	23.900	187.200	167.800
TOTAIS	376.500	600.400	1.159.900

FOMENTO À PRODUÇÃO E APOIO CREDITÍCIO

1. INTRODUÇÃO

O apoio à expansão da atividade produtiva, de acordo com as potencialidades do Estado; a descentralização das atividades econômicas; o processamento de matérias-primas junto às fontes produtoras; a elevação dos níveis de emprego e de renda gerados pela economia, e o aumento da oferta de produtos tanto para o mercado interno quanto para exportação constituem-se em fatores que balizam a ação do Governo do Estado no campo do fomento à produção e do apoio creditício.

É importante recordar, porém, que o parque industrial paranaense, por apresentar expansão mais intensa somente em período mais recente, detém alguns diferenciais em relação a outros pólos nacionais, requerendo tal situação particular atenção.

A estruturação recente desse parque industrial, embora conferindo-lhe características modernas e poder competitivo diante de outros mercados, não lhe deu tempo suficiente para maturação e, conseqüentemente, para a amortização dos investimentos e adequada capitalização. Tal circunstância resulta na exigência de esforços redobrados para incentivar a atividade econômica, em particular sob uma conjuntura em que as dificuldades da economia em geral estão retardando a utilização da capacidade instalada e à sua expansão, ainda que gradativa.

Nesse contexto, e com a consciência da importância de que se reveste a atividade empresarial na oferta de empregos e na geração de riquezas — fatores de inequívoca importância para a estabilidade social na época em que vivemos — foram estabelecidas as seguintes políticas de atuação para nortear a ação do setor:

— Apoio à criação de novos mecanismos de suporte às iniciativas empresariais;
— Simplificação de procedimentos para a viabilização de empreendimentos de interesse para o sistema produtivo do Estado;
— Ênfase no financiamento aos empreendimentos agroindustriais integrados ou localizados junto às fontes produtoras de matérias-primas;
— Especial tratamento à pequena e microempresa, inclusive e particularmente nas ações de que resultem a elevação dos níveis de emprego e de geração de renda;
— Incentivo à capacitação e aperfeiçoamento de pessoal, bem como à formação de consciência sobre sua importância;

— Colaboração ampla à classe empresarial na ampliação de mercados e na captação de recursos externos;
— Apoio à reativação de unidades produtivas viáveis;
— Ampliação da participação relativa dos financiamentos concedidos às empresas que funcionem no Interior do Estado no total das operações.

Além disso, tota a ação desenvolvida nesse campo levou em conta os diferenciais ostentados pelo Paraná em relação aos demais pólos dinâmicos do País. Considerou também a perspectiva de que, a par de fatores positivos inerentes às pequenas empresas, os grandes projetos possuem grande importância em razão dos efeitos multiplicadores que determinam e pelo papel que cumprem na atração e disseminação de novas tecnologias.

As ações ligadas ao fomento à produção e de apoio creditício, embora no seu sentido mais amplo envolvam grande parte da Administração Estadual, em termos mais específicos acham-se sob a área de atuação direta do Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE e do Banco do Estado do Paraná — BANESTADO, cujas principais ações e resultados são objeto de relato nos itens subsequentes desta abordagem.

2. BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ — BADEP

As operações financeiras contratadas pelo BADEP, em 1981, elevaram-se a Cr$ 17,4 bilhões, dos quais 95% destinaram-se à iniciativa privada. Esses Cr$ 15,7 bilhões foram contratados com 701 empresas de 83 municípios, apresentando apreciável incremento em relação aos Cr$ 2,6 bilhões contratados em 1979, com 226 empresas de 62 municípios.

Com esse resultado em 1981, totalizam 1.223 as empresas financiadas pelo BADEP no último triênio. Um dos resultados positivos dos projetos respectivos foi o de propiciar a geração de 12.586 empregos industriais diretos, com evidentes reflexos em vários setores de atividades.

Do montante contratado com o setor privado, Cr$ 13,7 bilhões destinaram-se ao setor secundário de Cr$ 1,4 bilhão ao terciário, sendo as aplicações no setor primário limitadas a Cr$ 638,2 milhões, em razão da ampla oferta de crédito ao setor agropecuário por parte dos órgãos oficiais de crédito vinculados ao Governo Federal, como o Banco do Brasil S/A e o BNCC.

Como poder-se-á observar, as linhas de crédito externas ao Estado, particularmente de fundos administrados por órgãos federais, continuam a representar as principais fontes de recursos repassados pelo BADEP, para aplicação na economia paranaense. As participações mais significativas nos financiamentos foram as do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE e suas subsidiárias, do Banco Central — principal fonte dos recursos aplicados em agroindústria — e da Caixa Econômica Federal.

FONTES DE RECURSOS PARA AS OPERAÇÕES CONTRATADAS

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Próprios (BADEP/FDE)	539.907	1.405.057	3.247.538
Terceiros	2.328.614	8.227.207	11.189.225
Participação acionária, avais e fianças	637.390	1.949.472	2.913.571
TOTAIS	3.505.911	11.581.736	17.350.334

FONTE: BADEP

Quanto à destinação dos financiamentos em 1981, nota-se uma modificação em relação aos anos anteriores, qual seja, a prevalência da captação de recursos para capital de giro sobre aquela para aplicação em investimentos fixos, como evidenciado pelo demonstrativo a seguir:

MONTANTE DOS FINANCIAMENTOS DO BADEP SEGUNDO A DESTINAÇÃO

Em Cr$ mil

Destinação do financiamento	1979	1980	1981
Investimentos	2.142.157	9.938.529	7.450.745
Capital de giro	1.363.754	1.643.207	9.899.589
TOTAIS	3.505.911	11.581.736	17.350.334

FONTE: BADEP

As atividades industriais ligadas às potencialidades naturais do Paraná foram as que absorveram a maior parte dos financiamentos concedidos pelo BADEP ao setor privado. Os principais ramos atendidos foram os de papel e papelão, de produtos alimentares, de minerais não-metálicos (cimento, principalmente) de bebidas — onde se enquadram os financiamentos do PROÁLCOOL — e o têxtil, como evidenciado pelo demonstrativo a seguir:

OPERAÇÕES CONTRATADAS SEGUNDO OS PRINCIPAIS RAMOS

Em Cr$ mil

Ramos de Atividade	1979	1980	1981
Papel e papelão	641.985	650.213	4.713.058
Química	277.771	73.347	500.493
Material de transporte	207.910	65.519	43.500
Madeira	194.093	112.745	405.021
Minerais não-metálicos	180.434	301.338	1.263.205
Produtos alimentares	181.085	235.669	2.299.550
Bebidas	58.210	602.912	2.071.327
Têxtil	102.385	267.627	1.128.695
Serviços	254.485	297.172	1.235.893

FONTE: BADEP

No campo da agroindústria, cabe destacar a crescente participação das cooperativas na implantação de empreendimentos industriais para processamento de suas matérias-primas agrícolas. Em 1979, o número de cooperativas que se habilitaram aos financiamentos do BADEP foi de 5, número que se elevou à 16 em 1980. Em 1981, foram 11 as cooperativas beneficiadas por tais linhas de financiamentos.

PROMICRO

Tendo como objetivo principal apoiar a consolidação de uma base empresarial especialmente disseminada por todo o território do Estado, ampliar a criação de empregos, e favorecer a interiorização do desenvolvimento e a produção de bens para consumo local, o BADEP instituiu, em 1979, juntamente com o CEAG/PR — Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa, o "Programa de Apoio à Microempresa Paranaense — PROMICRO". Contando com recursos do Tesouro do Estado, do Fundo de Desenvolvimento Econômico — administrado pelo BADEP — do BNDE e do CEBRAE, o PROMICO promoveu cursos de administração e gerência e concedeu financiamentos para cerca de 627 empresas no período de 1979/81, assim distribuídos:

DESEMPENHO DO PROMICRO

Em Cr$ mil

Especificação	1979	1980	1981
Valor dos financiamentos	29.800	39.384	243.655
Municípios atendidos	18	8	41
Empresas beneficiadas	76	108	443

FONTE: BADEP

O programa, já consolidado no meio empresarial, tem propiciado às pequenas e microempresas ampliar suas disponibilidades em termos de capital de giro e complementar recursos para investimentos essencialmente produtivos.

3. BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL — BRDE

As operações contratadas pelo BRDE — Agência do Paraná, em 1981, totalizaram Cr$ 16,8 bilhões, em 385 contratos. As iniciativas apoiadas por tais empréstimos representam a criação de 3.696 novos empregos diretos.

OPERAÇÕES CONTRATADAS PELO BRDE/PR

Em Cr$ milhões

Setores	1979 Contratos	1979 Valor	1980 Contratos	1980 Valor	1981 Contratos	1981 Valor
Primário	67	198,7	60	486,9	67	2.396,0
Secundário	175	1.309,4	189	3.105,0	200	9.235,8
Terciário	101	1.051,0	80	5.215,0	118	5.223,2
TOTAIS	343	2.559,1	329	8.807,7	385	16.855,0

FONTE: BRDE/PR

Como pode ser observado, o setor secundário destacou-se como o maior absorvedor de recursos, tendo sido destinados a ele Cr$ 9,2 bilhões, correspondendo a 54,8% do total das operações. Ao terciário foram destinados 31%, enquanto que ao primário 14,2% dos recursos contratados, tendo a limitação deste último o mesmo fundamento já expresso em relação às aplicações do BADEP no setor.

Os financiamentos para inversões em ativo fixo totalizaram Cr$ 8,8 bilhões, correspondendo a 52,2% das operações contratadas pela Agência.

OPERAÇÕES CONTRATADAS PELO BRDE/PR SEGUNDO A FINALIDADE

Em Cr$ milhões

Finalidade	1979	1980	1981
Capital fixo	1.032,8	6.518,6	8.768,5
Capital de giro	985,5	1.309,7	6.745,7
Saneamento financeiro	526,1	979,5	1.340,8
Pré-investimento	14,7	—	—
TOTAIS	2.559,1	8.807,8	16.855,0

FONTE: BRDE/PR

Os empreendimentos de caráter integrativo e orientados para o desenvolvimento integrado do complexo agropecuário cooperativo foram igualmente apoiados pelo BRDE, contando-se 45 cooperativas singulares de produção (dentre as 70 existentes) e cinco cooperativas centrais como beneficiárias do apoio creditício do BRDE/PR, no exercício de 1981.

O apoio a essas cooperativas — que congregam 95 mil produtores rurais — propiciou-lhes a dinamização de suas atividades. A elas é que foi destinada praticamente a totalidade dos créditos concedidos pelo BRDE ao setor primário.

OPERAÇÕES CONTRATADAS PELO BRDE/PR COM O SETOR PRIMARIO

Em Cr$ milhões

Beneficiários	1979	1980	1981
Cooperativas	151,7	477,9	2.373,0
Empresas agrícolas	27,3	—	—
Produtores rurais	19,6	9,0	23,0
TOTAIS	198,7	486,9	2.396,0

FONTE: BRDE/PR

Entre as iniciativas contratadas com o setor primário merecem destaque:

* Repasses do PROCAL às cooperativas, no montante de Cr$ 43,0 milhões para aquisição de calcário destinado à distribuição aos seus associados;
* Repasses do PROPEC, no montante de Cr$ 250,0 milhões, para o desenvolvimento da bacia leiteira junto às áreas de atuação das cooperativas de laticínios;
* Repasses do PRONAZEM, no montante de Cr$ 377,5 milhões, os quais deverão proporcionar às diversas cooperativas financiadas o acréscimo de 96.047 t de capacidade estática armazenadora;
* Repasses do FINAME e FINEP/ADTEN, para o financiamento de equipamentos destinados a substituição de combustííveis derivados do petróleo na secagem de grãos;
* Repasses do "Programa Nacional do Álcool — PNA Rural", no montante de Cr$ 471,4 milhões, a três cooperativas de produção, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para patrulha mecanizada, e a fundação de 2.904,7 ha de lavoura de cana-de-açúcar para as destilarias integradas;
* Repasses do PROASE, no valor de Cr$ 210,0 milhões, a 4 cooperativas, destinados à implantação de 46 aviários, 4 aviários-matrizes, incubatório com capacidade de produção de 4,3 milhões de pintos de 1 dia, e de 22 biodigestores.

As repercussões previstas no setor primário, como resultantes de tais financiamentos, são: geração de 1412 empregos diretos e acréscimo de faturamento de Cr$ 1,5 bilhão nas empresas que receberão os efeitos diretos e indiretos dessas aplicações.

Das operações contratadas com o setor secundário, os ramos industriais mais expressivamente contemplados foram os da madeira, produtos alimentares e química, conforme indicado no demonstrativo a seguir. Cabe ressaltar também que 51% dos recursos beneficiaram empreendimentos localizados no Interior do Estado.

OPERAÇÕES CONTRATADADS SEGUNDO OS RAMOS INDUSTRIAIS

Em Cr$ milhões

Ramos Industriais Beneficiados	1979	1980	1981
Produtos alimentares	216,9	912,5	1.909,7
Química	184,4	749,9	1.741,9
Madeira	15,1	123,2	2.125,8
Material elétrico e de comunicações	161,9	171,5	435,8
Têxtil	—	133,5	579,3
Editorial e gráfica	16,2	24,8	597,6
Bebidas	290,1	282,2	21,5
Mobiliário	13,5	149,7	404,1
Produtos de matéria plástica	123,3	252,6	94,3
Papel e papelão	35,0	30,1	375,3
Outros gêneros	253,0	275,0	950,5
TOTAIS	1.309,4	3.105,0	9.235,8

FONTE: BRDE/PR

Entre os projetos apoiados pelo BRDE/PR no setor secundário, destacam-se:

* Reativação da indústria de processamento de soja em Céu Azul, no valor de Cr$ 532,9 milhões;
* Implantação de unidades industriais de moagem de soja, no valor de Cr$ 127,2 milhões;
* Implantação de unidades industriais de beneficiamento de algodão, no valor de Cr$ 549,8 milhões;
* Implantação de 2 destilarias autônomas para produção de 240.000 l/dia 90,9 milhões;
* Concessão de fiança e de financiamento para capital de giro, em apoio à produção de equipamentos destinados à fabricação de plataformas de extração de petróleo, no valor de Cr$ 137,5 milhões;
* Implantação de 2 destilarias autônomas para produção de 240000 l/dia de alcool carburante, no valor de Cr$ 1.556,7 milhões.

O total de financiamentos contratados em 1981, às empresas do setor secundário, deverá promover, como principais repercussões econômico-sociais: geração de 1.578 empregos diretos e acréscimo ao faturamento das indústrias beneficiadas na ordem de Cr$ 18,4 bilhões.

Dos recursos destinados ao setor terciário, Cr$ 3,4 bilhões foram destinados ao setor público, com vistas à ampliação da infra-estrutura e dos serviços básicos demandados para a expansão industrial, como é o caso da produção de energia elétrica e das empresas Cidade Industrial de Curitiba — CIC e URBS.

4. CONGLOMERADO BANESTADO

Os trabalhos desenvolvidos pelo Conglomerado BANESTADO, em 1981, no sentido de sua expansão e modernização, apresentaram, entre outros resultados, a consolidação de três novos integrantes do Grupo: a BANESTADO LEASING, o BANCO DEL PARANÁ S/A e a BANESTADO CLUBE. Tais empresas passam, assim, integrar o Conglomerado, ao lado do Banco do Estado do Paraná, da Crédito, Financiamento e Investimentos; da Crédito Imobiliário, da Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Imobiliários; da Corretora de Seguros, da Processamento de Dados e Serviços, da Reflorestadora, além da BANINVEST — em fase de estruturação. Todas estas empresas mantiveram, no decorrer do exercício, a orientação básica de apoio às atividades empresariais e de suporte funcional às ações do setor público estadual.

Além dessas expansões do Grupo — destinadas a ampliar sua capacidade de prestação de serviços e de apoio creditício — merecem destaque as ações empreendidas para o aumento do volume de recursos do Banco Nacional da Habitação — BNH repassados às municipalidades (destinados a reequipamentos e obras de infra-estrutura), a criação de plano especial para financiamento de custeio e de comercialização da produção de pequenos e miniprodutores agrícolas, bem como a continuidade na expansão da rede de agências e de postos especiais de prestação de serviços.

AGÊNCIAS NO EXTERIOR

No propósito de acompanhar a internacionalização dos bancos brasileiros e visando apoiar o empresariado paranaense em suas operações com o comércio exterior, o BANESTADO, por intermédio do Banco Del Paraná S.A. (cuja sede em Assunção foi inaugurada em novembro de 1980), efetivou, em 1981, a instalação de mais três Agências no Paraguai — em Ciudad Presidente Stroessner, Salto Del Guairá e La Paloma.

Com o mesmo objetivo, foram iniciados os estudos para a instalação de Agências em Nova Iorque, Ilhas Cayman e no Panamá, além de Escritórios de Representação em Londres, Chicago e Tóquio, visando ampliar suas possibilidades de atuação na área do comércio exterior e na captação de recursos financeiros para apoiar o desenvolvimento estadual.

REDE DE AGÊNCIAS

Consoante as diretrizes do Governo do Estado, de promover o aumento da renda real dos paranaenses e de promover a difusão espacial do bem-estar, o Banco do Estado do Paraná prosseguiu na sua política de expansão da rede de agências, para ampliar seu apoio às atividades da agricultura, da indústria, do comércio e dos serviços em geral.

Seis novas Agências (Campo Grande — MS, Kaloré, Água Verde, Luiziana, Teixeira Soares e Inácio Martins) e onze Postos de Serviços — PPS foram

inaugurados em 1981. Assim, o total de Agências elevou-se para 236 e o de Postos de Serviços para 57, mesmo considerando o fechamento de 2 dos PPS criados em anos anteriores. Além disso, ao final de 1981 21 novas agências achavam-se em fase de instalação, com base em autorização obtida junto ao BACEN, para a instalação de mais 25 unidades.

REDE DE AGÊNCIAS DO BANESTADO

Discriminação	1979	1980	1981
N.º de Agências no Paraná	202	212	217
N.º de Agências outros Estados	18	18	19
Total de Agências	220	230	236
Postos de Serviços	32	48	57

FONTE: DESEC/BANESTADO

Com essa expansão, o BANESTADO passou a atender 217 municípios, ao mesmo tempo em que ampliou o volume de suas operações. Mesmo em um ano de reconhecida escassez de recursos financeiros, o montante dos depósitos apresentou um crescimento de 100%, assinalando-se que 64% do total constituíram-se de depósitos à vista de particulares. O volume de empréstimos, por sua vez, elevou-se em 104%, com o maior incremento para o atendimento de pequenas e médias empresas e de miniprodutores rurais. Em crédito rural efetivaram-se 22.091 contratações, no valor de Cr$ 8,9 bilhões.

OPERAÇÕES ESPECIAIS

Além de suas operações normais, o BANESTADO ampliou a faixa de atendimentos em operações especiais. As operações com fundamento na Resolução n.o 695 — destinadas ao financiamento de pequenas, médias e microempresas, com taxas favorecidas de 45% — elevaram-se a Cr$ 1,6 bilhão, enquanto os financiamentos para a realização do Projeto CURA — destinado a execução de obras de melhorias urbanas — totalizaram Cr$ 736,1 milhões, atendendo a 7 municípios.

OPERAÇÕES ESPECIAIS DO BANESTADO

Em Cr$ milhões

Tipo de operações	1979	1980	1981
Resolução 695	473,2	1.034,7	1.604,8
Projeto CURA	608,7	546,2	736,1
TOTAIS	1.981,9	1.580,9	2.340,9

FONTE: BANESTADO

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Com vistas a dar condições ao Banco de enfrentar, adequadamente, as necessidades de expansão, bem como de propiciar-lhe suporte para aumentar sua capacidade operacional, o capital social foi elevado duas vezes no decorrer de 1981, passando de Cr$ 2,6 bilhões para Cr$ 4,5 bilhões.

De um modo geral, o desempenho do Banco em 1981, bem como nos dois exercícios precedentes, pode ser percebido pela análise do demonstrativo a seguir:

INDICADORES DE DESEMPENHO DO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.

Em Cr$ milhões

Especificação	1979	1980	1981
Capital	1.296,7	2.647,1	4.548,1
N.º de ações (milhares)	975.000	1.170.000	1.521.000
Patrimônio líquido	2.281,2	4.316,5	11.146,2
Depósitos	9.290,5	15.468,0	30.936,1
Empréstimos (totais)	19.979,2	33.268,8	67.873,5
Financiamentos rurais	3.001,8	4.511,0	8.895,9
Financiamentos à exportação	726,8	4.051,7	8.497,9
Financiamentos à importação	733,7	1.727,6	1.966,9
Receitas	4.271,1	11.225,7	31.358,4
Despesas	3.899,2	9.810,3	26.542,1
Lucro antes do I.R.	371,9	1.415,4	4.816,3

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A — CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

O total dos financiamentos realizados pela empresa, em 1981, elevou-se a Cr$ 7,6 bilhões, expandindo-se em 87,6%, comparativamente com o desempenho de 1980.

EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DA BANESTADO — INVESTIMENTOS

Em Cr$ milhões

Especificação	1979	1980	1981
Total de financiamentos	2.385,2	4.089,2	7.670,7
Recursos de terceiros	1.861,0	2.884,7	4.481,9

FONTE: BANESTADO

BANESTADO S/A — CRÉDITO IMOBILIÁRIO

A captação de recursos por meio de cadernetas de poupança registrou um incremento de 184%, tendo atingido o saldo, no final de 1981, Cr$ 19,1 bilhões (com aumento real de 80% em relação a 1980). O número de investidores em cadernetas elevou-se de 306.121, em 1979, para 353.528, em 1980 e, finalmente, para 401.262 em 1981, através de suas 9 agências, seis das quais localizadas no Interior do Estado.

Através dos recursos captados, no decorrer de 1981, a BANESTADO — Crédito Imobiliário colaborou financeiramente para a construção de 2.387 unidades habitacionais, elevando-se os desembolsos, no ano, a Cr$ 5,9 bilhões, 216% superiores ao ano anterior.

No final de 1981, o número de moradias financiadas — já comercializadas e as em fase de produção — elevava-se a 15.882 unidades habitacionais (casas e apartamentos).

EVOLUÇÃO DOS SALDOS DAS APLICAÇÕES IMOBILIÁRIAS

Em Cr$ mil

Especificação	1979	1980	1981
Empréstimos imobiliários	1.107.338	1.503.021	3.968.461
Financiamentos imobiliários	4.831.201	8.900.355	21.175.196
Créditos em liquidação	316.611	407.984	430.070
Imóveis à venda	119.548	138.129	239.195
Aplicações diversas	5.401	291.731	1.099.140
TOTAIS	6.380.099	11.241.220	26.912.062

FONTE: BANESTADO

Como resultado de sua expansão e com o intuito de preservar o equilíbrio operacional, a BANESTADO — Crédito Imobiliário elevou seus recursos próprios para Cr$ 2.119,0 milhões, em evidente expansão aos Cr$ 482,0 milhões de 1979 e aos Cr$ 810,0 milhões de 1980.

BANESTADO S/A — CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As operações em "open market" apresentaram uma captação de Cr$ 19,5 bilhões na carteira de clientes, enquanto que na carteira própria o montante captado elevou-se a Cr$ 16,2 bilhões, com um incremento de 251%, em relação ao volume do início do ano.

No decorrer do ano, foram movimentados Cr$ 4,6 bilhões em letras de câmbio, enquanto as operações de contrato de câmbio elevaram-se a Cr$ 1,1 bilhão para exportações e a Cr$ 646,6 milhões para importações.

BANESTADO S/A — CORRETORA DE SEGUROS

O novo serviço oferecido à clientela do Conglomerado registrou uma elevação de 351 prepostos, em 1979, para 1.710 no final de 1981. A empresa efetuou uma movimentação financeira no montante de Cr$ 129,0 milhões, dos quais Cr$ 59,6 milhões dispendidos no pagamento de prepostos.

BANESTADO LEASING S/A — ARRENDAMENTO MERCANTIL

Com a aquisição do controle acionário da Locrent Arrendamento Mercantil S.A., de São Paulo, decidida em janeiro de 1980, e a transferência da sede da mesma para Curitiba, a BANESTADO Leasing S/A foi a primeira empresa sediada no Paraná a operar com arrendamento mercantil.

As operações, iniciadas em março de 1980, apresentaram, de um ano para outro, um crescimento de 240,4%, como o demonstrativo a seguir permite comprovar.

OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Em Cr$ mil

Setor de Atividades	1980	1981
Indústria	250.414	737.940
Comércio	142.451	562.655
Prefeituras	231.952	737.077
Outras	170.206	672.501
TOTAIS	795.023	2.706.173

FONTE: BANESTADO LEASING

O valor das operações de arrendamento às prefeituras, registra um incremento de 216%, com um número de contratos 154,8% maior que os realizados em 1980, os quais se elevaram de 31 para 79 de um ano para outro. O número total de contratos de arrendamento expandiu-se de 438, em 1980, para 681, no final de 1981, sendo que o item "máquinas e equipamentos" foi o que apresentou o maior crescimento.

VALOR DOS BENS ARRENDADOS POR ESPÉCIE

Em Cr$ mil

Tipo de Bens	1980	1981
Máquinas e equipamentos	236.996	1.154.304
Veículos e afins	275.909	886.689
Móveis e utensílios	474	7.723
Outros bens	25.864	122.909
TOTAIS	539.243	2.171.625

FONTE: BANESTADO LEASING

BANESTADO S/A — REFLORESTADORA

Os recursos captados junto ao Fundo de Investimentos Setoriais — FISEP, para aplicação em projetos de reflorestamento, evoluíram de Cr$ 46,5 milhões em 1979 e Cr$ 210,3 milhões em 1980, para Cr$ 433,1 milhões em 1981.

A aplicação de tais recursos em projetos técnicos de reflorestamento — aprovados pelo IBDF — possibilitaram que fossem plantados 252,7 milhões de mudas de essências florestais em 69,4 mil hectares no triênio 1979/81, conforme detalhado a seguir:

PROJETOS DE REFLORESTAMENTO

Especificação	Unidade	1979	1980	1981
Áreas reflorestadas	ha	19.322	23.322	26.822
Essências plantadas	milhar	74.655	84.655	93.405

FONTE: BANESTADO

Ainda no decorrer de 1981, a empresa obteve a aprovação do IBDF para reflorestamento, em 1982, de mais 3 mil hectares de áreas, mediante o plantio de 7,4 milhões de mudas de "Pinnus elliotti" e/ou "Taeda" e 75 mil mudas de "Araucaria angustifolia".

Como atividade de apoio aos projetos de reflorestamento, a empresa desenvolveu o seu Viveiro Permanente, em Piraquara, com mais de 1,3 milhão de mudas de 400 espécies diferentes de essências florestais, arbustivas e ornamentais, nativas e exóticas.

BANESTADO CLUBE S/C

Em janeiro de 1981, o BANESTADO Clube S/C iniciou sua atividade de promover a prestação de assistência previdenciária a seus associados — mediante a contratação de seguros coletivos e de outros serviços de interesse social — e à prestação de auxílio a entidades, campanhas e atividades de caráter assistencial, educacional, cultural e esportivo, com os lucros advindos de suas operações.

Como resultado de suas atividades, o BANESTADO Clube S/C, contratou 26.196 planos de seguros e pôde, já nesse primeiro ano, destinar contribuições no montante de Cr$ 11,3 milhões a atividades assistenciais, esportivas, culturais e educacionais.

5 SINOPSE DOS RECURSOS UTILIZADOS

Na obtenção dos resultados indicados, as organizações envolvidas mobilizaram os seguintes recursos:

5.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979	1980	1981
Funcionários	7.905	7.895	8.102

5.2. VEÍCULOS

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis operacionais	157	205	220

5.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) FONTES

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Tesouro Estadual	280.000	832.000	2.043.000
Convênios e repasses	3.527.000	6.813.217	23.532.211
Arrecadação própria	2.395.978	5.016.125	12.221.784
Retorno de principal e encargos	2.763.000	3.419.000	7.035.000
Depósitos	14.021.017	23.893.808	54.494.536
Obrigações para empréstimos	16.309.538	28.584.701	63.366.614
Outras obrigações	70.528.689	114.396.293	77.368.382
TOTAIS	109.825.222	182.955.144	240.061.537

b) USOS

Em Cr$ mil

Aplicações	1979	1980	1981
Pessoal e encargos	2.305.322	4.731.406	9.259.598
Outras despesas operacionais	1.133.678	1.420.452	1.964.850
Restituições de recursos de terceiros	2.320.000	2.910.000	4.738.000
Investimentos e inversões	4.891.690	10.966.905	31.985.566
Empréstimos líquidos	27.529.845	46.345.264	99.447.883
Outros ativos	72.440.897	118.242.900	94.499.419
TOTAIS	110.621.427	184.616.927	241.895.316

ENERGIA

1. INTRODUÇÃO

O setor energético paranaense atuou em 1981, com vistas, sobretudo, ao aperfeiçoamento da infra-estrutura econômica e ao incremento e à difusão espacial do bem-estar. Essa orientação coadunou-se e emerge principalmente das diretrizes do Governo Estadual, caracterizando-se como continuidade ao que vem sendo praticado desde o início da gestão.

Com a aprovação do Plano Energético do Paraná em dezembro de 1980, a atuação do Conselho Estadual de Energia, no decorrer de 1981, foi voltada para a consecução das metas estabelecidas naquele documento. Assim, foram desenvolvidas atividades em áreas como: conservação de energia na indústria e nos transportes, carvão mineral, álcool, florestas energéticas, óleos vegetais, energia elétrica, energização rural e xisto.

Deu-se ênfase também às pesquisas de fontes não-convencionais de energia e a projetos especiais, com vistas ao aperfeiçoamento de novas tecnologias e à redução no consumo de derivados de petróleo. Nesse sentido, foram objeto de atenções especiais os estudos para aproveitamento energético de carvão e para a substituição de derivados de petróleo por energia elétrica.

Uma outra política de atuação mantida pelo setor, refere-se à manutenção de padrões adequados de qualidade no suprimento energético, concomitantemente com a criação de facilidades para os usuários do sistema.

Buscou-se propiciar, através de ações diversificadas, a oferta de adequados níveis de bem-estar, inclusive ampliando a geração própria e os sistemas de transmissão e de distribuição de eletricidade. Como parte integrante desta orientação, ampliaram-se as ações relacionadas com o atendimento a consumidores no plano familiar, sendo instituídos dois programas voltados para as populações de menor poder aquisitivo: o "Programa Social de Ligação de Consumidores" e o "Programa Especial de Eletrificação Rural", destinados a assegurar, a um maior número de pessoas, nos meios urbano e rural, o acesso à energia elétrica.

2. CONSELHO ESTADUAL DE ENERGIA — CEE

PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO RACIONAL DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS

Em maio de 1981, foi assinado um convênio entre o Ministério da Indústria e do Comércio/Setor de Tecnologia Industrial, a Federação das Indús-

trias do Estado do Paraná — FIEP e a COPEL, no valor de Cr$ 15,3 milhões, para a realização de diagnósticos em 66 indústrias de pequeno e médio porte do Paraná. O projeto está sendo executado e deverá estar concluído até fevereiro de 1982, pretendendo-se atingir uma economia de 20% nos derivados de petróleo consumidos pelas indústrias envolvidas.

Também como resultantes das ações integradas do Conselho, o Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa — CEAG/PR, com recursos de Cr$ 22,0 milhões provenientes do Centro Brasileiro de Apoio Gerencial às Pequenas e Médias Empresas — CEBRAE, está desenvolvendo, desde abril de 1981, um projeto de utilização racional de óleo combustível, que atinge 175 empresas paranaenses. Além disso, realiza a correção do baixo fator de potência em 100 empresas, visando a reduzir as perdas no consumo de energia elétrica.

PROGRAMA DE ECONOMIA DE COMBUSTÍVEIS NO SETOR DE TRANSPORTE

Foram desenvolvidos pela Secretaria dos Transportes vários subprogramas, propiciadores de apreciável economia de combustíveis, conforme detalhado no relatório concernente ao setor Transportes, quais sejam:

* CENTRAIS DE INFORMAÇÕES DE FRETES — durante o ano, as 8 centrais em operação prestaram atendimento a 19.954 motoristas e registraram oferecimento de cargas de 3.366 fornecedores, correspondendo à movimentação de 386.552 toneladas, gerando uma economia de 1,3 milhão de litros de óleo diesel;
* TRANSPORTE "ROLL-ON/ROLL-OFF" — em operação desde setembro de 1980, com as linhas Vitória/Paranaguá/Cabedelo. Durante o exercício de 1981, o Sistema "Roll-on/Roll-off" movimentou cerca de 37.214 toneladas;
* TRANSPORTE DO CARVÃO — foram movimentadas através do Porto de Antonina, no decorrer de 1981, 220.973 toneladas de carvão proveniente de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, contra 106.568 t em 1980.

TRANSPORTE DO CARVÃO DE ANTONINA PARA OS CENTROS CONSUMIDORES

Em toneladas

Meio de transporte	1979	1980	1981
Via rodoviária	39.912	66.050	93 684
Via ferroviária	—	12.900	116.982

FONTE: CEE

* FERROVIA DA SOJA — foi assinado um convênio entre os Ministérios dos Transportes e do Exército, para o início da construção do trecho Guarapuava-Cascavel;

* TELEFÉRICO CURITIBA-LITORAL — foi realizado o estudo de viabilidade técnico-econômica para a construção de um teleférico ligando Curitiba ao Litoral paranaense.

SUBSTITUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO POR ENERGIA ELÉTRICA

Este programa possibilitou que, no decorrer de 1981, fossem substituídos por eletricidade o óleo diesel então consumido por 46 indústrias e o óleo combustível utilizado por 8 indústrias, gerando uma economia equivalente a 2.697t de óleo combustível e 1.076t de óleo diesel.

Por outro lado, a COPEL executou um estudo de viabilidade técnico-econômica de substituição de gás liquefeito de petróleo — GLP de uso doméstico por energia elétrica, visando determinar a época em que poderia ocorrer uma possível tendência do mercado em substituir o aquecimento a gás por elétrico.

SUBSTITUIÇÃO DE ÓLEO COMBUSTÍVEL NAS CIMENTEIRAS DO PARANÁ

As Indústrias de Cimento sediadas no Paraná vêm aumentando significativamente a utilização do carvão mineral, em substituição ao óleo combustível. O demonstrativo a seguir, com números definitivos em relação a 1979 e 1980, evidencia a evolução na utilização do carvão mineral, pelo setor.

CONSUMO DE CARVÃO MINERAL PELAS CIMENTEIRAS

Consumo em toneladas

Cimenteira	1979		1980		1981	
	Óleo Comb.	Carvão	Óleo Comb.	Carvão	Óleo Comb.	Carvão
Rio Branco	93.000	39.800	75.500	67.500	44.300	107.200
Itaú	26.900	16.600	36.700	40.100	31.100	76.300
Itambé	31.000	3.700	28.800	21.800	24.000	27.800
TOTAIS	150.900	60.100	141.000	129.400	99.400	211.300

FONTE: CEE

Através dessa evolução, atingiu-se em 1981 a substituição de 45% do óleo combustível que seria consumido pelas cimenteiras, contra uma substituição do equivalente a 15% do consumo em 1979.

PROGRAMA GLOBAL DO CARVÃO

Foram intensificadas as prospecções na região carbonífera paranaense, a fim de permitir acréscimos, a médio prazo, nas quantidades de carvão produzidas no Paraná.

A COPEL e a MINEROPAR habilitaram-se junto à Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais — CPRM, para o detalhamento e a complementação de estudos de área favorável à existência de reserva de carvão mineral na região de Sapopema, visando ao aproveitamento de carvão mineral no Estado do Paraná e com vistas ao programa de gaseificação. Com igual propósito, a COPEL continuou os estudos sobre a mina de Iruí (RS), tendo sido concluído o detalhamento da reserva, que alcançou o valor de 325 milhões de toneladas de carvão mineral.

Foram também desenvolvidos estudos preliminares, em conjunto com a Rede Ferroviária Federal e a Secretaria dos Transportes, para definir o posicionamento físico mais adequado de um entreposto de carvão mineral, que seja capaz de atender à demanda desse produto na Região Metropolitana de Curitiba.

PROÁLCOOL NO PARANÁ

O Proálcool no Paraná vem se desenvolvendo normalmente, devendo ser atingida a meta de produção de 1 bilhão de litros anuais na safra 1985/86. Em 1981, a produção de alcool atingiu 252,2 milhões de litros, tendo o Programa já assegurado ampliação para 900,8 milhões de litros/ano, inclusive com antecipação em relação ao cronograma inicial, considerados os projetos em instalação.

PROÓLEO NO PARANÁ

O Conselho promoveu gestões relativas ao "Programa de Substituição de Óleo Diesel por Óleo Vegetal". Como entidade integrante do Sistema, a Secretaria da Agricultura elaborou uma proposta de zoneamento agrícola definindo as áreas disponíveis para o plantio de oleaginosas para fins carburantes, sem prejuízo das culturas de alimentação. Tal zoneamento, ao final do exercício achava-se pendente de aprovação dos órgãos federais, devendo, após referendado, nortear a expressão do plantio de oleaginosas com fins carburantes.

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE FLORESTAS ENERGÉTICAS

O "Programa de Florestas Energéticas" prevê, para os próximos anos, que o Paraná precisará implantar 78.000 ha de florestas, a fim de suprir o mercado tradicional de lenha e substituir uma parcela de óleo combustível utilizado nas indústrias. Desse total, 10.000 ha já têm a implantação assegurada pelo PRORURAL, com participação do BID. O restante previsto deverá ser efetivado através de um programa nacional coordenado pelo Ministério da Agricultura e pelo IBDF.

FLORESTAS ENERGÉTICAS IMPLANTADAS

Em hectares

Especificação	1979	1980	1981
Reflorestamento pelo REPEMIR	1.033	609	2.500
Reflorestamento pelo PRORURAL	—	—	2.895
Reflorestamento pelo PRO-RIBEIRA	—	400	—
TOTAIS	1.033	1.009	5.395

FONTES: CEE — SEAG

PROGRAMA DE ENERGIZAÇAO RURAL

Relativamente ao subprograma de implantação de biodigestores, a EMATER/PR vem desenvolvendo um trabalho de assistência técnica na instalação e operação dos mesmos, tendo já ultrapassado o número de 300 biodigestores instalados. No que se refere à eletrificação rural, conforme relatado mais adiante, a COPEL efetuou 10.622 novas ligações no exercício.

PROGRAMA DE RETORTAGEM DO XISTO

Após várias gestões do Governo do Estado do Paraná junto ao Ministério das Minas e Energia, houve a liberação de Cr$ 600,0 milhões, em 1981, para o início da construção da Usina de São Mateus do Sul, com uma capacidade de produção de 25.000 barris de óleo de xisto por dia, ao final da sua primeira etapa.

PROJETOS ESPECIAIS

Relativamente às pesquisas de fontes não-convencionais, duas delas merecem destaque:

* O desenvolvimento, pela COPEL, de um protótipo de carro elétrico, denominado Elétron, já operando em fase de teste;
* O projeto de aproveitamento de esgotos sanitários para geração de gás, sendo a primeira unidade instalada em Piraí do Sul — com apoio financeiro da SEDM — a qual deverá proporcionar parâmetros para a elaboração do "Plano Estadual de Tratamento de Esgotos das Cidades de Pequeno e Médio Porte com Produção de Biogás e Fertilizantes".

ESTRUTURA DO CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA NO PARANÁ

A adoção das medidas descritas anteriormente contribuiu para a redução do consumo de derivados de petróleo. O quadro seguinte mostra a diminuição da participação dos derivados de petróleo no total do consumo de energia primária, no Paraná:

CONSUMO DE ENERGIA PRIMARIA NO PARANÁ

Fontes	1979 1000 tEP	%	1980 1000 tEP	%	1981 (*) 1000 tEP	%
Não-Renováveis						
— Petróleo	2.857	57	2.716	54	2.600	50
— Carvão mineral	142	3	188	4	214	4
Subtotal	2.999	60	2.904	58	2.814	54
Renováveis						
— Hidráulica	1.608	32	1.692	34	1.815	35
— Lenha	85	2	114	2	227	4
— Carvão vegetal	10	—	18	—	42	1
— Álcool	86	2	161	3	145	3
— Bagaço de cana	210	4	156	3	190	3
Subtotal	1.999	40	2.141	42	2.419	46
TOTAIS	4.998	100	5.045	100	5.233	100

FONTE: CEE
NOTAS: * DADOS PRELIMINARES
tEP = toneladas equivalentes de petróleo.

3. COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA — COPEL

USINA GOVERNADOR MUNHOZ DA ROCHA

Em 1981, entraram em operação a segunda e a terceira unidades geradoras, cada uma de 418,5 MW, da Usina Hidrelétrica Governador Munhoz da Rocha (Foz do Areia), duplicando a potência instalada das usinas da COPEL. Este coeficiente, na realidade, representa a quadruplicação da disponibilidade de energia própria em relação a 1979, pois a Usina entrou em operação em outubro de 1980 com uma potência de 418,5 MW.

Também foi iniciada a montagem da quarta unidade, a qual começará a operar em 1982, completando a primeira etapa da usina, com 1.674 MW de potência instalada.

USINA SEGREDO

No decorrer de 1981, foram concluídos o projeto básico e a preparação dos documentos para os contratos de construção da Usina Hidrelétrica Segredo. Foi construída uma ponte sobre o Rio Jordão, com 160 m de comprimento, e tiveram início os serviços de terraplenagem das estradas de acesso ao local da futura barragem e ao acampamento, além de ter sido executada a infra-estrutura da ponte de serviço.

No acampamento, teve início a implantação da sua infra-estrutura, com a execução de obras do sistema viário, do sistema de abastecimento d'água, e da rede de distribuição de energia elétrica. Também foram construídas as primeiras edificações.

Uma subestação de serviço, com a finalidade de suprir de eletricidade o acampamento e o canteiro, teve sua construção iniciada.

A Usina Segredo terá, na primeira etapa, quatro unidades geradoras de 315 MW, totalizando 1.260 MW, sendo prevista sua entrada em operação a partir de 1987, em função do novo cronograma estabelecido pelo Ministério das Minas e Energia para as obras hidrelétricas em execução no país.

LINHAS DE TRANSMISSÃO

Intensificaram-se, no decorrer do ano, os esforços da COPEL para ampliação e melhoria do seu próprio sistema de transmissão de energia elétrica, sendo construídos 234,7 km de linhas, conforme indicado a seguir:

LINHAS DE TRANSMISSÃO CONSTRUÍDAS

Tensão	1979	1980	1981
230 kV	43,9	—	82,5
138 kV	—	52,6	133,1
69 kV	93,5	29,5	19,1
TOTAIS	137,4	82,1	234,7

FONTE: COPEL

SUBESTAÇÕES

Em 1981, registrou-se o significativo aumento de 534,3 MVA na capacidade das subestações da COPEL, conforme demonstrado no quadro abaixo:

AMPLIAÇÕES REALIZADAS NAS SUBESTAÇÕES SEGUNDO AS TENSÕES

	1979		1980		1981	
Tensão	Quant.	MVA	Quant.	MVA	Quant.	MVA
230 kV	1	4,62	2	—	3	164,00
188 kV	—	—	1	8,00	7	212,50
88 kV	—	—	1	12,00	—	—
69 kV	1	41,00	2	20,20	5	144,80
34,5/13,8 kV	9	16,00	—	—	6	13,00
TOTAIS	11	61,62	6	40,20	21	534,30

FONTE: COPEL.

DISTRIBUIÇÃO URBANA

Os dados relativos aos acréscimos das redes urbanas de distribuição de energia elétrica nos últimos três anos, considerados apenas os executados em localidades atendidas pela COPEL são os seguintes:

AMPLIAÇÃO DE REDES URBANAS

Especificação	1979	1980	1981
km de redes	1.925	1.587	2.175
Postes implantados	36.632	26.841	35.753
Transformadores instalados	3.600	4.122	4.970

FONTE: COPEL

No decorrer de 1981 foram executadas 10.072 obras de ampliação de redes de distribuição. O demonstrativo abaixo especifica as quantidades de obras realizadas por microrregião homogênea e as respectivas aplicações:

AMPLIAÇÃO DE REDES ELÉTRICAS URBANAS

Em Cr$ milhões de 1981

Microrregião Homogênea	Mun. Benf.	1979 n.º de Obras	1979 Valor	1980 n.º de Obras	1980 Valor	1981 n.º de Obras	1981 Valor
Litoral	6	426	60,1	441	60,6	393	76,2
Curitiba	14	3.713	563,3	3.390	499,2	3.107	506,4
Alto Ribeira	2	12	1,8	21	1,3	14	2,9
Alto Rio Negro	4	50	5,1	69	9,7	54	5,6
Campos da Lapa	5	71	7,8	65	6,1	97	22,6
São Mateus do Sul	3	32	6,4	36	9,3	50	8,6
Campos de Ponta Grossa	5	343	78,2	264	170,7	258	133,1
Colonial de Irati	7	95	52,5	135	50,1	107	31,9
Alto do Ivaí	5	46	14,6	51	8,8	46	12,1
Sudoeste Paranaense	24	507	82,5	623	143,0	804	175,9
Médio Iguaçu	10	109	33,3	156	47,4	139	39,1
Pitanga	3	44	44,6	54	13,4	59	18,8
Extremo Oeste	20	1.038	380,1	1.358	333,6	1.419	356,6
Campos Guarapuava	5	87	37,3	103	25,3	106	15,2
Norte Velho W. Braz	4	28	5,5	26	7,2	10	17,6
N. V. de Jacarezinho	8	60	17,9	77	35,0	68	12,5
Algodoeira de Assaí	5	78	15,4	74	14,8	83	17,5
N. N. de Londrina	29	1.001	296,9	1.017	271,4	1.024	313,3
N. N. de Apucarana	16	454	84,3	500	84,5	526	83,6

Microrregião Homogênea	Mun. Benf.	1979 n.º de Obras	Valor	1980 n.º de Obras	Valor	1981 n.º de Obras	Valor
N. N. de Maringá	15	383	146,8	376	109,8	369	123,7
N. Nv. de Paranavaí	29	395	88,4	454	99,1	420	165,1
N. Nv. de Umuarama	23	415	115,2	355	102,4	567	131,2
Campo Mourão	18	329	93,9	414	149,9	352	122 6
TOTAIS	260	9.716	2.231,9	10.599	2.260,6	10.072	2.392,1

FONTE: COPEL

Por outro lado, a COPEL instituiu, em 1981, o "Programa Social de Ligação de Consumidores", com o objetivo de levar os benefícios da energia elétrica a segmentos populacionais de baixo poder aquisitivo, mediante a redução do valor dos orçamentos de extensões de rede, de forma a diminuir substancialmente ou eliminar a participação financeira dos interessados. Dentro desse Programa, cuja implantação foi iniciada em setembro, já foram realizadas 364 ligações.

ELETRIFICAÇAO RURAL

O empenho de facilitar o acesso do homem do campo à eletricidade — mediante, de um lado, o "Programa Especial de Eletrificação Rural" e, de outro, a adoção de melhores padrões técnico-econômicos de construção — permitiu que, apesar das dificuldades de financiamento, fosse superada a meta prevista pelo "Plano Energético do Paraná", de 10.000 novas ligações/ano, conforme indicado a seguir:

CONSUMO E N.º DE LIGAÇÕES RURAIS

Especificação	1979	1980	1981
Consumo rural (MWh)	145.996	183.125	236.008
Aumento do número de ligações rurais no ano	9.077	11.122	10.622
Ligações rurais existentes	46.847	57.969	68.591

FONTE: COPEL.

Com o objetivo de estender os benefícios da energia elétrica a maior número de usuários, a COPEL instituiu, em agosto de 1981, o "Programa Especial de Eletrificação Rural", que viabilizou o atendimento a mais de 6.500 propriedades rurais.

Para a consecução do referido programa, a empresa tem assumido até 30% dos custos necessários ao atendimento das propriedades rurais, redu-

zindo as participações financeiras dos interessados. Foi obtida também a colaboração do Banco do Brasil para esse Programa, assegurando facilidades para o financiamento das parcelas dos investimentos a serem providas pelos proprietários.

Cabe acrescentar que, até meados de 1981, a COPEL vinha adotando, em caráter experimental — nos programas de eletrificação rural executados diretamente pela Empresa — padrões de construção mais econômicos do que aqueles fixados para as instaladoras privadas. Com base nos resultados obtidos, esses novos padrões foram estendidos a todas as obras de eletrificação rural.

MELHORIA DO ATENDIMENTO AO NORTE PIONEIRO

Em dezembro de 1980, a COPEL assinou um protocolo de intenção para a compra do controle acionário da Companhia Hidroelétrica Paranapanema — CHEP. A aquisição efetivou-se em julho de 1981, por Cr$ 631,0 milhões, considerada a conveniência de bem atender à população da região através de serviços de padrão mais elevado.

Efetivada a transação, a COPEL, imediatamente, iniciou a execução de obras com vistas à melhoria dos serviços prestados nos 30 Municípios que passaram para a sua área de atendimento direto: Abatiá, Andirá, Arapoti, Bandeirantes, Cambará, Carlópolis, Cornélio Procópio, Conselheiro Mayrinck, Guapirama, Ibaiti, Itambaracá, Jaboti, Japira, Jaguariaíva, Joaquim Távora, Jundiaí do Sul, Pinhalão, Quatiguá, Rancho Alegre, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Mariana, Santana do Itararé, Santo Antonio da Platina, São José da Boa Vista, Sengés, Siqueira Campos, Tomazina, Uraí e Wenceslau Braz. As obras programadas — parte das quais já executada no decorrer de 1981 — ascendem a um montante superior a Cr$ 1,2 bilhão.

AUMENTO DA GERAÇÃO PRÓPRIA

Em comparação com o exercício anterior, a COPEL dobrou, em 1981, a potência instalada em suas usinas, representando um acréscimo de 1.989.921 MWh anuais na capacidade de geração própria de energia elétrica.

EVOLUÇÃO DA POTÊNCIA INSTALADA E DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA NAS USINAS DA COPEL

Especificação	1979	1980	1981
Potência instalada (MW)	426,7	824,5	1.660,9
Geração própria no ano (MWh)	1.883.675	2.971.944	4.961.865

FONTE: COPEL

O consumo de energia elétrica, por sua vez, embora a taxas menos expressivas comparativamente às dos anos anteriores, expandiu-se em todas as categorias, conforme evidenciado a seguir:

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PARANÁ

Em MWh

Especificação	1979	1980	1981 *
Industrial	2.533.659	2.693.691	2.815.720
Residencial	961.173	1.060.048	1.165.481
Comercial	707.666	748.715	749.099
Rural	145.996	183.125	236.008
Outros	573.122	624.281	713.254
TOTAIS	4.921.616	5.309.860	5.679.562

FONTE: COPEL
* Dados preliminares.

NOVOS APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS

No Rio Iguaçu, além das usinas já construídas ou em construção, estão previstas outras duas: a de Salto Caxias, com potência inicial de 1.000 MW e final de 1.500 MW, cuja concessão foi outorgada à COPEL em 1980, e a de Capanema, com potência prevista de 1.500 MW, dependente de concessão pelo Ministério das Minas e Energia.

Por outro lado, a COPEL deu seqüência à revisão dos estudos de inventário energético dos Rios Ivaí, Piquiri e Tibagi.

PROTÓTIPO DE CARRO ELÉTRICO

Em convênio com indústrias nacionais, a COPEL construiu um protótipo de veículo elétrico, denominado Elétron. O veículo, cujas principais especificações são de carga leve (1.000 kg), com autonomia de 105 km e velocidade máxima de 80 km/hora, foi submetido à uma série de testes no decorrer de 1981.

Com o êxito dos primeiros testes operacionais, prevê-se a transferência da tecnologia desenvolvida para uma empresa a ser composta pelas instituições convenentes, a qual deverá realizar a fabricação em série do veículo.

EXPANSÃO DO ATENDIMENTO E DO CONSUMO

Com o crescimento verificado na capacidade de geração própria de energia elétrica da COPEL, nos dois últimos exercícios, decresceu a necessidade de compra desse insumo para atendimento da demanda estadual, equivalendo em 1981 a apenas 20% do montante adquirido em 1979.

DISPONIBILIDADE TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA DA COPEL

Em MWh

Especificação	1979	1980	1981
Geração própria	1.883.676	2.971.944	4.961.865
Compra de energia	3.062.812	2.463.803	588.709
TOTAIS	4.946.488	5.435.747	5.820.574

FONTE: COPEL

Quanto ao número total de ligações de energia elétrica efetuado no Estado, registrou-se um aumento de 18% com relação à quantidade de ligações existentes em 1979.

NÚMERO DE LIGAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA NO PARANÁ

Especificação	1979 (2)	1980 (2)	1981 (1)
Industrial	15.169	16.075	16.785
Residencial	752.501	821.636	889.550
Comercial	119.090	122.754	126.179
Rural	46.847	59.969	68.591
Outros	11.859	10.571	13.391
TOTAIS	945.466	1.031.005	1.114.496

FONTE: COPEL
(1) Dados preliminares.
(2) Dados definitivos

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO: COOPERAÇÃO COPEL — UNIVERSIDADE

O CEHPAR — Centro de Hidráulica e Hidrologia Professor Parigot de Souza, mantido através de convênio celebrado em 1980, entre a COPEL e a Universidade Federal do Paraná, realizou, durante 1981, estudos nas áreas de hidrologia e hidráulica para várias empresas. Destacaram-se os estudos relativos a aproveitamentos hidrelétricos situados em diversas regiões brasileiras: Itaipu, para a Itaipu Binacional; Emborcação e Jaguara, para a CEMIG; Ilha Grande, para a ELETROSUL; além de Segredo, da COPEL e Garabi, empreendimento conjunto do Brasil e da Argentina no Rio Uruguai, cujos estudos hidráulicos, em modelo reduzido, foram iniciados pelo CEHPAR em outubro.

Por outro lado, foi dada continuidade à instalação do Laboratório Central de Eletrotécnica e Eletrônica, no Centro Politécnico, em Curitiba, mediante convênio entre a COPEL e a Universidade Federal do Paraná. Foram

tomadas as providências para a execução da terceira etapa das obras do laboratório e recebidos equipamentos no valor de US$ 3,0 milhões.

PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO

Ênfase especial foi dada à análise silvicultural de espécies nativas e exóticas, visando a uma seleção racional daquelas com aptidões para reflorestamento consorciado de matas ciliares ou que controlem adequadamente o fenômeno de erosão nas bacias dos rios produtores de hidreletricidade. Com tal finalidade, foram testadas mais de 130 espécies plantadas nas margens dos reservatórios das principais usinas da COPEL.

Foi também concluído o estudo sobre os resultados da recomposição vegetal com espécies florestais e forrageiras, mediante a observação de 8 espécies florestais e 3 tipos de espécies forrageiras.

Dando prosseguimento ao programa de reflorestamento, a COPEL atingiu o montante de 1.500.000 árvores plantadas em áreas de suas principais usinas hidrelétricas.

Deu-se continuidade aos trabalhos de piscicultura em reservatórios através de pesquisas orientadas. Em complemento, e visando ao fomento da atividade, foram distribuídos ao público 15.420 alevinos e peixes adultos (carpa, tilápia, "rendalli" e "black-bass") e utilizados 15.000 alevinos de trutas arcoíris para peixamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas Governador Munhoz da Rocha e Guaricana.

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

A eficácia e a qualidade dos produtos finais de uma organização são extremamente dependentes do preparo do respectivo quadro de recursos humanos. Com essa consciência, a COPEL tem desenvolvido contínuo esforço em tal atividade, não apenas pelo seu sentido utilitário, mas também pela dignificação que representa para os que dela se beneficiam.

PROGRAMAS DE TREINAMENTO DE PESSOAL DA COPEL

Especificação	1979	1980	1981
Cursos promovidos na COPEL			
Número de cursos	183	171	211
Número de empregados	2.545	2.429	2.747
Homens/horas de treinamento	193.067	149.067	177.664
Cursos realizados no País			
Número de cursos	180	264	308
Número de empregados	439	834	1.050
Homens/horas de treinamento	95.175	71.894	69.505
Cursos realizados no exterior			
Número de empregados	26	25	13

FONTE: COPEL

4. SINOPSE DOS RECURSOS EMPREGADOS

Na efetivação da programação evidenciada, a COPEL e o CEE mobilizaram os seguintes recursos:

4.1. RECURSOS HUMANOS

Especificação	1979	1980	1981
Número de empregados	7.108	7.413	7.951
"Turnover"	4,9%	5,3%	4,2%

4.2. VEÍCULOS

a) **COMPOSIÇÃO DA FROTA POR ESPÉCIES**

Especificação	1979	1980	1981
Automóveis	173	186	162
Camionetas	315	377	430
Utilitários	273	311	290
Caminhões	193	200	207
Motocicletas	143	158	155
Máquinas e tratores	24	24	24
TOTAIS	1.121	1.256	1.268

b) **COMPOSIÇÃO DA FROTA POR TIPO DE COMBUSTÍVEL — (EXCETO MOTOS E MAQUINAS)**

Tipo de Combustível	1979	1980	1981
Gasolina	628	627	448
Diesel	214	222	237
Álcool	112	225	404

4.3. RECURSOS FINANCEIROS

a) FONTES

Em Cr$ mil

Fontes	1979	1980	1981
Integralizações de capital			
— do Estado	355.000	1.140.000	1.307.000
— de outros	1.309.000	646.000	1.508.000
Arrecadação Própria	5.676.000	11.209.000	27.783.000
Operações de Crédito	6.345.000	5.239.000	9.380.000
Outras fontes	165.000	235.000	250.000
TOTAIS	13.850.000	18.469.000	39.228.000

b) USOS

Em Cr$ mil

Usos	1979	1980	1981
Pessoal e encargos	1.184.000	2.478.000	6.238.000
Custeios diversos	2.637.000	4.959.000	12.909.000
Amortização empréstimos fin.	868.000	2.007.000	4.359.000
Encargos empréstimos fin.	1.505.000	3.735.000	4.754.000
Investimentos	5.260.000	7.806.000	9.171.000
Dividendos	413.000	721.000	1.191.000
Outros usos	270.000	773.000	956.000
TOTAIS	12.137.000	22.479.000	39.578.000

GRUPO DE TRABALHO

COORDENAÇÃO GERAL

Fabiano Braga Cortes
Francisco Borsari Netto
Vilson Ronald Ribas Deconto

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Osvaldo Maldonado Sanches

EQUIPE TÉCNICA

Clemente Horochovski Sobrinho
José Maia
Luiz Carlos Alves de Freitas
Milton Cavalcanti
Sueli Regina Borba

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

Cleusa Helena Pereira Müller
Edma Kaku
Egon Treml
Rubens João Castellano
Sigrid de Mendonça Andersen

Além dos participantes mencionados, colaboraram na elaboração do relatório, representantes de todas as Secretarias de Estado e Entidades Vinculadas.

GOVERNO NEY BRAGA

Inspirado num sistema de valores centrado na dimensão social da pessoa humana.

PARANÁ

IMPRENSA OFICIAL